UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

NICOLE DE OLIVEIRA ALVES DAMASCENO

DISCIPLINA E CASTIGO:
NORMAS E PRÁTICAS SOBRE TRATAMENTO DESTINADO ÀS CRIANÇAS E AOS
ESCRAVOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA (SÉCULOS XVII A XIX)

Versão corrigida

São Paulo

2020

NICOLE DE OLIVEIRA ALVES DAMASCENO

DISCIPLINA E CASTIGO:
NORMAS E PRÁTICAS SOBRE TRATAMENTO DESTINADO ÀS CRIANÇAS E AOS
ESCRAVOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA (SÉCULOS XVII A XIX)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
de História Social da Faculdade de Filosofia,
Letras, Ciências Sociais e História da Universidade
de São Paulo como parte dos requisitos para
obtenção do grau de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese

Versão corrigida

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

D155d Damasceno, Nicole de Oliveira Alves
 Disciplina e Castigo: Normas e práticas sobre o
 tratamento destinado às crianças e aos escravos na
 sociedade brasileira (Séculos XVII a XIX) / Nicole
 de Oliveira Alves Damasceno ; orientador Rafael
 Bivar Marquese. - São Paulo, 2020.
 228 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de História. Área de concentração:
 História Social.

 1. História da infância. 2. História da escravidão.
 3. História da educação. 4. Castigos e disciplina. I.
 Marquese, Rafael Bivar, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Nicole de Oliveira Alves Damasceno

Data da defesa: 13/03/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 06/05/2020

(Assinatura do (a) orientador (a))

AGRADECIMENTOS

O trabalho de pesquisa e escrita de uma tese é muito solitário, mas por trás sempre há uma rede de pessoas envolvidas e sem elas não seria possível a conclusão deste trabalho. Em primeiro lugar, agradeço ao Rafael Marquese, pela orientação, pelas dicas e pela compreensão e preocupação durante todo o processo. Se eu não desisti foi porque ele teve todo o cuidado em me entender e me apoiar no momento em que achei que não era capaz.

Agradeço ainda ao Arthur, que soube compreender quando eu precisava me isolar e quando eu precisava da sua presença, por partilhar comigo sonhos, projetos e frustrações e por sempre me mostrar que não estou sozinha. Agradeço a meus pais, Jorge e Luzia, e minha irmã, Angélica. Desde que eu comecei o meu caminho na História não compartilhamos mais a mesma casa nem a mesma cidade, mas mesmo longe nunca me faltou apoio e amor. Em cada palavra desse trabalho há um pouquinho de saudades.

Não posso deixar de agradecer aos professores Marco Antônio Silveira, Álvaro Antunes e Renato Pinto Venâncio, que estiveram no início de todo esse processo e aos quais eu guardo um carinho imenso e muita admiração. Aos amigos, agradeço principalmente à Sara, Ginneth e Suzana por me receberem em São Paulo quando eu ainda morava em São Carlos; aos membros do Lab-Mundi, que contribuíram com as discussões e dicas sobre diversos temas, inclusive sobre este trabalho; e aqueles que conheci em Mariana e que nunca mais deixaram de fazer parte da minha vida sou eternamente grata pela amizade, pelas risadas, pelas trocas de ideias, pelo incentivo e pela força. Quando tudo parece estar desmoronando, vocês são meu refúgio.

Agradeço aos professores Mariana Muaze e Ricardo Salles pelos apontamentos e reflexões que fizeram no momento da minha qualificação e ao Ricardo também agradeço a

gentileza em ceder o banco de dados dos Inventários de Vassouras, que foi de suma importância para a pesquisa.

Por fim, agradeço o apoio financeiro do CNPQ, sem o qual não teria sido possível desenvolver este trabalho.

RESUMO

DAMASCENO, Nicole de Oliveira Alves. *Disciplina e Castigo: Normas e práticas sobre o tratamento destinado às crianças e aos escravos na sociedade brasileira (Séculos XVII a XIX)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2019.

A pesquisa se insere nas discussões sobre a história da infância, a história da escravidão e a história da educação no Brasil entre os séculos XVII e XIX. Procura-se entender como as crianças livres e escravas foram tratadas no decorrer desse período. Para tanto, são analisados primeiramente manuais sobre criação de filhos e governo de escravos, demonstrando como os autores daquela época percebiam a infância e a escravidão e quais foram as normativas que propuseram em relação à saúde, às vestimentas, à alimentação e, principalmente em relação à educação e os castigos. Em um segundo momento, o foco recai sobre o século XIX e a análise se concentra no Colégio Pedro II e nas fazendas do Vale do Paraíba, especificamente, na cidade de Vassouras. Nesta segunda parte, o propósito é perceber por meio das práticas como se deu o tratamento a essas crianças, nesses dois ambientes: em uma escola, local onde a disciplina e a educação facilmente podem ser percebidas por seus regulamentos e documentos referentes às atividades dos alunos; nas fazendas cafeeiras de Vassouras, por meio de documentos como listas de escravos, Processos Crimes da cidade, entre outros. O principal objetivo da pesquisa é entender como crianças livres e escravas foram tratadas em uma sociedade onde o castigo era vinculado à ideia de disciplina e quais as distinções entre os tratamentos destinados a essas crianças no decorrer dos séculos.

ABSTRACT

DAMASCENO, Nicole de Oliveira Alves. *Discipline and Punishment: Precepts and practices about treatment for children and slaves in brazilian society (XVII to XIX centuries)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2019.

The research is part of discussions about the history of childhood, the history of slavery and the history of education in Brazil between the seventeenth and nineteenth centuries. We seek to understand how free and slave children were treated during this period. We first analyzed manuals on child rearing and slave rule, demonstrating how the authors of that time perceived childhood and slavery and which normative in relation to health, clothing, food, and especially in relation to education and punishments they defended through their books. Secondly, the focus is on the nineteenth century and the analysis focuses on the Pedro II College and the Vale do Paraíba farms, specifically the city of Vassouras. In this second part, the idea is to understand through practice how these children were treated in these two environments: in a school, where discipline and education can easily be perceived by its regulations and documents regarding student activities; and on Vassouras coffee plantation, through documents such as slaves lists, criminal proceedings, among others. The main objective of the research is to understand how free children and slaves were treated in a society where punishment was linked to the idea of discipline and what were the distinctions between the treatments intended for these children over the centuries.

LISTAS DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráficos

Gráfico 1 – Média do valor dos escravos por idade – Vassouras, RJ (1821-1888) 186

Gráfico 2 – Evolução da proporção de escravos crioulos com até 12 anos de idade –
1851-80 por Ricardo Salles 191

Tabelas

Tabela 1 – Variação dos valores dos escravos por idade e por década – 1821 a 1888,
Vassouras (RJ) 187

Tabela 2 – Porcentagem de crianças em relação ao número total de escravos..... 190

SUMÁRIO

Introdução	7
------------------	---

PARTE I - Crianças e escravos nos manuais

Capítulo I - Os primeiros manuais sobre infância e escravidão da Idade Moderna.....	23
Capítulo II - A influência iluminista nos manuais do século XVIII	65
Capítulo III – Os manuais e a formação dos Estados Nacionais	116

PARTE II - Crianças livres e escravas na formação do Estado Nacional

Capítulo IV - A vida das crianças no Imperial Colégio de Pedro II - Século XIX.....	153
Capítulo V - A criança escrava no século XIX.....	182

Conclusão.....	205
----------------	-----

Anexos	211
--------------	-----

Anexo I – Crianças escravas que possuíam ofícios, Vassouras, 1821 - 1888	211
--	-----

Anexo II – Crianças escravas “com defeito”	213
--	-----

Referências bibliográficas.....	215
---------------------------------	-----

INTRODUÇÃO

O presente objeto de estudo foi construído baseado em campos historiográficos a princípio apartados, com seus debates próprios: a história da infância, da educação e da escravidão. Para que o leitor possa compreender a relação que há entre esses campos e a relevância da presente investigação, de início trataremos deles separadamente, estabelecendo a devida conexão em um segundo momento.

Começemos com a história da infância. Desde meados do século XX, alguns historiadores se dedicaram às análises sobre as formas de se perceber as crianças e como essas eram tratadas a partir do início da era moderna. Na Europa, Philippe Ariès foi o primeiro a discutir o tema em seu clássico *História Social da Criança e da Família* (1960). De acordo com esse autor, o sentimento da infância não existia até finais do século XVI. As crianças não eram tratadas de forma específica na sociedade medieval e se misturavam ao mundo dos adultos. Foi apenas no final desse século e durante o século XVII, que a sociedade, de forma lenta e gradual, modificou a forma de se perceber a infância, deixando de vê-las como adultos em miniaturas para concebê-las em suas especificidades. No entanto, o surgimento do sentimento de infância não significou que as crianças passassem a ocupar um lugar central na família. Elas passaram a ser vistas como seres débeis e que para melhorá-las deveriam humilhá-las. Os castigos, praticados tanto nas escolas como nas casas, eram usados com o objetivo de disciplinar os pequenos. A criança assumiria um lugar central na família somente no século XVIII, com o surgimento da “família moderna” nas sociedades ocidentais.¹ Seria

¹ Importante destacar que Ariès analisa em sua obra fontes da sociedade francesa, mas ele defende que suas conclusões possam ser aplicadas para toda a sociedade ocidental.

nesse momento que a saúde física da criança teria adquirido importância, o castigo físico começando a ser reprovado entre os pais e estes procurando dedicar mais tempo aos filhos.²

Linda Pollock defende teses diferentes daquelas apresentadas por Ariès. A autora afirma que, mesmo antes do século XVIII, os pais demonstravam interesse pelas crianças e se consideravam responsáveis por sua criação, não havendo mudanças significativas no século XVIII e XIX quanto à percepção que a sociedade tinha das crianças. Quanto ao tratamento destinado aos pequenos, Pollock concorda que os castigos físicos existiram, mas não acredita que essa era uma reação normal dos pais, pois nem todas as crianças eram surradas. Quando isso ocorria, não era necessariamente da forma severa e cruel que outros autores apresentam. Ela percebe que os pais se valeram das mais diversas técnicas de disciplina, que eram determinadas muito mais pela personalidade das pessoas, do que pela época, crenças religiosas ou classe social. Ela constata, sobretudo, um aumento dos castigos físicos após o século XVIII, contradizendo a hipótese de Ariès sobre a diminuição desse tipo de punição com a formação da “família moderna”.³

Embora seu foco não seja especificamente a história da infância, Michel Foucault é essencial para a presente discussão devido às análises a respeito do surgimento do castigo disciplinar.⁴ De acordo com esse autor, a partir de meados do século XVIII ocorreram mudanças no sistema penal, favorecendo métodos que não consistiam apenas em punir, mas que tinham a função de corrigir e reeducar o corpo. Uma das instituições onde essa mudança se fez presente foi a escola, onde um pequeno mecanismo penal, composto de regras que tivessem como objetivo reduzir os desvios, pode ser claramente percebido em seus

² ARIÈS, 2006. Elizabeth Badinter também concorda com as teses de Ariès. Segundo a autora, a partir de finais do século XVI, surge uma indiferença em relação aos pequenos, que para muitos eram consideradas um “estorvo”, principalmente para as mães da aristocracia. Esse cenário mudaria apenas no século XVIII, a partir da difusão de novas ideias, como as publicadas no livro *Émile* de Rousseau, no qual é retratado o que seria a figura de uma mulher ideal pela personagem Sophie. Cf: BADINTER, 1985.

³ POLLOCK, 1993.

⁴ FOUCAULT, 1997.

regulamentos. Embora Foucault construa seu modelo tendo por base as instituições francesas, é possível pensar o espaço escolar brasileiro do século XIX por meio de sua perspectiva analítica, já que os métodos educacionais do Brasil se fundaram nos sistemas franceses.⁵ Obviamente, tal procedimento não dispensa uma crítica às categorias de Foucault, essencial para se traçar as especificidades brasileiras. Quanto às relações entre pais e filhos, não se pode determinar se é possível enquadrá-las no modelo dele antes de uma análise aprofundada sobre essa relação. O próprio autor afirma que

(...) um dia se precisará mostrar como as relações intrafamiliares, essencialmente na célula pais-filhos, se “disciplinaram”, absorvendo desde a era clássica esquemas externos, escolares, militares, depois médicos, psiquiátricos, psicológicos, que fizeram da família o local de surgimento privilegiado para a questão disciplinar do normal e do anormal.⁶

O mesmo ocorre para os outros autores supracitados, já que os padrões identificados por eles, a despeito do pressuposto de sua validade para o conjunto da sociedade ocidental, não podem ser mecanicamente aplicados à realidade brasileira dos séculos passados. Como Mary Del Priore destaca, “a historiografia internacional pode servir de inspiração, mas não de bússola”.⁷ A pobreza, a falta de escolarização e principalmente a forma de organização social na América portuguesa e no Brasil imperial, cindida entre homens e mulheres livres e escravizados, fez com que a história das crianças brasileiras tomasse muitas vezes contornos ausentes na realidade europeia.

Antes da década de 1970, raros foram os trabalhos dedicados à infância na historiografia brasileira. Decerto é possível encontrar em Gilberto Freyre um pioneirismo a respeito desta matéria. Em *Casa Grande e Senzala* (1933), o autor, com o objetivo de analisar a construção da sociedade brasileira analisando o período colonial, destaca as famílias e as

⁵ Há autores que analisam o espaço brasileiro através das perspectivas de Foucault, como por exemplo: KOERNER, Andrei, 2006; *Id.*, 2001.

⁶ FOUCAULT, 1997, pp. 177-178.

⁷ DEL PRIORE, 2010, p. 11.

crianças índias, europeias e escravas como partes integrantes no processo de formação da história do Brasil. Uma visão inovadora para uma época em que se tomava o europeu como o principal formador da sociedade e o negro escravo como o principal responsável pelos vícios. Em relação às crianças, esse autor enfatiza a proximidade em que conviviam os senhorzinhos e as crianças escravas, o que não significava que aquelas crianças tinham uma vida mais confortável e mais fácil que a de seus pais. Os senhorzinhos já eram criados aprendendo as diferenças sociais marcadas pela escravidão, e as crianças escravas que viviam junto a eles, desde cedo se habituavam às bofetadas e humilhações. Aquelas que estavam longe do contato senhorial possuíam uma realidade muito parecida, já que aprendiam o seu lugar na sociedade por meio do tratamento dispensado a seus pais e parentes.⁸

Apesar da originalidade de Freyre, contudo, foi apenas com o desenvolvimento da demografia histórica e o surgimento e consolidação de programas de pós-graduação na área de História Social que houve no Brasil um aumento do número de pesquisas dedicadas à infância. O que se teve até então foram trabalhos esparsos, os quais na maior parte ainda tratavam a criança como um subtema na história da família.⁹ Em 1991, foi publicado o livro *História da criança no Brasil*, organizado por Mary Del Priore, que pode ser considerado o primeiro esforço de uma visão de conjunto sobre o tema.¹⁰ Apesar das especificidades da

⁸ FREYRE, 2011.

⁹ Os trabalhos específicos sobre crianças, que começam a surgir em maior volume a partir da década de 1970, têm como foco principal as crianças menos abastadas; temas como o abandono e a assistência infantil foram os mais investigados. Dentre as obras sobre crianças produzidas até a década de 1990, vale destacar os de ORLANDI, Orlando V. *Teoria e prática do amor à criança: introdução à pediatria social no Brasil*. Rio de Janeiro. Zahar. 1985; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro, séc. XVIII*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 1988. A grande maioria de trabalhos sobre a infância nesse período foi publicada como artigo. Ver, dentre outros, MESGRAVIS, Laima. *A assistência à criança desamparada e a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo: a roda dos expostos no séc. XIX*. São Paulo. Revista de História. 1975, vol.52, n.103, tomo II, pp.401-23; MOTT, Maria Lúcia de Barros. *A criança escrava na literatura de viagens*. São Paulo. Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas. 1979, 31:57-68, dez; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *O problema dos expostos na Capitania de São Paulo*. São Paulo. Anais do Museu Paulista. 1980-81, tomo XXX, 147-58.

¹⁰ Em 1991 também foi produzido um levantamento bibliográfico feito pelo Núcleo de Estudos da Violência (USP): ADORNO, Sérgio (coord.). *A criança minorizada: banco de referências bibliográficas*. São Paulo. NEV/USP, 1991. Nesse levantamento foram arrolados mais de 200 títulos de diversas áreas, entre eles psicologia, direito, educação e história.

realidade brasileira, muitos dos autores que contribuíram para esse volume coletivo se remeteram às teses de Ariès para explicar a infância no Brasil, discutindo temas como o surgimento do sentimento da infância, a desvalorização das crianças devido às altas taxas de mortalidade infantil, e o aleitamento materno como sendo índice de amor ou descaso com os filhos.¹¹

Além da obra citada, Mary Del Priore organizou um segundo volume em 1999, chamado *História das crianças no Brasil*. Apesar do nome bastante similar, com o título passando apenas do singular para o plural, nesta edição encontram-se artigos diferentes. Neste volume também há trabalhos que esposam as hipóteses de Ariès.¹²

Mas, além de trabalhos que usam como parâmetros a historiografia internacional, há nos dois volumes artigos que destacam as particularidades da infância brasileira. Na edição publicada originalmente em 1991, Kátia Mattoso, por meio da pesquisa em inventários baianos do século XIX, procura determinar até qual idade um escravo poderia ser considerado uma criança. Para a autora, aos sete anos eles já estavam inseridos no mundo do trabalho, executando algumas tarefas como aprendiz ou ajudante e sofrendo castigos físicos; aos treze anos o escravo encontrava-se completamente inscrito na lógica escravista, não mais sendo visto como uma criança. O segundo artigo resultou da parceria de José Roberto Góes e Manolo Florentino. Os autores ressaltam as condições de vida durante a infância escrava, valendo-se igualmente de inventários – neste caso, das áreas rurais do Rio de Janeiro entre

¹¹ Entre os autores que contribuíram para esse volume e que se remeteram às teses de Ariès, podemos citar: Mary Del Priore, em seu artigo sobre a importância da criança indígena para os jesuítas no processo de catequização, no qual a autora afirma que a valorização da criança no século XVI teria se dado a partir do surgimento do sentimento da infância; e Luiz Mott que ao analisar a pedofilia e pederastia no Brasil entre os séculos XVI e XVIII, remete a autores como Ariès e Foucault para afirmar que a aceitação de tais abusos provinha de uma sexualidade que as crianças tinham antes do século XIX. Cf: DEL PRIORE, 1995; MOTT, In: DEL PRIORE, 1995.

¹² Neste volume, entre os autores que esposam das teses de Ariès podemos citar Rafael Chamboleyron, que utiliza como marco o século XVI para determinar o surgimento do sentimento da infância, e Julia Scarano, a qual defende que na sociedade mineira do século XVIII a morte de um filho não era vista como uma tragédia, pois o nascimento de outro poderia substituir o que veio a falecer. Cf: CHAMBOULEYRON, In: DEL PRIORE, 2010, pp. 55-83; SCARANO, In: DEL PRIORE, 2010, pp.107-136.

1789 e 1830. O ponto a destacar aqui é metodológico. Tanto Mattoso como Góes e Florentino procuram estabelecer parâmetros para investigar o problema da infância escrava por meio de inventários: a idade da criança, se é arrolado o nome de mãe, o número de crianças em cada plantel analisado, se elas apresentam ou não algum ofício determinado, se há marcas de castigos físicos em seus corpos e a comparação de seus valores em relação a escravos adultos. Por meio desses procedimentos, Katia Mattoso, Roberto Góes e Manolo Florentino destacaram as especificidades da infância cativa no Brasil.¹³

No que diz respeito à história da educação, desde finais do século XIX é possível encontrar algumas publicações sobre o tema. As primeiras obras estão vinculadas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838. Seguindo uma orientação positivista, esses trabalhos priorizam como fontes os documentos oficiais, valorizando a tarefa de coletar e publicar esses documentos.¹⁴ Apesar dessas obras pioneiras, apenas em 1970 surgiu um campo específico da história da educação, com projetos sistemáticos originados nos programas de pós-graduação. Nesse momento, houve igualmente a valorização de outras correntes historiográficas, e consequentemente trabalhos que abordam novos objetos e novos problemas.

Miriam Jorge Warde foi a primeira a fazer um levantamento dessa produção, procurando destacar os períodos que eram priorizados entre os pesquisadores da educação. Analisando a quadra entre 1970 e 1984, concluiu que grande parte (cerca de 80%) dos trabalhos publicados versavam sobre o período Republicano. Entre esses, o maior interesse

¹³ MATTOSO, In: DEL PRIORE, 1995, pp. 76-97; GÓES, In: DEL PRIORE, 2010, pp. 117-191.

¹⁴ Entre esses trabalhos, pode-se citar: *L'instruction publique au Brésil* do autor José Ricardo Pires de Almeida, no qual o autor sistematiza a história da educação do Brasil de forma cronológica desde o período da colonização até o momento da publicação da obra. Cf: ALMEIDA, 1889. O trabalho de Primitivo Moacyr, que publicou 15 volumes sobre a educação no Brasil Império e República entre 1936 e 1942 e cujo objetivo era compreender historicamente as políticas destinadas à educação para entender o descaso do governo e da sociedade com a instrução pública. Cf: MOACYR, 1936-1938; *Id.*, 1939-1940; *Id.*, 1941-1942; *Id.*, 1942. E o trabalho de Fernando de Azevedo, *A cultura brasileira*, que também abordou a trajetória da educação brasileira desde a colonização até o período em que escrevia, criticando as políticas educacionais no período imperial e exaltando o momento renovador de sua época e do qual fazia parte. Cf: AZEVEDO, 1944.

foi sobre a Era Vargas, especificamente o momento do Estado Novo. As pesquisas sobre a colônia tiveram como principal abordagem o ensino jesuítico e as modificações introduzidas pelas reformas pombalinas. Para o período imperial, o enfoque recaiu sobre a desconsideração pela instrução pública por parte do governo. Warde ainda destaca que a maioria dos trabalhos analisados em sua pesquisa percebe o Estado como o principal responsável pela educação no Brasil.¹⁵

Dentre os trabalhos publicados a partir da década de 1970, pode-se destacar aqueles referentes ao Colégio Pedro II. Criado na província do Rio de Janeiro (Município da Corte) em 1837, com o nome Imperial Colégio de Pedro II, essa instituição, que oferecia o ensino secundário, foi quicá o principal colégio no Brasil, servindo de modelo para as instituições das outras províncias. Oferecendo para os alunos tanto a opção de internato quanto externato, o Colégio possuía uma rígida disciplina e uma formação abrangente, sendo destinado principalmente para os filhos da “boa sociedade”.¹⁶ Com a Proclamação da República, em 1889, a instituição passou a se chamar Instituto Nacional de Instrução Secundária. Em 1890, nova mudança de nome, para Ginásio Nacional. Apenas em 1911, foi rebatizado como Colégio Pedro II.

As primeiras pesquisas sobre a instituição abordaram o período republicano, discutindo principalmente os currículos das disciplinas escolares.¹⁷ Até hoje, são poucos os

¹⁵ Cf: WARDE, set-out 1984, pp. 1-2; 6. Em seu artigo, Warde não informa as referências dos títulos catalogados, apenas destaca que consultou o Banco de Teses da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), da Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Instituto de Estudos Avançados em Educação (IESAE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em sua consulta levantou 155 títulos da área.

¹⁶ O termo “boa sociedade” foi utilizado por Ilmar Mattos na obra *O Tempo Saquerema*. De acordo com o autor, a “boa sociedade” era formada por homens brancos portadores de liberdade e propriedade. A eles competia governar a sociedade imperial. Nas palavras de Mattos, “(...) a “boa sociedade” constituía o *mundo do governo*, um mundo que não apenas se via como tendendo a ser naturalmente ordenado, mas também portador da incumbência de ordenar o conjunto da sociedade”. MATTOS, 1987, pp. 117.

¹⁷ Alguns dos trabalhos que abordam os currículos disciplinares do Colégio Pedro II são: BRAGA, Elza Maria. *Os Programas de Ensino de Língua Inglesa do Colégio Pedro II: Uma Avaliação Intrínseca*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 1982; LANDIM, Sônia Maria Magalhaes. *Avaliação do currículo de química do Colégio Pedro II*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 1984.

trabalhos que dedicam seus estudos especificamente ao período imperial. A historiografia do Colégio Pedro II parece seguir o padrão retratado por Miriam Jorge Warde na década de 1980, isto é, a maioria tem como recorte temporal a República.

Entre as poucas investigações que tratam mais cuidadosamente do século XIX, pode-se citar os trabalhos de Vera Maria Cabana de Queiroz, de Leonor Lopes Fávero, de Carlos Fernando Ferreira da Cunha Júnior e de Carlos Eduardo Dias Souza. Todos esses autores analisam o Colégio Pedro II por meio de documentos oficiais e destacam a importância do Estado na instrução pública. Para Queiroz e Souza, a relevância da instituição é justificada por essa ser um instrumento do Estado imperial, que percebia a importância da educação para a formação da nação. O Colégio Pedro II era, portanto, um importante espaço de formação dos filhos da “boa sociedade” e era o modelo que deveria ser seguido pelas outras instituições de ensino.¹⁸ Fávero também concebe o Imperial Colégio de Pedro II como a instituição de ensino secundário mais importante do Estado imperial, porém afirma que o Estado não conseguiu estruturar de forma eficiente a instrução secundária e o Colégio não se tornou o estabelecimento padrão de ensino tal como fora desenhado pelos seus propugnadores.¹⁹ Cunha Júnior discorda de Fávero, ao defender que o Colégio de Pedro II não foi um fracasso e apresentou uma formação abrangente que ia além da preocupação com os exames preparatórios das escolas superiores.²⁰

Até este ponto, sumariei as linhas gerais de abordagem do tema da infância e da educação na história do Brasil. Resta examinar o campo historiográfico preocupado em discutir o tratamento destinado aos escravos durante o período colonial e imperial do Brasil, em si bastante vasto. Para a presente discussão, que se interessa pelos discursos normativos coevos, três obras se destacam: os trabalhos de Ronaldo Vainfas, Silvia Hunold Lara e Rafael

¹⁸ ANDRADE, 1999; SOUZA, 2010.

¹⁹ FÁVERO, In: ORLANDI, 1985.

²⁰ CUNHA JÚNIOR, 2002.

Bivar de Marquese. Os três autores analisam os manuais que tratam do tema do governo dos escravos e a escravidão no Brasil colonial e imperial, embora com objetivos e recortes temporais distintos.

Para Vainfas, o objetivo central é compreender como a sociedade escravista foi percebida pelos letrados do século XVI a meados do século XVIII. O conceito de ideologia é empregado para dar conta das reflexões desses letrados concernentes às práticas escravistas da América portuguesa. Importante destacar que, para Vainfas, ideologia é um sistema de significações complexo, que juntamente com o poder, cria, em graus variáveis, discursos e métodos persuasivos e coercivos, que podem ser expressos de diversas formas. Concebe, portanto, diferentes versões ideológicas da escravidão; versões presentes tanto nas letras coloniais, mas também aquelas contidas nas práticas informais do mundo social. Conclui que o conjunto ideológico presente nos discursos dos letrados, em sua grande maioria jesuítas, contrariava as relações sociais entre senhores e escravos. Isso ocorria, pois, o projeto escravista-cristão era impossível de ser implementado, uma vez que se tratava de uma consciência antagônica às atitudes escravistas já consagradas.²¹

Silvia Hunold Lara trabalha com um período posterior ao de Vainfas, analisando a região de Campos dos Goitacazes entre meados do século XVIII e início do XIX. Também amplia o escopo documental, pesquisando fontes como processos criminais e autos de inquirição de escravos fugidos. Ao contrário de Vainfas, não considera antagônicas as ideias contidas nos manuais e as práticas sociais, antes lançando luz sobre a complementaridade entre elas. Seu objetivo também é outro: perceber as relações entre senhores e escravos por meio de suas vivências e submeter a escrutínio o conceito de violência. Para a autora, a

²¹ VAINFAS, 1986.

violência não é uma característica que distingue a sociedade escravista; dizer que o escravismo foi violento é afirmar o óbvio.²²

Por sua vez, Rafael de Bivar Marquese analisa, além do Brasil, o Caribe inglês e francês, o sul dos Estados Unidos e Cuba, abrangendo o período que vai de meados do século XVII até a década de 60 do século XIX. Seu objetivo é perceber como o ideário presente nos manuais se adequou tanto aos quadros do Antigo Regime como à formação dos Estados nacionais. Destaca, contudo, uma mudança no discurso no fim do século XVIII e início do XIX, quando no lugar das teorias cristãs surge uma nova, baseada no quadro conceitual do novo discurso da economia política. Essas novas teorias enquadraram o escravismo a um novo contexto mundial, caracterizado pelos ideais liberais, possuindo, portanto, um teor moderno, capaz de associar liberalismo com escravidão.²³

Após essa sucinta exposição historiográfica, cabe justificar a relevância do objeto que está sendo proposto. No momento de formação do Estado Nacional brasileiro, duas preocupações dos novos dirigentes do Império do Brasil podem ser citadas: a manutenção da escravidão e a instrução pública. De acordo com Ilmar Mattos, a defesa da manutenção da escravidão explica-se pela íntima relação da formação do Estado Nacional com a constituição de uma classe senhorial, na medida em que a produção cafeeicultora escravista permitia ao Brasil a inserção positiva na economia mundial. Dessa forma, o governo defendeu os interesses dos fazendeiros da região de *agricultura mercantil-escravista*; região essa formada principalmente pelo Vale do Paraíba. A consolidação da classe senhorial e de um Estado escravista estavam, portanto, implícitas na consolidação do próprio Estado imperial.²⁴ O mesmo autor também discute a importância que a educação adquiriu durante esse período.

²² LARA, 1988.

²³ MARQUESE, 2004.

²⁴ MATTOS, 1987.

Ao analisar a província do Rio de Janeiro, ele destaca que a instrução pública deveria, para os governantes Saquaremas da época, cumprir alguns objetivos. Primeiramente, ela seria capaz de promover entre a população livre uma vontade coletiva que permitiria a manutenção de uma unidade, simbolizada na unidade territorial do Brasil. Ao mesmo tempo, conservaria as diferenças e hierarquizações sociais, ao reforçar o posicionamento que cada classe ocupava na sociedade. Dessa forma, a educação permitiria, junto com o sistema escravista, a expansão da classe senhorial e a construção do Estado Nacional. Nesse sentido, Mattos destaca que durante os primeiros anos do Brasil independente, os presidentes de província do Rio de Janeiro tomaram diversas medidas que procuraram criar um sistema de instrução pública eficaz, e que pudesse ser seguido pelas outras províncias.²⁵

Ilmar Mattos destaca em sua obra que tanto a manutenção do sistema escravista quanto a estruturação de um sistema eficaz de instrução pública foram importantes para a consolidação do Estado Imperial. Porém, devido ao foco de seu trabalho, ele não analisa de forma interligada esses dois temas. Devido à ausência de estudos sobre essa relação, pretende-se por meio dessa pesquisa analisar a construção do Estado Nacional brasileiro sob a ótica da infância livre e escrava. Examinar as concepções pedagógicas destinadas a esses dois grupos de crianças é essencial para percebermos de que forma a população do período concebia a formação tanto dos futuros cidadãos como daqueles que fariam parte da massa de trabalhadores escravos.

É importante destacar que os discursos do século XVII que tratavam sobre a infância passaram por modificações devido à inflexão do discurso iluminista do século XVIII, e que o século XIX foi uma época a qual se estabeleceram novos discursos ou se ressignificaram antigos. Perceber como os discursos e práticas do século XIX sobre a infância livre e escrava se articularam possibilitará a compreensão – sob um viés ainda não explorado na

²⁵ MATTOS, 1987.

historiografia – das políticas brasileiras quanto à inserção do Brasil na lógica liberal e na economia mundial, assim como a preocupação do país em se manter como um Estado escravista.

Esses aspectos adquirem ainda mais importância quando se considera as transformações ocorridas no século XIX no que diz respeito à manutenção da escravidão no Brasil. Após as pressões internacionais para o fim do tráfico escravo, que teve seu fim definitivo em 1850²⁶, e a Lei do Ventre Livre²⁷, que em 1871 determinou que todas as crianças nascidas do ventre escravo estariam livres, o tratamento destinado às crianças escravas se alterou. Se após 1850 elas se tornam essenciais para manter a mão de obra escrava no Brasil pelas próximas décadas, em 1871 a sua libertação significava o fim certo da escravidão. No entanto, a importância da criança escrava se modifica ao longo do século XIX e esse movimento, com certeza, foi acompanhado por mudanças em seu tratamento e nas políticas pedagógicas destinadas à elas. Com relação às crianças livres, se antes elas deveriam aprender a ser senhoras de escravos, a partir de 1871, era importante entenderem o que eram trabalhadores livres.

A própria instrução pública para crianças livres passa por um processo de construção nesse período. Como bem explicita Ilmar Mattos, a instrução foi vista como essencial para a manutenção das hierarquias sociais que os governantes tanto queriam manter.²⁸ Dessa forma, a instrução de crianças livres de elite e as práticas pedagógicas destinadas às crianças escravas podem se iluminar mutuamente na compreensão do Brasil do século XIX.

²⁶ Há diversos trabalhos que estudam o fim do tráfico negreiro no Brasil, entre eles, pode-se citar: BETHELL, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807 – 1869*. Brasília: Senado Federal, 2002 (Trad. port.; 1ª edição: 1970); CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985; YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822 – 1850)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2010; PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

²⁷ Para mais informações sobre a Lei do Ventre Livre, cf: TOPLIN, 1977; DEAN, 1977; COSTA, 1989; CHALHOUB, 1990.

²⁸ MATTOS, 1987.

Ao se estudar as práticas disciplinares e os castigos direcionados aos escravos e às crianças, pode-se compreender o sentido dos castigos físicos naquela realidade e distinguir o que para os coevos era considerado violência, brutalidade ou correções disciplinares. Compreender a complexidade das punições físicas de outrora auxilia no entendimento da dicotomia entre castigos e violência tanto no período estudado quanto no tempo presente.

A província do Rio de Janeiro, principalmente o eixo Corte/Vale do Paraíba, foi uma ótima unidade de observação para se examinar essas questões. Na Corte, centro político do Brasil, encontravam-se os principais grupos preocupados em discutir a manutenção da escravidão e a instrução destinada às crianças. Possuía ainda instituições que serviam de modelo para as outras regiões, como o Imperial Colégio de Pedro II. Destacava-se, também, pela circulação variada de periódicos, uns preocupados em discutir o Estado Nacional que se formava, com seus padrões ideais de família e educação, outros debatendo as questões políticas e o papel da escravidão na consolidação de um país independente pautado em fundamentos liberais.

O Vale do Paraíba foi o espaço crucial da expansão da *agricultura mercantil-escravista*. O início de sua ocupação data do século XVIII, quando caminhos foram abertos para ligar o Rio de Janeiro a Minas, devido à extração mineradora. Seus primeiros habitantes eram sujeitos que recebiam mercês da Coroa portuguesa, além de posseiros, que, atraídos pelo movimento comercial das tropas, construíram ranchos e pousos ao longo das estreitas estradas. Porém, até as primeiras décadas do século XIX a região era predominantemente coberta de mata virgem. Nessa época já existiam algumas plantações de café, que juntamente com outras produções, como o milho, feijão e cana, eram utilizadas para o abastecimento interno.²⁹

²⁹ STEIN, 1961, pp. 4-31, *passim*.

De acordo com Dale Tomich e Rafael Marquese, vários fatores permitiram que essa região se tornasse uma área de expansão da agricultura cafeeira. Em primeiro lugar, pode-se citar a existência de uma infraestrutura criada pela mineração que estava presente desde meados do século XVIII: um volumoso tráfico negreiro bilateral; estradas, como o Caminho Novo (que ligava Minas Gerais ao Rio de Janeiro, passando pelo Vale do Paraíba); sistema de transporte de mulas; e a disponibilidade de terras virgens derivadas da política das “zonas proibidas”. Outro fator fundamental foi a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro. A transferência da sede do Império Português para o Brasil motivou a construção de mais estradas na região do Vale do Paraíba, além de ter sido determinante para a conexão do Brasil com o mercado mundial, por meio da abertura dos portos às nações amigas.³⁰

A cidade de Vassouras é um locus consagrado de estudos sobre o Vale cafeeiro, a começar pelo trabalho clássico de Stanley Stein, que examinou o município, “o mais representativo de todo o Vale do Paraíba”.³¹ Vassouras foi elevada a vila em 1833, após a extinção da vila de Paty do Alferes, que começou a fazer parte de seu termo juntamente com a freguesia de Sacra Família. Vassouras, assim como as outras regiões do Vale, tinha sido ocupada em princípios do século XVIII em decorrência dos caminhos abertos devido à mineração. Em seus primeiros anos tinha uma produção diversificada. Quando se tornou vila, já possuía uma importante produção cafeeira, chegando a exportar 300 mil arrobas apenas três anos após sua elevação. De acordo com Muaze, a vila “acabou influenciando a alteração do centro político e facilitando a exploração do café na região”.³² Para Ricardo Salles, Vassouras “(...) acabou por se afirmar como o principal centro urbano irradiador da cultura e do modo de vida senhorial”.³³ Por ter essa importância no contexto do século XIX que a

³⁰ MARQUESE; TOMICH, Dale; In: MUAZZE; SALLES (orgs), 2015, pp. 21-56.

³¹ STEIN, 1961, p. X.

³² MUAZE, 2008, p. 63.

³³ SALLES, 2008, p. 146.

escolha recaiu sobre essa localidade. A pesquisa em suas fazendas cafeeiras nos permitiu, juntamente com o conjunto documental da Corte fluminense, analisar a infância livre e escrava, a importância desses dois grupos na formação do Estado Nacional e como os ideais de disciplina e castigo afetaram a vida das crianças no Brasil oitocentista.

A tese foi dividida em duas partes. Na primeira, contendo 3 capítulos, foram analisados os discursos presentes nos manuais escritos entre os séculos XVII e XIX que tinham como objetivo instruir os pais na criação dos filhos e os senhores no governo de seus escravos. Nessa parte a divisão dos capítulos possui um corte cronológico, estratégia escolhida para mostrar as diferenças e semelhanças dos discursos durante os séculos que foram examinados. A parte dois, que contém 2 capítulos, concentra-se no século XIX e na província do Rio de Janeiro. A quadra histórica da construção do Estado Nacional brasileiro, marcada por uma intensa discussão sobre o lugar da escravidão nesse processo, foi particularmente relevante para compreender as práticas de tratamento destinado aos escravos e às crianças: aos escravos coube a discussão acerca de seu papel no novo Estado em formação e, às crianças, a importância de sua educação e de sua formação como futuras cidadãs do país independente.

PARTE I

CRIANÇAS E ESCRAVOS NOS MANUAIS

CAPÍTULO I - OS PRIMEIROS MANUAIS SOBRE INFÂNCIA E ESCRAVIDÃO DA IDADE MODERNA

I.

Não se pode datar com precisão quando surgiu o primeiro manual ou tratado. Possivelmente foi na Antiguidade quando houve uma necessidade de se normatizar comportamentos. Esse é o principal objetivo dos manuais. Dizer sobre as formas de se vestir, como falar, como andar, como se relacionar, o que fazer, o que não fazer, de que forma se portar diante das inúmeras realidades possíveis. Todas as sociedades têm suas regras, cada povo tem uma forma de se perceber e de retratar a sua autoimagem e os manuais podem nos mostrar como aquela sociedade se vê ou como gostaria de ser vista. Há manuais que são resultado da consolidação de comportamentos de uma sociedade ou de um segmento social, há outros que procuram modificar a realidade. De qualquer forma, todos os comportamentos normatizados nessas obras são resultados de longos processos dos quais hábitos estão sendo reafirmados e modificados. Não nos interessa aqui remontar à Antiguidade para encontrar os primeiros manuais ou para compreender a origem de determinados comportamentos. O objetivo é a análise das obras que tratavam da relação entre pais e filhos e senhores e escravos que foram escritos na Idade Moderna; para isso, tomemos como ponto inicial a obra *De civilitate morum puerilium*, de Erasmo de Rotterdam, publicada em 1530.

Esta obra, que teve diversas traduções e reedições ainda no século XVI e que continuaram até o século XVIII, é um manual dedicado ao filho de um príncipe e trata sobre a educação de crianças e o comportamento de pessoas em sociedade. Como comer, como se portar à mesa, as posturas, os olhares, os gestos, o vestuário e vários outros comportamentos foram ali normatizados por Rotterdam. Mas a importância da obra não está em seu conteúdo, uma vez que ela não mostra uma total ruptura com as ideias sobre o que seria um

comportamento adequado quando comparado com as obras da Idade Média. As formas de se portar estão presentes de maneiras similares em manuais do medievo e na obra de Erasmo de Rotterdam. Mesmo assim, *De civilitate morum puerilium* mostra uma mudança, uma nova forma de auto-interpretação da sociedade europeia. Essa auto-interpretação se baseou na sociedade de corte, onde os comportamentos e as formas de se relacionar com o outro ganharam extrema importância. É aí que está o diferencial da obra de Rotterdam. Foi a partir dela que esse modo cortês dá significado ao que seria o conceito *civilité*, marcando, portanto, o que Norbert Elias chamou de ponto de partida para se compreender o significado deste conceito para a sociedade moderna.³⁴

Este significado vai se tornando cada vez mais claro à medida em que, depois da obra de Rotterdam, surge um grupo de livros que tinham como tema *civilité* ou *civilité pueril*. Influenciados direta ou indiretamente por esse autor, eles foram publicados em diversas partes da Europa, sendo impressos até o século XIX. Esses manuais mostram que durante os séculos XVI e XVII se consolidava um ideal de civilidade. Nesse período, a ideia de cortesia presente no mundo feudal estava sendo substituída lentamente pela de *civilité* e aqueles costumes que foram repetidos durante séculos, mas sem terem se consolidado como hábitos, a partir desse momento não são apenas reafirmados, mas começam a ser exigidos, principalmente entre as classes mais abastadas. Não significa que houve uma ruptura nas formas “ideais” de comportamento, mas sim uma necessidade de padronização e, conseqüentemente, uma coação praticada entre as pessoas perante a exigência desse “bom comportamento”.³⁵

³⁴ De acordo com Norbert Elias, o ideal de *civilité* associado a sociedade de corte surge na França, principalmente após a ascensão do absolutismo. Isso porque a corte, que era a residência dos reis, adquire uma nova importância na sociedade absolutista. A padronização dos comportamentos torna-se, portanto, um artifício de distinção social da nobreza, ou seja, é símbolo de distinção social e não nacional. Apenas após a Revolução Francesa, que permite que a burguesia tenha acesso a aristocracia e comece a compartilhar suas características sociais, que esses comportamentos que antes eram exclusivos de apenas um segmento social, tornam-se nacionais. Cf. ELIAS, 1993; *Id.*, 2011.

³⁵ Para saber mais, cf. *Ibid.*

Junto com essa ideia de *civilité*, reforça-se na Idade Moderna um outro imperativo, não diferente, mas totalmente interligado a esse processo: a de que é possível moldar e condicionar um indivíduo. Seja por variados meios educacionais, como a família, a igreja e a própria sociedade, sejam por formas de coação e possibilidade de exclusão de um determinado segmento social, para a sociedade europeia do mundo moderno, era possível transformar um indivíduo, fazer com que ele abandonasse sua natureza e seus modos bárbaros para ser um homem cortês e civil.³⁶

É nesse contexto que é possível compreender os manuais da Idade Moderna. Eles são a expressão de uma sociedade que assimila o conceito de *civilité* aos ideais da sociedade cortesã, a qual, por sua vez, possuía uma série de normativas sobre “boas maneiras”. Também são resultados de um período onde a padronização de comportamentos se torna cogente e acredita-se no condicionamento do indivíduo através dos diversos meios educativos. Esses manuais apresentam, alguns de forma mais direta, outros de maneira mais sutil, quais as condições para se tornar uma pessoa civil e cortês, a hierarquização da sociedade e o que se esperar dos comportamentos da aristocracia.³⁷

Porém, o ideal de civilidade – ou *civilité*, como denomina Norbert Elias – não determinou apenas as “boas maneiras”, mas toda uma forma de agir e pensar. Não era apenas saber se portar em público, era saber também se relacionar com o outro, era tornar-se um homem sem vícios e procurar por meio da razão eliminar-lhe tudo o que ainda era bárbaro. Nesse sentido, não foram apenas manuais sobre “bons comportamentos” que foram publicados nessa época, mas diversas tipologias continuaram a ser publicadas e outras surgiram.

³⁶ SOUZA, 2008, p. 37.

³⁷ As expressões “aristocracia” e “nobreza” utilizada no trabalho remetem aos termos utilizados por Norbert Elias e pelos autores dos manuais ao analisarem a sociedade europeia da Idade Moderna.

Laís Viena de Souza, em um trabalho sobre Alexandre de Gusmão, faz uma interessante seleção de obras de caráter pedagógico do período e os divide em três categorias.³⁸ A primeira são os manuais de civilidade para a infância, já retratados aqui por meio do exemplo da principal obra desse gênero, *De civilitate morum puerilium* de Erasmo de Rotterdam. É nessa tipologia que o ideal de *civilité* discutido por Norbert Elias está mais evidente, pois as obras tratam exclusivamente sobre as formas polidas de se agir e procuram demarcar o que seria para aquela sociedade o perfil de um homem cortês.

A segunda categoria é chamada por Souza de educação de príncipes. Esses manuais, assim como os de civilidade, não surgem na Idade Moderna, mas em princípios do século IX, porém continuam sendo publicados em períodos posteriores. O objetivo desse gênero é oferecer as instruções necessárias para que os futuros governantes desempenhassem da melhor maneira possível a sua missão. Inicialmente eles possuíam apenas fins didáticos, mas ao irem despertando uma atenção cada vez maior entre moralistas e juristas, esses manuais passaram a destacar também normativas de cunho moral e político. Na Idade Moderna apresentavam três pontos essenciais para a educação de um príncipe, que eram a religião, a cultura e a moralidade. Uma das obras mais conhecidas desse gênero é *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel, publicada postumamente em 1532, tendo traduções e reedições até a atualidade.³⁹

A última categoria, a que a princípio mais interessa aqui, são os tratados para a educação de filhos. Nesse gênero a autora delimita as obras que tinham como objetivo discutir a criação dos filhos, oferecendo aos pais diversas normas sobre o assunto.⁴⁰ Ao

³⁸ A categorização feita pela autora Laís Souza se restringe a obras que tratavam especificamente sobre a infância e métodos educativos. Por esse motivo, outras tipologias de manuais, como por exemplo, os tratados sobre o governo de escravos, não estão inclusos na lista.

³⁹ Para saber mais sobre os manuais de educação para príncipes, cf: DIAS, In: BEJA, 1977; MONTEIRO, 2002, pp. 152-156; HANSEN, In: FREITAS; KUHLMAN JUNIOR, 2002, pp. 61-62; SOUZA, 2008, pp. 38-41.

⁴⁰ SOUZA, 2008, pp. 42-46. É importante destacar que há manuais que não se encaixam apenas em uma categoria, sendo comum encontrar obras que podem ser consideradas tanto “manuais de civilidade para a criança” como “tratados para a educação de filhos”, principalmente a partir do século XVIII.

contrário das outras tipologias que Souza classifica, as obras sobre a educação de filhos começaram a ser publicadas apenas a partir do século XVII, sendo uma das tipologias que surgem no momento em que o ideal de civilidade se tornava cada vez mais categórico.

Mas há um outro aspecto interessante que ajuda a compreender o surgimento dos tratados para a educação dos filhos exatamente nesse período. De acordo com Philippe Ariès, o medievo é marcado pela ausência do sentimento da infância, uma vez que as crianças não eram tratadas de forma específica e se misturavam no mundo dos adultos. Foi no final do século XVI que a sociedade começaria a modificar a forma de perceber a infância, deixando de vê-las como adultos em miniaturas para concebê-las em suas especificidades.⁴¹ A partir de então há um processo de crescente valorização da educação infantil e consequentemente uma produção de gêneros literários de cunho pedagógico. Os autores de manuais de civilidade passam cada vez mais a destinar suas obras para a infância – motivo pelo qual provavelmente Laís Souza denomina essa categoria como manuais de civilidade para a infância, já que ela está analisando os manuais da Idade Moderna –, mas como os ideais de civilidade não se restringiam às boas maneiras, surgem obras para tratar especificamente sobre as formas de se criar um filho.

No entanto, o momento em que o termo *civilité* adquire um novo sentido, relacionado com a ideia de padronização e condicionamento do indivíduo, coincide com o surgimento do sentimento da infância e cria um contexto propício para que os autores preocupados em normatizar comportamentos reelaborem diversas prerrogativas sobre a criação dos filhos. Mas assim como nas obras de civilidade para a infância e educação de príncipes, os discursos presentes nos tratados para a educação de filhos não apresentam uma total ruptura com as prerrogativas de época anteriores, embora haja uma reelaboração dos preceitos, tendo em vista o surgimento do sentimento de infância. Os antigos já discutiam sobre as melhores

⁴¹ Cf. ARIÈS, 2006.

formas de criação dos filhos e o fato de considerar as crianças “adultos em miniaturas” não impediu que esses escrevessem sobre elas. Muitos desses escritos foram usados pelos autores dos tratados para a educação de filhos como base para a elaboração de suas normativas. Todavia, o importante nessa época é o surgimento de um gênero que trata especificamente sobre o assunto e que é capaz de mostrar a forma como aquela sociedade consolidou e reformulou todos os aspectos de épocas anteriores em maneiras de condicionar a criança para que se tornasse um adulto civilizado.

Além dessas tipologias de manuais citadas por Lais Souza, há outra que pode ser acrescentada a essa lista, por ser também de caráter pedagógico e por poder ser compreendida dentro do contexto descrito acima. São os manuais sobre o governo de escravos, cujo objetivo principal era justificar e normatizar a escravidão que ressurgiu no Novo Mundo em decorrência da colonização. Mas embora possamos incluí-los entre os manuais já citados, há fatores que distinguem essa tipologia.

O primeiro deles é que, ao contrário dos manuais sobre a infância, boas maneiras e educação de reis, que em sua grande maioria foram escritos por autores que viviam na Europa, os responsáveis por escrever sobre a escravidão residiam – ou já haviam residido – nas colônias do Novo Mundo e se preocuparam em normatizar apenas aquela sociedade.⁴² Cabe ressaltar que a escravidão na Europa no momento da colonização da América era residual, com poucos escravos concentrados principalmente nas áreas urbanas. Durante a Idade Moderna, a escravidão em larga escala surgiu apenas a partir da segunda metade do século XV, sendo criada por espanhóis e portugueses devido à necessidade de suprir a escassa mão de obra nas ilhas atlânticas orientais. Mais tarde, ela foi implementada na América,

⁴² De acordo com Rafael Marquese, a obra de Du Tertre seria uma exceção por se direcionar principalmente para as audiências letradas e autoridades metropolitanas. Porém, o mesmo autor não considera essa obra como um tratado sobre o governo de escravos, e sim uma obra sobre a história natural dos cativos. Cf: MARQUESE, 2004, p. 33.

principalmente nas Antilhas francesas e inglesas e na América portuguesa.⁴³ Os tratados sobre o governo de escravos surgem para normatizar, portanto, não a Europa como um todo, mas sim as colônias do Novo Mundo, já que a escravidão em larga escala existia apenas naqueles territórios.

O segundo fator é em relação à finalidade daqueles manuais. A sociedade europeia naquele momento tinha poucas experiências em relação à escravidão e os colonizadores que vieram ao Novo Mundo forjaram as relações econômicas e sociais relacionadas diretamente a essa forma de trabalho à medida em que ela se expandia. A escravidão que se desenvolveu nas Américas e nas Antilhas pode ser comparada, ainda que com muitas ressalvas, à escravidão antiga, mas as normas daquele período há muito não precisavam ser seguidas pela sociedade. Não havia, portanto, precedentes recentes que pudessem servir de padrão para os comportamentos que estavam sendo recriados naquele momento. Mas dentro do processo de colonização havia um ideal, que era a exploração e o rápido enriquecimento. Foram esses dois ideais que serviram de base para a construção da relação estabelecida dentro da forma de trabalho escravo das colônias e que fez com que a exploração contínua do escravo se tornasse norma entre os senhores. Porém, essas práticas, pelo menos sob o ponto de vista dos primeiros autores dos manuais sobre o governo de escravos, estavam distantes dos ideais de civilidade que pautavam as relações sociais da Europa naquele período e que se almejava expandir também para o Novo Mundo através dos colonos. Os autores consideravam a prática dos senhores tirânica e bárbara e usavam termos como crueldade para descrever a escravidão. Não que eles criticassem a escravidão, pelo contrário, eles procuraram justificá-la e normatizá-la. A crítica estava na forma como os senhores de escravos tratavam os seus cativos, como se pode ver no *Sermão vigésimo sétimo do Rosário*, de Padre Antonio Vieira.

⁴³ Os primeiros manuais sobre o governo de escravos surgem nas décadas de 1650 e 1660 para as Antilhas francesas e inglesas e na passagem do século XVII para o XVIII na América portuguesa. Para saber mais, cf: MARQUESE, 2004, p. 21.

Os senhores poucos, e os escravos muitos; os senhores rompendo galas, os escravos despidos e nus; os senhores banqueteando, os escravos perecendo à fome; os senhores nadando em ouro e prata, os escravos carregados de ferros; os senhores tratando-os como brutos, os escravos adorando-os e temendo-os como deuses; os senhores em pé apontando para o açoute, como estátuas da soberba e da tirania, os escravos prostrados com as mão atadas atrás como vilíssimas da servidão, e espetáculos da extrema miséria.⁴⁴

Já em Jorge Benci, na obra *A economia cristã dos senhores no governo dos escravos* (1700), o ideal da civilidade fica explícito, pois o autor ao indagar “Que direi pois a estes senhores tiranos e bárbaros, que com tanta inumanidade tratam aos servos enfermos?”⁴⁵, utiliza-se do termo bárbaro, utilizado como oposto ao que seria civilizado.

Aqui há algo completamente diferente em relação aos comportamentos que foram normatizados nos manuais dos quais se falou anteriormente. Se naqueles tratados aquelas normas estavam em fase de consolidação entre a aristocracia e o objetivo dos autores era a difusão dessa prática, nas obras sobre o governo de escravos os autores estavam tratando de comportamentos que, apesar de estarem sendo consolidados entre os senhores de escravos, destoavam das práticas que queriam difundir. Essas obras não representam, portanto, uma autoimagem exata da sociedade colonial das Antilhas e das Américas, ainda que por meio das suas críticas, pode-se conhecer a dinâmica daquela sociedade. Tal como outras obras que tinham como objetivo a propagação de um padrão de comportamento, os manuais sobre o governo de escravos procuravam modificar a realidade.⁴⁶

Mas, se foi o ideal de civilidade o responsável por fazer com que as normativas sobre a escravidão adquirissem um caráter de mudança e não de permanência e difusão,

⁴⁴ VIEIRA, 2011, p. 169.

⁴⁵ BENCI, 1977, p. 75.

⁴⁶ A diferença entre as versões ideológicas presentes nas práticas coloniais e nas obras sobre a escravidão foi percebida por Ronaldo Vainfas. Para o autor, o conjunto ideológico presente nos discursos dos letrados contrariava as relações sociais entre senhores e escravos e isso ocorria, pois, o projeto escravista-cristão era impossível de ser implementado, uma vez que se tratava de uma consciência antagônica às atitudes escravistas já consagradas. Cf: VAINFAS, 1986.

distinguindo-os das demais, é esse mesmo ideal que permite a inserção desses tratados na lista de manuais já analisados. O surgimento das obras sobre a escravidão pode ser explicado, portanto, dentro do mesmo contexto do surgimento dos tratados para a criação dos filhos. Com uma única diferença. Enquanto um foi possível graças a um novo sentimento de infância, o outro surge frente à recriação da escravidão em larga escala no Novo Mundo.

Rafael Marquese aponta outros fatores que explicariam o surgimento dos tratados sobre o governo de escravos, especialmente no âmbito da América portuguesa, e os motivos pelos quais eles começaram a ser publicados apenas em finais do século XVII. O primeiro desses fatores seria a erupção de várias rebeliões escravas, tendo como Palmares seu expoente máximo. A contestação à ordem escravista e a formação de novas comunidades quilombolas, embora não tenha apresentado um perigo para a permanência da instituição escravista, despertou preocupação principalmente na costa nordeste da América portuguesa. Teriam sido essas rebeliões que teriam motivado mudanças na legislação portuguesa em relação à escravidão e esse é um segundo fator apontado por Marquese. A legislação que havia até então, prescritas nas Ordenações Manuelinas e Filipinas e nas legislações complementares, não regulamentavam a relação senhor-escravo, tratando apenas sobre a legitimação da escravidão, do tráfico de escravos e das receitas régias por ele geradas. Mas após Palmares, várias cartas régias foram publicadas durante do governo de D. Pedro II com o objetivo de coibir abusos dos senhores em relação a seus escravos, uma vez que relacionavam os maus tratos aos cativos às fugas.⁴⁷

O terceiro fator apontado é a situação pela qual a Companhia de Jesus se encontrava nesse período. Sendo questionada pelos colonos por possuir grande propriedades rurais e urbanas, serem isentos do dízimo e terem sob seu domínio um grande número de índios –

⁴⁷ Cartas régias de 20 e 23 de março de 1688, 23 de fevereiro de 1689 e 7 de fevereiro de 1698. Para saber mais sobre essas cartas régias, cf: MARQUESE, 2004, pp. 50; 65-68; LARA, 2000.

contrariando, de acordo com os senhores de escravos, a defesa que os próprios jesuítas faziam sobre a liberdade indígena –, a Companhia passava por uma fase de questionamentos e perda de espaço na sociedade colonial. As obras publicadas sobre o governo de escravos seriam, portanto, uma resposta dos jesuítas aos ataques dos colonos, por meio da demonstração de falhas por parte dos senhores de escravos em suas atitudes com seus cativos.⁴⁸

É frente a esse contexto que Rafael Marquese compreende o surgimento dos tratados sobre o governo de escravos no final do século XVII e a importância dos jesuítas na publicação dessas obras. Aspectos que não contradizem com aqueles já analisados, pelo contrário, ajudam a compreender o motivo pelo qual os autores desses primeiros manuais normatizaram no sentido não de difundir padrões de comportamentos, mas sim de mudar esses padrões consolidados. As atitudes dos senhores de escravos, além de não se encaixarem no que era considerado civilidade para a época, foram relacionados ao aumento da resistência escrava e do número de quilombos. E as tentativas de mudar os padrões de comportamentos aparece tanto nos tratados como nas legislações.⁴⁹ E para completar, temos como os autores dos manuais os jesuítas, que ao se sentirem pressionados pelas críticas, procuram por meio de suas obras criar normativas baseadas no ideal de civilidade e de cristandade.

O fato de termos exclusivamente os jesuítas como autores das primeiras obras sobre escravidão na América portuguesa pode ser associado a dois fatores. O primeiro é que não havia nesse período um grande número de letrados, e entre esses a sua grande maioria provavelmente eram eclesiásticos, por vez que a própria inserção na instituição religiosa demandava o letramento. O segundo motivo é a impossibilidade de publicação dessas obras

⁴⁸ MARQUESE, 2004, pp. 49-51.

⁴⁹ . É importante destacar que tanto as cartas régias como as obras não procuraram suprimir a soberania doméstica, tendo em vista que normatizavam sem tirar do senhor o seu poder sobre os escravos. Seria o senhor que continuaria a decidir sobre a quantidade de trabalho destinado ao escravo, assim como a vestimenta, a alimentação e os castigos. O que essas leis e os tratados destacavam era a forma como os senhores deveriam agir em relação aos seus cativos de maneira a não deixar esses últimos em situação de miséria e crueldade. Para saber mais sobre a soberania doméstica, cf: *Ibid.*, pp. 65-68; LARA, 200, p.38.

na colônia portuguesa, já que eram proibidas o estabelecimento de imprensas. Dessa forma, as obras deveriam ser publicadas em Portugal e com a autorização das ordens eclesiásticas e régia, o que fazia com que livros que estivessem alheios às concepções cristãs e as do Antigo Regime não fossem publicadas, pelo menos de forma legalizada.⁵⁰ Esses dois aspectos são relevantes, uma vez que os autores dos tratados para a educação de filhos também são eclesiásticos, sendo Alexandre de Gusmão um jesuíta que nasceu em Lisboa em 1629, mas que aos 15 anos veio com a família para o Brasil, onde ficou até sua morte em 1725; e Frei Pedro de Santa Maria, os quais dentre as poucas informações que se tem, sabe-se que era um religioso da Ordem dos Pregadores, no Real Convento de S. Domingos de Benfica.⁵¹ Nesse sentido, percebe-se que a elaboração de manuais em fins do século XVII e nas primeiras décadas do XVIII eram práticas comuns entre eclesiásticos, sendo esse um dos meios utilizados pela Igreja para difundir seus ideais.

II.

Nos tratados para a criação de filhos publicados na América portuguesa há algumas concepções que são essenciais para os autores. Uma delas é a importância da criação desde a tenra idade. Essa ideia estava relacionada com a percepção da época sobre a possibilidade de se moldar o indivíduo e embora acreditassem que em qualquer momento da vida alguém poderia mudar seus modos, defendiam que alguns vícios e costumes adquiridos na infância dificilmente seriam corrigidos na juventude ou na fase adulta. A puerícia seria, portanto, o período ideal para o condicionamento humano, uma vez que, embora os pequenos fossem incapazes de agir pela razão, sua pouca idade permitiria que agissem facilmente pelo

⁵⁰ MARQUESE, 2004, pp. 48-49; VAINFAS, 1986, pp. 45-62.

⁵¹ Para saber mais sobre Gusmão: SOUZA, 2008; VENÂNCIO, 2004; ARAÚJO; TOLEDO, 2008; FREITAS, 2011. Sobre Frei de Santa Maria, cf: CAVADAS e SOUZA, 2008.

costume. Os autores Pedro de Santa Maria, em sua obra *Tratado da boa criação e polícia cristã em que os pais devem criar seus filhos* (1633), Alexandre de Gusmão, na *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* (1685), trataram inúmeras vezes sobre esse tema, como se pode ver nas citações abaixo.

E se de pequenos estes princípios levam, não há dúvida que os conservarão e neles lustrarão quando grandes, e os a que estes faltam, sempre são grosseiros e sujos.⁵²

Mal pudera sair ao diante bom discípulo, e muito menos bom mestre, o que na tenra meninice em costumes foi mal criado.⁵³

É de tanta importância, ó pais de famílias, a boa criação dos filhos na idade da puerícia, de tão infelizes consequências sua ruim educação que, de um e outra coisa, pela maior parte, depende o bom ou mau sucesso de vossas famílias. Se vossos filhos forem criados desde sua primeira idade em santos e honestos costumes, podereis esperar deles boa ventura. Se pelo contrário forem criados em liberdade de vida, e depravados costumes, podereis com fundamento temer a ruína de vossas famílias e, de toda a república, o escândalo.⁵⁴

Donde se segue a importância de que a boa criação dos meninos comece logo dos primeiros anos; porque, ainda que naquela idade não haja capacidade, que há na crescida, para a razão, há facilidade para o costume; ainda que não há prudência para a discrição, há docilidade para a doutrina e correção.⁵⁵

Percebe-se através desses trechos que os autores defendem que a importância da boa criação desde a tenra idade se dava principalmente porque dela dependia o futuro das crianças, da família e até mesmo da república. Nesse contexto fica claro a importância que a criança adquire nesse período. Acreditava-se que ao mudá-las e ao condicioná-las a determinado padrão de comportamento, seria possível mudar todo o resto.

E para exemplificar aquela prerrogativa, os autores utilizaram a teoria da “tábula rasa”. Aristóteles já havia utilizado esse vocábulo ao destacar a importância da experiência

⁵² SANTA MARIA, 2008, p. 208.

⁵³ *Ibid.*, p. 243.

⁵⁴ GUSMÃO, 2004, p. 13.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 120.

humana para o conhecimento, ponto esse em que foi discordante em Platão e Descartes, que acreditavam que determinados princípios eram inerentes ao conhecimento humano e independiam da experiência. Os autores apostaram, porém, na concepção de Aristóteles e reutilizaram o conceito de “tábula rasa” com o objetivo de mostrar a preocupação que se deveria ter na criação dos filhos desde os primeiros momentos.⁵⁶ Nas palavras de Alexandre de Gusmão,

Um político disse que eram os ânimos dos meninos como uma tábua rasa que um insigne pintor tem aparelhada para pintar nela qualquer imagem, o que nela quiser pintar isto representará, se anjo, anjo; se demônio, demônio representará. E assim como sair bem, ou mal pintado, o quadro depende das primeiras linhas que nele o pintor lançou; assim o sair bem, ou mal criado, o filho depende dos primeiros ditames que nele, como em tábua rasa, debuxou o pai enquanto menino.⁵⁷

E mais a frente complementa.

Perguntai-o ao mais insigne pintor e dirvos-à que tudo esteve nas primeiras linhas ou nos primeiros borrões. Das primeiras linhas, que vireis lançar no quadro, colhereis o que há de vir a ser o painel; e do primeiro debuxo, que nele lançou ao artífice, dependeu todo o bom sucesso da pintura. O mesmo sucede nos ânimos pueris, que, como tábuas rasas, estão dispostos para se formarem neles quaisquer imagens; conforme for a primeira doutrina, conforme a primeira educação que deres e vossos filhos, podereis conhecer o que hão de vir a ser; serão bons filhos, se fores bem criados na puerícia; e maus, se forem mal formados no princípio; porque, assim como sair bem ou mal pintado o painel depende do primeiro debuxo que nele lançou a mão do oficial; assim sair bem ou mal criado o filho depende da primeira criação que se pai lhe deu.⁵⁸

O político ao qual Alexandre de Gusmão se refere no primeiro trecho é Don Diego de Saavedra Fajardo e a obra é *Idea de um príncipe cristiano representado em cien empresas*

⁵⁶ A teoria da “tábula rasa” é conhecida principalmente por meio de John Locke, sendo que muitos trabalhos afirmam ser ele o autor dessa teoria. Ele desenvolve essa ideia na obra *Ensaio sobre o Entendimento Humano*, publicada originalmente em 1690 e considerada a base para a compreensão do empirismo britânico. Porém percebe-se que a teoria tem sua origem em Aristóteles e antes mesmo da publicação da obra de Locke, autores já vinham a utilizando para falar sobre a infância. Cf: MELLO, In: WEFORT, 2000, pp. 79-110; PINKER, 2004.

⁵⁷ GUSMÃO, 2004, pp.13-14.

⁵⁸ *Ibid.*, pp. 14-15.

(1643), na qual ele afirma que o homem nasce nu, ignorante em qualquer língua, que são rasas as tábuas do entendimento e que seria através da educação, que nestas tábuas rasas seriam impressas a doutrina, as artes e as ciências.⁵⁹ Essa teoria também está presente na obra de Pedro de Santa Maria, que afirma que “os moços são tábua rasa, ou como a cera mui branda”.⁶⁰ Os autores utilizam inclusive várias outras metáforas para mostrar a importância da criação desde os primeiros anos. A ideia de cera branda de Santa Maria, também foi utilizado por Gusmão, que afirma que a cera, o barro e os metais só podem ser lavrados quando brandos. O mesmo autor vale-se ainda do exemplo das plantas, que enquanto estão novas se transplantam e enxertam melhor.⁶¹ Pedro de Santa Maria fala ainda sobre os vasos de barro, que perdem o cheiro natural e conservam o do primeiro licor que se envasilhou nele.⁶²

Por meio de diversas metáforas os autores demonstram, portanto, como consideravam essenciais os primeiros ensinamentos destinados às crianças, pois era por meio da boa criação que se poderia alterar a natureza dos pequenos. Natureza essa marcada pela falta de controle dos apetites, das paixões e pela falta da razão. Os autores afirmam que algumas crianças poderiam nascer com um perfil mais brando, outras poderiam ser mais difíceis, mas em ambos casos defendem que somente a criação faria com eles se encaixassem dentro do padrão que estavam normatizando. Gusmão utiliza um caso interessante para contrapor a natureza à criação.

Licurgo, rei e legislador dos espartanos, para explicar a seus cidadãos a importância da primeira educação, usou de um vulgar exemplo entre os autores de grande estimação. Criou dois cachorros em casa, filhos ambos dos mesmos pais; um criou em casa com as migalhas de sua mesa e, como escreve Rodigino, costumou ter [um] com a boca em uma vela acesa; o outro cachorro aplicou ao exercício da caça. Para persuadir, pois, a seu povo, os santos e virtuosos costumes e de quanta importância era para isso a criação boa desde a puerícia, fez vir diante de todos os dois cachorro,

⁵⁹ SOUZA, 2008, pp. 32-33.

⁶⁰ SANTA MARIA, 2008, p. 244.

⁶¹ GUSMÃO, 2004, p. 120.

⁶² SANTA MARIA, *op.cit.*, p. 45

lançou-lhes ao mesmo tempo uma lebre viva com umas poucas [porções] de espinha de peixe; o cachorro que estava acostumado à caça, não fazendo caso das espinhas de peixe, se enviou logo à lebre e a colheu; o cachorro que estava acostumado ao descanso, largou a vela, que tinha na boca, se enviou às espinhas e não tratou da lebre. Então, o prudente príncipe, falando com os seus disse: não vedes como pode com estes mais a criação que a natureza? E não vedes, ó cidadãos, como estes dois cachorros, sendo ambos da mesma casta, filhos dos mesmos pais, pela diversa criação que tiveram saíram de tão diferentes inclinações.⁶³

Vinculada a essa ideia, destaca-se uma outra concepção dos autores desse período: a importância dos pais na criação dos filhos. Por meio de exemplos, que muitas vezes se repetem nesses tratados, percebe-se que os pais eram considerados os únicos responsáveis pelo sucesso ou fracasso das crianças e da própria família. Pedro de Santa Maria retrata uma lei romana, que segundo ele dizia:

Ordenamos e mandamos que todo o cidadão romano e que no âmbito de Roma for vizinho, seja obrigado de dez anos acima a ter seu filho mui bem doutrinado e se acaso o moço pelo deixar andar ocioso, ou por lhe não haver ensinado ofício, fizer algum desacato a alguém, ou cometer alguma desordem, não menos o pai que o filho sejam castigados, porque não há cousa que mais vícios gere nos povos que serem os pais descuidados e os filhos atrevidos.⁶⁴

Dessa forma, de acordo com Santa Maria, em Roma quando alguma criança se mostrasse mal disciplinada, castigava-se o filho e se desterrava o pai, defendendo que “o castigo era justo, porque maior pena merece o pai pelo que consente, que o filho pelas travessuras que faz”.⁶⁵ Outro caso contado nos tratados era o do sumo sacerdote Heli, que tinha dois filhos, Ofni e Feneias. Heli, apesar de ser um ótimo e zeloso sacerdote, não soube disciplinar seus filhos, não os castigando perante os erros, permitindo-os que procedessem mal e escandalizassem todo o povo. Por esse motivo, Heli e seus dois filhos foram castigados por Deus. Os filhos tiveram uma morte desastrosa, em um mesmo dia e mesmo lugar. Já o sacerdote Heli, primeiro ficou cego, em castigo do cego amor que amava seus filhos, e depois teve uma morte

⁶³ GUSMÃO, 2004, pp. 16-17.

⁶⁴ SANTA MARIA, 2008, p. 49.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 50.

repentina. Alguns questionaram como Deus poderia ter castigado Heli, que era um sumo sacerdote tão honrado, porém a explicação estava na negligência que ele teve ao criar seus filhos. “Não havia Eli cometido estes delitos senão seus filhos, diz Abulense, mas porque os havia dissimulado e não castigado como convinha, os reputou Deus por próprios e os castigou”.⁶⁶ Há ainda o exemplo de um jovem mancebo, que vivia uma vida de vícios e malícia sem que seu pai o castigasse pelo que fazia. Tão graves foram os insultos desse mancebo que, preso, recebeu a pena de enforcamento. Estando já na forca, ele pediu encarecidamente que o permitissem ver o pai, que chegando próximo ao filho para despedir-se, antes de dizer uma só palavra teve o seu nariz arrancado. O filho, que havia feito isso com os próprios dentes, disse:

Tenham os pais por lembrança minha triste morte que se o meu me castigara quando menino e em minha má inclinação me não deixara engolfar não viera eu em tal miséria parar. E assi dele me queixo e assi me despido.⁶⁷

Esses são apenas alguns exemplos dados pelos autores que mostram como naquele período se depositava toda a responsabilidade nos pais e no processo de criação. A ameaça do castigo, que poderia ser o desterro, a morte, um nariz arrancado, um fracasso na idade adulta ou até mesmo o fracasso de toda a república, mostra como, através do medo, procurava-se incutir na mentalidade da sociedade daquela época a importância que se deveria dar a criação dos filhos. Mas dentre todos os castigos, o pior seria não conseguir a salvação da alma e sofrer na eternidade por todas as penas cometidas. Jean Delumeau em trabalhos sobre o medo no ocidente na Idade Moderna, afirma que a Igreja, tanto católica como protestante, utilizou da angústia coletiva sobre o desconhecido – mar, estrelas, lobo, peste, guerras – para influir na sociedade que os infortúnios terrestres eram resultados da ira de

⁶⁶ GUSMÃO, 2004, p. 57; SANTA MARIA, 2008, pp. 52-53.

⁶⁷ SANTA MARIA, *op. cit.*, p. 55, GUSMÃO, *op. cit.*, pp. 45-46.

Deus e dos santos. Lutar contra os pecados, seria, portanto, lutar contra Satã e seus agentes, garantir que não houvessem adversidades na vida terrestre e conseguir a salvação da alma. Por meio da análise de Delumeau, percebe-se como os autores utilizaram do medo tanto para incutir na sociedade as premissas que queriam impor como para justificar os castigos provenientes de Deus.⁶⁸

No mais, aqui fica claro como o processo de coerção presente na Idade Moderna entre os indivíduos não se restringia às práticas de boas maneiras. A pressão também estava presente na forma de se educar as crianças e os tratados para a educação dos filhos são o resultado de um momento o qual se procurou padronizar também a criação dos pequenos.

Para a elaboração de suas prerrogativas, percebe-se que os autores utilizavam como base obras, contos e leis do período da Antiguidade, citando por várias vezes Aristóteles, Platão, Sêneca e vários outros.⁶⁹ Como dito anteriormente, os comportamentos normatizados nos tratados para a criação de filhos não representaram uma total ruptura com os períodos anteriores, embora o surgimento do sentimento de infância fez com que houvesse reelaborações em suas normativas. Filósofos e pensadores da Antiguidade escreveram sobre filhos e sobre a criação desses, embora entre eles não houvesse o sentimento descrito por Ariès que pudesse distinguir as crianças em suas especificidades. Ao afirmar que o sentimento de infância surge em finais do século XVI, o que Ariès percebe é uma mudança na relação entre pais e filhos e entre a sociedade e criança, que aos poucos deixa de ser vista como um adulto em miniatura. Mas essa mudança está relacionada mais com a forma de percepção da infância do que com os padrões de comportamento conexos à criança. É certo

⁶⁸ DELUMEAU, 2003; *Id.*, 2009. Para justificar os castigos divinos, Jean Delumeau se vale de um trecho de Eustache Deschamps, que afirma: “Com o tempo, como [Deus] poderia tolerar isso? É preciso que em definitivo ele salve e proteja a verdade e a justiça, que castigue o mal e os maus, os blasfemadores venenosos e os tiranos. Senão, perderia sua divindade e, afinal, não seria mais considerado um Deus por ninguém se cada um fizesse sem tréguas aquilo que tem vontade e desprezasse sem pudor e tão vergonhosamente Deus. Sua palavra e seus mandamentos, como se ele fosse um louco ou um títere que não atribuisse nenhuma seriedade às suas ameaças e às suas ordens (...)”. DESCHAMPS, pp. 114-115, balada MCCXL *apud* DELUMEAU, 2009, p.338.

⁶⁹ Na obra reeditada e organizada por Renato Venâncio há um índice onomásticos, onde fica claro as citações utilizadas por Gusmão em sua obra. Cf: GUSMÃO, 2004.

que Philippe Ariès afirma que nesse período os pequenos passaram a ser mais surrados, para citar apenas um exemplo de possíveis mudanças nos padrões de comportamento que ocorreram a partir do final do século XVI, mas isso não significa que castigos físicos não existissem anteriormente e nem que não tenham sido tema de discussões entre autores da Antiguidade. O que ocorre é que as prerrogativas antes normatizadas por autores de época anteriores ganham maior ênfase nos discursos dos autores modernos, uma vez que esses, em grande parte em decorrência do próprio sentimento de infância, preocupam-se em escrever obras exclusivamente sobre as crianças. Portanto, os fundamentos sobre a infância e a família dos discursos clássicos fazem parte da matriz intelectual utilizada pelos autores dos tratados para a educação e filhos, embora esses tenham sido reelaborados.

Mas não é apenas o discurso clássico que embasou as normativas desses autores. Eles também utilizaram preceitos presentes nas Escrituras Sagradas e argumentos pautados exclusivamente na moralidade cristã. A isso, pode-se relacionar a Reforma Católica, que foi de suma importância em todo o processo de surgimento desses manuais, visto que, ao surgir o sentimento da infância, a criança começou a ser vista como peça fundamental para a expansão da religião. Como destacado anteriormente, os autores dos primeiros manuais desse gênero, o jesuíta Alexandre de Gusmão e o Frei Pedro de Santa Maria eram vinculados diretamente à Igreja Católica. Consequentemente, estavam inseridos dentro de um contexto intelectual marcado por uma concepção cristã, que naquele período se preocupava em barrar a propagação da Reforma Protestante. Esses primeiros manuais surgem, portanto, como um aporte para a Igreja Católica, pois ao incentivar os pais a criar os filhos dentro dos dogmas cristãos determinados pelo Concílio de Trento, procurava-se ao mesmo tempo bloquear o protestantismo e difundir o catolicismo.⁷⁰ Por outro lado, a própria Igreja foi essencial para

⁷⁰ É importante destacar que a Igreja Católica criou o *Index Librorum Prohibitorum*, que era uma lista de livros proibidos, o que tornava difícil a publicação e circulação de livros que não condiziam com os interesses do catolicismo nos países católicos. Essa primeira lista foi publicada pela primeira vez em 1559, sendo reeditada de tempos e tempos e tendo uma versão revisada inclusive no Concílio de Trento. Porém, isso não significa que

a difusão do modo de vida baseado na ideia de civilidade que se forjava naquele período, uma vez que a educação estava, em sua boa parte, sob o controle dos eclesiásticos. Devido essa grande influência católica, ser um bom cristão passa a ser uma das características de um indivíduo civilizado. E não foi apenas pelos meios educacionais que a Igreja conseguiu difundir seus ideais, mas também através da sua capacidade de persuasão na sociedade e por meio dos manuais.

Os tratados publicados do século XVII podem ser considerados, no entanto, manuais cristãos sobre a criação dos filhos. Por ter essa influência, as normativas, mesmo aquelas que não estão relacionadas diretamente à religião, são embasadas pela moralidade cristã. Dessa forma, ainda que os autores falem sobre os tipos ideais de roupas, de alimentos ou quando tratam sobre a educação e as brincadeiras, o que se percebe é um discurso claramente influenciado pelas concepções tridentinas. E por estarem interligadas a moralidade cristã, as normativas buscam determinar o necessário para criar filhos virtuosos, honestos e dentro dos bons costumes. Pouco se fala sobre a saúde física das crianças e mais se preocupa com a salvação da alma.

Isso fica claro quando se analisa as justificativas dos autores na defesa da amamentação materna. Para Alexandre de Gusmão há cinco pontos que deveriam ser levados em consideração. O primeiro é que o leite da mãe é mais saudável, uma vez que esse seria o mesmo alimento que a criança recebia quando ainda estava no ventre; o segundo motivo é evitar que maus costumes e inclinações passem para a criança através do leite, já que se acreditava que isso era possível; o terceiro motivo seria a impiedade e crueldade da mãe não amamentar seu filho; o quarto é que amamentar era uma demonstração de amor; e o quinto e

em países onde ocorreu a Reforma Protestante não tenha sido possível publicar obras com diferentes ideais. No caso dos Tratados sobre o governo de escravos, Marquese cita a obra do anglicano Morgan Godwyn *The negro's & indian advocate*, que trata sobre a escravidão nas Antilhas inglesas e foi publicada em 1680 em Londres (MARQUESE, 2004, pp. 41-42). Percebe-se portanto, que tanto protestantes quanto católicos publicaram manuais, cada qual dentro da possibilidade de cada região específica.

último é que a mãe ao amamentar o filho seria retribuída com seu amor e obediência⁷¹. Algumas dessas ideias também estão presentes na obra de Pedro de Santa Maria, como por exemplo, a ideia de que a criança adquiria costumes através do leite materno e a de que o filho ama mais quem o cria do que quem o concebeu, por isso a amamentação garantia a retribuição do amor e a obediência.⁷² Santa Maria também apresenta um aspecto sobre a saúde, mas não em relação à criança, e sim à mãe. Para ele,

Ūa cousa (queria) advertissem as mulheres, que assi como vivem mais sãs as que parem que as que não parem, assi as que criam que as que não criam, pera que ao menos por sua saúde o façam, e que é justo juízo de Deus que os emplastos que usam pera secar o leite, esses sejam ocasião de lhes cortar a saúde.⁷³

Dentre todas as justificativas, percebe-se que apenas uma em cada autor trata diretamente da saúde da criança ou da mãe. E mesmo nessas normativas há a influência cristã, como fica claro no último trecho citado, quando Santa Maria afirma que é “justo o juízo de Deus” ao fazer adoecer a mãe com os mesmos emplastos que usa para secar o leite. Já as outras normativas, todas estão relacionadas ao que era considerado um costume ideal ou uma forma de se conquistar a obediência e o amor do filho, ou seja, concepções que estavam inseridas na moralidade cristã da época.

Santa Maria também discute sobre a vestimenta e a alimentação das crianças, dedicando dois entre os trinta e quatro capítulos de sua obra sobre esses temas. Mas em nenhum momento, ele destaca tipos de roupas ou comidas ideais para a conservação da saúde dos pequenos. Nesse ponto, pode-se até dizer que essas normativas se apresentam mais como normas sobre boas maneiras, embora siga todo o padrão da obra apresentando falas

⁷¹ GUSMÃO, 2004, pp. 146-148.

⁷² SANTA MARIA, 2008, pp. 32-39.

⁷³ *Ibid.*, p. 32.

direcionadas aos pais como formas de se educar um filho. Na obra do Frei, há um trecho que diz:

Notou São Cipriano que se a Deus pareceram bem vestidos de cores, que ordenara também às ovelhas as dessem, em as lãs as tivessem, mas ordenou que só fossem brancas, ou pretas, e não verdes ou roxas, azuis, ou amarelas, porque o usar de vários cores, no vestir e trajar, o diabo o inventou, diz o santo, e assi mesmo os broslados e guarnições. (...) Tudo foi invenção, arte e indústria que o diabo inventou. E assi mesmo anéis, gargantilhas, furar as orelhas, pintar as queixadas, tudo do diabo foi arte.⁷⁴

E quando recrimina o ato de comer reclinado ou recostado, afirma:

Onde se deixa ver o como ficou lugar à gloriosa Madalena, pera que estando o Senhor (como estava) à mesa sentado, ela ficasse a seus pés derramando lágrimas sobre eles, que os tinha pera fora pela postura e forma de se assentar e estar à mesa (...).⁷⁵

O ensino da religião, dos mistérios e dos dogmas cristãos são, em contrapartida, assuntos principais nesses tratados. Santa Maria dedica vários capítulos para tratar de Nossa Senhora, explicar os mistérios, ensinar o rosário; temas que ele afirma serem essenciais estarem em sua obra para que os pais aprendam e repassem a seus filhos.⁷⁶ Em Gusmão, há a recomendação aos pais de “oferecerem” os filhos a Deus desde os primeiros dias de vida, a ensinar-lhes os dogmas cristãos e as orações, a agirem em concordância com os ensinamentos católicos, como se pode ver nas citações a seguir:

Deus, Nosso Senhor, Percebe, ama e defende os filhinhos dos homens e por isso se goza muito que lhos ofereçam logo de pequenos. Porque, ainda que Deus, Nosso Senhor, se agrada muito de todas as criaturas, porque é pai e senhor destas e destes, se agrada mais por sua inocência.⁷⁷

Primeiramente, assim como são obrigados os pais, por lei da natureza, buscar aos filhos o devido alimento corporal para a vida do corpo; assim, por lei divina e natural,

⁷⁴ SANTA MARIA, 2008, p. 199.

⁷⁵ *Ibid.*, pp. 205-206.

⁷⁶ Entre os capítulos 13 e 19 o autor trata especificamente sobre Nossa Senhora, as formas de como rezar o rosário e os mistérios. *Ibid.*, pp. 64-139.

⁷⁷ GUSMÃO, 2004, p. 134.

estão obrigados a procurar o alimento espiritual para a vida das almas dos mesmos filhos; de tal sorte que pecarão gravemente se nisto forem negligentes que, por falta da devida educação, saírem os filhos mal criados, ou por falta da doutrina, saírem tão ignorantes que não saibam das coisas necessárias para poderem conseguir o fim sobrenatural para que Deus os criou.⁷⁸

Mas não é apenas por defenderem o cristianismo e por não se aprofundarem em aspectos como a saúde da criança que se pode considerar esses manuais como cristãos. Nas duas obras os autores defendem uma criação baseada em preceitos moralistas da época. Para se bem criar um filho, os pais deveriam ensiná-los desde cedo a não terem vícios, a serem honestos e de bons costumes, a não pecar e não ir contra os mandamentos definidos pela Igreja Católica. Em cada discurso há o exemplo de um homem santo ou um pecador. E no fim, seria apenas a boa criação que permitiria pais e filhos desfrutarem a salvação eterna. Esse seria o ponto central desses autores: como criar os filhos de modo que esses, após a morte, não sofram com as penas do inferno.

Os tratados para a criação de filhos são, portanto, uma combinação de discursos clássicos sobre a família e as crianças com Escrituras Sagradas, ambos reformulados com base na Reforma Católica e na concepção de moralidade cristã e civilidade que foram difundidos pela Igreja Católica na Idade Moderna. Os manuais faziam, portanto, parte de um projeto maior de difusão do catolicismo.

III.

Embora com objetivos distintos e normativas, pelo menos a princípio, diferentes, as obras sobre a administração de escravos e sobre a educação de filhos apresentam discursos muito semelhantes: ambos estavam pautados na teoria cristã⁷⁹, tendo como base preceitos de

⁷⁸ GUSMÃO, 2004, p. 43.

⁷⁹ A expressão “teoria crista” foi utilizada pelo historiador Rafael Marquese para caracterizar os tratados sobre o governo de escravos publicados em fins do século XVII e início do século XVIII. Cf: MARQUESE, 2004.

Escrituras Sagradas e pensadores da Antiguidade, normas que apelavam para a caridade cristã e para a prática de bons costumes, influência das Reformas Protestante e Católica e o mesmo perfil de autores. O próprio contexto que explica o surgimento desses manuais auxilia na compreensão dessas semelhanças. São obras que surgiram durante o século XVII, com o objetivo de padronizar comportamentos, que por sua vez eram baseados no ideal de civilidade que estava sendo fortemente difundido na época. Tinham como semelhança também um grupo de autores vinculados diretamente à Igreja Católica por serem eclesiásticos – mesma Igreja que assume nesse período papel importante como difusora desses preceitos, vinculando ao ideal de civilidade, prerrogativas cristãs. Esses autores faziam, portanto, parte de um mesmo contexto intelectual e social e embora as normatizações tivessem como foco objetivos distintos, a base principal utilizada para a elaboração de seus discursos foram os mesmos.

Obviamente, por se tratar de temas diferentes, a construção da narrativa tem pequenas distinções. Rafael Marquese, ao analisar os tratados sobre o governo de escravos publicados nas Antilhas inglesas e francesas e na América portuguesa durante o século XVII e início do XVIII, afirma que

Redigidos por missionários europeus, esses textos apresentaram uma teoria do governo de escravos que pode ser denominada como cristã não apenas por conta de seus autores (jesuítas, dominicanos e anglicanos), mas sobretudo devida às convenções intelectuais que foram empregadas (uma combinação do discurso clássico sobre *oikonomia* e agronomia com o discurso bíblico das obrigações recíprocas) e ao escopo de suas prescrições (busca da normatização do comportamento senhorial com base em preceitos cristãos).⁸⁰

O que Marquese chama de “convenções intelectuais” é principal ponto de diferença entre essas obras. Não há, obviamente, nenhum discurso clássico sobre *oikonomia* e agronomia nos tratados sobre a infância e sim, aqueles que tratavam sobre crianças e famílias. Mas

⁸⁰ MARQUESE, 2004, p. 23.

ambos discursos, tanto o de agronomia e de *oikonomia* quanto os de família e infância, foram baseados em discursos clássicos, tendo como principais expoentes Aristóteles e Platão. E em relação ao discurso bíblico, nas obras sobre a infância ele não foi baseado na teoria das obrigações recíprocas. Nessas obras, o que há é uma percepção de que a criação dos filhos é uma obrigação paterna, uma vez que o sucesso ou fracasso dos pequenos quando adultos dependem exclusivamente da dedicação dos pais. O que os pais poderiam esperar de uma boa criação eram filhos obedientes e virtuosos, mas isso não era visto como uma obrigação dos filhos, apenas uma consequência da sua criação. No caso das obras sobre escravidão, os autores destacam o fato que os senhores de escravos já são beneficiados por receberem todo o fruto do trabalho dos cativos e por esse motivo são obrigados a oferecer o sustento aos mesmos. Mas percebe-se que quando se trata do “escopo de suas prescrições” as características são as mesmas. As duas tipologias buscaram a padronização de comportamentos baseado em preceitos cristãos.

E assim como a Contrarreforma é fundamental para a compreensão dessa moralidade cristã nos tratados para a criação dos filhos, ela é a principal chave explicativa para entender os tratados sobre o governo de escravos, pois, se por um lado temos a criança sendo considerada peça fundamental para a expansão do catolicismo, principalmente depois do surgimento do sentimento da infância, por outro temos os escravos fazendo parte do mesmo processo de expansão por meio da catequização praticada no Novo Mundo.⁸¹ A importância que essas obras deram à cristianização de crianças e escravos fica explícita nos trechos a seguir. Jorge Benci, em sua obra *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* (1700), afirma que

⁸¹ Como já foi dito em nota anterior, a Reforma Protestante também procurou difundir seus ideais por meio de manuais, utilizando os escravos e as crianças como meios de expansão da religião. Mas por Portugal ser um país católico, procurou ao máximo impedir a expansão do protestantismo em suas terras. As obras publicadas ali apresentam principalmente as concepções do Concílio de Trento.

Como os servos são criaturas racionais, que constam de corpo e alma, não só deve o senhor dar-lhes o sustento corporal para que não pereçam seus corpos, mas também o espiritual para que não desfaleçam suas almas.⁸²

Trecho bem parecido com o do autor Alexandre de Gusmão, o qual questiona que “se os pais têm grave obrigação de buscar o necessário para a vida temporal dos filhos, quanta maior é a obrigação de lhes procurar o necessário para a vida espiritual da alma?”⁸³

Mas para além da construção da narrativa há outros aspectos que são importantes serem tratados e um deles é sobre os temas abordados nas obras. Esses temas não são em sua totalidade iguais, justamente por tratarem de assuntos diferentes, mas alguns deles são os mesmos. Entre eles pode-se citar a importância da cristianização (como foi visto acima), as vestimentas, a alimentação, a saúde e tipos de punição. Em alguns casos a normatização é a mesma, em outros elas se contrapõe, mas o próprio fato das obras terem esses temas em comum já é significativo. Em relação à cristianização já foi destacado como o discurso é semelhante. Vejamos agora em relação às vestimentas, à alimentação e à saúde.

No trecho supracitado de Santa Maria há uma clara repreensão no uso de roupas muito coloridas e de muitos enfeites. O mesmo se dá na obra de Gusmão.

Outro modo de permitir aos filhos a desonestidade está no demasiado alinho com que os tratam e enfeitam. Há, entre os santos padres, coisa mais abominada que a vaidade do vestir? Não chamam os enfeites laços do diabo, armas de Vênus, hábito desonesto, incentivo da luxúria e lenha com que se fomenta o fogo infernal da sensualidade?⁸⁴

Mas em relação aos escravos, o problema não estava no luxo de suas vestes, e sim na ausência de roupas adequadas.

Bem seu que o ornato dos servos é crédito dos senhores; porque, como diz S. João Crisóstomo, o senhor que consente que seus escravos andem indecentemente

⁸² BENCI, 1977, p. 83.

⁸³ GUSMÃO, 2004, p. 217.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 178.

despidos, ou tão rotos, que mais serve o vestido de os descobrir que os cobrir, a si mesmo se desonra.⁸⁵

A desculpa comum e vulgar dos senhores e senhoras do Brasil nesta matéria, é dizerem que suas posses não chegam a poder vestir tanto número de escravos e escravas. Boa razão era esta, se eu obrigasse a dar-lhes vestidos e galas de grande preço. Mas nem eu, nem Deus obriga a tanto; senão só a cobrir de tal sorte os escravos, e principalmente as escravas, que não andem indecentemente vestidos. E se houver quem diga que nem com esse vestido, assim decente e de pouco custo, pode acudir aos seus escravos; eu lhe responderei, que se não tem posses para os vestir, não tenha posses para os ter. E senão, digei-me: se não tivésseis com que pagar ao trabalhador o seu trabalho, haviéis de o alugar? É certo que não. Pois do mesmo modo: se não tendes com que vestir os escravos, é justo que os tenhais? Também digo que não; porque igualmente é devido o vestido ao escravo, e o jornal ao trabalhador.⁸⁶

Se o negar a esmola a quem com grave necessidade a pede, he negalla a Cristo Senhor Nosso, como ele o diz no Evangelho; que será negar o sustento, & o vestido ao seu escravo? E que razão dará de si, que dá serafina, & seda, & outras galas ás que são ocasião da sua perdição; & depois nega quatro ou cinco varas de Algodão, & outras poucas de panno da Serra, a que se derrete em suor para o servir (...).⁸⁷

O mesmo ocorre em relação às normativas sobre alimentação. O frei Pedro de Santa Maria utiliza o capítulo destinado a esse tópico para normatizar boas maneiras. Fala sobre a postura adequada para se sentar à mesa e na hora da alimentação, afirma não ser correto “comer desmandado” e “beber desordenado”, que quando convidado não se deve recusar um convite devido à modéstia e humildade do anfitrião, e que não deve chegar nem muito cedo e nem muito tarde quando é um convidado e muito menos com roupas sujas. Não deve ainda se desfazer de nenhum alimento que lhe servem e nem dizer que algo não está a seu gosto.⁸⁸ Nos tratados sobre o governo de escravos, os autores criticam a parca alimentação destinada aos cativos. Benci afirma

Agora argumento assim: Se Deus, quando manda trabalhar a um servo tão rebelde como Adão, não só não lhe nega o sustento, mas declara que é seu: *pane tuo*, como

⁸⁵ BENCI, 1977, p. 67

⁸⁶ *Ibid.*, p. 71.

⁸⁷ ANTONIL, 1711, p. 26-27.

⁸⁸ SANTA MARIA, 2008, pp. 205-216.

vós, senhores, mandando trabalhar os vossos escravos, lhe tirais o sustento? Sois por ventura mais senhores ou tendes mais domínio nos escravos, que o mesmo Deus?⁸⁹

E complementa: "Porém, que haja o escravo de trabalhar como mouro, e comer como formiga: não sei que direito o permita! O que sei é que o sustento do escravo deve ser em tanta quantidade, que antes lhe sobeje do que lhe falte". Já Antonil diz "porque a quem serve deve o Senhor de justiça dar sufficiente alimento (...)".⁹⁰

Em relação à saúde e às doenças, nos tratados para a criação de filhos os autores tratam muito raramente sobre esse tema. Tanto em Gusmão como em Santa Maria, pode-se dizer que essa preocupação aparece quando eles defendem a amamentação materna, apontando como uma das justificativas que o leite da mãe seria mais saudável para a criança e que o não amamentar faria mal à saúde da mãe.⁹¹ Na obra do Frei há também uma citação de um *Regimento de saúde*, escrito pelo médico grão-Duque Ferrara e o livro *Minor dano de medicina* de D. Alonso Quirino, mas o autor utiliza essas referências apenas para confirmar suas normativas sobre bons costumes, sem ao menos discutir profundamente esses autores.⁹² O mesmo autor ainda relaciona doenças com o vício da sensualidade, mas não relacionando esse "vício" com doenças sexualmente transmissíveis – ou doenças venéreas, como eram chamadas –, como se pode imaginar, mas dizendo que

Os vícios da carne a desbaratam e adelgaçam, enfraquecendo o corpo, cisando a vida, encravando o juízo, ofuscando a memória, encurtando a vista, corrompendo o

⁸⁹ BENCI, 1977, p. 57.

⁹⁰ ANTONIL, 1711, p. 25.

⁹¹ GUSMÃO, 2044, pp. 146-148; SANTA MARIA, 2008, pp. 32-39.

⁹² “ (...) que essa é a boa ordem da natureza, como mostram os pássaros, que em gaiolas criamos, que comendo do comedouro voltam ao bebedouro, e assi se revezam com natural e proporcionado recurso. O que é mais conforme à boa saúde, e assi o aconselhava o doutíssimo Savanarola, médico do grão Duque de Ferrara, no livro que compôs e intitulou *Regimnto de saúde*, na sexta regra das dezoito que nisto lhe dá” ; “Entre comer falar pouco convém, como o advirtiu el-rei Dom Afonso no seu livro das sete partidas, comer com assento e vagar, mastigando bem o bocado, que além de ser assi polícia, convém assi à saúde, pois a primeira digestão do manjar na boca, se faz como preparação pera a segunda, que é a do estômago, de que o corpo toma sua sustentação. Advirtiu assi o D. Alouso Quirino, fisico d'el-rei Dom João, o II de Castela, no seu livro que intitulou *Minor dano de medicina* no capítulo dos males do estômago”. SANTA MARIA, *op.cit.*, pp. 213; 213-214.

entendimento, danando a vontade, atropelando a razão, despenhando a fama, e o que de tudo é pior, que sempre a carne se fica carne.⁹³

Ou seja, esse é mais um exemplo de moralidade cristã do que de normativas sobre a saúde. No caso dos manuais sobre administração de escravos o que há é realmente uma preocupação com as enfermidades e uma normativa que responsabiliza os senhores pelos cuidados aos cativos enfermos. Em um dos trechos que Benci destaca essa responsabilidade:

Sendo contudo isto assim; no Brasil (e queira Deus que só no Brasil) se acham senhores de entranhas tão pouco compassivas e em tanta maneira duras, que logo que vêem os servos enfermos (principalmente se a doença pede cura dilatada e custosa) os desamparam, deixando-os à discrição da natureza, e indiscrição e rigor da enfermidade. Que entre Cristãos pudesse haver tirania e crueldade semelhante, eu não o crera, se a experiência não tivesse manifestado a meus olhos espetáculos tão lastimosos nesta matéria, que se podiam avaliar por grande excesso, ainda quando tivesse acontecido em Berberia nos escravos e Argel ou Tetuão. Que direi pois a estes senhores tiranos e bárbaros, que com tanta inumanidade tratam aos servos enfermos? Duas coisas lhes hei-de dizer: a primeira é que não são dignos do poder e domínio, que têm nos escravos; a segunda, que não merecem ser contados nos números de Cristãos, senão numerados entre os Gentios.⁹⁴

A mesma normativa em relação à responsabilidade dos senhores em cuidar da saúde de seus escravos se encontra em Antonil. No capítulo em que trata das funções dos feitores, afirma que "Adoecendo qualquer Escravo, deve livrallos do trabalho, & pôr outro em seu lugar; & dar parte ao Senhor, para que trate de o mandar curar; & ao Capellão, para que o ouça confissão, & o disponha, crescendo a doença, com os mais Sacramentos para morrer".⁹⁵

A explicação para as diferenças nesses três discursos apresentados encontra-se no tratamento destinados às crianças e aos escravos neste período. As crianças não eram tratadas com tanta severidade quanto os escravos, ao ponto que fosse preciso os autores normatizarem regras as quais mostravam para os pais a necessidade de alimentá-los, vesti-los adequadamente e cuidarem de sua saúde. A criança também não era considerada uma mera

⁹³ SANTA MARIA, 2008, p. 188.

⁹⁴ BENCI, 1977, pp. 74-75.

⁹⁵ ANTONIL, 1711, pp. 15-16.

força de trabalho, capaz de ser substituída por outra através de uma compra. Esses cuidados básicos eram intrínsecos à vida das crianças e o que os autores procuraram normatizar foram os exageros e as práticas de boas maneiras. No caso dos escravos, devido à condição de cativo, por poderem ser facilmente substituídos, não havia nos senhores o mesmo cuidado que os pais tinham com seus filhos. Não à toa que os autores dos tratados sobre o governo de escravos procuraram relacionar os senhores aos pais, informando que aqueles deveriam tratar seus escravos como filhos. O que eles queriam dizer é que esses dessem aos seus cativos o mínimo necessário para a sua sobrevivência. Não tinham como criticar o luxo onde o que tinha era a ausência e nem se calar sobre a saúde já que a doença era negligenciada.

Mas há um discurso que vai na contramão dessas normas; um discurso que é muito semelhante entre todos esses autores: a defesa do castigo físico como método disciplinar. E por ser o principal objeto de discussão deste trabalho, o trataremos exclusivamente no próximo tópico.

IV.

Para o Frei de Santa Maria, o castigo faz parte do processo de criação dos filhos, sendo responsabilidade dos pais os corrigirem sempre que cometessem alguma falta. O ato de não punir as crianças era um erro grave, pois faziam delas pessoas viciosas no futuro. Por esses vícios, tanto filhos como pais seriam punidos; na vida terrena, com infortúnios; na vida eterna, com o inferno. A justificativa do autor na defesa dos castigos estava na necessidade de mudar a natureza da criança. Através de uma metáfora, o autor afirma que

se consideramos a natureza tão nua e desamparada, como de nossos pais a herdamos como terra maldita, acharemos que por mui lavrada e cultivada que esteja, produz espinhos e abrolhos sem os semear, quanto mais deixando-a em a liberdade e licença de seus desejos. São logo necessários machado e enxada (quero dizer) açoute e juntamente castigo que arranque e corte, cuidado e vigia da paternal disciplina com que o mal se arranque e prevaleça o bem e que de novo se plante.⁹⁶

⁹⁶ SANTA MARIA, 2008, p. 56.

Além do castigo propriamente dito, Santa Maria também destaca que o próprio medo de punição poderia ser eficaz, principalmente em crianças mal inclinadas. Nas palavras do autor, “o uso faz natureza, e se a do filho for tal para o fazer seguir e entrar por direito caminho, não cesse o pai, porque como dissemos, o que por bem se não leva, o castigo e o medo o refreia”⁹⁷ e complementa: “Quis dizer (diz Crisóstomo) que esta era a diferença que vai do bem ao mal inclinado, que o que o bom faz por virtude o mau o faz por medo.”⁹⁸

Alexandre de Gusmão discorre mais sobre o assunto. Embora dedique alguns capítulos sobre o tema, em quase todas as partes de sua obra, ele recomenda o castigo associando-o ao processo disciplinador da criança. Todos os pontos presentes na obra de Santa Maria estão na *Arte de criar bem os filhos*. A argumentação pautada na responsabilidade dos pais pelas punições, considerando negligentes aqueles que não a cumprem, a necessidade da correção como prevenção de males futuros, a natureza da criança sendo usada como justificativa para o castigo e a eficácia do medo das correções como um dos métodos disciplinadores. Há ainda aspectos que ficam implícitos na obra de Santa Maria, mas são discorridos em Gusmão de forma bem mais enfática. Como, por exemplo, o castigo visto como uma demonstração de amor dos pais, os quais deveriam evitar os excessos dos filhos desde os primeiros anos.

(...) o castigo dos filhos logo na primeira madrugada de sua puerícia, que é como aurora da vida e que, assim como o negócio de maior importância não se deixa para a tarde, senão que logo, logo de manhã se há de executar, assim o castigo do filho se não deve dilatar para muito tarde, senão o mais cedo que puder ser.⁹⁹

O segundo exemplo seria uma normatização mais clara de qual tipo de punições estes autores estariam defendendo. Tanto em Gusmão quanto em Santa Maria, o uso das palavras

⁹⁷SANTA MARIA, 2008, p. 57.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 58.

⁹⁹ GUSMÃO, 2004, p. 242.

“açoite” e “vara” mostra que se trata de castigos físicos, mas o jesuíta coloca uma segunda opção, embora faça uma restrição: repreensões através de palavras, mas só para os meninos de boa índole. Para os outros, ele afirma que apenas a correção por meio de açoite funcionaria, como se pode perceber na citação abaixo.

De tudo o que está dito se segue que não basta corrigir os filhos com a palavra quando erram, mas que é necessário o castigo pelo açoite. Pode suceder que a repreensão da palavra baste para emendar o filho, que é de boa índole ou que poucas vezes erra; porém, quando o filho é protervo, ou cai muitas vezes, é necessário ajuntar o castigo do açoite à repreensão de palavra, porque, de outra sorte, é perder aos filhos e se ofenderá Deus gravemente (...).¹⁰⁰

Quando escreve sobre o medo do castigo como ferramenta eficaz, ele insere o ambiente escolar no seu discurso. O castigo assumiria a forma de uma prática exemplar, pois através das punições aplicadas em uma determinada criança, outras seriam corrigidas. O autor ainda repreende os pais que não concordavam com os castigos aplicados pelos mestres, o que mostra como, principalmente nesse autor, o ensino está fortemente vinculado à disciplina, que por sua vez tem como ferramenta a punição.

Saudáveis são os açoites que em vossas casas dais a vossos filhos, mas os da escola são mais proveitosos à vida, porque aproveitam os vossos e mais aos alheios; porque o menino, com o açoito próprio, se emenda e, com o alheio, se acautela e vai cobrando temor e, com ele, o respeito.¹⁰¹

Pais conheci eu tão imprudentemente amantes dos filhos que levavam mal serem açoitados nas escolas; sendo que os pais honrados e que desejam a boa criação e ensino dos filhos pedem aos mestres, com todas as instâncias, que os açoitem e que lhes não perdoem culpa sem castigo; e Santo Agostinho diz de si que, quando por não saber lição era na escola açoitado, era isso mui louvado de seus pais; e Plutarco conta dos espartanos que, se acaso sabiam que o filho repugnaram ao castigo do mestre na escola, era outra vez muito bem açoitado em casa pelos pais. Em Holanda mandou certo pai um menino às nossas escolas e, com ele mandou juntamente um feixe de varas, para que com elas fosse açoitado todas as vezes que ao mestre parecesse, advertindo ao mestre que, acabadas aquelas, tinha em casa outras para o mesmo fim.¹⁰²

¹⁰⁰ GUSMÃO, 2004, p. 244.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 238.

¹⁰² *Ibid.*, p. 237.

Mas Alexandre de Gusmão vai além. Embora defenda em toda a obra os castigos, ele normatiza os instrumentos que devem ser utilizados para tal e repreende os pais que com demasiada severidade punem seus filhos. O que poderia, de acordo com o autor, gerar efeitos contrários ao desejado, pois ao invés de corrigir, a criança poderia se tornar mais dura e mais rebelde ou ainda poderia prejudicar a saúde ou colocar em risco a vida dos filhos. Gusmão chega a sugerir que em alguns casos, os pais poderiam dissimular algumas culpas dos filhos, para que a frequência de correções não causasse esses efeitos contrários, mas alerta que a demasiada dissimulação não poderia ocorrer. Dessa forma, ele procura impor limites à prática do castigo, o que não acontece na obra do Frei de Santa Maria.

Por esta causa se deve guardar o pai de usar, no castigo dos filhos, de outros instrumentos mais que a vara, disciplina ou palmatória; e não de outros instrumentos ásperos, que podem ser de dano da saúde ou perigo da vida, como sucede aos menos prudentes ou mais precipitados; que, por isso, o Espírito Santo, quando encomenda o castigo dos meninos, nunca usa de outra palavra senão de vara ou disciplina. Que ganhou Robão em ameaçar o povo com escorpiões de ferro, quando bastavam as varas de marmeleiro? Ganhou enfadarem-se os velhos e rebelarem-se todos. Que ganha o pai de famílias com o escorpião, quando sobeja a palmatória? Que remedeia com o estrondo, com vozeiras, com que se vem a casa abaixo, quando bastava a repreensão paterna ou o açoite amoroso? O fruto que tira é fazer-se aborrecido dos filhos, odiosos em casa e perturbação de toda a família que, por não sofrerem sua condição turbulenta, se lhe vão os filhos de casa ou o desejam fora dela.¹⁰³

E para evitar os castigos severos, o autor ainda afirma que

Para evitar essas desordens, é bom conselho não castigar os filhos no flagrante delito, quando a deformidade da culpa naturalmente alerta a cólera e faz romper em ímpetos de ira; senão guardar-lhe o castigo para a noite, ou para a madrugada, como o Espírito Santo aconselha por Salomão; segundo a raiz hebreia, o que ama o filho procura castiga-lo de madrugada, porque, como de madrugada estão os humores mais quietos (diz Jansênio), está o ânimo mais sossegado para o castigar com rigor que pede o delito, e não com o excesso a que o obriga a cólera; e a este mesmo fim, se me não engano, São Gregório Nazianzeno, nos seus versos, louva tanto aqueles pais de famílias que dissimulavam ver os defeitos dos filhos meninos; porque, como o mesmo santo conclui, às vezes, a demasiada severidade ou a muita frequência na repreensão lhes faz perder o pejo ao pecado, como que se vêm a desavergonhar mais e fazer piores, não menos que com demasiada dissimulação ou negligente correção.¹⁰⁴

¹⁰³ GUSMÃO, 2004, pp. 248-249.

¹⁰⁴ *Ibid.*, pp. 249-250.

A aplicação do castigo seria algo complexo, no qual os pais deveriam saber dosar a severidade, a ira e a dissimulação. Tudo, que em demasia fosse feito, era criticado por Gusmão.

Por conseguinte, pode-se afirmar que nos tratados para a criação dos filhos há um discurso no qual o castigo físico é intrínseco ao processo disciplinador, sendo a prática percebida como um ato de amor dos pais, uma vez que estariam criando bem seus filhos. Discurso esse baseado nas Escrituras Sagradas, principalmente o Antigo Testamento, no qual se tem inúmeros exemplos de Deus castigando os humanos por seus erros, justamente por amá-los. Isso estava claro entre esses dois autores, que por vezes citam casos nos quais o castigo divino era uma consequência natural dos pecados cometidos. Gusmão chega a afirmar que “(...) mas é mais que justo o castigo dos filhos severo, todas as vezes que deles souberam ação ou palavra desonesta, porque a mesma lei de Deus o permite”.¹⁰⁵ A lei de Deus não só permitiria, mas embasaria todo o discurso de defesa do castigo físico aos menores.

Vejamos como os autores dos tratados sobre o governo de escravos discutem o tema. Vieira, no *Sermão vigésimo sétimo do Rosário*, ao falar sobre a escravidão, diz que

Enfim, toda a religião tem fim e vocação, e graça particular. A graça vossa são os açoites e castigos: *Haec est gratia apud Deum*. A vocação é a imitação da paciência de Cristo: *In hoc vocati estis, quia et Christus passus est*: e o fim é a herança eterna por prêmio: *Scientes quod accipietis retributionem haereditatis*.¹⁰⁶

Ao considerar os açoites e castigos como uma graça que faz parte da vida do escravo, o jesuíta percebe as punições físicas como parte da escravidão; não a crítica, nem contesta, apenas a coloca dentro do quadro explicativo que usa para fazer com que os escravos aceitem sua condição. Mas ao mesmo tempo que em que ele vê essa prática como natural, ele critica

¹⁰⁵ GUSMÃO, 2004, p. 175.

¹⁰⁶ Não se sabe ao certo a data desse sermão e nem quando ele foi proferido, mas pelo seu conteúdo, percebe-se que ele foi destinado principalmente para os escravos. VIEIRA, 2011, p. 410.

os senhores pelos castigos aplicados de forma violenta. No mesmo *Sermão*, Vieira afirma que os escravos não são castigados e sim martirizados, como mostra o trecho a seguir.

(...) mas que teologia há, ou pode haver que justifique a desumanidade e sevícia dos exorbitantes castigos com que os mesmos escravos são maltratados? Maltratados disse, mas é muito curta esta palavra para a significação do que se encerra ou encobre. Tiranizados devera dizer, ou martirizados; porque ferem os miseráveis, pingados, lacrados, retalhados, salmourados, e outros excessos maiores que calo, mais merecem nome de martírios que de castigos.¹⁰⁷

Para Jorge Benci, o castigo também é concebido como parte inerente à escravidão, sendo inclusive tratado como uma das quatro obrigações dos senhores com os escravos.¹⁰⁸ Esse aspecto é comum aos autores que tratam sobre a educação de crianças, pois, assim como na obra *Economia cristã* as punições eram responsabilidade dos senhores, os autores dos manuais sobre a criação dos filhos consideravam os castigos obrigações dos pais. Nas palavras de Benci, “(...) não há dúvida que faltaria gravemente o senhor à sua obrigação faltando-lhes com o castigo”.¹⁰⁹

Há vários outros pontos em Benci que podem ser comparados com as ideias de Gusmão e Santa Maria. A percepção de que os castigos fazem parte do processo disciplinador, como se percebe no trecho o qual Benci afirma que "o único motivo no castigo dos escravos deve ser só a emenda das suas vidas; hão-se de castigar, para que não tornem a cometer os mesmos erros, pelos quais são castigados";¹¹⁰ ou ainda a relação que esses autores fizeram entre castigo, disciplina e natureza, utilizando principalmente a natureza da criança/do escravo como justificativa para as punições são alguns desses exemplos. No trecho abaixo, Benci associa os castigos à natureza dos escravos.

¹⁰⁷ VIEIRA, 2011, pp. 416-417.

¹⁰⁸ Jorge Benci divide a sua obra em quatro capítulos, que seriam as quatro obrigações do senhor. A primeira obrigação seria o sustento, a segunda a doutrina cristã, a terceira os castigos e a quarta o trabalho.

¹⁰⁹ BENCI, 1977, p. 134.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 161.

Mas, tomando eu tanto a meu cargo defender a causa dos escravos, contra os senhores, que os maltratam, parece que não devia aprovar que se executasse neles gênero algum de castigo, senão abominar como cruéis e inumanos os senhores, que de qualquer modo os castigam, assim havia de ser, se os escravos fossem de condição tão branda e bem domada, que se acomodassem ao que é razão. Mas como eles ordinariamente são voluntários, rebeldes, e viciosos, não é possível que saiam bem disciplinados sem a disciplina ou sem o castigo.¹¹¹

Outro aspecto defendido por Benci é a defesa clara do castigo físico. Aqui há uma pequena distinção se comparado com os manuais sobre a criação de filhos, pois enquanto Gusmão afirma que pode haver casos em que meninos de boa índole se corrigiam apenas pelas palavras, Benci não coloca essa possibilidade. De acordo com o autor,

O servo não pode ser ensinado com palavras. Logo com quê? *Verberibus ac plagis*, comenta Salazar: Com o castigo. Deixai os nomes, as maldições e as pragas, e dai o servo o merecido castigo; porque com aquelas injurias pecais não só contra a Caridade, mas também contra a Justiça; e com este, além de fazerdes uma obra de misericórdia, alcançareis a emenda do escravo, que é o fim pelo qual se lhe dá o castigo: *Disciplina, ne erret*.¹¹²

O mesmo ocorre quando é analisado o discurso desses dois autores quando discutem o medo do castigo como um dos métodos de disciplinarização. Nas palavras de Benci

O mesmo sucede no castigo; mais pode temido, que experimentado, *pejor est paena timor ipse penae*. Enquanto o escravo não tomou o pulso ao castigo, e não sabe o que pesa, é tal o medo e horror que lhe tem, que treme e sua só com a consideração que seu senhor o poderá castigar; porém depois que o experimenta (e muito mais se é por costume) pouco a pouco lhe perde o medo e temor, e lhe endurece em tanta maneira a pele como crestada ou calejada, que o mesmo é castigá-lo, que malhar (como dizeis) em ferro frio.¹¹³

Neste caso, o discurso que trata sobre o medo do castigo é compreendido de outra forma. Como foi visto, em Gusmão esse medo está relacionado à utilização do castigo como exemplar, já que ao ver outras crianças serem punidas, o medo pela punição evitaria que as

¹¹¹ BENCI, 1977, p. 126.

¹¹² *Ibid.*, p. 152.

¹¹³ *Ibid.*, p. 139.

crianças cometessem o mesmo erro. Em Benci, o medo está quando o castigo ainda não é experimentado ou não é frequente, visto que a banalização dele não traria mais o resultado desejado, por não gerar mais medo.

Sobre a crítica ao castigo severo, este discurso está presente em Gusmão, Vieira e Benci. Primeiro Benci fala da importância em se verificar a culpa, pois açoitar escravos inocentes seria um grave erro. Depois, em vários momentos ele trata do excesso nos castigos.

Alegrar-se com derramar sangue é próprio e natural das feras; é lançar de si e degenerar do ser de homem, e tomar e vestir a natureza dos brutos. Por isso julgava eu que era supérfluo encomendar aos senhores que se guardem de um vício, que os faz tão semelhantes às feras. Mas estamos em tempos que é necessário lembrar aos senhores e dizer-lhes que advertam que são homens; para que no castigo dos escravos não degenerem em brutos, que arrebatados de sai natural braveza só com o derramar o sangue sossegam a cólera. Deve pois o senhor castigar aos servos (como já disse e agora torno a dizer), cometendo eles delito, pelo qual mereçam castigo; este porém deve ser tão moderado e gizado pela razão, que não passe os limites de castigo e chegue a ser sevícia ou crueldade.¹¹⁴

Suposto, pois, que o castigo deve ser moderado pela razão e não governado pela paixão: pergunto eu agora aos senhores do Brasil, se é castigo racional queimar ou atazanar (que tão ímpio e cruel é este gênero de castigo) com lacre aos servos; cortar-lhes as orelhas ou os narizes; marcá-los nos peitos e ainda na cara; abrasar-lhes os beijos e a boca com tições ardentes? Deixo outros castigos ainda mais inumanos, que os ciúmes do senhor ou da senhora fazem executar nos escravos ou nas escravas, porque são tão indignos de virem à pena, que não permite a modéstia relatá-los neste lugar.¹¹⁵

E para que o não chegue a ser, que é necessário? Que o Senhor não se deixe levar da primeira vista do delito e do primeiro ímpeto da cólera. Os delitos à primeira vista são mais horrorosos, espantam mais, e acendem mais a ira. E as paixões, assim como os ventos, são em seus princípios mais violentas e arrebatadas. Por isso se lhes deve pôr tempo em meio, e não executar logo o castigo.¹¹⁶

No último trecho Benci aborda a necessidade de esperar passar a ira do senhor para castigar o escravo, como forma de evitar a sevícia. A mesma normativa se encontra em Gusmão. Mais à frente, ele descreve a forma como se deve aplicar as punições. Primeiramente deve-se

¹¹⁴ BENCI, 1977, p. 153.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 156.

¹¹⁶ *Ibid.*, pp. 159-160.

aplicar o açoite, mas alerta que esses não devem ser tantos e nem tais que cheguem a abrir feridas no corpo. Se houver necessidade de muitos açoites devido ao erro cometido pelo escravo, esses devem ser divididos e dados em dias alternados. Caso os açoites não resolvam, o autor recomenda o uso de grilhões ou corrente para mantê-los presos. Dessa forma, somente com açoites e grilhões, a rebeldia dos escravos cessaria.¹¹⁷

Um último aspecto que há tanto em Benci como em Gusmão diz respeito à dissimulação no caso de alguns erros. Em Gusmão, já foi citado anteriormente que ele afirma que por vezes deveriam os pais dissimular frente alguns defeitos dos filhos, já que repreensões frequentes não seriam úteis para a correção. Para Benci, os senhores deveriam perdoar os escravos em algumas faltas mais leves para evitar principalmente as fugas por parte dos cativos, que poderiam ocorrer devido ao medo de ser castigado. Nas palavras de Benci, “quem duvida logo, que pode e deve algumas vezes prudentemente dissimular o senhor as faltas dos escravos?”.¹¹⁸ E mesmo na obra de Gusmão, que não é sobre escravidão, ele associa a severidade dos pais e senhores de escravos ao desamparo dos filhos e a fuga dos escravos, como se pode ver a seguir.

(...) o pai de famílias carrancudo e de má condição, que, com sua demasiada severidade em castigar os filhos, traz a sua casa em uma perpétua perturbação, possuirá sua família como pode possuir o vento, porque os filhos o desampararão e os escravos lhe fugirão, porquanto nem uns nem outros poderão sofrer sua demasiada austeridade.¹¹⁹

¹¹⁷ "Os açoites são medicina da culpa; e se os merecem os escravos em maior número do que de ordinário se lhes devem dar, dêem-se-lhes por partes, isto é, trinta ou quarenta hoje, outros tantos daqui a dois dias, daqui a outros dois dias outros tantos; e assim dando-se-lhes por partes, e divididos, poderão receber todo aquele número, que se o recebessem por junto em um dia, chegariam a ponto de desfalecer dessangrados, ou de acabar a vida"; "E sendo caso que o escravo assim castigado não se emende e não deixe a rebeldia, domai-o com ferros, prendendo-o ou com grilhões, ou com correntes, compedes vinculorum; porque nenhum castigo conduz mais para a doutrina e bom ensino dos escravos (ainda com vantagem aos açoites) do que as prisões"; "Haja açoites, haja correntes e grilhões, tudo a seu tempo e com regra e moderação devida; e vereis como em breve tempo fica domada a rebeldia dos servos; porque as prisões e os açoites, mais que qualquer outro gênero de castigos, lhes abatem o orgulho e quebram os brios". BENCI, 1977, pp. 164-165.

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 138.

¹¹⁹ GUSMÃO, 2004, p. 249.

Antonil normatiza as relações senhores e escravos de forma mais sucinta, dedicando apenas dois capítulos nos quais trata mais especificamente sobre o tema: o capítulo V, que trata do papel dos Feitores, e no capítulo IX, sobre como os senhores deveriam agir com seus escravos. No capítulo V, Antonil recomenda:

Aos Feitores de nenhuma maneira se deve consentir o dar couces, principalmente nas barrigas das Mulheres, que andaõ peçadas; nem dar com pau nos Escravos: porque na colera se não medem os golpes; & podê ferir mortalmente na cabeça a hum Escravo de muito prestimo, que val muito dinheiro, & perdello. Reprehendellos, & chegarlhes com hum cipo às cosas com algumas varancadas, he o que se lhes pode, & deve permitir para ensino. Prender os fugitivos, & os que brigãrão com feridas, ou se embebedaraõ, para que o Senhor os mande castigar, como merecem; he diligencia digna de louvor. Porém amarrar, & castigar com cipó, até correr o sangue; & meter no tronco, ou em hũa corrente por mezes (estando o Senhor na Cidade) a Escrava, que não quiz consentir no peccado; ou ao Escravo, que deo fielmente conta da infidelidade, violencia, & crueldade do Feitor, que para isso armou delitos fingidos: isto de nenhum modo se há de sofrer; porque seria ter hum Lobo carniceiro, & não hum Feitor moderado, & Christaó.¹²⁰

Nesse trecho há uma série de normatizações sobre o que um feitor deve e o que não deve fazer. Para permitir a correção, o feitor poderia açoitar os escravos nas costas e repreendê-los. Em casos de fuga, brigas ou bebedeiras, o feitor deveria prendê-los para que fossem castigados posteriormente pelo senhor. Mas não deveriam dar coices, principalmente nas barrigas das mulheres grávidas, nem bater nos escravos com pau, muito menos castigá-los até correr sangue ou prendê-los nas correntes por muito tempo. Não poderiam ainda mentir sobre supostos delitos apenas para castigar determinado escravo. Entre todas essas normas, percebe-se a ideia da disciplina por meio castigo físico, mas um castigo que deve ser bem regulamentado para não haver excessos.

No capítulo IX, Antonil continua criticando as punições severas e alertando para a necessidade da moderação nos castigos. Na parte em que trata sobre a melhor forma de aplicar as punições, ele defende que

¹²⁰ ANTONIL, 1711, p. 15

Naõ castigar os excessos, que elles cómettem, seria culpa não leve: porem estes se haõ de averiguar antes, para não castigar innocentes: & se haõ deouvir os delatados; & convencidos, castigarse-hão com açoutes moderados, ou com os meter em huã corrente de ferro por algum tempo, ou tronco. Castigar com impeto, com animo vingativo, por maõ propria, & com instrumentos terriveis, & chegar tal vez aos pobres com fogo, ou lacre ardente, ou marcallos na cara, não seria para se sofrer entre Barbaros; muitos menos entre Christãos catholicos.¹²¹

São os mesmos aspectos defendidos por Benci: verificar a culpa para não castigar inocentes, castigar com açoites moderados ou prendê-los a ferro, interdição ao uso de fogo ou outros instrumentos “terríveis”, não castigar no momento da ira. E Antonil, assim como Benci, também associa os castigos severos às fugas, acrescentando a possibilidade de suicídio nesses casos: “se em cima disto o castigo for frequente, & excessivo; ou se irãõ embora, fungindo para o Matto; ou se mataráõ por si, como costumaõ, tomando a respiração, ou enforcando-se (...)”.¹²²

As principais diferenças que se encontram nos discursos de Benci e Antonil estão relacionadas ao processo de construção de texto desses dois autores. Alguns historiadores, entre eles Ronaldo Vainfas e Luiz Koshiba, afirmam que a obra de Antonil apresenta caráter econômico, o que não está em Benci, que possui um discurso voltado principalmente para a moralidade cristã.¹²³ Marquese também afirma que “Antonil veiculou uma visão de governo de escravos em vários aspectos secularizada, contra a perspectiva não laicizada de Benci”, mas o mesmo autor discorda que haja em Antonil uma análise de ordem econômica, mas sim uma normatização de padrões de comportamento baseada numa visão moral dos negócios.¹²⁴ De fato, percebe-se nas análises o quão marcante é a teoria cristã no discurso de Antonil, o que nos faz descartar a possibilidade de afirmar que a obra é resultado de investigações apenas econômicas. Mas por ter essa visão mais secularizada, como afirmou Marquese,

¹²¹ ANTONIL, 1711, p. 27.

¹²² *Ibid.*, p. 27.

¹²³ VAINFAS, 1986; KOSHIBA, 1988.

¹²⁴ MARQUESE, 2004, pp. 62-64.

encontra-se nas normatizações de Antonil preocupações que não há em Benci, com por exemplo, a repreensão em “dar com o pau” nos cativos, pois isso “podé ferir mortalmente na cabeça a hum Escravo de muito prestimo, que val muito dinheiro”, ou ainda em não dar coices na barriga de mulheres grávidas. Nesse ponto Antonil procura argumentar de forma que os senhores percebam os prejuízos que teriam caso perdessem um escravo em consequência de um castigo severo, mas sem deixar de lado a moralidade cristã. Por outro lado, Benci aposta apenas em tentar convencer o quão bárbaro seria esse tipo de comportamento.

Todas essas análises e citações mostram como o discurso de defesa ao castigo físico era semelhante nos tratados para a educação de crianças e sobre o governo de escravos. O castigo associado ao processo de disciplinarização, a justificativa pautada na natureza da criança/escravo e a repreensão em relação aos castigos severos estavam presentes nesses autores. A maior distinção estava provavelmente na prática, uma vez que é possível afirmarmos que as crianças não eram tão surradas como os escravos. E isso pode ser percebido dentro do próprio discurso desses autores, já que em Gusmão, embora estabeleça um limite para os castigos, não cita casos de suplício, marcações no corpo, queimaduras ou outros tipos de castigos cruéis citados pelos autores que trataram sobre a escravidão. Vale lembrar que os objetivos das obras são distintos. Os tratados sobre o governo de escravos queriam mudar uma realidade, a qual eles achavam que estavam fora dos padrões de comportamento difundidos naquela época. Retrataavam a relação senhores e escravos como relações bárbaras, tirânicas, dignas dos brutos e não de um homem cristão e civilizado. Já os tratados para a educação de filhos procuravam difundir um comportamento que não era tão estranho à aristocracia e aos cristãos. No caso específico dos castigos, nem precisavam querer mudar a realidade, pois embora as punições fossem comuns na vida das crianças, elas nunca chegaram a ser tão cruéis para a mentalidade daquele período.

Mas fora essa distinção, por que as normatizações são tão semelhantes? Um dos caminhos para essa resposta está nos próprios autores. Crianças e escravos precisavam ser disciplinados, logo, deveriam ser castigados. Essa regra, tão explícita nas obras analisadas, mostra a percepção dos coevos em relação tanto às crianças como aos escravos. Ambos eram percebidos como seres que precisavam de tutela, de ensino e vigília. A tutela das crianças acabaria quando essas se tornassem adultas, a dos escravos era permanente. Era como se os escravos fossem eternas crianças, onde erros eram passíveis de ser cometidos durante todo o período de cativeiro. É com a justificativa pautada nessa necessidade de supervisão constante, da percepção de uma natureza que poderia ser “consertada” através de disciplina que os autores explicaram a defesa do castigo.

Mas há outros pontos a serem considerados. Para Renato Venâncio o surgimento do sentimento de infância fez com que as crianças se tornassem “uma espécie de tábua de salvação da humanidade; alterando-a, seria possível alterar tudo mais”. No contexto da Reforma Protestante e Católica, o rigor e a disciplina que eram presentes nos conventos e mosteiros teriam sido generalizados para o mundo infantil.¹²⁵ Já Ariès afirma que nesse período as crianças passaram a ser mais surradas: “Infligiu-lhe o chicote, a prisão, em suma, as correções reservadas aos condenados das condições mais baixas”.¹²⁶ Ou seja, o início da Idade Moderna foi um período no qual a mudança na forma de percepção sobre a infância fez com que fosse adotada uma disciplina mais rigorosa com as crianças. Por outro lado, os escravos sempre sofreram com os rigores, tão intrínsecos ao cativeiro. E mais do que apenas um controle disciplinar, os castigos representavam uma relação de poder.

Na relação entre pais e filhos, embora de forma bem mais sutil, também havia essa relação de poder. O patriarcalismo, tão forte nessa sociedade moderna, fez se perceber nas

¹²⁵ VENÂNCIO, In: GUSMÃO, 2004, pp. X-XI.

¹²⁶ ARIÈS, 2006, p. 195.

obras. Os pais/ chefes de famílias / senhores de escravos controlavam a tudo e a todos. Mas o suplício que havia em relação aos cativos incomodava os autores da época. Então, sem abandonar a noção de relação de poder e com um discurso patriarcalista, foram escritas obras nas quais a normatização do castigo escravo se baseava naquelas as quais eram feitas para os pais. Os próprios coevos já falavam disso, ao defender que os senhores deveriam ser como pais para seus escravos.¹²⁷ Não é coincidência, portanto, as obras terem tantas normativas em comum e tratarem de tantos temas parecidos.

¹²⁷ “O certo he, que se o Senhor se houver com os Escravos como Pay, dando-lhes o necessario para o sustento, & vestido, & algum descanso no trabalho, se poderá também depois haver como Senhor”. ANTONIL, 1711, p. 27.

CAPÍTULO II - A INFLUÊNCIA ILUMINISTA NOS MANUAIS DO SÉCULO XVIII

I.

A partir do século XVIII, percebe-se uma mudança tanto nos manuais de como criar um filho como naqueles sobre o governo de escravos. A primeira alteração que se pode citar é em relação ao perfil dos autores. Se no século anterior eles eram de alguma forma vinculados à Igreja Católica, a partir dos setecentos percebemos entre eles pessoas laicas, normalmente de origens nobres e intelectuais. Pode-se considerar que esse é um dos pontos que permite com que o contexto intelectual seja modificado. Se nos séculos antecedentes os autores, quase em sua maioria eclesiásticos, utilizavam a teoria cristã como base para suas normativas, a partir do setecentos é o Iluminismo que pauta as discussões a respeito da infância e dos escravos. Muitos dos autores que serão analisados neste capítulo divulgaram por meio de suas obras ideias de escritores como John Locke, Fénelon e Charles Rollin.

Essa influência iluminista não muda os temas discutidos nas obras analisadas, mas a forma como eles são apresentados e discutidos. Vimos no capítulo anterior que os autores em suas normativas sempre procuravam mostrar a importância da salvação da alma em contraposição à salvação do corpo; apelavam para a caridade cristã para convencer os senhores a tratar melhor os escravos ou para o medo para incentivar os pais a criar bem os filhos; ensinavam, por vezes, orações – como é o caso da obra de Pedro de Santa Maria – e várias outras prerrogativas que tinham o objetivo de instruir os leitores a serem bons cristãos. As obras eram destinadas a todos, embora soubessem que apenas uma minoria tinha acesso a elas. No século XVIII, a preocupação não é salvar a alma, mas transformar, principalmente a sociedade abastada, em bons súditos. É mostrar para os senhores de escravos que um bom tratamento não significa necessariamente – ou apenas – uma salvação eterna, mas é

economicamente mais viável. É convencer os pais das famílias nobres que os filhos devem aprender desde pequenos como se portar perante a sociedade. Valoriza-se o agir por meio da razão, ir em busca de conhecimento e repudiar os vícios e o ócio. A religião ainda aparece nos discursos, mas não mais como um aparato para a construção da normativa.

Em relação ao ideal de civilidade – que, como foi visto, teve um papel importante nas publicações do século XVII –, ele permanece nas obras de forma até mais clara e explícita se comparado com as obras anteriores. Já existia dentro dessa concepção a divulgação do modo de vida cortês, voltado para a aristocracia e com várias normas de boas maneiras. Mas os autores dos manuais sobre infância e governo de escravos do período anterior vincularam a ideia de civilidade ao fato de ser cristão. Era principalmente por meio do cristianismo que as pessoas deixariam de ser bárbaras e se enquadrariam no padrão o qual a sociedade, e principalmente a Igreja, gostariam de impor. As boas maneiras, as formas de se portar e todas as outras normativas voltadas principalmente para a aristocracia ficaram a cargo dos autores que se preocupavam em escrever obras sobre esse assunto específico. Mas a partir das primeiras décadas do século XVIII, percebe-se que outros autores incluíram esses temas em suas normativas. Suas obras não eram apenas manuais de boas maneiras como as anteriores, pois procuravam ensinar todos os comportamentos considerados ideais para os nobres, desde a criação dos filhos, as formas de ensino, a preocupação com a saúde e como viver em uma sociedade hierarquizada socialmente.¹²⁸ Nas obras sobre o governo de escravos não havia lógica em normatizar esses assuntos. O ideal de civilidade, portanto, é vinculado à ideia de humanidade e a concepção de que um melhor tratamento aos escravos atendia aos interesses dos senhores.

¹²⁸ Como foi dito na nota 38 do capítulo anterior, a partir do século XVIII os manuais sobre de civilidade para a criança e os tratados sobre a criação de filhos por vezes se misturam, não sendo possível colocá-los em apenas uma categoria.

É importante destacar que as obras sobre o governo de escravos publicadas no século XVII não repercutiram entre os senhores. Os manuais foram mais uma resposta dos jesuítas pelas críticas que haviam sofrendo, que como recurso utilizaram as obras para criticar o gerenciamento de escravos pelos senhores, afirmando que esses não seguiam os preceitos da moralidade cristã. A obra de Antonil chegou a ser confiscada por ordem régia logo após a sua publicação. Devido a essa falta de repercussão, o único tratado publicado na primeira metade do século XVIII sobre o tema foi o *Compêndio narrativo do peregrino da América*, de Nuno Marques Pereira. Apenas na segunda metade do setecentos que novas publicações sobre o governo de escravos iram surgir. Mas a nova conjuntura política e econômica faz com que os autores dos manuais passassem a se inspirar nos ideais iluministas que estavam em voga no período e abandonassem a teoria cristã do século XVII.¹²⁹

II.

Martinho de Mendonça de Pina e Proença, autor da obra *Apontamentos para a educação de hum menino nobre, que para seu uso particular fazia*, publicada em 1734, era um fidalgo português da Casa Real, um letrado bem-conceituado na Corte de D. João V e que prestou diversos serviços em nome da realeza. Foi professor de matemática do irmão do rei, o infante D. Manoel, participou da Academia Real de História desde a data de sua fundação em 1720, trabalhou na Real Biblioteca, na Torre do Tombo, no Conselho Ultramarino, residiu entre 1734 e 1737 na América portuguesa, período no qual foi responsável pela criação do sistema de capitação, implementado em 1735, e governador

¹²⁹ De acordo com Rafael Marquese, os autores que publicaram manuais sobre o governo de escravos na segunda metade do século XVIII eram intelectuais e funcionários a serviço do Estado e que estavam preocupados com a situação econômica do império ultramarino português, gerada principalmente pela perda do monopólio do açúcar no mercado europeu, pela alta do preço de escravos e outros insumos após o descobrimento de metais preciosos no interior e o déficit da balança comercial portuguesa devido aos tratados entre Portugal e Inglaterra. Para saber mais, cf: MARQUESE, 2004.

interino da Capitania de Minas Gerais entre 1736 e 1737.¹³⁰ De acordo com o próprio autor, a obra citada serviria de um guia para a criação de seus próprios filhos.

Para Proença, sua preocupação é antes de tudo criar os filhos para serem bons cidadãos e bons súditos, o que faz com que a educação sugerida por ele se aproxime mais da moral civil do que da religiosa. O próprio autor no Prólogo já afirma:

não duvido, que parecerá a algumas pessoas zelosas do bem das almas, que estes Apontamentos se devam encaminhar mais ao aproveitamento espiritual, que às conveniências temporais, seguindo antes os conselhos do Evangelho, que as maximas da Filosofia.¹³¹

E ao justificar sua escolha diz que “nem a minha profissão toca semelhante assunto, por não ser a minha boca digno instrumento para publicar verdades Evangelicas.”¹³² Na Licença dada pelo Desembargo do Paço, o Conde de Ericeira também destaca que as obras publicadas sobre esse assunto tratavam até então dos aspectos religiosos, mas para ele aqueles autores possuíam estilos pouco agradáveis e sem a precisa erudição. Mas como pode se perceber pelo trecho abaixo citado, para o Conde, a obra de Proença se destacaria entre as demais, pois tratava o assunto de forma clara e erudita.

A mayor parte das obras deste genero, que em varias linguas tem estampado, sim tratão do essencial, que he a pureza da Religião, e por consequencia, a dos costumes; porém os seus Authores, quase sem excepção, manejarão esta metaria, ou com estylo pouco agradável, especialmente aos meninos para quem escrevião, ou amontoarão lugares comuns, que só costumão agradar à aquelles, que não passam de huma erudição superficial, ou impropria, cuidando mais no agradável, que no util: mas este illustre Author soube unir nesta excellente Obra ao essencial a clareza, a erudição mais proporcionada ao seu assumpto.¹³³

¹³⁰ FONSECA, 2009, pp. 201-202.

¹³¹ PROENÇA, 1734, Prólogo, s/p.

¹³² *Ibid.*, Prólogo, s/p.

¹³³ *Ibid.*, “Licenças do Desembargo do Paço”, s/p.

Luís António Verney, autor da obra *O Verdadeiro Método de Estudar* publicada em 1746, foi sacerdote da Igreja Católica, o que não o impediu de ser um iluminista e criticar o ensino jesuítico praticado até então em Portugal. Essa obra contém 16 cartas endereçadas para o rei D. João V e procura mostrar o atraso da educação portuguesa e a proposta de uma reforma do ensino no reino. Ela foi escrita sob o pseudônimo de Barbadinho da Congregação da Itália, o que mostra que Verney não quis confrontar abertamente a Igreja, já que a obra era uma crítica à Companhia de Jesus, principalmente em relação ao método de ensino por ela praticado. Sua obra foi essencial para as reformas educacionais promovidas por Marquês de Pombal, embora nem todas tenham sido acolhidas totalmente.¹³⁴

Antonio Nunes Ribeiros Sanches, que escreveu em 1759 o livro *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, era um médico, cristão novo, mas que secretamente era judeu. Fugindo da Inquisição, passou por vários países até chegar na Rússia, onde viveu por quinze anos. Mais uma vez devido ao judaísmo, saiu da Rússia e foi morar em Paris, onde ficou até sua morte. Sanches conheceu Martinho de Mendonça de Pina e Proença enquanto ainda estudava Medicina na Universidade de Salamanca.¹³⁵

Joanna Rousseau de Villeneuve, autora do livro *A Aia Vigilante ou Reflexões sobre a Educação dos Meninos, desde a infância até á adolescencia*, publicado em Lisboa em 1757, era uma francesa que residia na América portuguesa, onde foi aia dos filhos do Marquês de Pombal. A autora dedica sua obra à segunda esposa deste, Condessa de Oeiras, afirmando no Prólogo que aquela era uma boa mãe e foi com a qual aprendeu a maneira de criar os filhos. Assim como Proença, Villeneuve afirma que não escrevia normas que obrigatoriamente deveriam ser seguidos por todos. Nas palavras da autora, "não pertendo instituir-me Legisladora. Se as maximas que proponho parecem adequadas á razão, e podem ser uteis,

¹³⁴ Para saber mais sobre Verney, cf: MAGALHÃES, 2016; BUONADIO NETO, 2013.

¹³⁵ LEMOS, 1911.

observem-se".¹³⁶ No Prológo, a autora afirma que seus apontamentos são frutos das reflexões que fez das obras de Rollin e Locke: "Rollin, e Locke são os meus abonadores. Os livros excellentes, que escreverão sobre a educação, produzirão as minhas reflexões, e estes apontamentos são fruto dellas".¹³⁷

Já sobre Francisco José de Almeida, autor do livro *Tratado da Educação Fysica dos Meninos, Para Uso da Nação Portuguesa* de 1791, a única informação encontrada foi que ele era um médico. Em sua obra ele afirma que há poucos tratados na língua portuguesa que tratam dos métodos de educação física e moral das crianças, o que significa que ele distingue sua obra das outras aqui analisadas, pois pretende abordar principalmente os assuntos relacionados à sua profissão. Mas ele não escreve para médicos, como o próprio afirma no início dos seus apontamentos. Seu objetivo é escrever "à razão das pessoas sensatas, a quem depois cumpre derramar pelas outras as doutrinas que podem ser interessantes ao público".¹³⁸ A sua obra foi selecionada para a análise, pois, apesar do autor se distinguir dos outros, ele traz temas muito parecidos e está inserido no mesmo contexto intelectual. Além do mais, sua obra apresenta uma mistura entre normativas voltadas para a saúde física das crianças e uma crítica ao modo de vida pautada pelo luxo e ociosidade. Pode-se dizer que é nesse autor onde a característica iluminista em criticar a nobreza e sua maneira de viver está presente. Essa característica não é percebida nas outras obras analisadas, pois o objetivo daqueles autores era justamente consolidar comportamentos da aristocracia que serviam como distinção social. Mas de acordo com Norbert Elias, as revoluções burguesas, principalmente a Revolução Francesa que ocorreu no final do século XVIII, faz com que a burguesia passasse a compartilhar e a reformular aqueles comportamentos e simbologias que eram tidas como

¹³⁶ VILLENUEVE, 1767, "Prólogo", s/p.

¹³⁷ *Ibid.*, "Prólogo", s/p.

¹³⁸ ALMEIDA, 1791, "Prefácio", s/p.

característicos de uma determinada classe.¹³⁹ A obra de Almeida é expressão dessa mudança. Além da crítica ao modo de vida aristocrático, há o silenciamento sobre normas de boas maneiras, símbolo de distinção dos nobres.

Pelo perfil e objetivos desses autores, percebe-se que eles – ao contrário de autores como Pedro de Santa Maria e Alexandre de Gusmão, todos vinculados à Igreja Católica e preocupados em escrever para normatizar toda uma sociedade – têm como foco a educação voltada para os filhos da nobreza, como foi dito anteriormente, com exceção apenas de Almeida. Para Proença, por exemplo, o respeito à hierarquia social e à forma como se deveria tratar os outros é um dos primeiros ensinamentos que as crianças deveriam ter.

(...) necessário ensinar-lhe primeiro aquela parte do direito público, que trata da hierarquia, e distinção dos sujeitos, de que se compõe a República; para que distinga o jornaleiro, ou oficial da arte sórdida, o professor de ocupação lucrativa, e o estado médio, o inferior grau de nobreza, que participam aqueles cargos, a que as Leis o concedem; o que comunicam empregos mais conspícuos, o que merece a antiga série de avós nobres, ou ilustres, e o que dá a grandeza, e poder revestida das primeiras distinções, que se tem estabelecido na República.¹⁴⁰

Em Verney, as normas são parecidas, uma vez que, para esse autor, as crianças devem desde cedo aprender os modos de receber, de ser cortês e educado, pois essas características faziam parte da virtude moral e é dessa forma que se distingue a plebe dos nobres.¹⁴¹ Villeneuve, sobre esse tema, afirma que

Assim são creados, não digo os filhos dos particulares, cuja má educação he para elles menos perigosa, e para a sociedade menos importante, mas os filhos dos Grandes e dos Ricos, que são a esperança da Nação, e que pela sua riqueza, dignidade, ou nascimento, instituirão muito algum dia em seus costumes, e talvez em seu destino, e gloria.¹⁴²

¹³⁹ ELIAS, 1993; *Id.*, 2011.

¹⁴⁰ PROENÇA, 1734, p. 220.

¹⁴¹ VERNEY, 1746, p. 272.

¹⁴² VILLENEUVE, 1767, p. 28.

Ou seja, para a autora, uma má educação em filhos de criados não seria tão importante e nem tão perigosa se comparada com os filhos da aristocracia, os quais pareciam ser os únicos responsáveis pelo futuro da nação. Logo, a falta de criação desses prejudicaria não apenas os pais e a família, mas toda uma sociedade. A própria divisão da obra e os temas apresentados no manual deixam claro para quem o livro está sendo publicado. Dividido em duas partes, primeiro trata da obrigação das amas e depois da obrigação das aias. Embora em várias partes comente a obrigação dos pais, seus apontamentos são direcionados para a forma como essas criadas deveriam agir com as crianças e o que os pais deveriam exigir delas. Quem, além da aristocracia, poderia ter amas e aias para cuidar de seus filhos?

Mas isso não impede que os autores voltem a discutir temas que foram analisados no século XVII, como, por exemplo, a importância dos pais no processo de criação desde a tenra idade. Proença afirma que os pais devem dedicar algumas horas à educação e ensino dos filhos. O exemplo, dado tanto pelos pais como pelas pessoas próximas às crianças, também fazem parte do próprio processo de criação, uma vez que elas tendem a imitar as ações dos adultos, e por esse motivo é essencial que os pais ajam de forma virtuosa principalmente perto delas e escolham bem os criados que irão ter convívio mais próximo com os pequenos. Esse autor também destaca a importância de se criar hábitos e costumes, principalmente nos primeiros anos, quando a criança ainda é incapaz de agir pela razão, pois

(...) se costumarem a obrar em tudo, conforme as regras da equidade, este habito lhe servirá de mais, que todas as máximas da razão, preceitos moraes, e leys; porque o costume não só nos governa com mais facilidade, mas tambem com efficacia, que quase sempre produz effeito, consultando-se, ou advertindo-se poucas vezes os dictames da razão (...).¹⁴³

¹⁴³ PROENÇA, 1734, pp. 65-66.

E a medida em que as crianças vão crescendo e vão adquirindo a razão, Proença afirma que elas podem começar a ter alguma liberdade nas suas escolhas e os pais devem aos poucos deixarem de ser autoritários para se tornarem amigos de seus filhos. Essa seria uma das formas de aumentar o amor nos filhos e consequentemente evitar as más companhias, já que esses iriam preferir entre todas as companhias, a de seus pais.

A defesa de uma criação desde tenra idade, a responsabilidade dos pais nesse processo de criação e a importância da criação de costumes são normativas que já foram vistas nos autores anteriormente analisados. O que Proença apresenta de novo é a atenção que se deve ter com os criados que estão sempre em contato com os pequenos e as preocupações em evitar más companhias. Outro aspecto é a permissão de uma liberdade, o qual ele chama de liberdade racional, à medida em que os filhos vão crescendo. Para os outros autores, a vigilância deveria ser constante e só acabaria na idade adulta. Mas em Proença a razão pode não apenas ser adquirida pela criança, como também deve ser usada por ela na medida em que já seja capaz de tomar suas decisões. Mas há outra diferença crucial. Na obra em questão não há o discurso do medo tão utilizado por Gusmão e Santa Maria, no qual a má criação seria seguida por tragédias tanto na vida terrena quanto na espiritual.

Já para Sanches, não basta apenas o bom exemplo dos pais nem o ensino dos mestres para a boa criação os filhos. O Estado também deveria se responsabilizar pelos seus cidadãos, criando leis para premiar ou castigar os que foram bem ou mal criados. Ou seja, como se pode perceber no trecho abaixo, a responsabilidade também recai para o Estado, que por meio de castigos e premiações incentivaria a boa criação.

Mas para se cultivar o animo da Mocidade, para adquirir a facilidade de obrar bem e com decência, não basta o bom exemplo dos Paes, nem o ensino dos Mestres; he necessario que no estado existão tais Leis que preméem a quem for mais bem creado, e que castigem a quem não quer ser util, nem a si, nem á sua patria.¹⁴⁴

¹⁴⁴ SANCHES, 1922, p. 109.

Em Villeneuve, embora trate principalmente das funções das amas e aias, as normativas em relação às melhores formas de se criar um filho não se distinguem tanto dos autores do século anterior, havendo inclusive pontos em comum com Gusmão e Santa Maria. A autora, por exemplo, critica o excesso de mimo e ainda afirma que as mães tendem a mimar mais os filhos que os pais, ponto que também se encontra na obra de Gusmão; e, assim como Gusmão e Santa Maria, acredita que se deve começar a corrigi-las logo principiem a cometer erros, pois aqueles que permanecem com os erros até certa idade, dificilmente se emendam; e embora não cite o termo “tábula rasa” como os outros autores, afirma que “a alma do tenro infante, qual branda cera, transformará como quizer”.¹⁴⁵ Mas também destaca pontos que não estão nesses autores, mas que aparecem no discurso de Proença, como a importância do exemplo da aia no processo de aprendizagem da criança, dizendo que esse método é mais eficaz que longos discursos. Percebe-se, portanto, que o discurso de Villeneuve é uma mescla entre o que foi defendido nos manuais do século XVII e XVIII.

Almeida é outro autor que também retoma a ideia de “tábula rasa”, embora, assim como Villeneuve, não utilize esse termo.

"Desde o nascimento logo começa a educação fysica, e moral. Desde então devem acostumar as crianças a mammarem a huma hora regular, e nesta idade, em que tudo facilmente se consegue, pois que nós pouco mais que somos do que habitos, e educação; nesta idade, digo, he facil arreigar hum costumes".¹⁴⁶

Outro aspecto importante em relação à criação diz respeito a como os autores percebem a natureza da criança. Em Gusmão e Santa Maria o processo de criação serve para mudar a natureza dos filhos, uma vez que essa é vista de forma totalmente negativa por esses

¹⁴⁵ VILLENUEVE, 1767, p. 16; em relação ao exemplo ser importante: *Ibid.*, p. 17; a crítica ao mimo: *Ibid.*, pp. 31; 36-39; 65-66

¹⁴⁶ ALMEIDA, 1791, p. 63.

autores. Mas nos apontamentos de Proença, o que se percebe é uma preocupação e até um respeito em relação à natureza dos meninos. Em um trecho, esse autor afirma que as faltas

que nascem do seu natural temperamento proprio daquela idade, não merecem advertencia, nem necessitaõ de emenda, como por exemplo, a inquietação de correr, e brincar, e outras, que são mais imperfeição da idade, que defeito da pessoa, que o tempo emenderá sem soccorro de reprehensõens, que se forem frequentes, perderão a força nas occasiõens necessarios, e se fizerem effeito, será abatendo a viveza, e mortificando a atividade.¹⁴⁷

O autor ainda afirma que é impossível mudar a natureza de uma pessoa. Querer uma “gravidade severa a quem Deus dotou de um gênio buliçoso, vivo e alegre” e procurar “uma afabilidade risonha, a quem ele formou com disposições melancólicas” não seria possível.

Para Proença

o ponto está em cultivar os talentos naturaes do genio; que intentar darlhe outro diverso, ou contrario, he impossivel: o que se deve fazer, he cultivar o que cada hum tem, e procurar emendarlhe os defeitos; pricipalmente os que podem influir costumes viciosos, evitando quanto for possivel, que o cuidado de se affastar de algumas imperfeiçãoens, não degenerem em affectação.¹⁴⁸

Percebe-se, portanto, que para Proença o que se deve mudar na natureza das crianças é o que ele chama de defeitos, que podem vir a se tornar costumes viciosos. Mas ele distingue o que seriam esses defeitos dos atos que são próprios da infância, como brincar e correr. Para citar quais aspectos da natureza da criança deveriam ser mudados, pode-se destacar a parte em que ele fala sobre a ambição e o ciúme, características essas que não devem ser estimuladas pelos pais.

A diferença com que ordinariamente os pays tratão com mais amor algum dos filhos, aumenta a natural ambição, e causa ciúme aos outros, paixão de que são capazes na mais tenra infancia. Este ciúme, e inveja vay fomentando huma occulta opposição, e discordia entre os irmãos, cujo melhor remedio consiste na indifferença com que os

¹⁴⁷ PROENÇA, 1734, pp. 121-122.

¹⁴⁸ *Ibid.*, pp. 125-126.

pays devem igualmente amar todos os seus filhos, sem que neste amor se possa conhecer mais preferencia, que a que se conceder à mayor virtude.¹⁴⁹

Assim como Proença, Sanches percebe de forma positiva o estado de natureza do homem, afirmando que esse seria um dos princípios em que se deveria pautar as ações.

Se neste livrinho e catechismo da Vida Civil estivessem declaradas as propriedades do **homem no estado natural**, que consiste em buscar o que lhe he necessario para conservarse, satisfazendo á fome e a sede, e que naturalmente temos, aquella propriedade de imitar o que vemos com amor e com admiração, que temos naturalmente, a piedade e a compaixão de ver soffrer e maltratar os nossos semelhantes, e que destes dois princípios provem todas as acçoens que obramos (...). [grifo meu].¹⁵⁰

Francisco José de Almeida não trata exatamente da natureza das crianças, mas destoa dos outros autores ao escrever sobre o controle das paixões. Ele defende um equilíbrio ao afirmar que a paixão é necessária para a conservação do homem, mas que essa precisa de ser controlada. Em suas palavras,

“He verdade que hum ente sem paixões he hum automato estúpido, e desprezível: Este fogo he necessario ao homem para a sua mesma conservação; apagar-lh'o he embrutecelo; mas he preciso prescrever-lhe raias; eis-aqui em que estriba toda a filosofia, e todo o artificio da educação moral. Bastaria este artigo para mostrar claramente por onde prende a cadêa dos conhecimentos fysicos com os moraes da natureza do homem, e como a boa conducta da sua economia animal está igualmente pendente de considerações fysicas, e moraes”¹⁵¹.

Percebe-se que, para Almeida, as paixões fazem parte da natureza humana e contê-las totalmente seria ir contra ela. Os outros autores, ao contrário, já criticam veementemente o agir pelas paixões, pois isso seria a causa dos vícios e maus costumes. Não apenas os autores do século anterior, como Gusmão e Santa Maria, mas inclusive aqueles que estavam escrevendo sobre esse tema no século XVIII.

¹⁴⁹ PROENÇA, 1734, pp. 57-58.

¹⁵⁰ SANCHES, 1922, pp. 120-121.

¹⁵¹ ALMEIDA, 1791, p. 89.

Um tema pouco tratado nas obras do século anterior, e que nesses autores tem um grande destaque, é o ensino das crianças. Proença dedica a maior parte de seu livro ao assunto, explicando minuciosamente como deveriam ser os estudos em cada uma das matérias as quais ele acredita serem essenciais para a formação infantil. Cita métodos e obras que deveriam ser utilizados durante o estudo, trata do ensino da Ortografia e Gramática portuguesa, História, Geografia, Matemática, Física, Ciências, Línguas Estrangeiras (principalmente o francês, que de acordo com o próprio autor, era a língua comumente falada nas Cortes europeias; e do Latim, o qual ele apresenta críticas sobre a forma como usualmente era ensinado), além do ensino da Moral, do Direito Natural e das Leis. Destaca também o cuidado que se deveria ter na escolha do Mestre e a importância da criança aprender o trato cortês. Por último, incentiva o ensino doméstico, por acreditar que o convívio com outras crianças pode servir de mau exemplo.¹⁵²

As obras de Santa Maria e Gusmão não apresentavam tanto interesse em relação ao ensino, destacando apenas a importância dos estudos na infância. Gusmão, por exemplo, sugere que tanto meninos como meninas devam saber ler, escrever e fazer algumas contas; já Santa Maria afirma a importância em se estar rodeado de bons livros. Mas nenhum até então descreve minuciosamente os estudos, como fez Proença. Esse autor também trata do ensino da religião para as crianças, destacando a necessidade de ensinar os dogmas e mistérios do catolicismo, o que mostra que apesar de não seguirem as teorias cristãs, os autores não abandonaram de vez a ideia de que a religião era importante para a formação das crianças.

Na mais tenra idade, e antes, que saibão fallar, se deve participar às crianças, huma noção clara, e simples de Deos Nosso Senhor como de hum Senhor Soberano, que faz, e governa tudo, que nos ama, e nos deu todo o bem que possuímos, e nos há de dar quanto esperamos; e que assim he razão, que o adoremos, que lhe agradeçamos o que temos, e que lhe peggamos o que nos falta. No principio bastará este primeiro debuxo da Divindade, e depois se lhe irão declarando os mais attributos, e mysterios;

¹⁵² PROENÇA, 1734, pp. 189-190.

e quando comessa o uso da razão, a incompreensibilidade infinita de Deos, entretendo, e cultivando esta idéa nas crianças como as costumam a dar graças a Deos, e pedir-lhe os bens sensíveis, em quanto não são capazes de conhecer os sobrenaturaes, procurando, que respeitem o seu nome bemdito, e obedeção a seus Divinos Mandamentos, pondolhe sempre diante dos olhos a remuneração das boas obras para o que he necessario inspirar-lhe a noção de immortalidade da alma, de sorte, que lhe fique tão indubitavel, como a da propria existencia.¹⁵³

Verney também defende que, mesmo antes da criança aprender a ler, ela deve ser instruída nos elementos principais da religião, além de ser acostumada a obedecer e ser cortês. O que nesse caso não é de se estranhar, já que o autor era um eclesiástico. Mas para além do ensino religioso, Verney, cujo objetivo de sua obra era tratar principalmente da reforma do ensino jesuítico, também mostra de forma detalhada quais métodos e disciplinas ele considerava mais úteis às crianças. Interessante ressaltar que na obra de Verney, além da defesa do ensino para as meninas, aparece pela primeira vez a ideia de um ensino para os plebeus.

Mas enquanto Verney defende esse ensino mais amplo, Sanches afirma que não deveria haver ensino para a camada mais pobre da população, que não deveria aprender nem a ler e escrever, pois uma vez que os pobres o fizessem, procurariam empregos melhores e não seguiriam as carreiras de seus pais, o que geraria grande prejuízo para a República. Para ele, o trabalho desde cedo seria o necessário para se criar bem um filho de um plebeu. Em relação ao ensino das meninas de famílias abastadas, ele o defende, pois afirma que elas são as primeiras Mestres na vida das crianças e, por isso, seria importante que elas tivessem algum ensino. Ao contrário de Proença, propugnador do ensino doméstico por acreditar que nas escolas as crianças teriam más influências e aprenderiam vícios difíceis de tirar-lhes mais tarde, Sanches defende que as crianças deveriam ir às escolas, para aprender a conviver com o outro e obedecer não apenas seus pais, mas todos seus superiores. Além do mais, ele

¹⁵³ PROENÇA, 1734, pp. 98-100.

considera que em casa as crianças teriam proximidade com os escravos, o que prejudicaria a boa educação.¹⁵⁴

Villeneuve não trata sobre o ensino das crianças, apenas a ideia de se manter os filhos sempre próximos de bons exemplos. Assim como Sanches critica a proximidade delas com criados. Já Almeida critica o ensino ministrado na idade incorreta. Para o autor, ensinar o que não é próprio à idade desestimularia a criança, afetaria suas fantasias, afrouxaria os nervos e consumiria a sua energia¹⁵⁵. Não fala sobre matérias e formas de ensino como os outros autores, mas é importante lembrar que ele é um médico e não é seu objetivo normatizar o ensino escolar, e sim a educação física e moral das crianças.

Sobre a alimentação e as vestimentas, as normativas também apresentam mudanças significativas. Proença recomenda comidas mais simples e de fácil digestão, evitando dar às crianças carnes e doces para que elas não acostumem o paladar com comidas gostosas, que na maioria das vezes não são saudáveis. Para substituir o doce como sobremesa, o autor indica o uso de frutas, e sobre a quantidade, afirma que seja com moderação. Proença dá ainda uma dica para evitar que as crianças comam por gula e não por fome: sugere que se dê comidas menos saborosas entre as refeições, pois dessa forma comeriam apenas se realmente estiverem com fome. Destaca também a importância de se beber água, recomendando oferecê-la sempre às crianças que ainda não sabiam pedi-la.

Por meio dessas normativas, Proença mostra dois tipos de preocupação. Uma com a gula, considerado um vício, e outra com a saúde das crianças. O exagero nas alimentações e a gula foram abordadas nas obras do século XVII. A crítica aos vícios e abundância não escaparam às normatizações cristãs. Por outro lado, a preocupação com a saúde e as

¹⁵⁴ SANCHES, 1922, pp. 109-115.

¹⁵⁵ ALMEIDA, 1791, p. 89.

informações sobre os alimentos adequados para os pequenos não ecoaram nas normativas jesuíticas do século anterior.

Ainda sobre Proença, o mesmo se dá em relação ao discurso sobre as vestimentas ideais para as crianças. Como já foi citado, tanto Santa Maria como Gusmão ao falarem sobre o assunto, preocupam-se em criticar o uso de roupas luxuosas ou coloridas, roupas que de acordo com esses autores incentivariam a vaidade dos pequenos. Proença já se preocupa com a saúde e o conforto das crianças, sem recriminar o uso de cores e adereços, mas o uso de roupas muito apertadas, que, de acordo com ele, poderia prejudicar a saúde dos menores.

Pelo que toca aos vestidos, deve-se evitar ainda mais o demasiado calor nos que se usam de inverno, que a falta de abrigo nos de verão; não falta quem dê por causa da vida mais larga, e robusta dos antigos, a forma dos seus vestidos largos, e pouco unidos ao corpo; os vestidos das crianças mais acomodados são aqueles, que se podem vestir sem violentar os braços, como são ordinariamente os que se usam abertos pelas costas; os vestidos apertados, e com espartilhos para perfeioar o talhe do corpo, causam muitas vezes nesta idade grande dano a saúde; estreitando o peito com notável detrimento das partes vitais, impedindo a perfeita distribuição do alimento, e circulação do sangue, e ordinariamente fazem na configuração do corpo defeitos maiores, do que os que se intentam remediar.¹⁵⁶

Outra autora que trata sobre esses temas é Villeneuve. Nas palavras dela

O alimento de que usar, logo que for desmamado, seja ordinario, simples, e de facil digestão, fugindo de tudo o que for capaz de accender os espiritos, e alterar o temperamento do sangue. Os lacticinios, e ovos frescos, as frutas sendo maduras, as hortaliças, e legumes, são alimentos muito proprios á primeira idade. Coma raras vezes carne, nunca doce: a carne póde prejudicar-lhe a saude, e na opinião de muitos faz o carcter feroz, e cruel: o doce pelas particulas acidas, e corrosivas, que tem, póde formar hum temperamento escoburtivo.

A quantidade do alimento seja moderada, porque tudo que he excessivo, além de ser vicio, he prejudicial. Advirta-se porém, que na primeira idade necessita a natureza de mais frequente repetição de alimento; e assim quando o menino quizer comer, nunca lho embaraceis: observai sómente no que lhe deres o não incitares a sua gulodice, mas sim o satisfazer a sua necessidade. Ainda que a gula seja paixão de infancia, nunca receeis que este vicio se arreigue.¹⁵⁷

¹⁵⁶ PROENÇA, 1734, pp. 4-5.

¹⁵⁷ VILLENEUVE, 1767, pp. 90-91

No trecho acima, percebe-se que Villeneuve também apresenta em seus discursos normativas de cunho moral, como por exemplo, dizer que os alimentos podem alterar o temperamento do sangue, que a carne pode fazer a criança ter um caráter feroz e cruel e que alimentos em excesso podem favorecer a gula. Porém, assim como Proença, ela também mostra uma preocupação com a saúde, falando sobre alimentos de fácil digestão e quais alimentos mais propícios à primeira idade. Tanto aqui como em Proença, percebe-se que a mudança nos discursos não representa uma ruptura total com as normativas, mas sim uma nova preocupação, que é a saúde do corpo e não apenas a da alma.

Sobre a vestimenta, Villeneuve afirma que não é para deixar as crianças se felicitarem com os vestidos novos, pois isso pode fomentar os princípios da soberba e do luxo. Interessante observar que a autora não critica o uso de roupas luxuosas, como faz Santa Maria e Gusmão, mas há a repreensão em se felicitar por usar roupas novas. Ainda em relação às roupas, recomenda que não se deixem agasalhar muito no frio e nem usar roupas muito leves no verão, para que o corpo se acostume com as mudanças de tempo, além de criticar as roupas muito justas e apertadas, por prejudicarem o crescimento das crianças. A preocupação, assim como Proença, é com a saúde das crianças.

O trecho em que Almeida fala sobre a alimentação e vestimentas é um ótimo exemplo para perceber como em sua obra as normatizações vão desde aspectos voltados para a preocupação com a saúde das crianças às críticas pelo modo de vida da nobreza.

As crianças que são educadas desde o berço como acima dissemos, alimentadas com moderação, agitadas com todo o exercício de que ellas são capazes, e em campo live, não tem nenhuma semelhança com esses filhos do luxo, cevados na gula, abafados em sumptuosas vestiduras, suffocados em camarins escrupulosamente calefetados, e em fim apodrecidos no ocio, e na preguiça. Quais são as pessoas, que vem a ser mais sensiveis ao ar? A experiencia que responda: Aquellas, que mais d'elle se reparaõ, e que menos lidaõ. O verdadeiro meio de evitar as inclemencias do tempo he agitar-se, e andar sempre exposto ás alternativas da atmosfera.

Eu não quero dizer, que os meninos se não cubraõ; mas que sejaõ leves as suas cobertas. As roupas de algodão, e linho são bastante para os defender do maior rigor do tempo.¹⁵⁸

Ao utilizar termos como “os filhos do luxo, cevados na gula, abafados em suntuosas vestiduras”, o autor deixa bem claro qual o estilo de vida está criticando.

A amamentação também aparece nas obras da maioria dos autores. No capítulo anterior, foi mostrado que no século XVII a aleitamento materno era defendido pelos autores que apresentavam alguns aspectos relacionados à saúde, mas baseavam suas justificativas principalmente sob a perspectiva do costume, acreditando ser possível que o temperamento e o caráter podiam ser transmitidos através do leite. Essas ideias são mostradas de diversas formas pelos autores do século XVIII. Sanches, por exemplo, também defende a amamentação materna e justifica sua defesa sob dois aspectos. O primeiro seria que mulher que amamenta não engravida e isso evitaria abortos e complicações que poderiam ocorrer em mulheres que não tiveram o tempo certo de se recuperar da última gravidez e já estavam grávidas novamente. As crianças desta segunda gravidez também seriam prejudicadas, pois nasceriam pequenas e fracas. Nesse primeiro aspecto vemos uma preocupação com a saúde tanto da mulher como do recém-nascido, algo que pouco foi abordado nas obras do século anterior. Mas o segundo aspecto destacado por Sanches retoma a ideia daqueles outros autores, pois ele afirma que as crianças criadas pelas amas adquirem hábitos daquelas mulheres, que, de acordo com o autor, são ignorantes e supersticiosas. Ou seja, ele retoma o discurso de que através do leite as crianças adquiriam os costumes de quem estava amamentando.¹⁵⁹

¹⁵⁸ ALMEIDA, 1791, p. 81.

¹⁵⁹ SANCHES, 1922, pp. 190-192.

Villeneuve não fala nada sobre a amamentação materna, mas destaca a importância na escolha da ama. Como a obra conta sua experiência como aia da Condessa de Oyeras, provavelmente a Condessa contratava amas para amamentar seus filhos e a autora não criticava essa opção. Sobre a escolha da ama, ela afirma

Na eleição da Ama, pois, haja grande cautella. Além das qualidades fysicas, deve ser morigerada, e intelligente, ter o coração igualmente são, como o corpo. A intemperança das paixões póde, como a dos humores, alterar-lhe o leite. Demais occupar-se só do fysico, seria conseguir unicamente a metade do objecto. O leite póde ser excellente; e a Ama péssima. Hum bom character não he menos essencial, que huma boa constituição. Tomando-se por Ama huma mulher viciosa, não pertendo que o menino contraia seus vícios; mas certamente o seu temperamento se estragará. Não lhe deve ella com o leite os cuidados, que pede tão mimosa idade? Muito zelo, muita paciencia, brandura, e limpeza. Se for golosa, intemperada, brevemente se lhe corromperá o leite: se descuidada, ou arrebatada, a quantos perigos se não verá exposto aquelle desgraçado, que não tem forças para se defender, nem palavras para se queixar.¹⁶⁰

Percebe-se que ainda se mantém o discurso que os vícios e as paixões podem alterar o leite. Quando a autora afirma que “não pretendo que o menino contraia seus vícios; mas certamente o seu temperamento estragará”, ela mostra uma certa desconfiança que o vício passe através do leite, mas não nega completamente essa hipótese. Essa incerteza também aparece em Almeida.

Porém, esse autor, assim como os outros, defende a amamentação materna. Ele afirma que, por mais que a criança seja parecida em muitas propriedades se comparada às outras de sua espécie, cada indivíduo é único e o leite materno é formado pelos mesmos órgãos e o mesmo sangue o qual nutriu o feto durante a gestão. Por esse motivo, o aleitamento materno é o ideal para o recém-nascido, uma vez que contém de forma singular todo o necessário para aquela criança específica. Ainda afirma que as mães que não amamentam ficam sujeitas à febres, tubérculos, reumatismos e outras enfermidades já que não eliminam por meio da

¹⁶⁰ VILLENUEVE, 1767, pp. 2-3.

amamentação o leite. A isso o autor acrescenta que as mães que efetuam esse “crime” muitas vezes o fazem por luxo ou vaidade. Até aqui o que se percebe é o autor procurando justificar o aleitamento por meio de discursos baseados na preocupação com a saúde da criança e da mãe, além de criticar mais uma vez o luxo e a vaidade, o que era comum em autores iluministas. Mas ele não rompe totalmente com as justificativas do período anterior, como se percebe nesse trecho.

Pouco importa a falsidade destas ficções ao nosso intento; pois só nos interessa a verdade, que dellas se infere, e vem a ser: que ao menos houve em todo o tempo homens persuadidos da modificação do nosso temperamento em virtude do primeiro leite, fazendo-o influir até sobre as acções moraes, e não he muito extranho ressentirem-se os homens do leite que mammáraõ, quando a sua máquina entrava a desenvolverse; se vemos que o calor, o frio, o alimento, as bebidas, as qualidades do ar atmosferico, os jogos, os prazeres, ainda depois modificação tão particularmente o character moral dos homens, que segundo as qualidades das Nações, se distinguem os seus diversos genios. Talvez que a dessemelhança do character observada hoje nas familias, venha de não serem os filhos nutridos aos peitos maternos; pois que o leite extranho, tendo diferentes qualidades, e talvez contrarias á constituição individual do menino, faz delle hum aggregado monstruoso de duas naturezas.¹⁶¹

Partes como “ao menos houve em todo o tempo homens **persuadidos**” ou ainda “**talvez** que a dessemelhança do caráter” (grifo meu) mostram como, assim como Villeneuve, o autor não expressa certeza ao afirmar que o leite possa interferir nas ações morais. Mas ele também não nega que isso possa acontecer. Nesses dois casos, de Villeneuve e Almeida, percebe-se que há o princípio de uma mudança em relação às crenças da amamentação. Esse ponto fica mais claro em Almeida quando o autor trata da escolha de amas. Embora defenda a amamentação materna, ele leva em consideração que algumas mães, por motivos de saúde ou por falta de leite, talvez devam recorrer a elas para amamentar os filhos. Sobre a escolha delas, ele afirma

Taõbem eu quizera, que se averiguassem com toda a exacção as qualidades moraes das amas, entendendo-se em que ellas tivessem boa indole, hum genio docil, e todas as suas paixões moderadas: que não sejaõ nimiamente libidinosas, sem suppôr

¹⁶¹ ALMEIDA, 1791, p. 46.

absolutamente preciso arredalas de toda a communicacão conjugal. E muito particularmente se deve requerer que a ama não seja de temperamento colerico; pois todos os dias vemos cahir em epilepsia, e em convulsões crianças, que mamáraõ o leite filtrado no accesso da colera. E pra acabar de huma vez, he muito de dezejar com *Ballexferd*, que a ama seja outra Mãi com a mesma estatura, figura, e a mesma côr; e que em fim, exceptuando o máo, em tudo mais sejaõ inteiramente parecidas.¹⁶²

Ou seja, a moralidade e a índole das amas devem ser levadas em consideração, mas não porque seus costumes passariam por meio do leite para as crianças, como defendiam os outros autores, mas porque esses costumes poderiam interferir na qualidade do leite, causando mal às crianças. É uma sutil diferença no discurso, mas que mostra a sua mudança no decorrer do tempo.

Até aqui percebe-se que, no século XVIII, os autores demonstram uma maior preocupação em justificar suas normativas por meio da razão, destacando questões relativas à saúde, às práticas de distinção social e à importância em se criar bons súditos ou cidadãos para a República. A saúde, que representa a preocupação com a vida terrena, é a principal mudança que se percebe ao se falar dos temas tratados pelos autores. Por mais que ainda houvesse semelhanças nos discursos, a base das teorias não era mais pautada na busca da salvação eterna nem no medo dos castigos divinos.

III.

As mudanças nos manuais sobre o governo de escravos demoraram mais a acontecer. A primeira obra escrita no século XVIII sobre o tema é *Etíope resgatado, empenhado, sustentado, instruído, corrigido e libertado* do jesuíta Manoel Ribeiro Rocha, publicado em 1758. Natural de Lisboa, passou boa parte da sua vida no Brasil, falecendo na Bahia em 1779.

¹⁶² ALMEIDA, 1791, p. 53.

Em sua obra, ele oferece uma alternativa para o regime de escravidão praticado até então nas Conquistas portuguesas e para isso ele analisa desde o resgate dos escravos até sua libertação.

Para este autor, o fim da escravidão seria um prejuízo espiritual, pois defende que por meio dela há a conversão de gentios e a salvação de suas almas. Também seria desvantajoso para Portugal e para as Conquistas, uma vez que os escravos seriam essenciais para cultivar as lavouras, culturas, fabrico e todos os outros serviços necessários para a sociedade.¹⁶³ Para amenizar os males da escravidão, Rocha defende uma remissão dos escravos depois de determinado tempo.

Sobre essa remissão, de acordo com Rocha, um escravo só deveria permanecer em posse do senhor durante período pelo qual, com seu trabalho, quitasse todos os gastos que o senhor havia tido com ele. Ou seja, a escravidão não seria algo permanente para o escravo, uma vez que ele permaneceria cativo apenas enquanto o senhor ainda não tivesse ressarcido os gastos com sua compra e outras despesas no decorrer dos anos.¹⁶⁴ O autor previa quatro formas de redenção baseadas nessa teoria. Em suas palavras,

Estes fins podem ser de quatro modos: Primeiro, quando o cativo pagar a seu possuidor a dinheiro o preço total, ou parcial da sua redenção, na forma explicada na segunda parte deste Discurso; segundo, quando o cativo houver servido os anos, que bastarem para compensar o mesmo preço, como também ali deixamos expedido; Terceiro, quando falecendo o possuidor do cativo, lhe fizer a quita do tempo, que ainda lhe faltar, e o deixar desobrigado; quarto, e último, quando o cativo, antes de findar o tempo da sua servidão, falecer da vida presente.¹⁶⁵

O tempo máximo previsto para que um escravo pagasse a dívida com o senhor seria de 20 anos, não podendo extrapolar esse período. No caso de escravos que aprendessem algum ofício, esse prazo poderia se estender para 25 anos, para que o escravo pudesse pagar o

¹⁶³ ROCHA, 1992, p. 76.

¹⁶⁴ Autor sugere que entre esses gastos não fossem contabilizados os gastos com vestimenta e alimentação e que os senhores considerassem esses gastos como gestos humanitários. Cf: *Ibid.*, p. 55.

¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 131.

benefício de ter aprendido alguma profissão.¹⁶⁶ Em relação aos filhos das escravas, esses seriam livres, mas ficariam em posse dos senhores até que completassem 14 ou 15 anos, para que também pudessem pagar o preço despendido em sua criação.¹⁶⁷ Dessa forma, Rocha tenta amenizar os horrores da escravidão, procurando uma saída que permitisse sua manutenção. Ou seja, frente a alguns embates do século XVIII a respeito da escravidão, o que Rocha faz é apresentar uma nova proposta que poderia procrastinar a abolição, assim como aconteceu no século seguinte com as Leis do Ventre Livre e do Sexagenário.

É importante destacar que Rocha não critica a escravidão em si, mas como os cativos eram capturados e como eram tratados no cativeiro. Sobre a captura – ou resgate, como eles diziam na época –, o autor afirma ser de conhecimento da maioria que em muitos casos não havia uma guerra justa e muitos compradores de escravos ou fingiam ignorar esse fato ou realmente o desconheciam. Em relação aos compradores de escravos que já tivessem ouvido falar de tal matéria e duvidassem se os escravos que estavam comprando eram ou não provenientes de maneira justa, mas mesmo assim comprassem esses escravos, o dever seria restituí-los à liberdade e pagá-los todo o lucro que ganhariam durante o período em que estavam escravizados injustamente (o que o autor chama de quantidade da dúvida). Já os que por ignorância nunca tivessem ouvido falar nem tivessem lido sobre esses cativos que eram escravizados injustamente, poderiam ficar com os escravos comprados sem obrigação da dita restituição, "porque sua ignorância os faz possuidores de boa fé". Mas, se aqueles possuidores de boa-fé, descobrissem depois da compra que seus escravos pudessem ter sido mal cativados, caberia a análise da dúvida; se fosse confirmado a injustiça, deveria ser feita a restituição. Se nada fosse comprovado, poderiam permanecer com os escravos. Se fosse uma dúvida dividida, ou seja, se não houvesse a confirmação se o escravo tinha sofrido ou

¹⁶⁶ ROCHA, 1992, p. 60.

¹⁶⁷ *Ibid.*, pp. 55-56. Demonstra como os escravos trabalhavam desde novos, pois se com 14 ou 15 anos já teriam quitado essa dívida com o senhor, com quantos anos eles deveriam começar a trabalhar?

não uma injustiça, deveria-se permitir que o escravo comprasse sua liberdade pela metade do preço.¹⁶⁸

Em relação aos tratamentos destinados aos escravos, Rocha apresenta normativas sobre o vestuário, a alimentação, o trabalho, o casamento e os castigos. Os castigos serão tratados no tópico a seguir. Mas vejamos o que ele fala sobre os outros temas.

Sobre a vestimenta, Rocha faz uma distinção entre os escravos afirmando que aqueles que trabalhassem na roça e nas fazendas, bastaria que se oferecesse o vestuário suficiente, mas que poderia ser grosseiro. Ao contrário dos escravos domésticos que, segundo o autor, deveriam ter roupas mais dignas e menos grosseiras. Em relação à alimentação, Rocha critica os senhores que davam um dia da semana para que os escravos trabalhassem na terra e dali tirassem seu sustento. Segundo ele, os senhores não eram obrigados a dar tempo aos escravos, e sim, o sustento necessário para eles viverem.¹⁶⁹

Quando fala sobre o trabalho, afirma que esse era seria essencial para controlar os vícios e as malícias. Rocha compara os escravos de fazendas com os domésticos, destacando que aqueles que trabalhavam nos campos, pouco tempo tinham para se desencaminharem para os vícios. Já os escravos domésticos, acostumados com o ócio e sem ter o que produzir, tornavam-se maliciosos e frágeis.¹⁷⁰ E quando fala sobre os casamentos dos escravos, Rocha afirma que os senhores não podem impedi-los, pois isso seria um pecado mortal. Era preciso que aceitassem o matrimônio que deveria ser feito em tempo e local convenientes.¹⁷¹

O autor ainda retoma o discurso de que os senhores deveriam tratar os escravos, assim como os pais tratavam seus filhos.

¹⁶⁸ ROCHA, 1992, pp. 25-42, *passim*.

¹⁶⁹ *Ibid.*, pp. 80; 86.

¹⁷⁰ *Ibid.*, p. 124.

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 123.

(...) porque assim como Pai, e Mãe, não somente se entendem os que o são naturalmente por via de geração; senão também os que o são civilmente por via de possessão; assim e do mesmo modo por filhos não somente se entendem os gerados, senão também os possuídos, e isso por qualquer título cível, que o sejam; como familiares, por domésticos, por servos, ou por escravos; e a obrigação assim como é recíproca dos Pais para os filhos, também é dos senhores para os escravos.¹⁷²

A relação entre pai/filho e senhor/escravo está claro nos manuais sobre o governo de escravos e no caso de Rocha, não só nos discursos, mas também nas normativas. Como por exemplo, quando o autor afirma que é importante os senhores darem bons exemplos a seus escravos; ou quando afirma que muitas vezes um pai/senhor reclama que seus filhos e escravos não se livram dos vícios e maus costumes, mas que esse mesmo pai/senhor não obriga que os filhos e escravos frequentem as missas, comunguem, confessem e sigam os sacramentos.¹⁷³

Em todas essas normativas percebe-se que Rocha ainda utiliza como base a teoria cristã no seu discurso. Em relação ao matrimônio, por exemplo, seria de se esperar que o discurso fosse pautado por algum interesse econômico do senhor ao permitir que o escravo se casasse. Mas ele continua com o discurso cristão, afirmando que seria um pecado o impedimento desses casamentos. Ou seja, ele apela para o lado cristão do senhor. Também em relação à alimentação, vestimenta ou trabalho: em nenhum momento ele fala sobre a conservação dos escravos ou o interesse em mantê-los saudáveis, apenas afirma quais são as obrigações do senhor, utilizando da premissa que a relação senhor/escravo deve ser como a relação pai/filho. Até ao analisar sobre os prejuízos que o fim da escravidão traria para as terras portuguesas, ele cita o prejuízo espiritual, pois o fim da escravidão significaria o fim da salvação da alma daqueles que viviam em nações pagãs e bárbaras. A única modificação que se percebe na obra de Rocha é a ideia de uma escravidão que não deveria ser permanente

¹⁷² ROCHA, 1992, p. 83.

¹⁷³ *Ibid.*, pp. 125; 129.

para o escravo, que seria cativo apenas por um determinado período para pagar os gastos do seu “resgate”.

As mudanças significativas nos manuais sobre o governo de escravos começam a partir da década de 80 do século XVIII. Nelas percebe-se que não há mais uma preocupação em discutir as obrigações recíprocas dos senhores e escravos e as normativas não apelam mais para a misericórdia e para o lado cristão dos senhores. A partir desse momento a discussão é: como tornar mais efetiva e lucrativa as fazendas na América portuguesa? E como governar os escravos de maneira a qual se obtenha mais vantagens econômicas? Essas preocupações tomavam conta principalmente dos membros da Academia Real das Ciências e foram estes os autores dos manuais sobre o governo de escravos a partir de 1780.

A Academia Real de Ciências foi fundada em Lisboa em 1779 e seu propósito era promover investigações que fossem úteis ao desenvolvimento e progresso de Portugal. Os trabalhos produzidos por essas investigações tiveram seus textos publicados na série *Memórias econômicas*.¹⁷⁴ Dentre eles há a Carta de José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, nomeada *Carta a Domingos Vandelli descrevendo a Bahia* publicada em 1781. Embora seja extenso, o trecho descrito abaixo é importante para perceber como José Lisboa discute os temas escravidão, castigos e casamentos entre escravos.

Os negros, que apesar da sua estupidez, conhecem comtudo o preço da liberdade e que justamente não tomão interesse pela fortuna de seus senhores, na certeza de nunca ella lhes ser transcendente, que abusão da mansidão do senhor para se conservarem na indolencia e fugirem do rude trabalho de lavrar terra, enchem de mil amarguras a vida rusticana. Todos os dias se recebem más noticias de hum preto morto, outro doente, outro fugitivo, outro rebelde, outro que deixou corromper os pés de bichos por preguiça e ainda para desgostar o seu senhor.

Comtudo eu attribuo grande parte destes damnos ao abuso violento, que se faz da liberdade dos escravos, dos quais huma boa parte perece às mãos da fome, da miseria, da desesperação e dos atrozes castigos, que se lhes inflige. Os senhores moderados, mas não inertes, costumão pelo ordinario ter melhores negros e mais duraveis. E para dizer a verdade os escravos são mui sensíveis às demonstrações de benignidade de seus senhores. As suas almas com pouco se contentão e conduzidas com

¹⁷⁴ MARQUESE, 2004, p. 176.

generosidade, não são atrozes, como ordinariamente se crê. Alguns senhores de terra facilitão hoje os casamentos de seus escravos. He este um excelente meio de lhes suavizar o jugo e os ter com resignação sujeitos ao domínio em razão da mulher e filhos, seus caros penhores, que retém e os consolão.

O prazer de cumprirem com descanso o voto da natureza pela vantagem que lhe subministra a conjunção legitima lhes compensa os detrimentos de servidão.

Isto mesmo cede em benefício do senhor, que vê renascer huma prole viçosa para substituir o lugar dos que forem perecendo. Os jesuitas habeis economos da suas coisas forão os que derão d'isto exemplo e mostrarão com sucesso a utilidade com effeito aos engenhos e fazendas que deixarão cheios de escravatura numeroza, era raro achar negro da Costa da Africa. Comtudo este meio não he praticado com universalidade, porque pela vantagem mais decidida dos serviços dos negros sobre as negras, sempre o numero de escravos he triplicado a respeito das escravas: coisa esta, que perpetua o inconveniente de se não propagarem, sem se aumentarem as gerações nascentes.¹⁷⁵

A primeira parte do trecho já deixa claro uma mudança no discurso se comparado com a obra de Rocha. Aqui, percebe-se claramente uma nova base para a construção das normativas, de cunho mais econômico, e não teológico como foi visto anteriormente. Lisboa apela para a economia que o senhor de escravo faria se cuidasse bem dos escravos. Segundo ele, um escravo que perecesse a fome, as misérias e o descaso do senhor se tornaria rebelde, doente, tentaria fugir, mas aqueles senhores que mostrassem benevolência poderiam ter escravos mais saudáveis e obedientes. Também é mostrado um ponto de vista de interesse econômico ao permitir o casamento entres escravos. Não é por ser um “pecado mortal”, como afirma Rocha ou os outros autores do século XVII que o senhor deveria aceitar o casamento entre os cativos, mas porque isso se torna interessante a partir do momento em que a união faria com que o escravo resistisse melhor à escravidão e os filhos desses casamentos aumentariam a propriedade do senhor.

Mas outro aspecto que deixa claro a influência iluminista nos discursos do José Lisboa é sua crítica aos senhores que tinham escravos sem que estes fossem realmente necessários. Lisboa observa que na América portuguesa era imprescindível que um homem

¹⁷⁵ LISBOA, In MORAES, 1958, pp. 105-106.

branco livre e com o mínimo de posses tivesse um escravo. Não ter um significaria demonstrar para a sociedade ser uma pessoa com economia sórdida e abjeta. Logo, a maioria possuía no mínimo dois escravos, para carregar as suas cadeiras e os acompanhar pelas ruas, mesmo que esse gasto fosse dispendioso demais para família. Mas como o mesmo Lisboa diz,

quem fosse tão imprudente que fizesse a menor reflexão sobre a **ridicularia deste aparato romanesco ou ainda deshumanidade de se fazer por deleite puro**, carregar por homens seus semelhantes, estava na certeza de ser apreendido como um vizionário e inovador [grifo meu].¹⁷⁶

No trecho destacado, percebe-se a crítica ao luxo e ao agir sem razão, apenas por deleite e procura de aceitação e status social. Nesses casos o escravo não teria nenhuma serventia econômica que justificasse sua posse, sendo apenas um objeto que estaria ali para reforçar a hierarquia social, escancarando o prazer da nobreza ou dos mais abastados de viver no luxo e na aparência.

Os outros temas apresentados por José Lisboa aparecem apenas sob forma de constatação, sem haver uma crítica ou normativa sobre o assunto, como quando trata da alimentação dos escravos, onde afirma a prática comum dos senhores em oferecer um dia ou dois da semana para eles plantarem o próprio alimento, ou, ainda, quando aborda o tráfico de escravos, dizendo que era comum as embarcações com 600 cativos, que permaneciam nos porões pelo receio de que se revoltassem ou se jogassem ao mar por desespero.¹⁷⁷

Balthazar da Silva Lisboa, irmão de José Lisboa, escreve em 1786 o *Discurso histórico, político e econômico, e estado atual da filosofia natural em Portugal, acompanhado de algumas reflexões sobre o Estado do Brasil*. Assim como seu irmão, afirma

¹⁷⁶ LISBOA, In MORAES, 1958, p. 109.

¹⁷⁷ *Ibid.*, pp. 104; 108.

que mais proveitoso seria para o senhor o bom cuidado com os escravos. Em seu texto há um aspecto moral, mas não mais baseado na ideia de um pecado ou de uma atitude cristã. Aqui fala-se muito sobre humanidade.

Parece ser por tanto aquella constante pratica mui alheia da humanidade, e menos capás de reduzir os escravos a serem amigos, e fieis aos seus Senhores; que succederá sem duvida sendo mais humanizados, sem faltar-lhe nada á sua conveniente conservação; desterrada a nudez em que vivem; e conduzidos em fim por huma boa moral e prudente economia dos Senhores, ao pondo dezejado, de que elles cuidem com gosto no aproveitamento, e comodidade dos seus Senhores.¹⁷⁸

No trecho abaixo fica mais claro essa mudança nos discursos

Esta sorte de escravidão não será offensiva à Humanidade, se olhando os Senhores para á propria economia (quando não attendaõ para os deveres, a que os impelle a Religião) os tratarem com moderação, e não nos criminozos excessos, de que abuzaõ a mais grande parte. Não falo na indispensavel obrigação de os fazer instruir nos vivos sentimentos da Religião que adoramos, porque he evidente, que amando, e temendo a Deos, seraõ fieis aos seus Senhores.¹⁷⁹

Como se percebe, não é uma negação à religião, mas uma base teórica diferenciada para argumentar sobre os mesmos assuntos.

Sobre a alimentação, Balthazar Lisboa também comenta sobre os senhores darem o sábado de cada semana para que nele os escravos pudessem trabalhar para tirar o sustento e a vestimenta. Mas, ao contrário de José Lisboa, que apenas constata esse fato, Balthazar já critica essa prática dos senhores, ao questionar se apenas um dia seria o suficiente para se manter durante toda a semana. Ainda afirma que entre os escravos de boa índole isso até poderia funcionar, mas há aqueles que por seu vício acabavam utilizando esse dia para beber e ficar ociosos. Por último ainda atesta que muitos senhores também ofereciam o domingo,

¹⁷⁸ LISBOA, 1786, p. 55.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 53.

o que, nas palavras de Lisboa, “por necessidade [acabam violando] a santificação deste preceito”.¹⁸⁰

Em relação aos casamentos, também defende que os senhores deveriam estimular a união matrimonial entre os escravos. Como justificativa, afirma:

Deve-se em I. lugar geralmente estabelecer o uso de casar os escravos, por quanto os senhores da mulher, e os filhos os ligarão estreitamente na família do Senhor, donde não dejejaraõ sahir, nem entaõ já mais proseguiriaõ nos crimes, e excessos das paixoes sensuaes, e em muitos outros, que frequentemente praticaõ. Verse hiaõ as crias com mais decoro das familias, as quaes sendo acostumadas a ver os seus Senhores com amor e respeito, a quem seus Pais igualmente servem, amariaõ servilos, e lhe augmentariaõ suas riquezas.¹⁸¹

Mais uma vez uma normativa semelhante à de seu irmão, pois também afirma que seria de interesse do senhor casar os escravos, pois seriam menos rebeldes e mais ligados à família do senhor. Fala ainda sobre a prole ser responsável por aumentar as riquezas. Aqui também coloca, além de prerrogativas de cunho econômico, aspectos de cunho moral, como por exemplo, ao destacar que o casamento evitaria os excessos das paixões sensuais, normativas também comuns aos iluministas.

Outro autor que se encontra dentro desse contexto é Luiz Antonio de Oliveira Mendes, autor de duas obras, a saber *Discurso preliminar, histórico, introdutivo com natureza de descrição econômica da comarca, e cidade do Salvador*, de 1790; e *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d’África e o Brasil*, lido em 1793 em seção pública da Academia Real das Ciências de Lisboa e publicado em 1812.

Assim como os outros autores já citados, também relaciona o bom tratamento dos escravos a uma lucratividade maior do senhor, já que ao manter os escravos com bom trato,

¹⁸⁰ LISBOA, 1786, pp. 54-55.

¹⁸¹ *Ibid.*, pp. 52-53.

vestuário, alimento e cuidados com a saúde os cativos estariam a salvo e saudáveis.¹⁸² Em relação aos casamentos, Mendes apresenta apenas uma justificativa econômica: permitir que os escravos se casem para que possa haver no continente escravos necessários sem demasiada despesa, por meio de filhos legítimos e ou naturais dos cativos. Aqui não há nenhuma normativa moral, como percebe-se em Balthazar Lisboa.¹⁸³

Mendes ainda fala sobre as doenças. Segundo ele, os senhores, para evitarem demasiadas despesas com as doenças dos escravos, ao invés de chamarem médicos ou cirurgiões, chamavam Pretos sangradores para cuidar dos cativos. Para o autor, isso acabava aumentando a mortalidade, uma vez que estes seriam péssimos cirurgiões. Em algumas partes da sua obra, preocupa-se em descrever quais eram as doenças mais comuns dos escravos e quais os tratamentos mais adequados.¹⁸⁴

Até aqui percebe-se que não há nenhuma mudança nos discursos de Mendes com os supracitados. A perspectiva econômica, a preocupação em afirmar que as normativas são de interesse dos senhores, procurando mostrar que um bom tratamento aos escravos é mais lucrativo e rentável do que as práticas aos quais os senhores estão acostumados, eram as discussões presentes nessas obras. Mas há dois pontos nos textos de Mendes que merecem atenção. A primeira é porque ele nega que a escravidão tenha como finalidade salvar as almas daqueles cativos e garantir uma vida melhor a eles.

Há portanto pois anualmente um sem número de escravos transportados de toda a Costa da África ao Brasil; parece que refolegando a humanidade oprimida, seria um dia de triunfo, de glória, e de prazer para a mesma humanidade, que escapando, a tantos perigos, entrava no Cristianismo, no centro, e na unidade da igreja: porém assim não sucede, porque não sei se diga, que o remanescente de seus dias é mais desgraçado.¹⁸⁵

¹⁸² MENDES, In AGUIAR, 1957, p. 37.

¹⁸³ *Ibid.*, p. 37.

¹⁸⁴ MENDES, 1977, pp. 52-78, *passim*.

¹⁸⁵ *Ibid.*, 1977, p. 50.

Esse argumento confronta todos aqueles que procuraram justificar a escravidão por meio do cristianismo. Como foi exposto no capítulo anterior, autores como Padre Antônio Vieira, Benci e até Rocha, que foi analisado nesse capítulo, afirmavam que a captura de escravos servia para que esses pudessem sair da “cegueira” do paganismo e se libertarem perante a salvação eterna. Vieira chega inclusive a comparar a vida dos escravos com a de Jesus, afirmando que sofrimento deles na terra significava a salvação no céu. Mendes, ao contrário, afirma que “o remanescente de seus dias é o mais desgraçado”. É importante destacar que os sermões de Vieira que foram analisados foram pregados tanto para senhores quanto para escravos, e aí pode-se justificar o interesse em tentar amenizar a vida no cativeiro para seus ouvintes. Mendes está escrevendo para uma comunidade específica, de pessoas preocupadas com o desenvolvimento econômico de Portugal. De qualquer forma, essa distinção na argumentação é interessante, na medida que mostra que no século XVIII as justificativas para a manutenção da escravidão não passam mais pelo argumento cristão. No máximo, os autores afirmam que a escravidão é essencial para as riquezas do reino, com alguns outros pontuando por vezes a questão da “humanidade”.

E é referindo-se à questão da humanidade que Mendes analisa o tráfico de escravos e o uso do trabalho assalariado nas fazendas. Sem contestar a escravidão ou apresentar um discurso abolicionista, Mendes afirma que uma opção para manter o número necessário de escravos nas fazendas de açúcar, seria contratar escravos alforriados. De acordo com as suas contas, as quais ele faz questão de descrever em sua obra, o senhor não teria um gasto maior pagando um salário para um trabalhador comparando com o gasto que se teria comprando e mantendo um escravo.¹⁸⁶ Dessa forma, ele afirma que o tráfico de escravos não seria mais necessário para manter o trabalho na Comarca da Bahia e que ele só deveria ser tolerado enquanto não houvesse outras maneiras de suprir a mão de obra cogente. De acordo com o

¹⁸⁶ MENDES, In AGUIAR, 1957, p. 131.

autor, havia “outros princípios de Economia mais úteis e mais interessantes à humanidade, e mais conformes à melhor razão”.¹⁸⁷ Em sua outra obra, ao tratar sobre o mesmo tema, normatiza alguns pontos com o objetivo de que a travessia fosse menos cruel. Ele afirma que os navios deveriam ter mais circulação de ar e luminosidade para evitar doenças; que os comerciantes deveriam levar menos escravos nos navios negreiros, para que fosse possível manter todos com água e comida suficientes para a viagem; e ainda defende criar normas que estipulassem o número de escravos permitidos em cada navio, submetendo os capitães a multas e a manumissão dos escravos que tivessem em excesso.¹⁸⁸

Luis dos Santos Vilhena, autor da obra *A Bahia no século XVIII*, publicada em 1800 possui um discurso muito parecido com o de Mandes. Nesses dois autores o que se percebe é uma crítica mais severa em relação aos tratamentos destinados aos escravos, sem deixar de lado as questões econômicas que favoreceriam os senhores. Um exemplo é que Vilhena critica aqueles senhores que alforriam os escravos que já estão velhos, cegos ou impossibilitados de trabalhar, afirmando que isso não é caridade e sim falta de humanidade, pois ao alforriá-los nessas condições, esses escravos não possuem mais a capacidade de trabalhar e acabam se tornando pedintes e causando grandes prejuízos ao Estado. Aqui há duas preocupações: a primeira, a condição que viveria um escravo alforriado em péssimas condições de saúde – preocupação humanitária –; a outra, é o dano que esse forro causaria ao Estado – preocupação econômica. Essa mesma preocupação com o Estado também aparece quando ele fala sobre a alforria dos mais jovens e que ainda possuem condição de trabalhar. Para Vilhena, estes acabam não procurando outra ocupação, pois relacionam a escravidão ao trabalho, e a partir do momento em que estão livres, querem se livrar de tudo o que os remete a escravidão. Esses jovens, acabariam viciosos, bêbados e inúteis para o

¹⁸⁷ MENDES, In AGUIAR, 1957, pp. 141-142.

¹⁸⁸ MENDES, 1977, pp. 73-78, *passim*.

Estado. Como solução para esses dois problemas, sugere que os senhores não deveriam alforriar os escravos incapazes, principalmente se foi devido aos trabalhos prestados que eles se tornaram impossibilitados de continuar trabalhando e sugere que todos os alforriados tivessem uma espécie de tutor ou diretor, que os afastassem do mal e os guiassem pelos bons caminhos.¹⁸⁹

Vilhena também coloca em xeque o discurso da Igreja de que trazer os escravos para o Brasil seria uma forma cristã de afastá-los do pecado, ou seja, de suas religiões pagãs, e que convertê-los seria um ato de bondade ao garantir a esses a salvação eterna. Para Vilhena, o tráfico não seria tão proveitoso para a América portuguesa. Embora ele afirme que a sua intenção não é dizer se o tráfico é justo ou não, ele pontua aspectos negativos do comércio de escravos: as epidemias trazidas pelos cativos da África; a morte dos senhores causadas por seus escravos; os maus exemplos que negros davam às famílias, principalmente às crianças;¹⁹⁰ as relações sexuais que as escravas tinham com os filhos dos senhores e até mesmo com os senhores, gerando filhos bastardos e mulatos;¹⁹¹ mulatos bastardos que se tornavam donos de fazendas quando os senhores não deixavam filhos legítimos – filhos esses que o autor sugere que podem ter sido assassinados pela escrava em prol de seu filho bastardo –, o que geraria prejuízo às fazendas por serem mal administradas; e por último, afirma que a presença de negros na colônia portuguesa fez com que os brancos se afastassem do trabalho por este estar ligado diretamente à escravidão, o que gerou um grande atraso e pobreza na Comarca da Bahia.¹⁹² Em Vilhena, é que vimos pela primeira vez argumentos que mais se

¹⁸⁹ VILHENA, 1921, pp. 134-135.

¹⁹⁰ Ponto importante a ser levado em consideração, pois no mesmo período os autores dos manuais sobre a criação dos filhos falam para os pais não permitirem o contato entre os filhos e os escravos, pois os últimos seriam maus exemplos para as crianças. Cf: VILLENUEVE, 1767; SANCHES, 1922; PROENÇA, 1734.

¹⁹¹ Não menciona que essas relações podiam ser frutos de estupros. Em sua fala considera que apenas a escrava é responsável por essas relações.

¹⁹² VILHENA, *op.cit.*, pp. 136-142.

aproximam de uma crítica à escravidão, embora essa crítica ainda não apresente um aspecto abolicionista, pois em nenhum momento ele defende o fim dessa instituição.

Vilhena é um dos únicos autores que fala sobre as crianças escravas. De acordo com ele, as crias – como chamavam naquela época as crianças escravas nascidas na América portuguesa – faziam parte do cotidiano dos senhores, já que logo que nasciam eram levadas ao convívio doméstico. Para Vilhena, essas crianças eram criadas como muito mimo, o que fazia com que se tornassem vadias, insolentes, atrevidas e ingratas; culpa dos senhores pela falta de governo político sobre esses pequenos. Importante notar que ao falar do tratamento destinado às crianças escravas e da forma como os senhores as criavam e as consequências disso, o autor retoma as normativas presentes nos manuais sobre o governo dos filhos. Ou seja, uma criança criada com muito mimo cresceria com péssimos hábitos e isso seria culpa dos pais por não terem criado bem as crianças. Aqui seriam os senhores os culpados pelos mimos e, conseqüentemente, pelos prejuízos causados pela má criação dos pequenos escravos.¹⁹³

As outras normativas são mais próximas dos outros autores. Como a crítica de Vilhena aos senhores que, para manter o sustento de seus escravos, lhes davam um dia da semana para que cultivassem seus alimentos. Para ele o sustento dessa forma nunca chegaria a ser o necessário, pois além dos poucos dias que possuíam, ainda enfrentavam dificuldades com roubos de outros escravos que saqueavam as plantações, ou do gado e das pragas que acabavam destruindo as lavouras. Para Vilhena, o ideal seria que se separasse uma parte das terras para os escravos plantarem, mas ao invés de permitirem que as cultivassem por apenas um dia na semana, que se fizesse o rodízio entre dois escravos por dia e todos os dias para que os alimentos fossem suficientes para manter todo o plantel. Em relação à vestimenta,

¹⁹³ VILHENA, 1921, pp. 139; 186-187.

Vilhena também sugere que nessas terras se plantasse algodão para a confecção das roupas, e que utilizassem escravas que ficavam normalmente ociosas para tecer as vestes para os escravos.¹⁹⁴ Dessa forma, os senhores tratariam melhor os escravos, vestindo-os, alimentando-os e provendo o sustento, podendo contar com escravos saudáveis e contentes. Isso seria de maior proveito e interesse dos senhores, que não perderiam seu dinheiro por meio da morte dos cativos.¹⁹⁵

O último autor a ser analisado é José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, cuja a obra *Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da costa da África*, foi publicada em francês no ano de 1798 na cidade de Londres, e em Lisboa em 1808. A sua obra difere em alguns pontos das outras que aqui foram citadas, se mostrando mais como uma resposta aos acontecimentos de São Domingos e às ideias antiescravistas inglesas e francesas que tomavam força naquele período. Coutinho em nenhum momento critica o tráfico negreiro como fez Vilhena e Mendes ou assume o discurso de que a escravidão é um mal para os escravos. Ao contrário, ele procura em toda sua obra silenciar os críticos do escravismo português.

No prefácio da obra, o autor informa que seu livro é para contrapor os Filósofos, que se achavam no direito de determinar o que era Humanidade e Direito Natural, sem nem ao menos definir esses dois conceitos. Ele parte do princípio que defender o comércio de escravos, algo que os filósofos criticavam, estaria mostrando a incoerência desses. Em suas palavras:

a necessidade da existencia he a suprema Lei das Nações, que a justiça das Leis humanas nao he, nem pode ser absoluta, mas sim relativa das circunstancias, e que só aos Soberanos Legisladores, que estão authorizados para dar Leis ás Nações, pertence pezar as circunstancias, a applicar-lhes o Direito Natural, que lhes - manda

¹⁹⁴ VILHENA, 1921, pp. 187-189.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 151.

fazer o maior bem possível das suas Nações relativamente ao estado em que cada huma dellas se acha".¹⁹⁶

Ou seja, para ele o Soberano seria o responsável por definir quais leis são justas ou não, e que isso deveria ser feito de acordo com as circunstâncias. Não há uma lei que por si só poderia ser considerada correta e coerente com o direito natural. O próprio direito natural estaria vinculado à necessidade do homem de preservar a sua existência, e viver em sociedade seria parte da obra da natureza. Logo, seria natural aos homens viver em sociedade, mas para isso era necessário que se criassem leis gerais, e não pactos como afirmavam os Filósofos. Essa lei, portanto, mesmo sendo criada por um soberano, deveria ser considerada uma Lei Natural, pois sua finalidade seria preservar a sobrevivência humana e sua vivência na sociedade. E é nessa perspectiva que Coutinho escreve sobre a escravidão e o tráfico de escravos.

Para Coutinho, a escravidão se justifica em locais onde há muitas terras disponíveis e poucos habitantes para povoá-las. Nessas terras a escravidão seria necessária para o plantio e desenvolvimento das regiões. Já em nações onde havia poucas ou nenhuma terra devoluta, a escravidão não seria necessária e poderia se estabelecer a liberdade. Assim ele afirma que, essa liberdade que havia em algumas nações da Europa, não era fruto da Luzes e nem mostrava um maior grau de civilização. Ela ocorria nesses locais apenas porque havia um maior número de habitantes em relação ao terreno. Logo, a liberdade aos escravos não seria decorrente de discursos sobre direitos naturais e humanidade, como afirmavam os filósofos, e sim porque naqueles locais houve o aumento suficiente da população, permitindo a ocupação das terras antes devolutas.¹⁹⁷

¹⁹⁶ COUTINHO, 1808, p. XII.

¹⁹⁷ *Ibid.*, pp. 26-27.

Coutinho ainda afirma que a escravidão poderia ser considerada um gesto de humanidade. O seu raciocínio segue a seguinte premissa: um escravo se torna escravo por vários motivos, ou por ter cometido um crime ou por guerra justa ou ainda por dívidas, entre outros. Esse homem, agora escravo, teria, como pena, a morte. Mas ao invés disso, poderia se tornar escravo, perdendo sua liberdade em troca da sua vida. Logo, como o que mais importa ao direito natural é a preservação da vida, a escravidão não se contrapunha a esse direito, uma vez que o objetivo final – a sobrevivência – estava sendo respeitada. Para que se evitasse a fuga do escravo e/ou consequentemente uma vingança por aqueles que o transformaram em escravos, o ideal seria que esses cativos fossem vendidos e transportados para outros continentes. Dessa forma, ele justifica o tráfico de escravos. Resumindo, para Coutinho, o escravo tinha que agradecer por não ter sido penalizado com a morte, e os comerciantes e senhores de escravos estavam corroborando para a sobrevivência daqueles que haviam se tornado cativos. Isso dentro da lógica de um local com muitas terras e poucos habitantes, onde a escravidão seria totalmente legítima e em conformidade com as leis naturais.

E Coutinho não para por aí. Ele ainda afirma que a condição dos escravos era melhor do que dos trabalhadores livres, pois os senhores davam aos escravos o sustento.

O homem, que so tem o seu braço se vê obrigado pela fome a pedir ao proprietário, que o deixe cultivar a terra de que elle he proprietário, para do trabalho do seu braço viverem ambos: logo hum tal trabalhador he só livre de nome, mas na realidade escravo da força da fome ; pois que ainda que lhe-seja livre o mudar de amo, por não dizer de senhor, a sua condição com tudo he sempre a mesma muito inferior á de seu amo: hum vive no meio da abundancia, do luxo, e da moleza , o outro rebentando com trabalho, exposto a todas as inclemências do tempo para ter o absolutamente necessário para sustentar a vida: o chamado escravo quando está doente tem seu senhor que trata d'elle, de sua mulher, e de seus pequenos filhos, e que o sustenta, quando não por caridade, ao menos pelo seu mesmo interesse: o chamado livre quando está doente, ou impossibilitado de trabalhar, senão for a caridade dos homens, elle, sua mulher, e seus filhos morrerão de fome, e de miséria; qual poi destes dous he de melhor condição? ou qual destes dous poderá dizer com arrogancia, eu sou livre pelo beneficio das luzes, ou pela civilização dos Filozofos?¹⁹⁸

¹⁹⁸ COUTINHO, 1808, pp. 27-29.

Em relação ao tráfico de escravos, Coutinho afirma que sabia dos abusos, mas continua afirmando a necessidade de Portugal em manter a escravidão, pois, caso ela fosse proibida, Portugal viveria sem lavoura, sem comércio e seus habitantes morreriam de fome, igualando-se às nações bárbaras. Por isso, para ele, defender o fim do tráfico não seria defender a humanidade. Em relação aos excessos, a solução sugerida por ele seria reclamar sobre os abusos e denunciar para o soberano, para que esse tomasse as medidas necessárias para evitá-los. Mas para Coutinho não seria justo ir contra o comércio de escravos só por esse conter alguns abusos, pois essa era uma característica comum a qualquer tipo de comércio.¹⁹⁹

A opinião sobre o tratamento de escravos segue a mesma lógica. Ele afirma que sabia dos descomedimentos, que haviam escravos maltratados, mas o correto seria criar leis para evitar os abusos. Uma das sugestões do autor seria pedir um certificado comprovando a benevolência para com os escravos quando os senhores pretendessem receber algum título honorífico ou receber heranças ou doações.²⁰⁰ Por fim, Coutinho afirma que

(...) este he hum daquelles males da Sociedade, que he necessário tolerar para que não hajão maiores males, e esperar que a civilização dos Povos, huma boa educação dos filhos, e o tempo fação o seu dever.²⁰¹

Coutinho apresenta um discurso diferente dos outros autores, com o objetivo claro de defender a escravidão e contrapor filósofos e ideais abolicionistas. Utilizando ainda como base para suas normativas o iluminismo, ela procura apresentar que os filósofos, embora se considerassem iluministas, na verdade estavam sendo contraditórios e incoerentes. Por meio da discussão sobre o que seria Leis Naturais e Direito Natural, Coutinho redesenha o discurso daqueles, procurando justificar sob a mesma base teórica a escravidão e o tráfico negreiro.

¹⁹⁹ COUTINHO, 1808, pp. 74-79, *passim*.

²⁰⁰ *Ibid.*, pp. 82 *et seq.*

²⁰¹ *Ibid.*, p. 112.

Percebe-se, portanto, que esses autores, mesmo apresentando ideias e percepções por vezes distintas, constroem suas narrativas sob a perspectiva iluminista, com exceção de Manoel Ribeiro da Rocha, que ainda permanece com o discurso cristão das obrigações recíprocas. A defesa de uma melhora no tratamento de escravos, alertando para a necessidade de manter a alimentação, vestimenta e cuidados com a saúde suficientes para a sobrevivência é atrelada à ideia de que esse tipo de tratamento era mais útil ao senhor pois preservaria por mais tempo sua mão de obra. Usam também termos como “humanidade”, o que mostra como o ideal de civilidade, anteriormente ligado aos princípios cristãos de caridade, também é ressignificado.

IV.

Nos manuais sobre a criação dos filhos, o castigo e a disciplina destinada às crianças apresentam algumas mudanças significativas. A prática de castigar e a relação entre essa e a disciplina ainda aparece nos autores, mas cada vez mais o castigo físico se apresenta como uma última opção.

Proença, por exemplo, defende que os castigos severos deveriam ser aplicados apenas quando a repreensão não fosse suficiente para emendar as crianças. E mesmo assim, afirma que demasiado rigor, até mesmo nas palavras, poderia causar efeito contrário e acabar prejudicando o processo de desenvolvimento dos pequenos. Mesmo utilizando fontes semelhantes aos autores do século XVII – nesse caso, São Paulo e o Evangelho –, Proença normatiza algo completamente o contrário: ao invés da severidade, defende as “amorosas e liberais declarações de amor” para manter a proximidade com os filhos.

São Paulo recomenda aos pays, que não provoquem seus filhos à ira; preceito, que deu aos Efisios, e repetio aos Colossenses, accrescentando huma das principais razões, que se considerão para fugir do methodo rigoroso. Christo Senhor Nosso propoz no Evangelho o mais perfeito exemplar da moderação, e brandura de hum

bom pay naquelle, que não só recebe festivamente em sua casa o Filho Prodigio; mas sahe dela, e vay buscar para lhe dar satisfação a outro filho, que se retirava como offendido daquelle excesso; e sem se irritar com as queixas, lhe responde não com severidade, fundada no plano domínio, e autoridade de pay; mas com amorosas, e liberaes declarações de amor.²⁰²

Em outros momentos, destaca casos em que não se deve castigar as crianças, como durante os estudos, para que as crianças não associem o aprendizado à severa repreensão, ou em casos em que a criança não fez por culpa, mas sim por falta de cuidado – por exemplo, o fato de se rasgar um papel por vontade própria e sem nenhum motivo deve ser repreendido, mas o mesmo não se deve fazer quando, por descuido, a criança quebra um porcelana –, e ainda em momentos onde a criança faça o que é próprio de sua idade, como correr e brincar.²⁰³ Mas há alguns casos específicos nos quais Proença defende o uso de castigos físicos, como em situações onde os filhos demonstrem rebeldia e desobediência, choram sem nenhum motivo, falam mentiras ou ainda quando tratam mal seus colegas. Mas mesmo nesses casos, o discurso se apresenta de forma mais suave se comparado com os discursos das obras de Gusmão e Santa Maria, onde o castigo era visto como intrínseco a vida da criança e o ato de castigar era um ato de amor. Em Proença, os castigos seriam aplicados apenas em casos extremos e quando a repreensão não se mostrasse eficaz.²⁰⁴

O trecho abaixo mostra explicitamente como Proença critica o castigo físico, que ele chama de servil. Bem distante das normativas até então publicadas, na qual os autores utilizavam termos como “açoitar” para se referir aos castigos que deveriam ser destinados às crianças, ao usar o termo “servis” o autor procura distinguir as punições que seriam destinados aos escravos daqueles sofridos pelos filhos. Ou seja, pelo menos em Proença, a

²⁰² PROENÇA, 1734, “Prólogo”, s/p.

²⁰³ *Ibid.*, pp. 87-88; 120-122; 144-147.

²⁰⁴ *Ibid.*, pp. 41-42; 45; 56; 94-96; 157-159; 174-175.

relação entre castigos destinados a escravos e aqueles aplicados em crianças livres foram diferenciados. O autor assume a rigidez do castigo servil e critica o seu uso nas crianças.

Já se terá percebido. Que reprovamos o uso de castigos servis, e que só em caso de extrema necessidade permittiremos os açoutes, ou palmotoadas, se as crianças estão costumadas a obedecer promptamente, e a não usar da vontade propria, sem que se possam lembrar de quando se lhe impoz este jugo, lhe parecerá natural, nem lhe virá ao pensamento oppor-se ao que lhe mandaõ; o ponto está costumallos desde as mantilhas, obstinando-se constantemente a lhe não fazer nunca a vontade, quando não tem razão; porque desde modo será facil, à sombra di respeito temperado com os affagos, encaminhallos para o fim, que se pertende, sem ser necessario valer de castigo, e reprehensoes asperas, e servis de que rarissimas vezes se deve usar; e sómente em caso de rebeldia, contumacia, ou falta voluntaria, e com advertência.²⁰⁵

Mas quando era realmente necessário o castigo físico, Proença sugere que esse não seja aplicado pelos pais, mães e mestres e sim por algum doméstico. A aplicação deveria ser tratada como consequência natural da falha cometida. Embora essa preocupação não apareça nas obras sobre a criação de filhos publicadas anteriormente, há esse tipo de normatização entre os tratados sobre o governo de escravos, nos quais alguns autores afirmam que seria função do feitor castigar os escravos e ao senhor de escravo cabia apenas dar a pena. A justificativa seria a mesma. Tentar por meio dessa forma dissociar a figura de pai/mestre/senhor de escravo à aplicação do castigo e fazer com que esse seja percebido como uma consequência dos atos faltosos e não uma vontade de quem cumpre a aplicação da pena.

Mas há um ponto em Proença que é comum comparado com as obras sobre a criação dos filhos do século XVII: a sugestão para que fosse evitado a ira no momento do castigo. Para autores como Benci e Gusmão, isso seria uma forma de evitar que os castigos fossem demasiadamente severos, sendo mais uma crueldade que uma correção. Em Proença, o motivo para se evitar castigar em momentos de ira e paixão é a percepção que as crianças têm ao serem castigadas, o que consequentemente faz com que elas respeitem os castigos

²⁰⁵ PROENÇA 1734, pp. 109-111.

aplicados pela razão, mas abominem aqueles inspirados pela ira. Aqui fica claro como as normativas, mesmo quando não são contraditórias, apresentam motivos e discursos distintos. Muito mais próximo a uma valorização da razão e com uma inclusão maior da criança no processo de criação, que deixa de ser apenas um ser que por sua natureza comete erros e precisa ser moldado, a criança pela percepção de Proença consegue não apenas perceber o motivo pelo qual está sendo castigada, mas também consegue distinguir se aquela punição seria justa ou não.

Sobre tudo recomendamos muito, que a reprehensão, e castigo seja moderado pela razão, e sem mistura alguma de paixão, ou ira: reparesse, que raras vezes o zelo se acha puro, e sem ser fomentado pela paixão; e se os pays, e Mestres, fizerem exacto exame de sua consciencia, e esquadriharem o intimo fundo do seu coração, e os occultos, ou não advertidos motivos de suas acçoens, acharão, que ainda, que o castigo fosse justo, senão applicou, sem nelle influir a ira. Ninguém duvide, que as crianças sabem distinguir a razão da paixão, e conhecer algumas vezes, que foy justo o castigo, ou reprehensão; e he tão impossivel, que não respeitem o castigo, que lhe impoe a razão, como que não abominem o que lhe causa ira.²⁰⁶

A dissimulação de algumas faltas também é um dos apontamentos de Proença, que defende que a frequência constante de castigos acaba fazendo com que as crianças se familiarizassem com as punições. Gusmão, do mesmo modo, sugere que em alguns momentos os pais possam se valer da dissimulação, para que os castigos não provoquem o efeito contrário, e acabem embrutecendo ao invés de corrigirem. Porém, Proença ao contrário de Gusmão, acredita que a repreensão e as advertências também são métodos eficazes no processo de disciplinarização das crianças.

Nunca se devem castigar as crianças, nem ainda reprehender com frequencia, para que a repetição não diminua o rigor, familiarizando-se o pejo com a reprehensão, e o sofrimento com o castigo; e assim he necessario dissimularse algumas vezes, e mostrar, que se não advertio em muitas faltas, e que as advertencias não merecem castigo, nem reprehensão, e basta quando cahem nellas, advertillos.²⁰⁷

²⁰⁶ PROENÇA, 1734, pp. 157-158.

²⁰⁷ *Ibid.*, pp. 120-121.

Verney pouco trata dos castigos. Como sua obra tem como objetivo principal a reforma do ensino em Portugal, ele escreve sobre o castigo durante o processo de ensino e aprendizagem. E para Verney, os castigos não surtiriam nenhum efeito positivo, pelo contrário, fariam com que os alunos passassem a ter aversão aos estudos, aversão essa que levariam até a vida adulta. Verney ainda defende que os Mestres deveriam ser respeitados e amados pelos alunos e não temido por eles. Esse aspecto mostra como que aos poucos os castigos começaram a ser criticados não apenas no ambiente familiar, mas também nas escolas. Se anteriormente o entendimento era que os castigos eram intrínsecos no processo de aprendizagem e disciplina, a partir do século XVIII já se tem uma crítica no sentido em que eles poderiam atrapalhar esse processo.

E para compreender como Sanches aborda os castigos em sua obra, vejamos esse trecho:

Naõ seria permitido aos Mestres, nem aos Officiaes de Guerra castigar com castigo corporal: só poderiaõ mandar prender; e dar por escrito a falta, ou culpa do educando ao Conselho economico da Escola, que se teria huma, ou duas vezes por semana, no qual se determinaria o castigo. O Mayor que sente a Nobreza hé a deshonra: o ser condenado a naõ frequentar as classes: o estar de pé em parada sem espada, e sem espingarda á vista dos Mestres e de seos iguais, serviria da mais efficaz correção.²⁰⁸

Como se pode observar, o autor também critica o castigo físico e defende que outros tipos de punição, como o ficar em pé ou ser proibido de assistir uma aula seriam mais eficazes em uma nobreza a qual a desonra é uma das piores consequências. No ambiente doméstico, o autor faz a mesma crítica, destacando ser contra as “palmatoadas” e os açoites. Mas ele afirma ser a favor de correções mais brandas e que estas deveriam ocorrer desde a primeira infância. Ou seja, a mudança no discurso de Sanches se dá mais pela forma de aplicação do castigo, do que pela presença ou não dele. Como os autores do século XVII, para Sanches os castigos

²⁰⁸ SANCHES, 1922, p. 188

faziam parte do processo de disciplinarização e aprendizado das crianças. Apenas por meio deles, elas teriam como se emendar. Mas seria muito mais eficaz os castigos que afetassem diretamente a honra das crianças. Dessa forma, ele defende os castigos verbais, a proibição de algumas atividades e até mesmo, como se percebe no trecho anterior, o mandar prender. Tal punição guarda particular interessante para a análise, pois é um dos tipos de castigo que será muito comum nos séculos posteriores. Como veremos nos capítulos adiantes, a prisão, ou seja, deixar a criança em algum lugar dentro da própria instituição destinado para esse fim, onde ela possa refletir seus erros e/ou fazer atividades suplementares, foi um dos recursos utilizados pelas escolas como castigos aos alunos.

Sanches também defende a contrapartida das premiações quando as crianças fazem algo correto. Esses dois métodos, o castigo e os prêmios seriam a melhor maneira de disciplinar os pequenos. A premiação quando as crianças agem corretamente ou alcançam algum resultado planejado, também foi uma prática comum nas instituições escolares durante o século XIX.²⁰⁹

Em se tratando da obra de Villeneuve, essa defende que as faltas que as crianças cometiam sem intenção, deviam ser repreendidas suavemente para que elas se acostumassem a obrar de forma correta; em caso de faltas que são típicas da idade, como o desassossego no correr, brincar, estragar roupas não devem ser repreendidas, pois de acordo com a autora, a idade corrigiria esses erros. E repreender as crianças nesses momentos só faria com que elas se acostumassem com as repreensões e elas não surtiriam mais efeito quando fossem realmente necessárias. Ainda afirma que se as brincadeiras não fossem convenientes ao local ou à companhia em que estavam, deveria-se apenas apartar a criança e nunca a repreender severamente, pois quando as crianças eram repreendidas por algo comum à sua idade,

²⁰⁹ De acordo com Foucault, a partir de meados do século XVIII os métodos disciplinares se dariam por meio da dicotomia entre castigos e premiações. Além de Sanches, Taunay, que será analisado no capítulo seguinte, também defende esse método. Cf: FOUCAULT, 1997.

costumavam se tornar crianças tristes. Esse ponto mostra como os autores desse período tinham uma visão diferente sobre a natureza das crianças. Se no século XVII havia a defesa da mudança da natureza dos pequenos, agora essa natureza deve ser respeitada e não repreendida. Para alguns autores, como Villeneuve e Proença ela não é mais vista sob um aspecto negativo.

Ainda sobre os castigos, Villeneuve fala que

A desobediência, a pertinácia, o disputar com seus irmãos, o maltratar com palavras, ou acções a alguém, e finalmente tudo o que pode indicar vicio, ou mover a ele, o anunciar vileza de animo e insensibilidade, e dureza de coração, estes são os erros indesculpaveis, e que sem piedade devem ser castigados.

Estes mesmo serão tratados como crimes capitães quando os cometer de caso pensado, quando houver reincidência, ou habito; pois se devem considerar os erros de huma criança menos pelo que são na realidade, que pelo seu principio, e pelas consequencias que delles podem seguir.²¹⁰

Para essas faltas, defende que se deve repreender as crianças publicamente para que a vergonha se torne um estímulo para a honra – normativa parecida com a de Sanches, que também afirma que a desonra teria mais eficácia que os açoites. E em casos de faltas mais graves, uma solução seria privá-las dos carinhos dos pais ou até a separação total, além de fazer com que todos na casa a olhassem com reprovação e desprezo. A aia nesses casos deveria se manter séria, mas sem deixar de ser afável e deveria mostrar para a criança que todo esse comportamento nada mais é que a consequência de seus atos. Todo esse desprezo e reprovação só deveriam acabar quando a criança se arrependesse sinceramente de seus erros e se emendasse. Caso contrário, se em poucos dias sem que a criança tivesse se arrependido, o convívio voltasse a normalidade, isso acabaria se repetindo várias vezes e ela se acostumaria com esse tipo castigo. Ao poder retornar ao convívio dos pais, esses deveriam as receber com tanto carinho quanto o desprezo de antes, para que elas temessem perder de

²¹⁰ VILLENUEVE, 1767, pp. 103-104.

novo a atenção deles. Em casos mais raros ainda, Villeneuve considera que pode ser pertinente utilizar o castigo físico, mas alerta que se a criança desde cedo receber uma boa criação, esse método não seria necessário.

Quanto ás diciplinas²¹¹, não fallei neste genero de castigo, porque huma boa educação fará superfluo o seu uso, excepto porém se o menino for intractavel, inerte, frouxo, e sensível só á violencia da dor, ou porque estragado com o mimo, ou creado com descuido, ou pela debilidade da sua constituição, ou por alguma molestia, sendo costumado a ver lisongear todos os seus appetites, tenha chegado áquelle ponto de pertinacia de mandar com imperio, negar com grosseria, ou teimar com petulância. Como neste caso he summamente importante não ceder ás suas vontades, e que a indulgencia seria mais perigosa, e o castigo leve, não faria impressão, he necessario recorrer ás disciplinas. Aconselhará que no impeto da ira nunca se castigassem as crianças, mas como receio que passada a colera, esqueça a culpa, e fique impunida, sejam castigadas ainda que com alguma paixão.

Em qualquer outro caso, e logo que o menino se deixar guiar pelo estimulos do brio, desterrai as disciplinas. Usa-se dellas tanto a muido, ou com tanta paixão, que o mesmo costume faz infructifero este castigo. Se, além de ser annuncio, e perludio de outros castigos, lhe imprimissem huma nota de pejo, e ignominia, este castigo seria para as crianças, a quem o infligissem, hum successo tão estranho, e raro, que a simples lembrança delle as aterraria: em lugar que o modo com que applicão, fazendo-o menos horroroso, constitue as crianças relaxadas, e malhadiças.

As pancadas são o castigo dos escravos, vosso discipulo seja tratado como quem nasceo livre. Se regeres com prudencia a sensibilidade de sua alma, mil meios achareis para o castigares, ou premiares.²¹²

No trecho acima há outros pontos a serem destacados. Primeiro a autora, ao contrário dos outros, mesmo daqueles autores do século XVII, fala que esperar muito para aplicar o castigo, com o objetivo de evitar a paixão, seria um erro, pois poderia se esquecer a culpa e o castigo ficaria impune. O melhor seria que elas fossem punidas, “ainda que com alguma paixão”. Outra parte que se deve ater é o último parágrafo transcrito, quando a autora escreve que as pancadas são o castigo próprio dos escravos e que as crianças deveriam ser tratadas como quem nasceu livre. Assim como Proença, faz a distinção entre os castigos destinados aos escravos e aqueles que deveriam ser aplicados às crianças.

²¹¹ A autora usa o termo “disciplina” para referir aos castigos físicos. No dicionário de Bluteau disciplina significa “com que açouta o corpo”, e para Antonio de Moraes Silva o significado é “açoitar por castigo”.

²¹² VILLENUEVE, 1767, pp. 109-111.

Francisco de Almeida, assim como Verney, não trata muito dos castigos. Apenas pontua que recrimina o seu uso, principalmente nos primeiros anos das crianças e quando elas fazem o que ele diz ser natural da idade. De acordo com o autor, deve-se sim corrigir os erros das crianças para que essas não se acostumem com os maus hábitos, mas ele afirma que não aprova “a crueldade de certas Mães grosseiras, e desapiedadas que maltrataõ seus filhos”.²¹³ Para Almeida, dissimular com as crianças e não atender seus caprichos e apetites é melhor do que as consumir com lições impertinentes ou castigá-las asperamente.

Nas obras sobre o governo de escravos, os castigos continuam a ser vistos pelos autores como intrínsecos à escravidão, porém muitas vezes mais cruéis que o necessário. Como foi destacado anteriormente, Rocha ainda apresenta características dos discursos do século anterior, tendo como base teórica para suas normativas a teoria cristã. Em relação aos castigos isso não se altera. Assim como Vieira, Benci e Antonil, para Rocha é obrigação dos senhores corrigir os escravos. Quando esses são de boa índole, poucas vezes errará e a repreensão pode bastar, mas aqueles que muitas vezes erram, a repreensão deve ser acompanhada do castigo. Ele também coloca limites a essas punições. Primeiro, afirma que não é para castigar com fúria e nem no momento do delito, pois “o castigo não se deve ministrar com cólera, e furor, senão com brandura e caridade”²¹⁴ e para que o castigo seja “pio e conforme a religião”, deve ser bem ordenado quanto ao tempo, à causa, à qualidade e ao modo.

(...) para o castigo ser bem ordenado quanto à qualidade, não deve passar de palmatória, disciplina, cipó e prisão; porque as mais qualidades de suplício, no governo doméstico, e econômico das famílias são reprovadas e proibidas; e nesta conformidade, não podem os senhores espancar com grossos bordões aos seus escravos; porque isto é crueldade, e inumanidade.

(...)

"Do mesmo modo é reprovado no castigo de açoites sarjar depois deles, ou picar as nádegas dos escravos, tomando a esse fim o pretexto de se ordenarem semelhantes

²¹³ ALMEIDA, 1791, p. 87.

²¹⁴ ROCHA, 1992, p. 91.

sangrias, a evacuar por este modo o sangue que ficou pisado, e se pode apostemar. (...) A mesma, ou maior crueldade é, findos os açoites, cauterizar as pisaduras com pingos de lacre derretidos, e o usar de outros semelhantes tormentos, que cada um destes monstros da soberba (raiz de todos os seus excessos) ideia, e executa nos miseráveis servos.

(...) para o castigo ser bem ordenado quanto ao modo, é necessário que se não exceda este, nem nas obras, nem nas palavras. Nas obras se excede, fustigando-se os escravos pelo rosto, pelos olhos, pela cabeça, e pelas mais partes irregulares; e nas palavras se excede, quando entre as expressivas da repreensão se misturam indutivas de contumélia, de afronta, e de maldição, ou execração.²¹⁵

Como se percebe, o autor ainda compara o castigo que deve ser aplicado a um filho ao castigo destinado aos escravos. E ao falar sobre os filhos, cita o Provérbio que diz: “Quem poupa a vara, odeia seu filho; quem o ama, corrige-o prontamente”²¹⁶. Nesse caso, o autor apresenta não apenas as normativas em relação aos escravos já escritas anteriormente, mas também àquelas que foram defendidas no século XVII em relação às crianças.

Os outros autores pouco ou nada falaram sobre os castigos físicos. Mendes chega a criticar os castigos, afirmando que esses acabam por aumentar os males da escravidão e podem gerar a morte dos cativos, seja como consequência das próprias punições ou por suicídio. Ainda afirma que há casos em que os escravos resolvem matar os próprios senhores.

Os escravos metidos nessa tortura, sustentando o horrível combate da vida com a morte, tremendo, e sendo obrigados a miúdo a comparecerem como réus: alguns tomam o fôlego, e morrem; outros passam navalhas nas goelas; outros lançam-se aos poços; outros precipitam-se das janelas, das grandes alturas; outros finalmente matam a seus senhores.²¹⁷

Vilhena também critica o excesso nas punições, como se percebe no trecho abaixo.

(...) se sabe que algum destes miseráveis lhe furta alguma couza, elle o manda atar a hum carro e ali prezo lhe manda dar com hum chicote de três pernas, ou duas, feito de couro crú torsido, pelo menos duzentos açoites sobre as nádegas que por boa conta, são quatro ou seiscentos açoites; se aquelles golpes sangrão bem, lhos mandão lavar com sal e vinagre para evitar gangrena e alguns lhes misturão pimentas malaguetas, por ser contra a corrupção e se fica alguma tumescencia lhas mandão retalhar e em

²¹⁵ ROCHA, 1992, pp. 97-101.

²¹⁶ *Ibid.*, p. 92.

²¹⁷ MENDES, 1977, pp. 52-53.

simas lhes dão tal lavagem. Eu duvido que os Mouros sejam assim cruéis com os seus escravos.²¹⁸

Benci, Vieira e Antonil já haviam destacado a crueldade e os excessos nas punições recebidas pelos escravos. Naquele período afirmavam que as práticas em relação aos castigos não condiziam com os preceitos cristãos. Mendes e Vilhena já afirmam que os excessos são contrários aos ideais de humanidade e não atendem aos interesses econômicos do senhor. Muda o discurso, mas não muda o fato de que os escravos continuavam a ser castigados de forma brutal. Como dito no capítulo anterior, a presença dessas normativas se apresentam como uma denúncia sobre como os escravos eram tratados nos cativeiros. A ausência delas em alguns autores mostra como o foco dos discursos paira mais para o lado econômico do que cristão. Para esses que se calam sobre os castigos físicos, possivelmente coube a percepção que um escravo poderia ser facilmente substituído por outro por meio do tráfico negreiro. O objetivo desses era fazer com que os escravos tivessem o sustento necessário para gerar maior lucro aos senhores. Como o castigo era intrínseco a escravidão e representava muitas vezes rebeldia por parte dos cativos, seria normal quaisquer tipos de castigo que fizesse com que os escravos cumprissem sua função econômica dentro da lógica escravista.

Nos manuais sobre a infância já se percebe algo distinto. Se no século anterior os autores defendiam claramente o castigo físico, utilizando para isso termos como “açoite”, no século XVIII essa defesa não é mais uma norma. O que nos faz concluir que durante o século XVII era aceito entre a sociedade que as crianças fossem castigadas fisicamente. E elas de fato eram, mas não com a mesma violência que os escravos. O século XVIII, com sua influência iluminista, faz com que a sociedade já perceba de outra forma o castigo aplicado nos pequenos. Aos filhos da nobreza, para quem a maior parte dos manuais foram escritos, a

²¹⁸ VILHENA, 1921, pp. 187-189.

distinção social era de extrema importância. O saber falar, se comportar, se vestir, ser honrado eram características que os faziam ser superiores aos mais humildes e menos abastados. A esses não cabia os castigos destinados aos escravos. As correções deveriam ser principalmente por meio das repreensões, privações ou humilhações entre os seus. Apenas em raros casos os autores ainda consideram os castigos físicos. Aqui a crítica aos excessos nas correções não se dá por que eles de fato existiam e eram extremamente cruéis. Claro que poderia ter exceções. Mas a ideia principal é que crianças não deveriam ser tratadas como escravos, e quem era castigado fisicamente, por meio de açoites e palmatoadas eram aqueles que estavam em cativeiro.

CAPÍTULO III – OS MANUAIS E A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS

I.

O século XIX apresenta algo novo para a sociedade europeia e consequentemente para as colônias americanas. A influência iluminista e o despotismo esclarecido que surgem no setecentos permitem que cada vez mais a sociedade questione o absolutismo e as sociedades de corte. Com a formação do Estado Nacionais, que agora contam com uma nova dinâmica em seus governos e suas populações, intensifica-se a preocupação em se formar bons cidadãos para o futuro dessas novas unidades políticas. O período também é marcado pelas independências de grande parte das colônias americanas, que buscam a partir de então, consolidar a formação de suas Nações. Há ainda a formação da “família moderna”, que ocorreria primeiramente nas famílias mais abastadas para depois se expandir para as outras classes. De acordo com Ariès, a “família moderna” surgiu após uma mudança no ambiente privado e uma reforma nos costumes, o que gerou um espaço maior para a intimidade e familiaridade entre os membros da família. A criança passou a se tornar peça fundamental no meio familiar e os pais começaram a demonstrar maior preocupação com a saúde e a educação das crianças.²¹⁹

Os manuais publicados nessa época demonstram essa preocupação, embora discutindo temas que já estavam sendo normatizados desde o século XVII. Mas a ideia de formação de cidadãos, a preocupação com a saúde e com a educação no caso dos manuais sobre a criação de filhos e a preocupação aguda em manter a escravidão a qualquer custo no

²¹⁹ ARIÈS, 2006, pp. 154-189, *passim*. Outro autor que analisa a formação da “família moderna” é Edward Shorter, porém, sua análise é direcionada às classes médias da Europa. Segundo esse autor, o surgimento da “família moderna” foi possível graças à expansão do capitalismo de mercado, uma vez que esse permitiu melhores condições de vida na classe média. Essa melhora na condição de vida concedeu as mulheres tempo para se dedicar mais aos filhos, pois não precisariam mais auxiliar os maridos no trabalho. Essa mudança analisada por Shorter teria sido responsável pelo que o autor chama de revolução dos sentimentos entre mãe e filho e é a base para a compreensão da formação da “família moderna” para esse autor. SHORTER, 1975.

caso dos manuais sobre escravidão, marca de forma peculiar os manuais a partir desse momento.

Em relação aos manuais sobre a criação de filhos, o que se percebe é uma mudança na própria tipologia das obras. Retomando os manuais já analisados, percebe-se que no século XVII os manuais eram destinados claramente para os pais e tratavam a forma doméstica de se criar um filho; havia também os manuais de boas maneiras, muitos deles destinados não apenas às crianças, mas também aos adultos. No século XVIII, percebe-se que dentre esses manuais de criação dos filhos, começa a haver a discussão sobre o ensino escolar das crianças, as matérias que deveriam ser ensinadas, algumas teses médicas e tratados de educação física e moral, além de incluírem nessas obras normas de boas maneiras. No século XIX, encontra-se mais manuais que tratam especificamente sobre a educação escolar das crianças. As discussões sobre a criação no âmbito doméstico vão se tornando mais raras no avançar do século e a responsabilidade pela educação da criança passa, com mais ênfase e clareza, a ser entendida como encargo também do Estado. Por esse motivo, a partir de então, começaremos a tratar esses manuais como manuais sobre a infância.

Os três manuais analisados neste capítulo foram escritos por estrangeiros e tiveram traduções para a língua portuguesa. Em todos os Prefácios dessas obras, os tradutores afirmam a importância da edição e da aplicação das normativas nas sociedades portuguesa e brasileira. As duas primeiras obras que serão analisadas, ambas publicadas no início do século XIX, retomam a ideia de normatizar comportamentos para a aristocracia. Como foi apresentado no capítulo anterior, Norbert Elias afirma que após as revoluções burguesas, a burguesia apropria e reformula aqueles comportamentos antes direcionados apenas para a nobreza.²²⁰ Em Francisco Almeida se percebeu o silenciamento das normativas de boas

²²⁰ ELIAS, 1993.

maneiras e até a crítica ao modo de vida aristocrático, e a isso relacionamos a mudança ocorrida no final do século XVIII. Porém, as duas obras publicadas no Brasil no início do século XIX, ambas traduzidas do francês, ainda trazem normas de bom comportamento direcionados para a aristocracia, mostrando como na sociedade brasileira do oitocentos – pelo menos em seus primeiros anos – a ideia de distinção social por meio de comportamentos era cogente aos que se consideravam parte da “boa sociedade”.

Tal é o caso do manual *Elementos da civilidade, e da decência para a instrução da mocidade de ambos os sexos: Traduzidos do Francês em vulgar e divididos em três partes, de 1801*. Em nenhuma parte da obra fala-se o nome do autor ou do tradutor. O que se sabe apenas é que originalmente foi escrito em francês. Essa primeira obra, por ser bem do início do século XIX, ainda apresenta discussões vistas no capítulo anterior. No Prólogo, por exemplo, o autor afirma que por natureza os homens são obrigados a viver em sociedade e que por isso deve-se sempre aprender como agir perante os outros. Ele distingue dois tipos de homens: os viciosos e os menos viciosos. Para ele, os primeiros estão sempre infelizes, atormentados e buscam antes de mais nada o seu bem-estar; ao contrário dos segundos que procuram por suas habilidades beneficiar seus semelhantes e pessoas inferiores. Esses últimos saberiam controlar suas vontades e usar suas virtudes para serem benévolos e afáveis. Em suas palavras, o autor afirma que

He logo da maior importancia para a mocidade, que quer aparecer no mundo, e ser feliz em seus projectos, o fazer muito por seguir em toda as ocasiões as regras da civilidade, e da decencia, e principalmente a Arte de agradar na conversação. Estas regras, formadas pelo character do homem virtuoso, são o objeto destes Elementos da civilidade, que damos ao prélo, para que neste pequeno volume os ache recopilados todo o que quizer aprendellos.²²¹

²²¹ S/A, 1801, “Prólogo”, s/p.

Ou seja, o autor relaciona virtude com civilidade. E para ele civilidade seria “*senaõ a pratica das regras da decencia, ou a sciencia de bem regradar os discursos, e acções na vida civil*”. E completa:

Esta sciencia não he huma virtude adventicia, nem simples dom da natureza, mas huma *sciencia adquirida*, e como a definem os antigos, *huma sciencia, que ensina a pôr em seu legitimo lugar o que temos de fazer, ou dizer*; donde se segue, que a civilidade consiste em *huma regra de proceder modesta, sabia, e prudente a respeito de qualquer pessoa*, isto he em hum modo civil de viver huns com os outros, e de *fazer com agrado a qualquer pessoa, o que lhe he devido conforme a sua idade, ou dignidade, e merecimento, como o pedem os tempos, e os lugares, onde qualquer se encontra*. Em huma palavra a civilidade he hum compendio de todas as virtudes Moraes, e huma uniaõ da modéstia, urbanidade, discrição, condescendencia, prudencia, circunspecção, e decencia, que cada hum cumpre guardar em suas palavras, e acções [grifo do autor].²²²

Tanto o conceito quanto a preocupação em fazer com que as crianças aprendam a agir por meio da civilidade já foram vistos nas obras anteriores: a civilidade ligada à ideia de regras de decência, em como saber se portar perante os outros, como agir nas diversas situações; em outras palavras, a civilidade como distinção social em uma sociedade hierarquizada e por uma aristocracia que procura se distanciar das outras camadas da sociedade.

O autor também relaciona civilidade com o cristianismo, ao afirmar que ser um bom cristão também é ser civil. Mas assim como os autores do século XVIII, o fato de defender a religião, não faz com que seu discurso seja baseado nas teorias cristãs das obras do século XVII. Ele não utiliza do medo como forma de convencimento dos leitores, apenas afirma que os cristãos têm em troca a felicidade e a força para suportar as misérias da vida; em contraposição, não respeitar a religião é ser ingrato.²²³

²²² S/A, 1801, “Discurso Preliminar”, s/p.

²²³ *Ibid.*, pp, 223; 256.

Um tema que não escapa a esses autores, pelo menos até princípios do século XIX, é a importância da criação dos filhos. O autor de *Elementos da civilidade...* retoma algumas premissas: a importância de se criar um filho desde tenra idade e o uso de metáforas deixando implícita a ideia de tábula rasa;²²⁴ a importância dos exemplos tanto de pais como de criados no processo de criação e a importância que se deve ter na escolha de um Mestre para os filhos.

Outros temas já vistos nos capítulos anteriores também são retomados por esse autor. No que diz a respeito à paixão, o autor não a critica da mesma forma que ocorreu nos séculos anteriores. Como já foi visto, até o século XVIII apenas Francisco José de Almeida afirma que a paixão é importante para a sobrevivência humana e que não possível controlá-las totalmente, mas que deveria haver um equilíbrio para que essas paixões não se tornassem vícios. Normativa bem próxima à defendida pelo autor de *Elementos da civilidade....* Para ele, o que se deve tomar cuidado é quando a paixão faz com que se tome decisões erradas e se deixa engendrar pelo vício. Mas essa mesma paixão pode ser responsável por atos gloriosos e úteis. O importante seria entender as circunstâncias em que ela se dá antes de criticá-la.

Se não houvesse ambição, não veríamos Alexandres, nem Cesares, nem se fariaõ aquellas brilhantes acções, que nos adquirem imortal reputação. De maneira que no lugar de condemnar as paixões, quizera eu antes que se fizesse bom uso delas, para que se nos tornem uteis.²²⁵

Sobre a vestimenta, o autor apresenta normativas de cunho moral e cristão. Fala sobre sempre ter suas roupas limpas, estar em consonância com a moda, com a idade e status social. Escolher as roupas levando em consideração o corpo, ou seja, não usar roupas muito grandes

²²⁴ O autor afirma que: “Semelhante a hum jardineiro cuidadoso, que no seu jardim não deixa crescer herva alguma nociva, deve hum bom Pai pôr todo o cuidado em observar os defeitos de seus filhos para arrancar a todos as raizes, antes que ellas cheguem a brotar.”; S/A, 1801, p. 272. O uso de metáforas é recorrente em praticamente todos os autores que defendem a criação desde tenra idade e que acreditam que é mais fácil educar uma criança antes dela possuir vícios do que um jovem ou um adulto.

²²⁵ *Ibid.*, p. 215.

ou muito pequenas. Ainda afirma que ser um bom cristão é evitar nas roupas o luxo e optar pela modéstia.²²⁶ Sobre a alimentação, o autor mostra as formas polidas de estar a mesa e como se deve proceder ao beber e comer, assim como respeitar os superiores e o dono da casa. Também critica ações que se remetem à gula, dizendo que se deve comer apenas o necessário, nunca pedir algo que está a mesa e que não está a seu alcance e nem colocar grandes quantidades no prato ou no copo.²²⁷ Mais à frente retorna esse tema, criticando também os homens que bebem demais, afirmando que a bebida faz com que se deixe à mostra todos os vícios, pois alcoolizado não se consegue controlá-los.²²⁸ Percebe-se que é uma normativa de boas maneiras, com críticas à gula, ao luxo e ao consumo excessivo de bebidas alcóolicas.

Sobre a saúde, o autor aponta um fato interessante, que não havia sido destacado anteriormente. Ele escreve que se deve evitar tudo o que pode alterar a saúde, que é melhor ser saudável que viver no luxo e que prejudicar a saúde é gerar prejuízo ao Estado. “O que arruina sua saude, faz-se inutil ao Estado, molesto á sociedade, e vive em desgostoso.”²²⁹ A preocupação em se formar bons súditos ou cidadãos apresenta um outro patamar na fala desse autor. Não basta apenas ser obediente e fiel aos governantes; é preciso ser útil ao Estado e à sociedade. Nesse ponto começa a se perceber de forma sutil a mudança no discurso e a preocupação ainda que incipiente com a formação dos Estados Nacionais.

A outra obra analisada, *Thezouro dos meninos*, também foi publicada originalmente em francês no ano de 1802 por Pierre Blanchard e teve sua tradução em 1807 para a língua portuguesa por Manoel José da Costa. Essa obra, ao contrário das outras aqui já analisadas, é um manual voltado especificamente para a leitura das crianças. Sua narrativa é construída

²²⁶ S/A, 1801, pp. 5-8.

²²⁷ *Ibid.*, pp. 68-81; 168-172.

²²⁸ *Ibid.*, p. 276.

²²⁹ *Ibid.*, p. 266.

em forma de diálogo entre um pai e seus filhos, o qual ele nomeia como Paulino e Felicia, que teriam, de acordo com o autor, 12 e quase 11 anos respectivamente. Ele ainda divide a obra em quatro partes principais: Sociedade, Moral, Virtude e Civilidade. Ele afirma que esses três conceitos são essenciais para a formação das crianças, destacando a importância delas saberem diferenciá-los e compreenderem o motivo pelo qual são importantes para toda a sociedade.

Começemos pelo que o autor discute sobre civilidade. Ao contrário da obra anterior, Blanchard afirma que civilidade não é uma virtude real, mas que saber se portar demonstra respeito com os semelhantes e causa aos outros certos prazeres; bastava isso para ser civil. Além do mais, “o aceio nos meus vestidos, nas minhas acções, poupo aos que estão junto de mim sensações desagradáveis: este aceio torna-se então em *Virtude*, porque é um bem para os outros”.²³⁰ Norbert Elias destaca esse ponto em sua obra, de que práticas de civilidade começam a servir como maneiras de se portar frente aos outros para impedir situações que passam a ser consideradas desagradáveis perante aquela sociedade.²³¹ Mas para Blanchard, não é apenas com as pessoas de iguais condições ou superiores que se deve mostrar civil. Mostrar civilidade com os inferiores seria, para o autor, conquistar um maior respeito destes. Para completar, Blanchard ainda afirma que os gestos aos quais a civilidade os obriga fazem com que, pelo menos aos olhos do público, as pessoas consigam disfarçar seus vícios. Embora longo, é interessante a transcrição da parte em que o autor procura resumir por meio do seu personagem “Pai de família”, o que ele entende por civilidade.

O termo Civilidade é derivado de outro, que significa *Cidade*; assim, na primitiva accepção, *Civilidade*, quer dizer, *maneira de viver dos habitantes de uma Cidade entre si*. Com effeito: a Civilidade comprehende todas as regras, segundo as quaes

²³⁰ COSTA, 1851, pp. 23-24.

²³¹ Cf.: ELIAS, 1993. Cabe aqui pensar como a própria criação de normas de conduta são responsáveis por criar as situações desagradáveis que ela pretendia evitar. Partindo da ideia que essas normas são elaboradas para servirem como distinção social, percebe-se que além da segmentação surge um preconceito com as pessoas que não aprendem ou não tem acesso ao que seriam as boas maneiras, já que a partir de então, suas maneiras de agir podem ser consideradas “desagradáveis”.

nos devemos conduzir na Sociedade. Com muito acerto foi ella chamada Civilidade, pois que fazendo o commercio dos homens entre si mais facil, e agradavel, contribue muito para a sua civilisação. E na verdade uma Sociedade, aonde ninguem se constrangesse, aonde não houvesse nenhuns respeitos entre os individuos, offereceria mui poucos attractivos, e depressa faria entrar os homens no estado de selvagens. O ligeiro constrangimento, que nos temos imposto reciprocamente, não é, como algumas pessoas que não reflectem propendem a crer, uma simples convenção, uma etiqueta inutil; pelo contrario é uma lei nascida da precisão, um ramo do grande principio da natureza: *Faze aos outros o que quererias te fizessem*: e com razão; se quero que me saúdem com agrado, porque não hei de eu saudar os outros da mesma maneira? Quando me abstenho do que póde offender os que se achão comigo em companhia, não é para que me fação as mesmas atenções? Tal é a base da Civilidade entre os homens [grifos do autor].²³²

Ou seja, embora não seja uma virtude real, Blanchard destaca a importância da civilidade para a civilização e manutenção da sociedade.

Sobre as paixões e os vícios, o autor de *Thezouro dos Meninos* apresenta uma ideia diferente da que se percebe na obra anteriormente analisada. Foi visto em *Elementos da civilidade...* que o autor considera que a paixão em alguns momentos pode ser útil e que antes de criticá-la, dever-se-iam se preocupar em como usá-la e fazê-la útil. Já Blanchard critica veementemente o agir pela paixão, assim como outros autores do século XVII e XVIII, defendendo que a consequência sempre é funesta não só para o indivíduo como também para quem convive próximo a ele. Enquanto o autor desconhecido usa o exemplo de Alexandre, o Grande, para se referir em casos onde a paixão foi útil, Blanchard utiliza o mesmo personagem para afirmar que o vício pelo vinho o fez agir por paixão ao matar seu melhor amigo depois de um desacordo de opiniões, fato que Alexandre teria se arrependido depois. Blanchard, portanto, não nega que essas paixões possam surgir, mas que elas devem ser reprimidas o quanto antes, para que não se tornem vícios.²³³

²³² COSTA, 1851, pp. 158-159.

²³³ *Ibid.*, p. 137.

A criação dos filhos também não escapa às análises do autor. Mas essa temática não apresenta nenhuma diferença ou novidade se comparada com todas as outras obras que foram analisadas até aqui. A única distinção que se pode apontar, é que, por ser um livro destinado às crianças, o autor, por meio de seus personagens procurou mostrar como a criação dos pais gera uma obrigação dos filhos em respeitá-los e obedecê-los. A criação que eles receberam demonstra o amor que os pais tinham para com eles e isso faz com que se aceite as suas ordens, pois todas têm por objetivo final encaminhar a criança para o bem. Blanchard analisa de forma simples e didática a reciprocidade das obrigações dos pais e dos filhos. Porém, todos esses aspectos são apenas repetições das normativas anteriores.²³⁴

Em relação à religião, assim como no século anterior e contrapondo a metodologia utilizada no século XVII, ela aparece apenas como uma temática e não embasando toda a obra. Para o autor, os filhos devem amar Deus antes de tudo e se deve orar e agradecer todos os dias. O autor chega a mencionar que “não vos esqueçais nunca que é de Deus, de quem tendes recebido tudo, e que é também d'elle que recebereis no outro mundo a recompensa, ou o castigo das acções, que tiverdes feito neste”. Ou seja, a ideia de que as boas ações teriam recompensas, enquanto as más poderiam levar à perdição continuam aparecendo nas obras do século XIX. Porém, aqui o discurso é muito mais brando se comparado com os manuais do século XVII, onde desgraças horríveis aconteceriam tanto no plano terreno quanto espiritual.

Sobre a vestimenta, Blanchard fala:

Regulai-vos de sorte que no vosso modo de vestir se observe a mais exacta decencia; sempre vos é prohibido offender os olhos das outras pessoas. Se a fortuna vos não consente terdes bons vestidos, pelo menos está na vossa mão o arranjá-los da fôrma a mais modesta; assim mesmo só depende de vós o conservavos em aceio; em toda a parte ha agua, e ninguém tem desculpa para andar sujo.²³⁵

²³⁴ COSTA, 1851, pp. 31-32.

²³⁵ *Ibid.*, pp. 171-172.

Mais a frente, complementa:

Eu não quero porém que este amor do aceio, que pertendo inspirar-vos, vos faça despender excessivo tempo no vosso enfeito muito estudado; é de ordinario esta occupação a dos espiritos fúteis, ou das pessoas, que tem intenções deshonestas. Vesti-vos conforme o estado, em que vos achais; evitai principalmente fazer-vos singulares por uma moda extravagante, ou não seguida. Um homem de bom senso adopta a este respeito o costume mais geralmente recebido. A ti principalmente é que eu fallo, meu filho, ainda t'o repito outra vez, tem aceio nos teus vestidos, comodidade, gosto, e até mesmo elegancia; porém não vás mais adiante. Nada ha tão desprezível como um homem, que só se emprega no seu enfeito, e que se apresenta em uma companhia com todo o adereço de uma modista, que pertende agradar; é um ente verdadeiramente degradado da sua dignidade.

Pelo que te pertence, minha filha, ser-te-há perdoável sem dúvida que penses um pouco mais no teu adorno; o teu sexo tem precisão de agradar; mas desgraçadamente ha um grande número de mulheres, que passam muito além desta permissão legitima. Sabe conhecer melhor os teus interesses, minha querida Felicia; aquellas que só pensão nos seus vestidos, e enfeites, e que só fazem um negocio importante da moda do dia, são mui raras vezes mulheres verdadeiramente estimaveis; e por isso são mui facilmente desprezadas.²³⁶

Em Blanchard há uma crítica ao excesso de enfeites, adornos, em seguir o que não está na moda. Parece ser um discurso do século XVII, mas ao contrário, o autor defende o não exagero por questões de civilidade, enquanto no século XVII o que se tinha era uma crítica ao luxo, que era entendido como um pecado. A vestimenta ideal em relação à civilidade tem por trás uma crítica à vaidade exagerada, ao se perder muito tempo arrumando e preocupado com adornos e enfeites, o que fugiria da ideia de razão, defendida desde o século XVIII pelos autores analisados. Ainda há a questão da aparência e da forma de se mostrar perante a sociedade. Não seria permitido, por exemplo, aos homens, seguir modas extravagantes; eles deveriam ser mais discretos em relação as vestimentas, mas sem perder a elegância. Às mulheres poderia-se permitir algum adorno, mas sem exageros e sem vulgaridade.

²³⁶ COSTA, 1857, pp.173-174.

Sobre a alimentação, o autor se detém em como se deve portar à mesa, destacando comportamentos já vistos em outros autores, como o não servir do melhor pedaço e nem se servir primeiro, não comer com demasiada pressa e nem muito devagar, não ficar olhando para o prato dos outros, não jogar alimentos no chão e nem colocar mais comida ou bebida na boca enquanto se está com a boca cheia. Sobre comer e beber mais que o necessário, o autor adverte que, além de ser um vício que deve ser evitado, o excesso pode fazer mal, causando indigestões. Portanto, Blanchard afirma ser um erro unir o prazer à comida e/ou bebida.²³⁷

Blanchard também apresenta em sua obra, assim como o autor de *Elementos da civilidade...* a preocupação com a Pátria, que pode ser compreendida dentro do processo de formação dos Estados Nacionais. Pierre Blanchard afirma:

(...) estabeleçamos já por principio, que todos se devem aos seus semelhantes; mas que em concumstancias, que igualmente exijão os nossos socorros: devemos attender primeiro que tudo *á nossa familia*, logo depois *á nossa Patria*, e por fim *a todo o mundo*”²³⁸

E ao falar sobre sacrifícios, alerta: “Este sacrificio consiste em preferir o interesse do Rei, e da Patria ao proprio interesse, e em dar por elle, e por ella a vida, quando a necessidade o pede”.²³⁹ O que se percebe é que a partir de então não há discursos amplos que afirmam só a importância de se criar bem os filhos para o bem da República. Em *Elementos da civilidade...* já se fala sobre não sobrecarregar o Estado com práticas e vícios que tornam as pessoas inúteis, e em Blanchard há o incentivo de proteger e ser fiel a Nação mesmo que isso resulte em sacrifícios.

²³⁷ COSTA, 1857, p. 208.

²³⁸ *Ibid.*, pp. 128-129.

²³⁹ *Ibid.*, p. 133.

Vejamos agora a outra obra, que é a tradução do livro *Primary Object Lessons for training the senses and developing the faculties of children. A manual of elementary instruction for parents and teachers*, do autor Norman Allison Calkin, publicada originalmente em 1873, sendo traduzida por Ruy Barbosa e, de acordo com o mesmo, adaptada às condições do Brasil. Importante destacar que no preâmbulo da edição brasileira, Francisco Antunes Maciel, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império em 1883, solicita que o livro seja reimpresso e entregue às escolas primárias públicas no município da Corte, a fim de que os professores adotassem a metodologia nas ditas escolas.

No Prefácio da primeira edição, Calkins descreve a forma de estudo que ele acredita ser mais frutífera nesses primeiros anos de instrução. De acordo com o autor, o estudo deve se basear na observação das coisas para a compreensão, e não pelas lições as quais se requer principalmente a enumeração das coisas as quais não se conhece e sua posterior memorização. Sendo esse o objetivo da obra, ou seja, mostrar como essa forma de ensino pela observação deve e pode ser aplicada, o autor se detém em esmiuçar os passos para o aprendizado nas diversas áreas. Uma obra diferente das outras analisadas, uma vez que se mostra mais como um manual pedagógico, dedicando todo seu livro para esse fim. A importância dessa obra para a pesquisa é mostrar justamente a mudança de objetivos que ocorrem a partir do XIX nos manuais relativos à infância. Aos poucos, questões como o ensino vão se tornando mais comuns que nos séculos anteriores.

Mesmo assim, em seu Prefácio, a obra de Calkins permite o reconhecimento de algumas premissas analisadas anteriormente. Como por exemplo, a ideia que perpassa por todo o período desse estudo, que é a importância de educar a criança desde a tenra idade. No Prefácio da 15ª edição, o autor afirma que

Durante a puerícia ha de ocupar-se largamente a atenção em acumular factos, mediante o exercicio dos sentidos. Educando convenientemente cada uma das suas faculdades, adquire a creança a capacidade de um esforço systematico no estudar, e

fica habilitado o moço a imbuir-se dos conhecimentos precisos para encetar as obrigações da idade viril. Esses conhecimentos, não os obterá o mancebo, si a creança não adquirir aquella capacidade. Educar com acerto o menino, de tal arte que se prepare para os estudos da adolescencia, e possa reunir em si o saber indispensavel na virilidade, - esse de todos os problemas da educação o mais embaraçado.²⁴⁰

Calkins também dedica na sua obra um capítulo sobre Educação Moral. Sobre essa, afirma que “Mediante ella pomos ao seu alcance a felicidade; sem ella, não so será incapaz de grangeal-a, senão que acabará por converter-se em estorvo á legitima ventura do próximo”²⁴¹. A educação moral deveria começar desde cedo na casa paterna e ser continuada nas escolas. O exemplo dos pais, mestres e professores no processo de aprendizado também não escapa às premissas do autor. Para ele, várias circunstâncias podem auxiliar na educação moral, cabe aos pais e mestres estarem atentos e sempre servirem de exemplo para que as crianças aprendam, como se pode ver na citação a seguir.

Se pretendermos cultivar, nas creanças, a benignidade, havemos de ser benignos em nossos actos, dar-lhes o exemplo do respeito, se as quisermos respeitosas; e se tivermos em mente desenvolver-lhes idéas de justiça, inculcar-lhes honestidade, fazel-as homens leaes e verazes, não ha outro meio senão azar o maior numero de ensejos, em que lhes exemplifiquemos essas virtudes pelo trato de todo o dia.²⁴²

O ensino a respeito da religião complementa o que Calkins define como educação moral. As crianças, para o autor, devem desde cedo aprender sobre as coisas de Deus e do cristianismo. Para Calkins esse aprendizado deve ser com palavras de fácil compreensão, não com formalidades, assim as crianças teriam consciência do amor de Deus e da importância da obediência aos princípios cristãos lidando com mais facilidade para combater as paixões, as seduções do apetite e os maus hábitos.

²⁴⁰ CALKINS, In: RUY BARBOSA, 1886, pp. XXII – XXIII.

²⁴¹ *Ibid.*, p. 591.

²⁴² *Ibid.*, p. 592.

Portanto, vemos em Calkins normativas já presentes em outros autores analisados. O que muda em sua obra é a dedicação maior em apresentar metodologias pedagógicas de ensino. Nos autores do século XVII o que se fala sobre o ensino é pouco abrangente. No século XVIII há uma maior preocupação com o tema, mas foi no século XIX que esse assunto ocupou a preocupação dos autores. A isso pode-se associar a importância que foi dada à educação das crianças no momento da formação dos Estados Nacionais. As crianças passam a ser vistas mais como o futuro da nação do que como importantes para a manutenção de um cristianismo que havia sido abalado. A importância da religião não desaparece, mas agora está principalmente atrelada a uma educação moral. A política do medo para a normatização é minimizada, mas nunca chega a ser nula, pois ainda se usa a crença em Deus e o respeito aos dogmas cristãos para conseguir impor regras. Muitas das normativas, como a importância dos pais na criação, a criação desde a tenra idade e o ensino da religião permanecem durante todo o período analisado. Mas as outras normas mostram a mudança de uma sociedade cada vez mais preocupada com os ideais de civilidade, com as distinções sociais e com a criação daqueles que fariam parte da “boa sociedade”.

II.

O século XIX foi marcado por diversos fatores que determinaram mudanças nos manuais sobre o governo de escravos publicados no período. A independência do Brasil em 1822 e a preocupação do governo em manter a integridade do território nacional foram alguns deles. Na formação do Estado Nacional, o governo, portanto, apoiou-se na agricultura escravista, principalmente nas plantações cafeicultoras na região centro-sul, que se expandiram a partir da década de 1830.²⁴³ A manutenção da escravidão foi imprescindível

²⁴³ Para saber mais sobre a expansão da agricultura cafeeira na região centro-sul do Império do Brasil, ver: MATTOS, 1987; MARQUESE, 2004; SALLES, 2008; PARRON, 2011.

neste processo, e os senhores de escravos tiveram que encontrar maneiras para a conservação do sistema escravista no Império do Brasil perante aos ideais abolicionistas que se tornavam cada vez mais fortes. A pressão inglesa para o fim do tráfico de escravos foi um dos motores para a criação da Lei de 7 de novembro de 1731. Mas na prática, a lei apenas tornou o tráfico como ilegal, já que milhares de escravos continuavam a ser trazidos para o Brasil. Só em 1850, como a lei Eusébio de Queiroz, que o endurecimento das leis criou barreiras substanciais para o fim do tráfico.²⁴⁴

Perante esse cenário, pela primeira vez no Brasil foram os senhores que escreveram manuais sobre o gerenciamento de fazendas e o governo de escravos. Essas obras foram veiculadas principalmente pelo periódico *Auxiliador da Indústria Nacional* e editado pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), fundada em 1825 e cujo objetivo era estimular o melhoramento da indústria brasileira, tanto agrícola quanto fabril.²⁴⁵

A primeira obra escrita nesse contexto foi de Miguel Calmon de Almeida, chamada *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*, publicada em 1834. Em um capítulo intitulado “Bom tratamento dos escravos”, Almeida logo nos primeiros parágrafos afirma que a escravidão é um mal necessário, pois a grande quantidade de terras ociosas e a pequena quantidade de mão de obra não admitiria a concorrência entre os agricultores e aumentaria muito o preço dos jornais de trabalhadores livres; argumentação usada desde o século XVIII para justificar a escravidão. E já que a escravidão era necessária, para Almeida cabia aos senhores amenizarem o sofrimento dos escravos. O tratamento destinado a esses deveria, então, ser baseado nos princípios da humanidade, preceitos cristãos e interesse dos senhores.

²⁴⁴ Sobre a pressão inglesa para o fim do tráfico de escravos, ver: PARRON, 2011.

²⁴⁵ Para saber mais sobre a SAIN, ver: MARQUESE, 2004, p. 267

Escrevendo após a Lei de 7 de novembro de 1731, Almeida defende que os proprietários de fazendas agrícolas escravistas deveriam priorizar a conservação e a reprodução dos cativos.

(...) como poderá um Proprietario conservar junto a si trabalhadores, que accudão à sua voz, e fação o seo serviço? Como conservará valioso o seo Predio, cuja importancia será nenhuma logo que lhe falem os braços? Como manterá o seo patrimonio rustico, a fortuna de seos filhos, as esperanças de sua prole? O recurso do recrutamento Africano acabou; e, por mais que alguns o desejem, o *tráfico* não voltará. Que meio pois resta? Um só; o de promover *a conservação da vida dos actuaes escravos, e a sua reprodução*. [grifo do autor]²⁴⁶

Ignorando que a Lei de 7 de novembro de 1731 não acabaria definitivamente com o tráfico, mas apenas o tornaria ilegal, o autor cita, portanto, sete normas que os senhores de escravos deveriam seguir para conseguir manter a mão de obra escrava. Essas normas consistiam em

1º em alimentar o escravo – 2º dar-lhe alguma propriedade – 3º procurar casa-lo – 4º tratar de seos filhos – 5º permitir-lhe alguns recreios – 6º cura-lo em suas enfermidades – e 7º castiga-lo com moderação.²⁴⁷

Em relação ao alimento, Almeida afirma que os senhores deveriam dar aos escravos o alimento necessário, além de roupas e casa enxuta, pois escravos com fome, com frio e cansados não serviam para os serviços. Critica ainda aqueles que ao invés de prover a alimentação, ofereciam um dia para que os escravos plantassem e retirassem das terras o próprio sustento, pois isso representaria a miséria e a morte. Mas sugere que os escravos deveriam ter direito a alguma propriedade, para que nelas se distraíssem da triste condição do cativo. Os casamentos deveriam ser incentivados pelos senhores e as escravas não deveriam trabalhar dois meses antes e dois depois do parto. As crianças, filhas de escravas, deveriam ser bem alimentadas e cuidadas nas enfermidades. Almeida destaca ainda que assim

²⁴⁶ ALMEIDA, 2002, p. 59.

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 59.

que as crianças pudessem começar a trabalhar, não era ideal que as dessem trabalhos pesados, pois isso poderia amofiná-las. A indiferença nos cuidados com as crianças era, para o autor, a principal causa da parca propagação dos escravos.

Sobre o sexto ponto, que seria permitir aos escravos algum recreio, Almeida afirma que as distrações são bons antídotos para insurreições, devendo o senhor apenas proibir o consumo de aguardente e outros excessos. Mas a obrigação mais importante do senhor, segundo Almeida, era o cuidado com os escravos doentes, pois além de ser de importância cristã, também era a favor dos interesses do senhor. Para isso ele afirma que cada fazenda deveria ter em enfermeira, um professor de partido e uma botica. O último ponto, que Almeida também considera ser uma obrigação dos senhores, é a respeito dos castigos, que serão tratados mais à frente.

Outra obra escrita no século XIX foi de Carlos Augusto Taunay, que publicou em 1839 o *Manual do agricultor brasileiro*. Taunay, filho do pintor francês Nicolas Antoine Taunay, veio com a família para o Brasil em 1816. Serviu as forças militares pela independência na Bahia entre 1822 e 1823 e após pedir baixa no Exército responsabilizou-se pela fazenda da família na região da Tijuca, próximo ao Rio de Janeiro.

Em sua obra, Taunay afirma que a escravidão vai contra os direitos naturais, mas aponta dois aspectos para defendê-la nos territórios americanos. O primeiro ponto é que em locais onde já se estava fortemente estabelecida havia uma conexão entre o trabalho escravo e a vitalidade da nação, portanto seria mais fácil acabar com a nação do que com a escravidão. Como exemplo, o autor utiliza o caso de São Domingos, afirmando que lá o fim da escravidão gerou o fim do vínculo com a metrópole francesa e uma sociedade de pretos obrigados a improvisar, causando o desmantelamento da ilha. A segunda justificativa de Taunay se baseava na ideia de que os africanos seriam de uma raça inferior, incapazes de se tornarem

civilizados como os europeus. A escravidão dos povos africanos significaria uma melhora na vida desses, que caso continuassem na África permaneceriam como povos bárbaros, à mercê das guerras e da opressão das tribos que escravizavam seu próprio povo.²⁴⁸ Taunay ainda afirma que os negros resgatados não seriam na verdade escravos e sim proletários que recebiam seus salários por meio do resgate e do sustento.

Os negros pois nas colonias europeas, e no Imperio do Brasil, não são verdadeiramente escravos, sim proletarios, cujo trabalho vitalicio se acha pago, em parte pela quantia que se deu na occasião da compra, em parte pelo fornecimento das precisões dos escravos e sua educação religiosa.²⁴⁹

Outro aspecto que Taunay destaca sobre os negros africanos, é que, devida à inferioridade física e intelectual, esses teriam sempre a mentalidade de um jovem europeu entre 15 e 16 anos, independente da idade que tivessem. Por isso, de acordo Taunay, os negros sempre deveriam viver sob tutela, em um regime de escravidão ou próximo à escravidão. Partindo desse pressuposto, o autor afirma que o maior mal da escravidão recai sobre os senhores, e não sobre os escravos.²⁵⁰

Assim com Almeida, para Taunay a escravidão seria, portanto, uma situação obrigatória, e ao invés de querer colocar um fim nesse regime, também defende que o melhor seria saber governar os escravos. Para isso ele propõe uma rigorosa disciplina, baseada principalmente no medo do castigo. Uma vez que os negros, de acordo com ele, não se submeteriam a nenhum trabalho há não ser sob coação, apenas o controle e a vigilância fariam com que obrassem de forma lucrativa para os senhores.

Sobre a alimentação, Taunay normatiza tanto a quantidade dos alimentos que devem ser destinados aos escravos, como a forma na qual esses devem se alimentar. Sobre a

²⁴⁸ TAUNAY, 1839, pp. 5-6.

²⁴⁹ *Ibid.*, pp. 7-8.

²⁵⁰ *Ibid.*, p. 6.

quantidade, ele sugere que os senhores deveriam dar o suficiente para que se mantivessem saudáveis e conseguissem trabalhar, recomendando ainda a utilização da mesma regra que havia sobre a alimentação de soldados. Quanto a isso, ele ainda destaca a importância dos senhores em se organizarem a respeito dessa alimentação, não deixando faltar o necessário aos cativos. Para Taunay, muitos escravos eram mal alimentados mais por falta dessa organização do que por maldade dos senhores. Em relação à forma de servir os alimentos, ele sugere que os escravos comessem em grupos de 5 ou 10 e três vezes ao dia. Afirma ainda que o costume de permitir aos cativos plantar suas próprias roças aos sábados e dela tirarem o sustento era um erro. Era obrigação dos senhores oferecerem os alimentos aos escravos. Essa normativa é um ponto comum entre todos os autores desde o século XVII.²⁵¹ Em relação as vestimentas, Taunay afirma que era comum na África que os negros andassem nus, mas que essa prática não deveria ser utilizada no Brasil, uma vez que o clima é mais úmido e frio se comparado à África. Além de que para o autor não seria conveniente, “porque seria o mesmo que dizer que devemos voltar ao antigo modo de viver das primeiras éras”.²⁵²

Seguindo as normas defendidas por outros autores, Carlos Taunay também afirma a necessidade de cuidar dos escravos quando doentes. A melhor forma seria ter um espaço arejado e limpo que pudesse servir de hospital e, se possível, um médico de partido. Nas palavras do autor,

Parece incrível que haja precisão de recomendar que se tome cuidado dos pretos doentes, pois que o interesse e a humanidade igualmente o exigem. Mas o desleixo e abandono são taes em muitas partes, que sómente na ocasião de perigo imminente he que se da fé do estado dos escravos, e se lembrao de os tirar das encharcadas palhoças onde jazem no chão, mal cobertas com trapos pestiferos. He de esperar que a alta do preço dos negros e menores rendimentos da agricultura tornem os senhores mais sollicitos no tratamento da sua escravatura.²⁵³

²⁵¹ TAUNAY, 189, pp. 9-10.

²⁵² *Ibid.*, p. 10.

²⁵³ *Ibid.*, p. 11.

A preocupação em manter uma escravatura saudável e produtiva também aparece quando Carlos Taunay escreve sobre a necessidade dos senhores incentivarem a reprodução dos escravos. Segundo o autor, seria natural que os escravos, tendo as condições suficientes de sobrevivência, se reproduzissem. E os senhores poderiam tirar bom proveito das crias, que tendiam a ser mais dóceis que os africanos. Os cuidados com as mulheres grávidas e as crianças também mereciam atenção dos senhores se esses quisessem aumentar ou manter a sua escravatura. As mulheres, após o parto e no período de amamentação deviam ser tratadas com mimo e fazerem apenas trabalhos moderados. Sobre as crianças, afirma que

Os filhos, depois de desmamados, deverão ser criados em commum por classes conforme a idade. A infancia dos crioulos he perigosa, ou seja porque a humidade do clima lhes não he favoravel, ou seja por nascerem de pais cuja constituição soffreu abalo pela crise do transporte. A dieta que devem observar se regulará pela disposição physica; e a proporção que se fôrem criando, se lhes ensinará a trabalhar, a rezar, a amar seus senhores, supportar o frio, o calor, 'a fadiga e a seguir á risca a disciplina da casa. O mesmo se observará com as crioulas, que serão criadas á parte. Desta fórma, huma nova geração, mais instruída, geitosa, disciplinada e virtuosa do que a que veio da Costa, supprira as faltas desta, e pouco a pouco a substituirá inteiramente.²⁵⁴

A importância da conversão para o cristianismo é o outro aspecto defendido por Taunay. Esse também é um dos aspectos que perpassa por todas as obras analisadas até então. E como os outros autores, Taunay reforça que a conversão dos escravos é uma obrigação dos senhores e que o domingo deve ser reservado para as missas, sendo proibido o trabalho nesse dia. Mas para Taunay isso não significa que eles ficariam sem supervisão no momento de descanso. Pelo contrário, a vigilância deveria ser constante, mesmo nos dias de folga. O autor descreve quais deveriam ser as tarefas desse dia: limpeza e inspeção das senzalas, missa com toda a pompa e um pouco de diversão para os escravos. Cumprindo essas normativas, os senhores estariam aproveitando até os dias de folga para disciplinar os cativos. Outro ponto

²⁵⁴ TAUNAY, 1839, p. 17.

destacado por Taunay para melhorar a disciplina seria premiar aqueles mais obedientes e prestativos, seja com insígnias ou alguns objetos.²⁵⁵

Ainda analisando as obras que foram publicadas antes da Lei Eusébio de Queiroz, há o manual *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro* escrito por Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, futuro Barão de Pati do Alferes. A princípio, o manual foi redigido para instruir o filho, Luis Werneck, na administração da fazenda cafeeira da família, localizada na região fluminense. Em 1847, devido a importância do conteúdo, acabou sendo publicada no periódico *Auxiliador da Industria Nacional*.

Assim como Miguel Almeida e Carlos Taunay, Francisco Werneck cita a escravidão de forma negativa, mas necessária para o Império, afirmando que esse sistema

É este o cancro do Imperio do Brazil, e que só o tempo poderá curar. A abundancia de braços captivos, e o immenso terreno por cultivar, esquivão o trabalhador assalariado do cultivo de nossos campos.²⁵⁶

Mas, ao contrário do que se possa imaginar, o ponto negativo da escravidão, não estava, de acordo com o autor, vinculado à ideia de que a escravidão tirava dos cativos da África a liberdade e os condenava a trabalhar de forma extenuante em outro continente. A escravidão era um “cancro” pois o preço que se pagava para um escravo era alto demais para a lucratividade que esse oferecia.

Nesses termos, vê-se a necessidade de continuar-se com esse cancro, cujo preço actual não está em harmonia com a renda que delle se pôde tirar; ainda de mais acresce a immensa mortandade a que estão sujeitos os escravos, a qual, devorando fortunas colossais, traz a infallivel ruina de honrados e laboriosos lavradores, que, tendo-se empenhado em constituir uma fortuna, se vêm carregados de dividas, e não chegando seus bens para satisfazer a quem vendeu-lhes os escravos, muitas vezes

²⁵⁵ Como dito anteriormente, Foucault percebe a utilização do método que consiste em premiar os mais obedientes e castigar aqueles que cometem erros a partir de meados do século XVIII, quando a disciplinarização do corpo se torna mais importante que o suplício. Interessante perceber a utilização dessa metodologia por Taunay no caso dos escravos, pois mostra a preocupação do autor na normatização dos corpos por outros meios além dos castigos. Até então, essa metodologia tinha sido observada apenas nos manuais sobre a criação dos filhos. Cf. SANCHES, 1922; FOUCAULT, 1997.

²⁵⁶ WERNECK, F. 1878, p. 22.

sabendo que vão carregados de enfermidades incuráveis. Faz pena vêr o atrazo da maior parte dos nossos agricultores, carregados de um fardo que pesa mais que suas forças, sendo pouco o que fazem para os credores, e por fim ahi vai tudo á praça, não chegando mesmo para desempenhar seus compromissos! E porque? Porque lhes morrêrão os escravos e elles se vêm de braços cruzados lamentando a sua sorte! Outra vez digo, não está em harmonia o preço do escravo com o produto que d'elle se tira.²⁵⁷

Mas, por mais que Francisco Werneck não considerasse justo o preço que se pagava a um escravo, ele afirma que a escravidão era necessária e utiliza a mesma ideia de Miguel Almeida ao afirmar que as vastas terras para o cultivo não possibilitavam o uso do trabalhador assalariado. Porém, o que restava era cuidar bem da escravaria, para que o “prejuízo” fosse menor. Ainda de acordo com Francisco Werneck, a prosperidade de uma fazenda consistia em conservar a vida dos escravos.

E no primeiro capítulo da obra, quando escreve sobre formação da fazenda, já recomenda que a construção das senzalas deveria ser feita em locais mais secos, onde a higiene fosse mais fácil de ser mantida.

Por outro lado as prescripções de hygiene não elevaráõ, por certo, o custo das obras. Assim a humidade, sendo um dos inconvenientes do nosso clima, é forçoso que o lavrador procure situar as habitações no logar mais secco e enxuto do estabelecimento, e constituindo os escravos a maxima parte de sua fortuna, como de ordinario acontece, deve elle reflectir que na conservação desses e na sua saude e bem-estar é que consiste a prosperidade da sua industria. Entretanto alguns agricultores, não attendendo a seus interesses, conservão seus escravos em cloacas humidas e mal ventiladas, onde adquirem molestias ou incommodos insidiosos, que posteriormente os levão ao tumulo.²⁵⁸

As outras normativas escritas por Werneck seguem o mesmo padrão de Miguel Calmon e Carlos Taunay, apenas com algumas distinções. Em relação a alimentação, Francisco Werneck afirma que sempre que possível o senhor deveria separar uma parte da terra para que os escravos pudessem ter suas próprias plantações. Essas deveriam ser

²⁵⁷ WERNECK, F. 1878, p. 23.

²⁵⁸ *Ibid.*, pp. 4-5.

revendidas apenas para o senhor, para evitar que os cativos frequentassem tabernas ou houvesse extravio. Essa renda serviria de regalo para o escravo, para que esse se ligasse mais à terra e suportasse melhor a escravidão. Essas plantações não poderiam substituir a alimentação que deveria ser oferecida pelo senhor. Quanto a esse ponto, ele recomenda que os escravos fossem alimentados três vezes ao dia com alimentos simples e saudáveis, sugerindo, inclusive, não dar apenas a farinha de mandioca, mas sempre alterná-la com angu.

Para cuidar dos enfermos, Francisco Werneck, assim como Taunay, defende a criação de um espaço que pudesse servir de hospital para os escravos. Alerta ainda que tanto os enfermos quanto aqueles que estivessem machucados não deveriam ir às roças, sob perigo de ficarem aleijados ou até morrerem, o que, além de ser contrário aos interesses do senhor, também era desumano. No mais recomendava que os senhores sempre visitassem o hospital para animar os doentes e saber se estavam precisando de algo, procurando mostrar atenção e cuidado com a saúde dos cativos.²⁵⁹

Outros pontos em comum com Carlos Taunay é relacionar a conversão ao cristianismo à obediência e submissão dos escravos, a defesa das folgas nos dias santos e nos domingos e a preocupação com as mulheres grávidas, que para Werneck deveriam ficar afastadas das roças pelo prazo de um ano, fazendo apenas serviços domésticos. Apenas quando a criança deixasse de amamentar, que a escrava voltaria aos serviços normais e essas crianças seriam então de responsabilidade de uma ama seca.

Até esse momento, o que se percebe ao comparar as obras escritas na primeira metade do século XIX com as escritas nos séculos anteriores, é uma preocupação maior por parte dos senhores em manter a saúde e conservar os escravos aptos para que possam gerar mais lucratividade para as fazendas. Esse discurso, que, de acordo com Rafael Marquese, valeu-

²⁵⁹ WERNECK, F. 1878, pp. 26-27.

se das ferramentas conceituais da economia política, procurou incutir nos senhores de escravos a forma racional de se gerir uma fazenda. Os aspectos que foram analisados aqui não são os únicos presentes nessas obras. Todos os autores também normatizaram sobre as práticas da agricultura, informando os melhores solos, as melhores formas de cultivo e as diferenças entre as plantações dos mais variados produtos agrícolas. Em algumas obras ainda há anexos com tratados médicos que poderiam auxiliar no tratamento de escravos enfermos. Se no século XVIII as obras já tratavam dos interesses dos senhores ao defender um melhor tratamento aos escravos, no século XIX essa percepção é aprofundada e à ela se soma a busca pela normatização de práticas para a expansão da agricultura escravista, por meio da elaboração de normas técnicas sobre a agronomia. Na segunda metade do século XIX, a defesa pelo bom tratamento dos escravos se torna mais imperativa, uma vez que a Lei de 1850 que acaba com o tráfico ilegal obriga os senhores a encontrarem soluções para a reprodução natural da população escrava.

Uma das obras escritas nesse período é de Luis Peixoto de Lacerda Werneck, filho de Francisco Werneck. A obra *Ideias sobre a colonização, precedidas de uma sucinta exposição dos princípios gerais que regem a população* que foi publicada em 1855, não trata apenas sobre o governo de escravos, mas sobre as possíveis maneiras de enfrentar a carência de mão de obra escrava nas fazendas cafeeiras após a Lei Eusébio de Queiroz. Para isso, Luis Werneck analisa algumas opções que poderiam incentivar outros povos a migrarem para o Império do Brasil e servirem de mão de obra assalariada. O que não significa que em sua obra ele defendeu o fim da escravidão ou previu e se conformou com o fim próximo. Em um dos capítulos, o autor disserta sobre as formas de tratar os escravos a fim de que os senhores os conservassem.

Primeiramente, Werneck procura justificar a escravidão nos primeiros anos de colonização da América. Para isso, afirma que o desenvolvimento das colônias foi essencial

para o reerguimento e desenvolvimento da Europa no momento da colonização, mas que esse desenvolvimento só tinha sido possível graças ao uso da mão de obra escrava africana, uma vez que os nativos americanos não tinham se adaptado ao trabalho forçado, resultando na morte ou na fuga deles para longe das costas. A única forma de produzir naquelas terras, seria, portanto, por meio de braços capazes de muitas horas de trabalho nas terras e os escravos africanos cumpriram esse papel.

A escravidão era o meio de promover essa copia exuberante de bens e produtos. É ella, quem fornece ao homem um agente infatigável no trabalho, uma obediencia passiva na acção, uma abnegação intima do individuo para se devotar todo á produção. Graças á escravidão, a Europa foi renegerada, e a America for o manancial, que lhe forneceu os bens e os soccorros, que lhe faltavão.²⁶⁰

Ao analisar a época em que escreve, Luis Werneck afirma que ainda não era possível abolir a escravidão, pois ela continuava sendo necessária para o desenvolvimento e produção agrícola do Brasil, ou seja, ela era necessária para a conservação do Estado Nacional. Por esse motivo, e pelo tráfico ter impossibilitado a aquisição de novos “colonos africanos” para o Brasil, era necessário estimular a reprodução da população escrava. Nas palavras do autor,

Tempo virá por certo, em que a produção, fazendo crescer a população livre, autorise a abolição da escravidão; mas actualmente sem pessoal livre no paiz, os instinctos de nossa conservação nacional nos aconselham por certo o incremento da população escrava. É uma triste necessidade e doloroso transe aquelle por que passamos, mas cuja satisfação e meios de occurrencia se contém neste alvitre.²⁶¹

E mais a frente, o autor afirma que

Se deixarmos estacionaria a população escrava, que é a que nos fornece maior somma de producção pelas razões emittidas, nós retardaremos a época de a dispensar e de a libertar, porque tornaremos estacionaria a produção, cujo progresso constitue o unico recurso para o augmento da população livre.²⁶²

²⁶⁰ WERNECK, L, 1865, p. 21.

²⁶¹ *Ibid.*, p. 22.

²⁶² *Ibid.*, p. 22.

Ou seja, o autor condiciona a futura abolição da escravidão à necessidade de aumentar a população escrava no país. Uma vez que essa se mantivesse em larga escala, seria possível aumentar a riqueza do país e, conseqüentemente, aumentar a população de homens livres. Aumentando a população de homens livres, os escravos se tornariam cada vez mais caros e mais dispendiosos e o Brasil poderia se tornar cada vez mais a favor do trabalho livre.²⁶³

Para aumentar a população escrava, o autor então sugere as mesmas normativas que os outros autores já haviam recomendado anteriormente. Boa alimentação, vestuário, cuidado com os enfermos, com as grávidas, recém-nascidos e crianças.²⁶⁴

Outra obra publicada após 1850 é o *Manual do agricultor dos gêneros alimentícios* (1863) do Padre Carlos Antonio Fonseca, que era proprietário de uma fazenda no Vale do Paraíba mineiro e membro da SAIN. Sua obra apresentou um aprofundamento das prerrogativas traçadas pelos outros autores, não modificando o conteúdo em si, mas com ênfase em alguns pontos pouco explorados até então.

Um ponto interessante de se destacar está em um capítulo o qual Fonseca aborda a educação e o tratamento da família. Nele, o autor retoma discursos encontrados nos manuais sobre a infância do século XIX, ao expressar a preocupação com a moralidade e o viver em sociedade sendo útil ao seu semelhante. Pelas palavras desse autor:

O primeiro dever do homem na sociedade é ser útil ao seu semelhante, debaixo das regras dos princípios moraes; e tanto mais rigoroso se torna este dever, quanto mais ligadas são as relações entre os individuos que formão a mesma sociedade: e assim a familia de qualquer individuo tem o inauferivel direito de ser cuidadosamente protegida pelo seu pai comum.²⁶⁵

²⁶³ WERNECK, L, 1865, pp. 47; 53-54.

²⁶⁴ *Ibid.*, pp. 24; 27.

²⁶⁵ FONSECA, 1863, p. 95.

Ao final dessa citação, percebe-se o ideal de paternalismo presente no discurso de Fonseca, que logo em seguida, em sua obra, afirma que diante disto, é de rigorosa obrigação do senhor “prestar aos seus escravos todos os meios que forem indispensáveis para o seu bem-estar, e para tornar mais tolerável a sua triste condição; cujos meios são sustento, agasalho, vestuário, educação, cuidado e remédios nas suas enfermidades”.²⁶⁶

Sobre as melhores maneiras para garantir esse bom tratamento aos escravos, Fonseca sugere regras para a construção das senzalas – que deveriam ser construídas de forma que as chuvas não gerassem umidade –; descreve como deveria ser a rotina dos escravos na hora de levantar; a alimentação necessária que deveria ser recebida por cada escravo, instruindo os horários das refeições e os tipos de comida e sobre as roupas que esses deveriam receber. Também dedica uma parte para falar sobre o trabalho, que de acordo com Fonseca, deveria ser medido de acordo com as forças de cada escravo. Caso o senhor exaurisse as forças por meio de trabalho extenuantes e sem horários próprios para o descanso da escravaria, esta acabaria morrendo, causando, portanto, um prejuízo para o senhor. Em relação às enfermidades dos escravos, Fonseca afirma, assim como os outros autores, a importância em se cuidar dos cativos enquanto doentes. Sugere que cada fazenda tenha um hospital, um médico de partido – que poderia ser o mesmo para alguns senhores que morassem próximo – e uma botica. Na obra também há a descrição de algumas doenças e tratamentos. Todo o discurso acerca do bom tratamento dos escravos perpassa pela ideia de que ao não se tratar bem os cativos e não os prover de tudo o que é essencial para a sobrevivência, o senhor estaria agindo contrário aos seus interesses, que seria o lucro por meio da escravidão.

Fonseca também destaca que há dois tipos de educação, a civil e a religiosa. Sobre a educação religiosa, assim como os outros autores versa sobre a sua importância para manter

²⁶⁶ FONSECA, 1863, p. 96.

o escravo obediente e submisso. Ainda afirma que é importante ter confessores, para que os escravos aprendessem com eles a serem obedientes e suportarem os malefícios do cativeiro. Nessa parte, resgata um ideal visto nos manuais do século XVII ao retratar que os confessores mostram para os escravos que “esta vida é nada em comparação da eternidade; que o escravo que sofre com paciência o seu cativeiro tem a recompensa no reino do céu, aonde todos são iguaes perante Deos”.²⁶⁷ Ou seja, ele retoma a ideia de que os escravos terão a salvação eterna caso cumpram o dever de servir aos senhores na vida terrena. A descrição sobre a educação civil destinada aos escravos é sucinta: as crianças deveriam ser separadas por sexo a partir dos dez anos. O que mostra que a educação civil, por mais que citada por Fonseca como uma das obrigações dos senhores, não fazia parte da escravidão. Os escravos não precisavam aprender a agir dentro das normas da civilidade. Para elas, bastava saber trabalhar.

As outras questões presentes em Fonseca tratam sobre os casamentos entre os escravos, o tratamento às mulheres grávidas e às crianças, ou seja, sobre as formas de conservar a mão de obra escrava mesmo após o fim do tráfico negreiro. Para o autor,

os lugares insalubres das suas habitações, o máo tratamento diário, pouca atenção e abandono mesmo nas suas enfermidades, o trabalho excessivo, as vigílias, finalmente a falta de casamentos entre elles, que é a principal causa.²⁶⁸

Para tanto, recomenda os casamentos legais, dentro das normas da moralidade da época, mas respeitando a vontade dos escravos. Dessa forma, os escravos criariam um vínculo, tanto com a terra quanto com os senhores, principalmente se os últimos tratassem bem os filhos daqueles. A distinção que deveria ser dada às mulheres escravas, principalmente nos momentos da menstruação e da gravidez também estão presentes nas suas normatizações. De acordo com Fonseca,

²⁶⁷ FONSECA, 1863, pp. 107-108.

²⁶⁸ *Ibid.*, p. 102.

As pretas regulão o mesmo tratamento; mas o seu serviço deve ser menos pesado; pois a sua constituição é mais debil. E assim no tempo da menstruação e gravidez devem merecer alguma atenção; portanto nestas ocasiões evitarão os calores fortes nos dias de sol. E o fogo das fomalhas; pois o calor excessivo nestas occurencias causa hemorragias uterinas e abortos. Podem contudo trabalhar ao tempo até ás dez horas do dia, e das três da tarde por diante, ou em outros serviços domesticos, como o fiar, tecer, etc; As mulheres no tempo da sua regra, não devem pisar na lama nem metter os pés dentro d'agua fria, porque isto póde causar a sua suppressão e graves enfermidades. As pretas neste tempo, e no da sua gravidez, não devem ser tratadas com rigor; porque isto muitas vezes é causa de abortos, suppressão das regras, e de muitos outros inconvenientes.²⁶⁹

No momento do parto, Fonseca ainda recomenda que as escravas devem ser tratadas assim como as senhoras e que os recém-nascidos da mesma forma que os filhos do senhor, pois caso contrário isso seria “faltar á humanidade e ao nosso interesse”. Esses dois termos, “humanidade” e “interesse” são constantemente citados pelos autores desde meados do século XVIII.

As outras recomendações de Fonseca eram acerca dos primeiros dias de vida do recém-nascido. Para ele, não obrigar a escrava a trabalhos pesados no período de amamentação, não permitir que a criança dormisse na mesma cama que a mãe, as roupas que deveriam ser usadas pelas crianças e quais os cuidados deveriam ser tomados na hora do banho eram normas que poderiam garantir a sobrevivência dos pequenos escravos.

Mas o mais interessante é que Fonseca é o primeiro autor que detalha como se deveria cuidar das crianças escravas de acordo com a idade que tinham. Ele destaca desde o momento em que a criança é recém-nascida e ainda deve estar sob os cuidados da mãe, até completar os dez anos, quando poderiam enfim, começar a prestar serviços lucrativos para o senhor.

Quando os meninos principiarem a engatinhar, evitar-se-ha com todo cuidado sentarem-se na terra fria: devem sentar-se em esteiras, ou nos assoalhos. Quando estiverem mais crescidos comerão todos juntos em uma vasilha propria; e nessa ocasião serão inspeccionados por seus senhores, ou outrem que faça as suas vezes. Os meninos devem ser tratados com afabilidade por seus senhores; pois assim lhes crião amor; e o coração humano raras vezes deixa de ser grato ao carinho e á

²⁶⁹ FONSECA, 1863, p. 98.

affabilidade. (...) Quando os meninos passarem de cinco annos devem ir aprendendo alguma doutrina christã, e principiar a trabalhar em serviços que forem compatíveis com as suas forças, porém por pouco tempo; pois é isto sómente para moralisa-los, e para desenvolver e fortificar os seus musculos, e não para tirar fructo do seu trabalho; pois só de dez annos por diante podem dar algum serviço a seus senhores. Os meninos devem comer mais vezes que os adultos, porque o requer a sua constituição.²⁷⁰

O que se percebe, portanto, sobre os manuais sobre o governo de escravos publicados no século XIX é que pela primeira vez, os proprietários de fazendas se preocuparam em normatizar sobre o assunto. A isso, pode-se relacionar o aumento das pressões externas sobre o fim do tráfico de escravos, a Revolta de São Domingos que ocorreu entre o final do século XVIII e início do XIX, a independência do Brasil em 1822 e consequentemente o esforço pela formação do Estado Nacional e a expansão da agricultura cafeeira escravista. Os proprietários das fazendas procuraram, então, justificar a escravidão, porém utilizando um viés diferente se comparado com os autores do século XVII. Se no seiscentos a escravidão era uma obrigação cristã de salvar os africanos por meio da catequização, no século XVIII e principalmente no XIX autores utilizaram-se principalmente da ideia de que em locais com muitas terras e pouca mão de obra, o fim da escravidão significaria o fim do Estado. Frente às diversas pressões favoráveis ao fim do tráfico, principalmente dos ingleses, os fazendeiros procuraram estabelecer normas que tinham como objetivo conservar por maior tempo possível a vida do escravo e mantê-lo saudável o suficiente para estar capacitado aos trabalhos. Pela primeira vez, é discutido de forma minuciosa os cuidados que deveriam ter com as mulheres, principalmente no momento de gestação, e com as crianças escravas. A reprodução dos escravos, que até então não tinha sido uma grande preocupação dos grandes fazendeiros uma vez que estes poderiam facilmente ser substituídos por meio tráfico, passou a repercutir nas obras sobre o governo de escravos.

²⁷⁰ FONSECA, 1863, pp. 100-101.

III.

Nos manuais sobre a infância, o que se percebe é que os castigos foram se tornando um tema pouco abordado entre os autores. No início do século essa temática ainda aparece e com algumas características parecidas se comparadas com os séculos anteriores, mas no final do oitocentos nada se fala sobre o assunto. Os trechos abaixo retratam o que o autor de *Elementos da civilidade...* e Pierre Blanchard escrevem sobre os castigos.

Taõ nociva he a extremada severidade, como a excessiva indulgencia. O coração de hum menino he semelhante ao arbusto, o qual devemos dobrar, e não quebrar. Se o vosso filho mentio (pois a mentira he o primeiro pecado que se descobre), e o temor do castigo he motivo dele negar a culpa, tirai-lhe este temor, para que na confissão della conheça ter certo o ser-lhe perdoada, e não tornará mais a mentir. A hum Pai prudente facil será conseguir o fim de desarraigalhe os outros defeitos, se souber observar hum justo meio nas suas correcções.²⁷¹

E se os pais, ou os mestres não castigassem a preguiça dos meninos, não ficarião estes para sempre ignorantes? E os ignorantes não são sempre desprezados de todos? Não se vêm elles obrigados a cada instante a recorrer ás pessoas instruidas para os guiarem nas menores cousas? Que viria a ser do menino, pelo tempo adiante, que não sendo rico, não o tivessem constrangido a seguir um estado de vida para subsistir? Um vadio, cuja herança seria a miseria, e que talvez se tornasse um velhaco, que acabaria por ser conduzido ao cadafalso. O guloso, a quem consentissem o seu vil habito, ganharia com elle indigestões que abbreviarião os seus dias, e daria ao depois em bebado, e comilão, tornando-se um homem desprezível, que só cuidasse em comer, e beber, deixando-se arruinar com comidas. O menino colerico tornar-se-hia um furioso, e talvez um assassino; aquelle, a quem se não reprehendesse esconder os brincos dos outros meninos, iria adquirindo o habito de furtar. Os castigos applicados a tempo desarraigão estes vicios nascentes; e é deste modo que a severidade beneficente de nossos pais, preservando-nos de semelhantes desgraças, nos torna activos, instruidos, e virtuosos. Ah! sim, Deus nos livre de jámais resistirmos á vontade daquelles, que nos derão a vida, e principalmente de maldizer a sua mão quando nos castiga.²⁷²

Nos dois trechos acima, percebe-se que os autores ainda consideram os castigos como intrínsecos ao processo de disciplinarização. Porém, em *Elementos da civilidade...* o autor critica a severidade dos castigos, enquanto em Blanchard, ao usar a frase “maldizer a sua mão

²⁷¹ S/A, 1801, p. 272.

²⁷² COSTA, 1851, pp. 32-34.

quando nos castiga”, não exclui a possibilidade dos castigos físicos. No entanto, por mais que aqui se possa afirmar que o autor não recrimina o castigo físico, não se pode de forma alguma comparar o que ele defende com as normas do século XVII, nas quais o castigo é representado de uma forma brutal ao usar palavras como açoite e palmatoadas. A falta do castigo ainda tem péssimas consequências – a falta de correção poderia fazer com que as crianças se tornassem adultos gulosos, vadios, bêbados e até assassinos – e é visto como ato de cuidado com os filhos. Isso permanece em todos os autores desde o seiscentos, mas a forma do discurso muda nos dois séculos seguintes. Já na obra de Calkins não há nenhuma citação sobre castigos, sejam eles físicos ou não.

Em fins do século XIX, os manuais sobre a infância começam a se ocupar cada vez mais dos processos educacionais que deveriam ser oferecidos pelo governo e particulares, delimitando os conteúdos e as formas de ensino. Os manuais aqui analisados foram traduções de obras estrangeiras e adaptações para a realidade brasileira. Já os manuais sobre o governo de escravos, como já foi dito, passaram a ser publicados por autores que eram senhores de escravos. E, com exceção de Luis Werneck, todos falaram sobre os castigos físicos.

Miguel Calmon Du Pin Almeida ao listar sete pontos que os senhores deveriam considerar para oferecerem um bom tratamento aos escravos, colocou como sétimo os castigos. Para ele, o escravo respeitava mais a força física do que o sentimento de moral e por isso, de nada valiam as repreensões verbais. Em suas palavras,

He certo, que o escravo, envelecido pelo seo estado de abjeção, e falto da segunda natureza, que a educação empresta ao homem; he, em geral, um individuo que mais cede à força física, do que ao sentimento moral. Quasi sempre a correcção verbal causa nelle o mesmo effeito, que produz no ar o estampido do canhão – que passa, e perde-se sem deixar vestígio algum: e daqui vem a dolorosa necessidade do castigo corporal”²⁷³

²⁷³ ALMEIDA, 2002, p. 63.

Porém, o autor afirma que a humanidade, religião e até os costumes exigiam que as punições fossem feitas de forma correta e moderada e que não se tornassem vingança e barbárie. Tanto que sugere que o mais correto seria o senhor prender o escravo que cometeu algum erro e puni-lo apenas no dia seguinte. Essa normativa de não castigar o escravo – ou a criança – na hora foi uma normativa sugerida por boa parte dos autores, que acreditava que dessa forma a punição seria menos violenta.

Carlos Taunay também defende que a coação e os castigos físicos faziam com que os escravos trabalhassem para o senhor de forma satisfatória. Sobre os castigos, ele afirma

Vimos como a perpetua vigilancia dos feitores e administradores ou senhores era precisa para conduzir os pretos ao trabalho, mas esta vigilancia seria illusoria sem os castigos, os quaes devem ser determinados com moderação, applicados com razão, proporcionados a qualidade da culpa e conducta do delinquente, e executados a vista de toda a escravatura, com a maior solemnidade, servindo assim o castigo de hum para ensinar e intimidar os mais. Quem observar estas maximas, conhecerá que não he difficil conservar a disciplina mais rigorosa, com bem poucas correccoes, pois que o excesso dos castigos e repetição continua, longe de corrigirem, embrutecem (...).²⁷⁴

Há vários pontos no discurso de Taunay que podem ser comparados com normativas já analisadas tanto em manuais sobre a infância como sobre o governo de escravos. A defesa em se aplicar os castigos com moderação e razão, de acordo com a qualidade da culpa e a conduta daquele que cometeu o erro já foram vistos em manuais sobre a infância e sobre escravidão, principalmente os do século XVIII. Já o castigo como forma de exemplo para os demais também está presente nos manuais, desde o século XVII, sendo defendido, por exemplo, por Alexandre Gusmão, assim como a ideia de que o excesso de castigos, ao contrário de corrigir, embrutece.

Taunay também normatiza sobre os instrumentos que deveriam ser utilizados e a quantidade da pena. Para ele, “o chicote de huma só perna, vulgarmente chamado bacalhão,

²⁷⁴ TAUNAY, 1839, p. 12.

parece-nos conveniente, e 50 pancadas desse instrumento são, ao nosso ver, suficientes para castigar todo o crime cujo conhecimento fôr confiado aos senhores”.²⁷⁵ Outros crimes como, “fugas repetidas, furtos consideráveis, desobediência, e bebedeira incorrigíveis, revoltas contra o castigo” deveriam ser castigados nas cadeias dos distritos, como já era feito nos casos dos crimes atrozes, como assassinatos, levantes e conluíus. E pela primeira vez há nos manuais normativas que distinguem os castigos que devem ser aplicados em crianças e mulheres.²⁷⁶ Nas palavras de Taunay,

Os castigos das mulheres e crianças devem ser proporcionados ao seu sexo e debilidade, e executados separadamente dos homens. O que temos dito da justiça, moderação e sangue frio de que o senhor se deve revestir tem igualmente lugar com estes entes mais fracos e doces.²⁷⁷

O que se percebe, portanto, em Taunay, é uma mescla de normativas que já estavam presentes nos manuais anteriores, principalmente aqueles relativos à infância dos séculos XVII e XVIII, com o adendo de procurar descrever os castigos físicos que deveriam ser destinados para mulheres e crianças. Ou seja, a partir do século XIX, surge a preocupação em preservar tanto o corpo da mulher – que serviria não apenas para o trabalho, mas também para a reprodução – quanto das crianças – que garantiria a manutenção da escravatura, já que tráfico legal já havia sido proibido na época da publicação.

Francisco Werneck trata os castigos de forma mais simplificada que Taunay. Ele se limita a afirmar que o “sair de madrugada” e a embriaguez eram totalmente proibidos e eram penas passíveis de castigos. No mais, apenas sugere que os castigos devem ser aplicados assim que a pena for cometida, pois ele afirma ter muitos senhores que sempre ameaçam os

²⁷⁵ TAUNAY, 1839, p. 13.

²⁷⁶ Antonil fala que os feitores não deveriam dar coices nas barrigas das mulheres grávidas, mas sem aprofundar o tema. ANTONIL, 1711, p. 15.

²⁷⁷ TAUNAY, *op.cit.*, p. 13.

escravos quando esses cometem algum delito e que ao invés de os castigarem no momento, acabam castigado brutalmente após diversas penas cometidas. Norma que difere de outros autores, como Taunay, que afirma que castigar no momento da raiva poderia gerar castigos mais severos que o necessário.

Em relação a obra de Padre Caetano Fonseca, há uma nota que se refere ao trecho “as pretas neste tempo, e no da sua gravidez, não devem ser tratadas com rigor” na qual afirma que

O escravo nunca deve ser tratado com rigor, á excepção de quando se mostrar incorrigível. Procedendo seu senhor de outra maneira, faltaria á humanidade e caridade, e daria provas de uma educação má; pois este infeliz deve sempre olhar a seu senhor como a seu pai e seu bemfeitor e não como um tyrano. Se isto se observasse não haverião tantas desgraças, o que tem dado causa á sevícia e maldade de seus senhores e feitores. O escravo, por ser de côr preta, e ser nosso escravo, não deixa de ser nosso proximo e nosso semelhante; pois é filho do mesmo pai e obra do mesmo Deos, que manda não fazer aos outros o que não queremos para nós.²⁷⁸

A lógica paternalista no discurso de Fonseca fica clara nesse trecho. Ao afirmar que o senhor deve ser visto como um pai e não como tirano, mas sabendo que o castigo também é visto nesse período como obrigação dos pais, ele considera essa prática como intrínseca à escravidão, criticando apenas o rigor dos castigos e não a aplicação dos mesmos.

IV.

O século XIX marca, portanto, algumas distinções relevantes nos manuais. Aqueles destinados à infância aprofundam a questão da civilidade e a preocupação em se formar bons cidadãos, principalmente no momento de formação do Estado Nacional. A educação religiosa e civil fazem parte das normatizações como sendo essencial para a formação das crianças e

²⁷⁸ FONSECA, 1863, notas*, pp. 98-99.

os castigos ainda são defendidos, embora o rigor não seja o mesmo. Surgem ainda outros tipos de manuais, que são destinados para professores e mestres e que têm como foco a discussão acerca de disciplinas que devem ser aprendidas pelos alunos. A responsabilidade da criança passa, então, também ser do Estado e não apenas dos pais.

Os ideais de civilidade, vistos desde o início do século XVII, são cada vez mais aprofundados até se tornarem uma convenção ideológica predominante nos manuais sobre a infância. Em relação aos manuais sobre o governo de escravos, esse ideal permanece vinculado à ideia de humanidade e interesse, assim como no século XVIII. A principal distinção desses últimos quando comparados com as obras do século anterior é o aprofundamento de questões relativas a conservação de uma mão de obra que não poderia mais ser substituída tão facilmente. O que mostra que as preocupações dos autores do século XIX com as mulheres escravas e as crianças eram mais que um discurso falacioso sobre humanidade. Como os próprios coevos afirmaram, era contra os seus interesses abrir mão daqueles que poderiam garantir o futuro da mão de obra cativa. O apelo que se faz aos senhores para que cuidem bem dos seus escravos perde a conotação religiosa das obrigações recíprocas do século XVII e aprofunda os ideias iluministas que no século XVIII procuraram, mas ainda de forma incipiente, mostrar uma racionalidade no bom tratamento. A ameaça à escravidão fez que com a única saída possível fosse manter os escravos aptos à trabalhar pelo maior tempo possível. Para os senhores de escravos e a camada dirigente que governava em nome destes, a única maneira possível de garantir a consolidação do Estado Nacional era por meio da agricultura cafeeira escravista. Era o outro lado da formação do Brasil. Se as crianças de elite eram essenciais para a formação de bons cidadãos, aos escravos continuava a ser negada a cidadania e seu papel na formação desse Estado seria de cativos gerando riquezas para seus senhores e mantendo o país como importante exportador agrícola.

PARTE II

CRIANÇAS LIVRES E ESCRAVAS NA FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL

CAPÍTULO IV - A VIDA DAS CRIANÇAS NO IMPERIAL COLÉGIO DE PEDRO II - SÉCULO XIX

I.

As instituições educacionais sempre foram disciplinadoras. No século XIX, frente a tantas mudanças no pensamento sobre como educar os filhos, as escolas foram alvo de vários debates. Não se aplicou de imediato todos os novos conceitos, as novas maneiras de educar, de instruir e de penalizar. As mudanças acompanharam os debates, muitas vezes os negando e criticando, outras vezes cedendo aos novos questionamentos. Isso pode ser percebido pela história do Imperial Colégio de Pedro II, a mais importante instituição de ensino criada no Império.

Durante a regência de Pedro de Araújo Lima, o governo brasileiro decidiu criar no município da Corte uma instituição de instrução secundária, que deveria servir de modelo para as escolas secundárias de outras províncias. Essa instituição foi criada por meio do Decreto de 2 de Dezembro de 1837, que determinou, entre outros aspectos, que ela levaria o nome do Imperador.²⁷⁹

O Decreto que determinou a criação do Imperial Colégio de Pedro II foi responsável também pelo fim de outra instituição, o Seminário de São Joaquim. Esse Seminário havia sido criado em 1739, pelo D. Frei Antônio de Guadalupe e a princípio era conhecido como Colégio de São Pedro. Lá eram acolhidos meninos órfãos de pais pobres para que pudessem receber alguma instrução. Localizado em um pequeno sobrado, sem uma boa estrutura para receber esses alunos, o Colégio de São Pedro conseguiu, por meio de uma doação testamentária feita por Manoel de Campos Dias, um local mais apropriado. Nas terras doadas

²⁷⁹ O Decreto de 2 de Dezembro de 1837 está disponível no site:
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1824-1899/decreto-36979-2-dezembro-1837-562344-publicacaooriginal-86295-pe.html>.

por Campos Dias, foi construído uma nova casa para receber os alunos, que se mudaram definitivamente em 1766. No local onde foi construído esse novo colégio havia uma capela sob o orago de São Joaquim, motivo pelo qual o Colégio de São Pedro passou a ser chamado de Seminário de São Joaquim.²⁸⁰

Em 1837, o Seminário ainda recebia meninos órfãos de famílias pobres para educá-los, embora dissessem nessa época que “a instrução ia de mal a pior, na casa de ensino cada vez mais doutrinando ignorância”²⁸¹. Se isso era realidade ou foi apenas uma justificativa para decretar o fim do Seminário, não se sabe. O certo é que o Decreto de 2 de Dezembro de 1837 determinou que ele seria transformado no Imperial Colégio de Pedro Segundo, instituição de instrução secundária preocupada em educar e instruir os filhos da “boa sociedade”. Os bens do Seminário de São Joaquim pertenceriam, a partir de então, ao Estado.

Após o decreto, Bernardo de Vasconcellos, Ministro da Justiça no governo de Araújo Lima, preocupou-se em reformar os espaços físicos do antigo Seminário. O objetivo é que o Colégio tivesse mais espaço, mais luz e fosse mais arejado. Desde o início, percebe-se uma preocupação do governo com o Imperial Colégio de Pedro II. Esse deveria ter um espaço adequado para os estudos, sem se descuidar também da saúde dos futuros alunos e funcionários. Mesmo com algumas reformas ainda inacabadas, decidiu-se que a inauguração do Colégio seria no dia 25 de março de 1838. Data que não foi escolhida ao acaso, pois nessa era comemorada o aniversário do juramento da Constituição do Império.²⁸²

No decorrer dos anos, por meio de decretos e novos regulamentos, o Imperial Colégio de Pedro II foi sofrendo algumas mudanças. A mais significativa ocorreu no ano de 1857, quando o Decreto de 24 de outubro determinou a divisão do internato e do externato. Desde

²⁸⁰ DÓRIA, 1997, pp. 17-19.

²⁸¹ *Ibid.*, p. 23.

²⁸² *Ibid.*, p. 23.

sua criação, o Colégio possuía as duas opções, que funcionavam no mesmo edifício, localizado na Rua Larga, atual Avenida Marechal Floriano.²⁸³ A partir de 1857, eles funcionariam em prédios distintos, mudando o internato para um local mais afastado, conhecido como casarão do Engenho Velho na chamada chácara do Matta. O Imperial Colégio teria, a partir de então, dois prédios, assim como dois reitores e dois vice-reitores, cada qual responsável por um edifício. O internato contaria também com um novo grupo de funcionários e de professores, os últimos recebendo gratificação para o transporte.²⁸⁴ O internato funcionaria nesse prédio até o ano de 1888. Um ano antes de deixar de ser conhecido como Imperial Colégio de Pedro II, o prédio do internato se mudaria para a antiga casa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, localizada em São Cristóvão, comprada pela Fazenda Nacional já com o objetivo de se estabelecer neste local o Colégio.

Desde o decreto responsável pela criação com Imperial Colégio de Pedro II o governo demonstrava especial interesse pela instituição. Não apenas os Ministros, mas o próprio Imperador mostrava afeição pelo Colégio, fazendo sempre visitas, muitas vezes sem aviso prévio, e participando de comemorações especiais, como a colação de grau dos alunos.²⁸⁵

O governo imperial, desde o início, preocupou-se com a instrução das crianças livres no Império, visto que várias vezes esse foi tema de discussão entre senadores e ministros. Defendia-se na época – e por que não dizer ainda hoje – que apenas por meio da instrução e educação poderia se formar cidadãos. Portanto, nada mais coerente que afirmar que no momento de construção do Estado Nacional, o governo se preocupava com o futuro das

²⁸³ O prédio o qual se manteve o externato sedia hoje o Campus Centro do Colégio Pedro II.

²⁸⁴ Decreto n.2006 de 24 de outubro de 1857, disponível no site:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2006-24-outubro-1857-558097-publicacaooriginal-78997-pe.html>

²⁸⁵ DÓRIA, 1997.

crianças. Leonor Fávero destaca essa importância em um estudo sobre o ensino no Império.

Nas palavras da autora,

Parece-me, assim, que estudar a questão da Instrução Pública no Império adquire especial interesse por abordar pontos essenciais que nos levam a compreender melhor o processo de constituição do Estado brasileiro.²⁸⁶

Ilmar Mattos ajuda a compreender melhor essa relação do Estado imperial com a instrução. De acordo com esse autor, era por meio das instituições de ensino que o Estado pretendia educar, instruir, propiciar os ideais de virtude e de deveres como homens e cidadãos, forjar uma vontade coletiva e se colocar ao lado das “Nações civilizadas”. A instrução também seria essencial para manter a estrutura hierárquica do Império, ao reforçar o posicionamento que as classes sociais ocupavam na sociedade. Para Mattos,

(...) pretendia, a um só tempo, transformar e conservar: forjava-se os cidadãos e mantinha-se a distinção entre o “povo mais ou menos miúdo” e a “boa sociedade”, entre os que, no fundamental, deveriam ser súditos e os demais tornar-se, em sentido estrito, cidadãos.²⁸⁷

As instituições públicas de ensino não seriam, portanto, para todas as crianças do Império. Os filhos de escravos e os pretos africanos, ainda que livres e libertos, por exemplo, eram proibidos de se matricularem nas escolas, conforme determinava a Lei de 21 de janeiro de 1837, que regulamentava a instrução primária.²⁸⁸ E o Decreto n. 1331 de 17 de fevereiro de 1854 informava que os escravos não poderiam ser admitidos em instituições de ensino primário e secundário.²⁸⁹ Essas instituições eram voltadas para os filhos da “boa sociedade”, para aqueles que em um futuro viriam a constituir o “mundo do governo”. Para Mattos,

²⁸⁶ FÁVERO, In: ORLANDI, 2002, p. 66.

²⁸⁷ MATTOS, 1987, p. 276.

²⁸⁸ Cf.: MOACYR, 1939, 2º volume.

²⁸⁹ Decreto n. 1331 – A, de 17 de fevereiro de 1854 disponível no site:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>.

portanto, a instrução seria fundamental na construção do Estado Nacional brasileiro, na medida em que permitiria a expansão da classe senhorial, que por sua vez foi responsável pela construção desse Estado. Além do mais, ela também seria importante para difundir o *habitus* civilizado europeu, permitindo uma centralização do Estado.

Fruto das diversas discussões no governo imperial, várias leis e reformas educacionais foram criadas nesse período. A primeira delas, a Lei de 20 de Outubro de 1823, determinava que o Estado não teria mais o privilégio de dar instrução, permitindo a qualquer instituição a liberdade do ensino sem restrições.²⁹⁰ Já a Constituição de 1824 previa a instrução primária e gratuita para todos os cidadãos, mas não definia a forma de se garantir essa gratuidade. Essa definição veio por meio da Lei de 15 de Outubro de 1827, que decretava que em todas as cidades, vilas e lugarejos deveria ser criado uma escola de primeiras letras, sendo que nas cidades mais populosas deveria também haver escolas de meninas. Caberia ao Presidente da província a responsabilidade por essas instituições e no Município da Corte o responsável seria Ministro do Império.²⁹¹ Em 1834, com o Ato Adicional, seria o governo provincial incumbido de legislar sobre a instrução de sua província. No município da Corte, essa função continuava a cargo do governo Imperial.

Se de fato os governos provinciais se preocuparam com a instrução, não se sabe dizer. Porém, pode-se afirmar que no município da Corte, pelo menos no que se tratava da instrução secundária, o governo dedicou boa parte de seu tempo à sua escola modelo, o Imperial Colégio de Pedro II.

²⁹⁰ Lei de 20 de Outubro de 1823 disponível no site:

http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/antioresa1824/lei-40951-20-outubro-1823-574564-publicacaooriginal-97677-pe.html

²⁹¹ Lei de 15 de Outubro de 1827 disponível no site: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html

A importância do Colégio foi destacada na obra de Kidder e Fletcher, *Brazil and the Brazilians*, editada em Nova York, em 1857. Segundo Escragnolle Dória, aqueles autores afirmavam "que a instituição pedagógica a despertar mais interesse do que congêneres na capital do Brasil fora organizada em fins de 1837 com o nome de Colégio de D. Pedro II".²⁹² Dória ainda cita em seu livro, *Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo*, publicado em 1937, diversos fatos que comprovam essa importância. Diz o autor ser a instituição a menina dos olhos azuis do Imperador, que desejava ver o Colégio benquisto no conceito público, eliminando tudo que pudesse prejudicá-lo. Relata ainda as várias idas de D. Pedro II ao Colégio, presente não apenas nas solenidades, mas acompanhando os concursos de professores, as aulas, percorrendo os dormitórios, a biblioteca e a cozinha, local onde por mais de uma vez se sentara e provara a comida. Mandava sempre recados aos reitores, procurando se inteirar de tudo o que se passava no Colégio.²⁹³

Escragnolle Dória se utilizou das palavras do Reitor da instituição em 1881, que declarava ao Ministro do Império e o Inspetor de Instrução Pública que

O Imperial Colégio de Pedro Segundo não preparava alunos para os cursos superiores tais quais se achavam constituídos entre nós, preparava-os para conhecimento mais amplo das matérias que constitui em o seu programa, fornecendo-lhes os indispensáveis elementos para esse resultado, e preparava-os para as condições de cidadãos nas múltiplas e complexas relações da sociedade em que tinham que viver, fossem ou não os alunos do Colégio bacharéis em Direito, doutores em Medicina ou Matemática.²⁹⁴

Dória ainda completa, afirmando que

Formava o Colégio pequenino Estado, com a sua lei, os seus chefes supremos e os auxiliares destes, mestres ou não, desenvolvendo tudo quanto requer a vida coletiva: — a cidadania, a união, a solidariedade, o espírito de disciplina social, o hábito de convivência em comunidade, a consciência dos deveres e dos direitos.²⁹⁵

²⁹² DÓRIA, 1997, p. 89.

²⁹³ *Ibid.*

²⁹⁴ *Ibid.*, p. 137.

²⁹⁵ *Ibid.*, p. 161.

Como afirma Ilmar Mattos, toda a preocupação do Estado imperial com a instrução é percebida através do controle do governo sobre a instrução secundária, representada pelo Imperial Colégio de Pedro II, cujo exemplo deveria ser imitado pelas outras províncias.²⁹⁶

Como já foi dito anteriormente, o Colégio não foi criado com o objetivo de instruir qualquer criança que vivesse no Município da Corte ou arredores. Já em seu primeiro regulamento, que data de 31 de janeiro de 1838, definiu-se o perfil dos alunos que frequentariam a instituição. O artigo 46 determinava que poderia ser admitido no Colégio apenas crianças da idade de 8 a 12 anos que soubessem ler, escrever, contar as quatro primeiras operações da aritmética e que apresentassem um atestado de bom procedimento das escolas que haviam frequentado. A admissão seria dada por fim pelo Reitor. O Decreto de 17 de Fevereiro de 1854 confirmava o que já parecia subentendido no primeiro regulamento. Os artigos 69 e 85 informavam que os escravos não poderiam ser admitidos nas instituições de instrução primária e secundária. O regulamento de 1838, ao exigir estudos anteriores e deixar claro que a admissão na verdade dependia da aprovação do reitor do Colégio de Pedro II, indicava a probabilidade ínfima da presença de alguma criança escrava, ou até mesmo liberta, nas dependências da escola. O Decreto de 1854 veio apenas confirmar essa exclusão, e não apenas para o Colégio em questão, mas para qualquer instituição de instrução primária e secundária. Ao mesmo tempo em que o governo se preocupava tanto com a instrução das crianças livres, instrução essa que permitiria à essas crianças se tornarem cidadãs, ele destinava aos escravos e aos filhos desses um papel e um futuro diferenciado, afastado de qualquer noção de cidadania.²⁹⁷

²⁹⁶ MATTOS, 1987, pp. 266-267.

²⁹⁷ Regulamento n.8, de 31 de Janeiro de 1838 disponível no site: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=71028>; Decreto n. 1331 – A, de 17 de fevereiro de 1854 disponível no site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>

Mas, embora excluíssem os escravos, os regulamentos do Colégio previam a inclusão de crianças que supostamente não poderiam arcar com os custos do ensino. Os alunos pagantes do externato deveriam pagar os honorários do ensino e os alunos internatos, além dos honorários, pagariam também as despesas da sua estadia no Colégio, como por exemplo, os enxovais. Porém o Decreto de 2 de Dezembro de 1837, que criou o Imperial Colégio, determinava que o governo poderia admitir gratuitamente até onze alunos internos e dezoito externos. Os números de alunos que poderiam ser aceitos gratuitamente se alteraram no decorrer dos anos, assim como o perfil dos que poderiam ser aceitos nesta condição. A princípio teriam preferência os filhos de professores públicos que tivessem servido bem por 10 anos e alunos pobres que nas escolas primárias haviam se distinguido por seu talento, aplicação e moralidade. A partir de 1857 também poderiam ser admitidos filhos dos oficiais do exército e da armada, até a patente de capitães ou primeiro-tenentes, além de ampliar para os filhos de funcionários públicos em geral, que contassem com 10 anos de serviços e que fossem pobres e sobrecarregados de família.

Desde o princípio o Colégio atendeu as determinações impostas pelos regulamentos e decretos acerca dos alunos gratuitos. Esse fato pode ser comprovado por meio de uma carta escrita pelo Reitor em 1838 para o Ministro Bernardo de Vasconcellos, citada por Escragnolle Dória e copiada na íntegra abaixo.

Tenho a honra de informar a V. Exa. para fazer subir ao conhecimento do Exmo. Regente que este pretendente já pelo Governo foi atendido para frequentar as aulas do Colégio na qualidade de aluno externo gratuito; o seu comportamento tem sido louvável, e tem mostrado sempre aplicação e aproveitamento, ele mora na rua da Alfândega n° 215 em companhia de sua avó, Catharina Margarida Salinas, mas como esta se muda para fora da terra, a procurar uma subsistência mais cómoda a suas circunstâncias por isso é que o pretendente procura este asilo, para poder desenvolver os talentos de que parece a Providência o dotara. Por outra parte, o Colégio sustenta sete alunos gratuitos, e mais dois que pagam a terça parte e sustenta além desses mais quatro que no princípio deste Colégio foram daqui removidos para um Colégio

particular no Largo de Santa Rita. À vista do que pode V. Exa. Tomar a resolução que melhor convenha às circunstâncias expostas.²⁹⁸

Mas não foi apenas o neto de Catharina Margarida Salinas que pôde estudar gratuitamente no Imperial Colégio. Pode-se citar ainda Aurélio Garcindo Fernandes de Sá, um dos primeiros a solicitar por meio de seu pai a gratuidade e que em 1865 já era oficial da armada. Foi atendido também, em 1844, o requerimento de Joaquim Peixoto, índio da Aldeia de São Pedro, que pedia a admissão de seu filho como aluno interno gratuito do Colégio, provando que a exclusão de alunos não afetava os indígenas, embora em toda a história da instituição no período imperial, há apenas o relato dessa criança indígena estudando em suas dependências. Os irmãos do primeiro presidente da República do Brasil também foram admitidos como alunos gratuitos no externato do Colégio. Foram eles Pedro Paulino, que na República foi governador de Alagoas e Senador Federal, Hypólito Mendes da Fonseca, que se tornou capitão do exército e Eduardo Emiliano da Fonseca, major do exército, ambos mortos na guerra do Paraguai e João Severiano da Fonseca, futuro chefe do Corpo de Saúde do Exército.²⁹⁹

Afora os alunos gratuitos, outros se destacaram na vida profissional, principalmente em funções públicas na época do Império e/ou República. Entre vários, pode-se citar Perdigão Malheiro, jurisconsulto e autor da obra *Escravidão no Brasil*, publicado 1866 e no qual o autor defende o abolicionismo no Brasil; Alvares de Azevedo, escritor; José Pedro Werneck Ribeiro de Aguiar, diplomático no estrangeiro; Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay, futuro Visconde de Taunay, Senador do Império e autor das obras

²⁹⁸ DÓRIA, 1997, p. 37. Embora não fique claro, Dória subentende que as crianças que foram removidas para um Colégio particular no Largo de Santa Rita eram os antigos alunos do Seminário de São Joaquim. Se o governo lhes tirou a casa, pelo menos, ao que parece, se preocupou em continuar mantendo a sua instrução, embora fora do Colégio de Pedro II.

²⁹⁹ *Ibid.*

Inocência e A Retirada da Laguna; Manoel de Queiroz Mattoso Ribeiro, filho de Eusébio de Queiroz, deputado provincial na monarquia, Senador federal na República pelo Estado do Rio de Janeiro e vice-presidente do Senado; Francisco de Paula Rodrigues Alves, Conselheiro do Império e quinto presidente do Brasil; além de neto do Imperador D. Pedro II, o príncipe D. Pedro Augusto, filho dos duques de Saxe e da princesa D. Leopoldina.

Para além da preocupação com o futuro dos alunos, no Imperial Colégio de Pedro II a atenção também se voltava para o bem estar das crianças enquanto essas frequentavam o Colégio. Antes mesmo da inauguração, o Ministro Bernardo de Vasconcellos já solicitava reformas para a melhoria do espaço. Pretendia que o Colégio possuísse um bom arejamento e iluminação, o que seria adequado tanto para os estudos como para a manutenção da saúde. O decreto responsável pela criação do Colégio já exigia a presença de um médico entre os seus funcionários, mas foi por meio do Regulamento n.8 de 31 de Janeiro de 1838 que esse cuidado com a saúde dos alunos fica mais claro. O regulamento decretava que o professor assistente entregaria todo final do mês ao reitor um mapa dos alunos que estavam doentes, destacando seus temperamentos, moléstias, as causas prováveis e o resultado delas; todos os funcionários eram responsáveis por informar ao reitor indícios de moléstias que percebessem em algum aluno; e o Colégio deveria ter um lugar isolado e particular, destinado aos alunos que fossem acometidos de doenças supostamente contagiosas. A apreensão com a saúde dos alunos também pode ser percebida através da carta de 1838 do Reitor Bispo de Anemuria ao Ministro Vasconcellos. Este informava que o aluno Manoel Moreira de Figueiredo Mascarenhas tinha desenvolvido um pleuriz que tinha merecido a atenção do professor de saúde. O reitor chamou então o Dr. Antonio Ildefonso, que além de parente do aluno também era médico. O Dr. Ildefonso juntamente com o médico do Colégio tomaram as providências

que as circunstâncias exigiam, aplicando sangrias em Manoel Mascarenhas. No momento da carta, o Reitor informava que aluno enfermo já apresentava melhoras.³⁰⁰

Em 1850, uma epidemia de febre amarela atacou a região do Rio de Janeiro, sendo responsável pela morte de inúmeras pessoas na Corte. Os dirigentes do governo não ficaram alheios ao Colégio, recomendando ao Reitor que, para resguardar a saúde dos alunos, aqueles que fossem afetados por qualquer moléstia contagiosa ou epidemias graves não fossem tratados na instituição, mas entregues ao cuidado dos responsáveis. Em 13 de março do mesmo ano, o Reitor pedia ao Ministro Monte Alegre que decretasse a interrupção das aulas até depois da Páscoa e o envio dos alunos do internato para a casa dos pais, com o objetivo de prevenir o desenvolvimento da epidemia na instituição. A 31 de março, o mesmo Ministro autorizava o fechamento das aulas até segunda ordem, já que o Reitor havia lhe participado que quase todos os criados do Colégio haviam contraído febre amarela. As aulas foram retomadas apenas em maio, após averiguação do estado sanitário da instituição.³⁰¹ Possivelmente a epidemia de 1850 foi uma das causas que fez com que o governo, no Decreto de Fevereiro de 1854 – o mesmo que impedia os escravos de estudarem em instituições de instrução primária e secundária – também restringisse o acesso às instituições de ensino as crianças que padecessem de alguma doença contagiosa e aquelas que não tivessem sido vacinadas.

Anos depois o colégio ainda mostrava a atenção que se dava pela saúde e desenvolvimento físico dos discentes. Em 1878, por meio de um ofício do professor de ginástica Paulo Vidal destinado ao Reitor, esse professor alertava a importância de possibilitar que um maior número de alunos assistisse suas aulas. Nas palavras do professor,

Teríamos o desenvolvimento físico considerado como elemento especial na educação e como auxiliar indispensável na vida intelectual, ou se fosse possível, os exercícios

³⁰⁰ DÓRIA, 1997, p. 38.

³⁰¹ *Ibid.*, p. 70.

físicos entremeados com as aulas fanam uma feliz diversão à posição forçada, à imobilidade e quietação das aulas, servindo também, de descanso ao espírito.³⁰²

Paulo Vidal também solicitava que fosse construído um pavilhão no pátio, para que os alunos pudessem se exercitar mesmo em dias chuvosos. Os pedidos do professor foram atendidos pelo Reitor.

O cuidado com os alunos era percebido igualmente nas determinações sobre a alimentação. O artigo 177 do Regulamento de 1838 informava que o alimento dos alunos seria sadio e abundante, regulada com antecedência pelo reitor e pelo tesoureiro no início de cada semana. O discente Everardo Vallim Pereira, ao lembrar dos tempos em que estudava no Imperial Colégio, afirmava que “a alimentação dos alunos era da melhor qualidade, muito farta e bem feita”.³⁰³ O mesmo se dava com o vestuário dos alunos. Ao entrar no internato as crianças tinham que se prover de enxoval abundante, que em determinações do governo constavam mais de 80 peças, entre elas, casaca, jaquetas, coletes, pares de calças, chapéus, lençóis, sapatos, meias, escovas e pentes. A manutenção desses itens ficava sob responsabilidade de funcionários específicos contratados pelo Colégio ou dos pais do aluno. Não era aceito que os estudantes andassem mal vestidos, principalmente os internos, que mesmo durante as saídas do Colégio deveriam estar com seus uniformes.³⁰⁴

Ao mesmo tempo, o ensino da religião era de suma relevância. Prevvia o Regulamento de 1838 que todas as quintas feiras e domingos os alunos deveriam ser instruídos no ensino religioso, que além da missa, homilia e orações, também contava com o estudo da História Sagrada, do Novo e do Velho Testamento, dos dogmas da religião e dos benefícios que lhe devia a humanidade. Todos esses temas ministrados pelo Capelão, um dos funcionários que

³⁰² DÓRIA, 1997, p. 129.

³⁰³ *Ibid.*, p. 168.

³⁰⁴ Determinações previstas no Regulamento n. 8, de 31 de Janeiro de 1838.

deveria ser contratado pelo Colégio. Apenas no final do Império, no Decreto de 24 de março de 1881, que o regulamento do Colégio permitiu aos alunos não católicos a ausência nas aulas de ensino religioso e nas missas e orações. Esses, ao colarem grau, não precisariam mais jurar “manter a religião do Estado”, sendo a expressão substituída por “respeitar a religião do Estado”.³⁰⁵ Entretanto, a religião continuava a ter sua importância na instituição. Em 1888, quando o suicídio de um aluno do internato gerou assombro e tristeza no Colégio, o Ministro da Pasta do Império, o Barão de Cotegipe, recomendava ao reitor que em vista do lamentável acidente ocorrido, dever-se-ia empregar “todos os esforços para que fossem os alunos convenientemente doutrinados no sentido de fortificar-se a sua instrução moral e religiosa”³⁰⁶.

Nos mais variados aspectos eram os alunos do Colégio Pedro II alvos da atenção do Imperador, dos governantes e dos dirigentes do Colégio. Se a intenção era formar cidadãos, muitos dos quais podendo se tornar futuros membros do governo imperial – como de fato ocorreu –, difícil imaginar que poderia ser de outra forma.

II.

A partir de meados do século XVIII, por influência dos pensamentos iluministas, as concepções sobre disciplina e castigo sofreram alterações. Se anteriormente havia a valorização do suplício, do espetáculo da punição e do sofrimento, posteriormente houve uma preocupação em se disciplinar o corpo. Michel Foucault analisa minuciosamente essa transformação. Segundo esse autor, a partir desse momento os castigos disciplinares passam a ter como função a redução dos desvios, sendo, portanto, essencialmente corretivos. A

³⁰⁵ Decreto de 24 de março de 1881 disponível no site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8051-24-marco-1881-546219-publicacaooriginal-60154-pe.html>

³⁰⁶ DÓRIA, 1997, p. 157.

disciplina se transforma cada vez mais no aperfeiçoamento de técnicas para transformar os indivíduos em pessoas úteis, não apenas dentro dos pequenos mecanismos penais a qual elas estão inseridas, mas também para a sociedade como um todo. Procura-se diferenciar o normal do anormal, o certo do errado, o aceito do inaceitável, criando em todos os sistemas disciplinares, mecanismos com suas leis próprias, os delitos especificados e suas instâncias de julgamento. No novo modelo disciplinar analisado por Foucault, o foco não se volta apenas para os erros, mas também para os acertos, que devem ser recompensados com gratificações e prêmios.³⁰⁷

As instituições escolares podem ser analisadas sob a perspectiva de Foucault, como um sistema disciplinar com seus próprios mecanismos penais. E ao analisar os regulamentos do Imperial Colégio de Pedro II, observa-se claramente a aplicação desse modelo disciplinar destacado pelo autor.

O primeiro regulamento do Colégio, que data de 1838, decretava que todos os funcionários da instituição deveriam zelar pela boa disciplina dos alunos. Os inspetores de alunos deveriam inspecioná-los a todos os momentos: comeriam à mesa junto com eles, seus aposentos se comunicariam com os dormitórios, poderiam dormir apenas quando se certificassem que todos já estavam acomodados e dormindo, acompanhariam quando esses saíssem a passeio, se responsabilizariam pela vigilância na entrada e saída das aulas e da sala de estudos. Diariamente deveriam fazer um relatório para entregar ao reitor contendo informações sobre o comportamento e aplicação dos alunos. O reitor se responsabilizaria por verificar esses relatórios todas as manhãs e, se pelo exame das informações, julgasse conveniente, deveria castigar os alunos severamente, repreendê-los ou exortá-los. O reitor também tinha autonomia para expulsar um aluno, caso esse tivesse cometido alguma falta

³⁰⁷ FOUCAULT, 1997.

grave contra os costumes, religião e disciplina, porém deveria informar imediatamente a expulsão do aluno ao governo.³⁰⁸

O que era inaceitável ao Colégio também estava descrito nos vários artigos do Regulamento de 31 de Janeiro de 1838. Dada a sua importância, alguns deles serão citados na íntegra.

Art. 63. A saída do Collegio é prohibida, sem licença do Reitor, o qual nunca deixará sair os Alumnos, sem que os venhão buscar seus pais, ou pessoas por elles expressamente autorizadas.

Art. 64. Tanto fóra do Collegio, como no interior delle, os Alumnos não podem despir o vestuario de uniforme.

Art. 70. O Alumno, que se recolher em hora impropria, ou que não vier acompanhado, será privado por uma ou mais vezes de sair, segundo a gravidade das circumstancias.

Art. 74. Além dos livros das Aulas, que serão ministrados pelo Collegio, poderão os Alumnos ter outros livros proprios para sua instrucção. Nenhuma leitura porém lhes é licita, senão depois de visto, autorizado e rubricado o livro pelo Reitor.

Art. 76. Quando os Inspectores de Alumnos, examinando, em cumprimento do art. 23, § 9º, os livros, acharem algum, que não esteja especialmente autorizado, castigarão o Alumno, segundo a gravidade das circumstancias, e remetterão o livro ao Reitor.

Art. 78. Os discipulos externos andarão vestidos decentemente.

Art. 79. E'-lhes prohibido trazer para o Collegio periodicos e livros, que não sejam o das aulas, e incumbir-se do qualquer negocio ou serviço dos internos.

Art. 82. O Professor poderá excluir de sua aula o discipulo externo, que se comportar mal, participando-o ao Reitor, que approvará ou reprovará a exclusão.

Art. 102. Nenhum Alumno poderá sob qualquer pretexto:

§ 1º Dormir, ou trabalhar em aposento separado.

§ 2º Fazer trocas, ou negocios com seus collegas.

§ 3º Jogar jogos de cartas, e de azar, nem mesmo jogos licitos a dinheiro.

§ 4º Trazer para o Collegio armas, polvora, ou fogos de artifício.

§ 5º Introduzir no Collegio bebidas espirituosas

Art. 140. O Alumno, que não se recolher ao Collegio, ao mais tardar, no dia 2 de Fevereiro, será castigado com a privação de sair, segundo a gravidade das circumstancias.³⁰⁹

³⁰⁸ Os decretos constam no Regulamento n. 8, de 31 de Janeiro de 1838.

³⁰⁹ Regulamento n.8, de 31 de Janeiro de 1838 disponível no site:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=71028>

A preocupação com a segurança dos alunos possivelmente justifica o artigo 63, o qual determina que apenas sob a presença dos responsáveis os alunos poderiam sair do Colégio. Em relação aos passeios, que poderiam ser feitos pelos alunos internos aos finais de semana, a responsabilidade recaía sob o inspetor, que deveria acompanhá-los. Nesses momentos de saída e passeios os alunos deveriam estar decentemente vestidos, o que mostra a preocupação do Colégio com a imagem de seus alunos. Na hora de retornar a instituição não eram aceitos atrasos; os alunos deveriam cumprir com suas obrigações escolares estando sempre no dia e no horário determinado pelo Colégio. Os livros que não fizessem parte do material escolar eram permitidos aos alunos do internato, mas estes deveriam antes passar pela inspeção do Reitor. No mais, era expressamente proibido praticar alguma troca ou comércio, jogar cartas ou jogos de azar, portar armas e levar bebidas alcóolicas para dentro da instituição. No mecanismo penal do Imperial Colégio, esses eram os desvios que deveriam ser reduzidos.

Para cada delito especificado, a imposição de um castigo disciplinar. Nos regulamentos acima alguns já foram citados, como a privação de sair e a exclusão da sala de aula por motivos de mal comportamento. O regulamento abaixo os especifica melhor e destaca outros.

Art. 91. Sempre proporcionados á gravidade das faltas, os castigos serão os seguintes:

§ 1º Privação de uma parte, ou da totalidade do recreio com trabalho extraordinario.

§ 2º Privação de passeio com trabalho extraordinario.

§ 3º Proibição de sahir.

§ 4º Prisão: a prisão será um lugar sufficientemente claro, e facil de ser inspeccionado, onde o Alumno occupar-se-ha constantemente em algum trabalho extraordinario.

§ 5º Privação de ferias, em todo, ou em parte.

§ 6º Vestir a roupa ás avessas. O Alumno assim vestido occupará lugar á parte nas Aulas, e Salas de estudos; e não assistirá aos passeios, nem aos recreios.

§ 7º Moderada correcção corporal.

§ 8º Exclusão do Collegio.

Art. 92. As penas serão sempre applicadas de modo, que nunca seja o Alumno privado de assistir ás lições dos Professores; excepto quando for excluido de uma Aula, por haver nella perturbado a ordem.

Art. 93. O trabalho extraordinario, annexo a alguns castigos, consistirá em copiar pedaços de prosa, ou verso, indicados por quem houver imposto o castigo.

Art. 94. Só o Reitor poderá impor os seis ultimos castigos; os outros podem ser impostos pelo Vice-Reitor, Professores, e Inspectores.

Art. 95. Os Alumnos privados de recreio, ou de passeio, reunir-se-hão em uma sala debaixo da vigilância de um Inspector.

Art. 96. Quando algum Alumno fôr excluido do Collegio, será separado dos outros, até que possa ser entregue a seus pais.³¹⁰

Parte dos castigos previstos incluía, além de privações ou exclusões, trabalhos extraordinários que estavam relacionados ao ensino. Era uma forma de transformar a punição em algo útil ao próprio aprendizado e não apenas uma retaliação pelo erro cometido. Foucault afirma que essa é a essência do castigo disciplinar, que privilegia as punições transformando-as em ações esperadas, intensificando o aprendizado. De acordo com o autor, “a punição disciplinar é, pelo menos por uma boa parte, isomorfa à própria obrigação; ela é menos a vingança da lei ultrajada que sua repetição, sua insistência redobrada”.³¹¹ Tanto que o artigo 92 recomenda que as aplicações dos castigos nunca poderiam resultar na privação do aluno de assistir às aulas, exceto quando o próprio castigo fosse a exclusão. Mas mesmo no último caso, a preocupação está relacionada à boa ordem que deveria ser mantida durante as aulas. Em outras palavras pode-se dizer que o castigo nunca desobrigaria o aluno de sua função, ao contrário, a reforçaria.

O castigo também possuía outro papel, o de servir como exemplo. Essa não é uma característica específica do modelo de disciplina do qual se está tratando aqui, mas vem do período em que o castigo era antes de tudo um espetáculo. A punição deveria ser vista por

³¹⁰ Regulamento n.8, de 31 de Janeiro de 1838 disponível no site:
<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=71028>

³¹¹ FOUCAULT, 1997, p. 150.

todos os outros membros da comunidade a qual se pertencia para que ela incitasse a essa população o medo de ser punido. Esse tipo de castigo pode ser percebido no parágrafo 6 do artigo 91, pois ao determinar que um aluno vestisse a roupas às avessas e tomasse um lugar à parte durante as aulas, estava utilizando-se do vexame e da exposição do culpado frente os outros alunos. Ao lembrar dos manuais sobre a criação dos filhos publicados a partir do século XVIII, esse tipo de castigo também pode ser relacionado à ideia de desonra, que foi defendida pelos autores dos manuais como uma forma de punição para os filhos da aristocracia.

Destoante com o modelo disciplinar surgido em meados do século XVIII está o parágrafo 7 do mesmo artigo, que permitia ao reitor aplicar moderada correção corporal. Embora o regulamento não utilize a palavra castigo físico, nesse parágrafo subentende-se que esse seria o sentido de correção corporal. Esse tipo de punição não era desconhecido das crianças, já que desde a colônia esse era o tipo de punição mais indicado aos pais e nas instituições escolares era permitido. No entanto, a partir do século XVIII o castigo físico destinado às crianças foi sendo cada vez mais questionado. Ao analisar os manuais nos capítulos anteriores, foi visto que apenas no século XVII o castigo físico foi recomendado aos pais como única forma de correção. No século XVIII, os autores já começam a defender novas formas de castigos, como a repreensão verbal e passam a associar as correções físicas aos escravos. No século XIX os manuais pouco falam sobre os castigos. Em relação às leis educacionais, essas foram aos poucos deixando indicativos coerentes com esse novo pensamento, embora ainda havia em alguns regulamentos escolares a permissão para tais punições. A Lei de 15 de outubro de 1827 – a mesma que decretava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império – determinava no artigo 15 que “os castigos serão praticados pelo methodo de Lancaster”.

O método Lancasteriano, conhecido também como método do ensino mútuo, foi formulado no início do século XIX pelo inglês Joseph Lancaster, que tinha como objetivo criar um método pedagógico para instruir um grande número de crianças mesmo com uma quantidade reduzida de professores. De acordo com Lancaster isso seria possível se os professores transformassem seus melhores alunos em monitores, responsáveis por auxiliar outros alunos. Esse método, além de ser vantajoso economicamente, permitiria que apenas um professor instrísse centenas de crianças. Em relação aos castigos, Lancaster defendia os castigos morais em contraposição às punições físicas. Importante destacar que esse foi influenciado pelas ideias do jurista inglês Jeremy Bentham, a quem foi atribuído a idealização das ideias do panóptico e vários estudos sobre a disciplina do corpo. As ideias defendidas por Lancaster em relação aos castigos se afastariam, portanto, da ideia de punição meramente física e a valorização daquelas que disciplinariam as crianças por meio de repressões morais.³¹²

A Lei de 15 de Outubro de 1827 proibia, portanto, a aplicação de castigos físicos nas instituições escolares de primeiras letras. O Imperial Colégio de Pedro II não estaria infringindo essa lei por meio de seu regulamento de 1838, já que essa regra não foi imposta às instituições de ensino secundário. Mas se o método lancasteriano não alterou de fato os tipos de punições previstas nas regras do Colégio, este alterou-lhe as palavras. Em 24 de outubro de 1857, o artigo 25 definia que os meios disciplinares para os alunos eram:

- 1º Reprehensão fóra da aula.
- 2º Reprehensão dentro da aula.
- 3º Tarefa de trabalho nas horas de recreação.
- 4º Alguns castigos que excitam o vexame.

³¹² A ideia de panóptico de Jeremy Bentham foi utilizada por Michel Foucault em suas análises sobre as novas concepções de disciplina que surgiram em meados do século XVIII. Para saber mais sobre o método Lancasteriano e sua aplicação no Brasil, cf: ALMEIDA, 2000; BASTOS, In: História da Educação, abr. 1997; NEVES, 2003; ARAÚJO, In: Cadernos da Pedagogia, jan-jun. 2010, pp. 86-95; LEMOS, In: Educação&Realidade, maio/ago 2012, pp. 627-646; CASTANHA, In: IX ANPED Sul, 2012.

5º Prisão com tarefa de trabalho em cellula.

6º Comunicação aos pais para castigos maiores.

7º Expulsão do estabelecimento.³¹³

Os parágrafos 3º e 5º reforçam as penas que tinham como objetivos reforçar o aprendizado, método tão caro ao século XIX. O parágrafo 4º incita o vexame e se mostra como um castigo exemplar. Já o sexto parágrafo novamente dá margem para a aplicação de castigos físicos. Não se utiliza mais o termo “correção corporal”, mas o que seriam esses castigos maiores que deveriam ser comunicados aos pais? A expulsão do Colégio já estava prevista no parágrafo subsequente e continuava com as mesmas regras previstas no regulamento anterior – o governo deveria ser informado em casos de expulsões. Portanto, não seria esse o castigo maior o qual estavam se referindo. O decreto ainda prevê que os quatro primeiros castigos podem ser aplicados por professores, reitores, vice reitores ou inspetores; os últimos poderiam ser impostos apenas pelo reitor, provavelmente devido a severidade da punição. Deste modo, supõe-se que ao determinar a possibilidade de castigos maiores, os legisladores estavam permitindo as punições físicas. Um destaque importante: esses castigos não precisariam ser autorizados pelos pais, deveriam apenas ser comunicados. No entanto, ao não deixar explícito em seus regulamentos a possibilidade que os alunos tinham de serem castigados fisicamente, embora de fato essa probabilidade existisse, supõem-se que os legisladores estavam cientes dos questionamentos feitos sobre a aceitação ou não das punições físicas no ambiente escolar.

Apenas em 1888 os castigos físicos deixam de ser previstos nos regulamentos do Imperial Colégio. Em decreto do dia 9 de março desse ano, determina-se:

³¹³ Decreto n. 2006, de 24 de outubro de 1857, disponível no site:
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2006-24-outubro-1857-558097-publicacaooriginal-78997-pe.html>

Art. 17. Os unicos meios disciplinares, sempre proporcionados á gravidade das faltas, serão os seguintes para os alumnos internos:

1º Privação de parte ou da totalidade do recreio, ou do passeio, com trabalho extraordinario, determinado de modo que aproveite ao desenvolvimento intellectual e moral do alumno, e que em nenhum caso deverá consistir na tarefa de copiar mais de uma vez lições ou quaesquer trechos destas;

2º Proibição de sahir;

3º Reprehensão fôra ou dentro da aula;

4º Privação de parte ou da totalidade das fêrias;

5º Reprehensão perante os alumnos reunidos;

6º Exclusão do collegio ³¹⁴

Somente no final do Império que o Colégio privilegiaria totalmente as penas morais, abolindo não apenas o castigo físico, mas também a prisão; esse último sendo previsto nos outros dois regulamentos analisados e que significava a permanência de um aluno em um quarto fechado sob constante inspeção. Ainda há a repreensão frente a outros alunos, o que mostra que o castigo não deixou de ser exemplar. Mas a ideia de disciplinarização do corpo se faz muito mais presente do que quaisquer outros tipos de punição.

Mas não era apenas de castigos que viviam os alunos do Imperial Colégio de Pedro II. Como prevê Foucault, entre os métodos disciplinares defendidos desde meados do século XVIII, a premiação também tinha papel fundamental. Apenas com uma exceção, esse tema não sofreu grandes alterações se observados os diversos decretos criados pelo Colégio desde sua criação até os anos finais do Império. O primeiro regulamento, o de 31 de Janeiro de 1838, serviu de parâmetro para todos os anos subsequentes. O regulamento previa:

Art. 128. No tira de cada anno lectivo, concluidos os exames, proceder-se-ha com a solemnidade possivel á distribuição dos premios.

Art. 129. Em cada Aula o Alumno, que nos diversos trabalhos de concurso houver sido mais vezes o primeiro, será premiado, se no exame houver conservado a mesma superioridade.

³¹⁴ Decreto n. 9894 de 9 de março de 1888, disponível no site:
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9894-9-marco-1888-542355-publicacaooriginal-50923-pe.html>

Art. 130. Além desse premio, haverá mais dous, e duas menções honrosas.

Na 1ª Aula para os Alumnos, que melhor fizerem uma dissertação phylosophica em lingua nacional.

Na 2ª Aula para os que melhor compuzerem um discurso latino.

Art. 131. O assumpto dessa dissertação, e desse discurso será dado pelo Reitor, que receberá as composições, e reunirá o Tribunal, que tem de graduar-lhes o merito, tomando todas as precauções, para que os membros desse Tribunal ignorem a quaes dos Alumnos pertencem os trabalhos, que examinão.

Art. 132. A distribuição dos premios terá lugar em reunião publica ante o Ministro do Imperio, ou um seu Commissario; o Reitor, Vice-Reitor, Professores, e Inspectores de Alumnos.

Art. 133. Será precedida de um discurso sobre a historia do Collegio, recitado pelo Professor de Rhetorica; seguir-se-ha a leitura dos nomes dos premiados, e distribuição dos livros, que formarem os premios, por ordem de Aulas.

Art. 134. Todos os alumnos premiados receberão uma corôa entretecida de ramos de café, e flores.

Art. 135. Finda a distribuição, os Alumnos premiados serão reunidos pelo Reitor em um banquete ao qual assistirá o Ministro do Imperio, ou seu Commissario.³¹⁵

A exceção foi o artigo 135, anulado em 1842 por acharem que “não é acompanhado de vantagem alguma, mas antes de graves inconvenientes”.³¹⁶ As demais determinações continuaram a ser executadas pelo Colégio durante todo o período imperial.

As premiações eram um reconhecimento e um agrado aos alunos que houvessem se comportado bem e se destacado em seus estudos. Mas também possuía outra importante função. Servia de incentivo. Escragnolle Dória retrata que "a solenidade da primeira distribuição de prêmios do Colégio tivera novidade e importância alvoroçando alunos premiados, **incitando colegas a merecerem recompensas idênticas** entre alegrias de família." (grifo meu).³¹⁷ O autor completa:

De grande importância são prêmio e castigo, num estabelecimento de instrução, sobretudo secundária, frequentado por adolescentes encalorados pela puberdade, na

³¹⁵ Regulamento n.8, de 31 de Janeiro de 1838 disponível no site:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=71028>

³¹⁶ Decreto n. 245, de 7 de novembro de 1842, disponível no site:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-245-7-novembro-1842-561595-publicacaooriginal-85247-pe.html>

³¹⁷ DÓRIA, 1997, p. 56.

inexperiência de muitos ou na audácia de alguns, julgando permitido ou tolerado justamente o defeso. Prêmio e punição, como dispensá-los na manutenção da sociedade humana, se até o céu reclama paraíso, purgatório, inferno. Viver às claras, sim, às soltas, não.³¹⁸

Castigos e premiações, métodos disciplinares que se completavam no Colégio e que por meio deles pretendia-se instruir e educar cidadãos. Desde a sua criação até finais da década de 1880 assim se davam os regulamentos acerca da disciplina no Colégio Pedro II. Uma mescla de ideias defendidas a partir do século XVIII – que tinham como objetivo principal disciplinar o corpo e afastar da realidade das crianças as punições relacionadas à escravidão – com outras dos séculos anteriores – que defendiam as punições físicas como o meio mais eficaz de disciplinarização. Apenas nos anos finais do Imperial Colégio adota-se exclusivamente as modernas ideias de disciplina.

III.

Nem só de regulamentos se faz um colégio. É preciso que eles sejam aplicados, se tornem além de palavras, práticas. E no Imperial Colégio de Pedro II as práticas seguiram as palavras.

No discurso de inauguração, o Ministro Bernardo de Vasconcellos alertava:

Pouco importava que a severidade da disciplina do Colégio, que a prudência e a salutar tendência no proceder a reformas afastassem do Colégio muitos alunos. O tempo, sempre o condutor da verdade, e o destrutor da impostura faria conhecer o seu erro. O Governo só fitava a perfeita educação da mocidade, deixando (não sem pequeno pesar) as novidades e a celebridade aos especuladores, que faziam do ensino da mocidade um tráfico mercantil, nada lhes interessando a moral e felicidade dos alunos. Ao Governo só cabia sanear para colher os frutos.³¹⁹

³¹⁸ DÓRIA, 1997, p. 135.

³¹⁹ *Ibid.*, p. 26.

Embora com pequeno pesar, não era a pretensão do governo aderir às “novidades” nos métodos de educação da mocidade. Vasconcellos não deixa claro quais seriam essas novidades; talvez nem precisasse, na época todos deveriam saber do que se tratava. Quase 80 anos após o discurso, pode-se julgar que ele estava se referindo ao método lancasteriano. Não parecia que o Imperial Colégio o tinha adotado, nem no seu método de ensino e muito menos em relação às punições. Os decretos sempre informavam a quantidade de alunos que poderiam ser aceitos, havia a preocupação constante para que se contratasse o número suficiente de professores, não se vê em relatos centenas de alunos sendo instruídos por apenas um professor, muito menos monitores escolhidos entre os discentes e os castigos físicos eram previstos nos regulamentos até 1888. Ao Ministro Vasconcellos também pouco importava que a severidade da disciplina afastasse os alunos do Colégio. Desde sua fundação, o bom comportamento das crianças era primordial na rotina da instituição.

Em vários relatos sobre o funcionamento do Colégio percebe-se a concepção de que as crianças eram indisciplinadas por natureza. Quando lhes faltavam o bom comportamento a culpa era mais dos seus responsáveis – ou, nesse caso, dos funcionários do Colégio – do que delas próprias. O ano de 1856 a instituição sofreu fortes tumultos gerados por falta de disciplina. Escragnolle Dória relaciona a esse fato à desunião entre o reitor e o corpo docente e à falta de harmonia entre os encarregados de manter a ordem. Para o ano de 1857, Dória afirma que “muitos inspetores não tinham precisa força moral, daí abusos dos alunos, contidos os meio-pensionistas por inspetor de real prestígio, o Viegas (...). Com o Viegas as brincadeiras saíam bem caras, daí evitadas”.³²⁰ Diante da naturalidade das crianças de irem contra as leis disciplinares, cabia aos adultos guiá-las e ensiná-las. Tipo de aprendizado que

³²⁰ DÓRIA, 1997, p. 87.

não deveria ser tão agradável, já que os métodos utilizados eram os castigos. Naturais também seriam as punições na vida das crianças.

Álvares de Azevedo, ex-aluno do Imperial Colégio de Pedro II, experimentou os castigos previstos nas normas. Tendo o dom de fazer caricaturas, gostava de desenhar principalmente os inspetores. Ele conheceu a cafua, local onde se cumpria o castigo determinado como prisão nos regulamentos. Entretanto, sua saúde debilitada não consentia que recebesse castigos mais rigorosos. O ex-aluno José Vieira Fazenda também foi recolhido à cafua. Em seu relato sobre experiências no Colégio ele lembrava que durante o castigo, “o estudante de História Natural podia solitariamente recordar a matéria, à passagens rápida de rato ou ao voejar de baratas, sobretudo em tarde calmosa, quando se assanham”.³²¹ O “crime” cometido por José Vieira foi fumar, infração cometida por outros alunos que provavelmente receberam a mesma punição. No ano de 1872, entre os culpados pode-se citar, Arthur de Oliveira e Souza, João Severiano da Fonseca Neves e Júlio Cezar de Andrade; ambos flagrados fumando pelo Inspetor Cezar da Camara no dia 1º de agosto.³²²

Previsto no regulamento também sofreriam castigos aqueles que se atrasassem para entrar no Colégio. Em 1865, Dória afirma que após um feriado, lá estava no portão do Internato o porteiro Cordovil, tomando nota de todos os retardatários. A eles foi imposta a pena de privação nas próximas saídas. Em 1872, pelo mesmo motivo também foram privados dos passeios os alunos Francisco Teixeira de Miranda Azevedo e Geraldo Correa Barboza Lima. Mais comuns seriam as reclamações pelos maus procedimentos na sala de aula e as conversas no momento de silêncio e na sala de estudos. No mesmo ano de 1872, 8 foram os alunos citados por esses maus comportamentos e, portanto, também privados de saídas e

³²¹ DÓRIA, 1997, p. 105.

³²² *Ibid.*, p. 63; 105; *Livro em que se acham lançados os castigos que sofreram os alunos do internato do Imperial Collegio Pedro II*, localizado na Biblioteca Nacional, seção de manuscritos, código 19, 4, 10.

passeios. Aos alunos João Severiano da Fonseca Hermes e Reginaldo Fabiano de Moraes, foi imposto ainda meia hora de quarto castigo, ou seja, penas que incitavam o vexame, por conversarem na sala de estudos.³²³ Em 1878, o professor de alemão Goldschmidt pedia que o reitor tomasse providências em relação a dois alunos do 5º ano, por esses nunca estudarem a lição e procurarem obter cola dos colegas. Não se sabe a atitude do Reitor quanto a esses dois estudantes, mas com certeza não ficaram livres das punições.³²⁴

Para o ano de 1872, graças ao livro que se encontra na Biblioteca Nacional e que lista o comportamento dos alunos para esse ano,³²⁵ pode-se citar outros casos de alunos que sofreram com os castigos. Antonio Vieira Braga, José Clemente Dias de Mattos e Paulo Furquim de Almeida foram privados de saídas após terem discutido na Capela no momento da oração; Ernesto Vieira Nunes fugiu do Colégio, mas “voltou e teve merecido castigo”; Geraldo Correa Barboza Lima, além de ter se atrasado para entrar no Colégio e ter se comportado de forma repreensível na aula de Latim, não compareceu às orações nos dias 10 de fevereiro e 5 de março, e por esse motivo foi repreendido. Miguel Pereira Nunes foi para a casa sem o consentimento do pai, a pena que lhe foi aplicada não consta nos registros. Também não foi relatado o castigo que sofreu Pedro Augusto Tavares, por se comportar muito mal e ser o principal suspeito de graves escritos que não possuíam assinaturas.

Nem o neto do Imperador D. Pedro II se livrou das punições. Um dia, ao correr pelo pátio em ocasião indevida, foi punido pelo Inspetor Santos, que lhe privou do recreio. De

³²³ Em nenhum momento o *Livro em que se acham lançados os castigos que sofreram os alunos do internato do Imperial Collegio Pedro II* explicita o que seria o quarto castigo. Porém acredito que o número esteja relacionado aos parágrafos dos decretos da Lei de 15 de Outubro de 1827 que explicitavam as penalidades as quais poderiam sofrer os alunos. O quarto de castigo seria, dessa forma, a punição prevista no parágrafo 4º, que determinava “castigos que excitassem o vexame”. Essa conclusão foi tirada tendo em vista que o livro contém mais de uma citação que prevê “primeiro castigo” ou como no caso acima “meia hora de quarto castigo”.

³²⁴ DÓRIA, 1997; *Livro em que se acham lançados os castigos que sofreram os alunos do internato do Imperial Collegio Pedro II*, localizado na Biblioteca Nacional, seção de manuscritos, código 19, 4, 10.

³²⁵ *Livro em que se acham lançados os castigos que sofreram os alunos do internato do Imperial Collegio Pedro II*, localizado na Biblioteca Nacional, seção de manuscritos, código 19, 4, 10.

acordo com Escragnolle Dória, no mesmo dia o Imperador em visita no Colégio perguntou ao Vice-Reitor onde estava o “Pedrinho”. ““De castigo”, foi-lhe respondido. “Muito bem, muito bem, redarguiu o Imperador, nada de exceções, é aluno como outro qualquer””.³²⁶ Aos castigos não deveriam escapar nem os adoentados. Em 1859, o Ministro do Império, naquela ocasião, Sérgio de Macedo, autorizava que um aluno do internato fosse todos os domingos à casa de seu pai devido ao seu estado de saúde. Porém, alertava ao Reitor que não se aplicasse a determinação caso o aluno fosse retido por castigo ou que houvesse outro motivo inconveniente à sua saúde. Nas palavras de Dória, “favor não invalida disciplina”.³²⁷

Destinos bem piores sofreram os alunos que foram expulsos do Colégio. Dois deles em 1839, após brigarem na saída das aulas, e outro, em 1848, ao se recusar a receber um castigo “que não seria revelado”.³²⁸ Que castigo seria esse que não deveria ser revelado? Seria a severidade da pena que fizesse com que o aluno se recusasse a recebê-lo? Mais uma vez, o silêncio, mas que, assim como nos regulamentos, em suas entrelinhas deixa-se a suspeita do que de fato esse castigo significava. Ainda que seja apenas uma suposição, cabe ressaltar que no ano de 1848 ainda vigoravam no Imperial Colégio os decretos de 1838, que permitiam ao reitor aplicar moderadas correções corporais aos alunos. Mas, por mais que o Ministro Vasconcellos negasse as modernidades nos métodos de ensino no Colégio e que os regulamentos seguissem essas prerrogativas, esse tipo de castigo era questionado. Podia-se aplicar castigos físicos na instituição, mas se isso realmente ocorreu – o que acredito que tenha ocorrido, embora sem tanta frequência –, era um castigo velado. Nenhum outro registro indica que alunos foram punidos fisicamente; o mais próximo disso é esse relato de 1848.

³²⁶ DÓRIA, 1997, p. 163,

³²⁷ *Ibid.*, p. 98.

³²⁸ *Ibid.*, pp. 43; 68.

Se os castigos físicos eram aceitos, o mesmo não se dava em relação aos maus tratos. Embora pode-se afirmar que um se aproxima do outro, não era essa a mentalidade dos homens daquela época. Os castigos físicos eram métodos que tinha como objetivo final a correção das crianças; os maus tratos eram penas aplicadas sem qualquer justificativa. O Imperial Colégio de Pedro II não aceitava o último. Em uma publicação de 1858, o *Jornal do Commercio* denunciava o porteiro do Colégio de maltratar os alunos. O Reitor da época, Pacheco da Silva, após saber da publicação dirigiu-se ao *Jornal*, apresentando-lhes o resultado de um inquérito. Escragnolle Dória, que relata o ocorrido, não reporta se o porteiro realmente maltratava as crianças, porém pode-se perceber a condenação de tal ato por meio da denúncia do *Jornal* e da preocupação do Reitor.³²⁹

E assim era a rotina dos alunos e funcionários do Imperial Colégio de Pedro II no período imperial. As visitas constantes do Imperador é apenas uma das provas de que a instituição despertava a afeição do Estado. Seu objetivo primordial era formar alunos cheios de virtudes, de ideias de moralidade e com respeito pela Pátria, pelo Imperador, por Deus e por seus pais. O Imperial Colégio formava cidadãos, os homens que fariam parte do “mundo do governo” e que deveriam reforçar a hierarquia social que estava imposta. Alguns dos alunos se tornaram republicanos; um deles, futuro presidente do Brasil. Por mais que tivessem apreço pelo Imperador, impossível ficarem os alunos alheios com tais ideias políticas, que estavam presentes desde o início do Império, mas que se reforçaram em seus derradeiros anos. Difícil também foi o Colégio escapar das ideias inovadoras tão temidas em 1838 pelo Ministro Bernardo de Vasconcellos. Em 1888 abolia-se definitivamente a escravidão no Brasil e os castigos físicos no Imperial Colégio. No ano seguinte o Colégio

³²⁹ DÓRIA, 1997, p. 91.

mudaria de nome, passaria a se chamar Instituto Nacional de Instrução Secundária. Somente em 1911 receberia novamente o nome do antigo Imperador.

CAPÍTULO V - A CRIANÇA ESCRAVA NO SÉCULO XIX

I.

As inúmeras transformações que ocorreram no Brasil durante o século XIX afetaram de forma significativa o Vale do Paraíba e a cidade do Rio de Janeiro. Entre os diversos fatores responsáveis por essas mudanças, a vinda da Corte e o impulso da atividade cafeeira possibilitaram uma forte conexão entre essas duas regiões, convertidas no centro político e econômico do país em formação.

A ocupação efetiva de terras do Vale do Paraíba ocorreu no momento de crise da mineração. Por ser uma região de fronteira agrícola aberta, muitos habitantes procuraram em suas terras novas formas de subsistência. Com o tempo, as pequenas propriedades de terras foram se transformando em grandes latifúndios cafeicultores.³³⁰ Para João Luis Fragoso, a ocupação definitiva do Vale do Paraíba foi possível graças à acumulação de capitais nas mãos dos grandes comerciantes do Rio de Janeiro. Esses homens, impulsionados pelo ideal que conformava a posse de terras e escravos como sinais de distinção social, investiram na produção cafeeira escravista.³³¹ Dale Tomich e Rafael Marquese apontam fatores diferentes dos de Fragoso. Segundo esses dois autores, a expansão da produção cafeeira escravista no Vale do Paraíba está relacionada à infraestrutura criada pela mineração, que estava presente desde meados do século XVIII: um volumoso tráfico negreiro bilateral; estradas, como o Caminho Novo (que ligava Minas Gerais ao Rio de Janeiro, passando pelo Vale do Paraíba); sistema de transporte de mulas; e a disponibilidade de terras virgens derivadas da política das “zonas proibidas”. Acrescentam ainda a vinda da família real

³³⁰ STEIN, 1961, pp. 8-20, *passim*.

³³¹ FRAGOSO, 1992.

portuguesa para o Rio de Janeiro, que motivou a construção de mais estradas na região e foi determinante para a conexão do Brasil com o mercado mundial, por meio da abertura dos portos às nações amigas.³³²

Vassouras foi elevada a vila em 1833. Anteriormente a cidade pertencia à Vila de Paty de Alferes, que foi extinta no mesmo ano e passou a fazer parte da freguesia de Vassouras, juntamente com a Freguesia de Sacra Família. Em seus primeiros anos de ocupação, Vassouras possuía uma produção agrícola diversificada, com plantações de mandioca, feijão, banana e café. As primeiras mudas de café foram plantadas ao longo do Caminho Novo pelos tropeiros, como forma de garantir alimento em suas futuras viagens entre as áreas de mineração e a capital.³³³ Com a decadência da mineração, Vassouras, assim como outras regiões do Vale do Paraíba, desenvolveu-se juntamente com as plantações cafeeiras, que deixaram as margens do Caminho Novo e ocuparam grandes extensões de terras, fazendo com que a cidade se tornasse, nas palavras de Ricardo Salles, o principal centro “irradiador da cultura e do modo de vida senhorial”.³³⁴

A cidade do Rio de Janeiro sofreu mudanças profundas com a vinda da Corte para o Brasil. Ao se tornar a sede do Império português, transformou-se também no centro irradiador de cultura e modelo para todas as outras partes do país.³³⁵ Palco principal no processo de independência e formação do Estado Nacional, o governo imperial fez do Brasil um país escravista sob a égide liberal.

A conexão entre Vale do Paraíba e cidade do Rio de Janeiro é destacada pelo historiador Ilmar Mattos, que afirma ter havido uma relação entre a formação do Estado

³³² MARQUESE, R.; TOMICH, Dale. In: Mariana Muaze; Ricardo Salles. (Org.), 2015, pp. 21-56, *passim*.

³³³ MUAZE, 2008, p. 63.

³³⁴ SALLES, 2008, p. 146.

³³⁵ MUAZE, *op. cit.*, p. 196.

Nacional e a constituição de uma classe senhorial vinculada à cafeicultura, já que foi essa produção, que ocorreu principalmente no Vale do Paraíba, que permitiu ao Brasil a inserção no mercado mundial. Por esse motivo, o governo defendeu os interesses dos proprietários de fazendas agrícolas da região, ou seja, o governo defendeu a manutenção da escravidão.³³⁶

Mas a escravidão do século XIX possuía contornos diferentes da escravidão colonial. Vinculada à expansão do capitalismo, a “segunda escravidão” – como a denominou Dale Tomich – surge da necessidade dos senhores de escravos aumentarem sua produtividade para se manterem no mercado mundial. Surge, portanto, uma nova forma de administração no governo de escravos, cujo objetivo era aumentar a capacidade de produção dos cativos.³³⁷

É nesse cenário que será analisado o tratamento que foi destinado às crianças escravas.

II.

A primeira preocupação ao se estudar a infância é determinar a idade que separa a criança de um adulto. No caso das crianças escravas esse limite é determinado quando elas entram no mundo do trabalho e essa idade diferencia se as compararmos com os livres. Entre os filhos da elite não iremos encontrar crianças de 13 anos trabalhando, enquanto no mundo escravo isso era corrente.

Há alguns trabalhos que analisaram a inserção do escravo no mundo do trabalho, destacando as idades da infância. Kátia Mattoso faz duas distinções, sendo a primeira do zero aos sete ou oito anos e a segunda dos oito aos doze anos. Na primeira fase o escravo ainda

³³⁶ MATTOS, 1987.

³³⁷ Sobre segunda escravidão, cf: TOMICH, 2004. Sobre a mudança na administração no governo de escravos, cf: MARQUESE, 2004.

era considerado uma criança, já que não desempenhava nenhuma atividade de cunho econômico, apenas aprendia como funcionava a escravidão, principalmente a relação que ele viria a ter com seu senhor. A partir dos oito anos já começava a exercer alguns trabalhos, mas como aprendiz ou ajudante. Nessa fase recebia tarefas do seu senhor, deveria lhe prestar obediência, mas ainda não era tão produtivo como um adulto. A partir dos treze anos o escravo já estava totalmente inserido no mundo do trabalho e não poderia ser mais considerado uma criança.³³⁸ José Roberto Góes e Manolo Florentino notam idades similares às de Mattoso. Nas palavras dos dois autores, “por volta dos 12 anos, o adestramento que as tornava adultos estava se concluindo”.³³⁹ Por meio dos inventários que esses autores analisaram, perceberam que os valores dos escravos estavam relacionados com o aprendizado e com o lucro que se poderia obter por meio do seu trabalho. Até aos quatro anos eles pouco valiam, mas entre os quatro e onze anos seu valor já aumentava, assim como o tempo destinado a algum ofício. Aos quatorze anos já possuíam altos valores e exerciam as mesmas ocupações que um escravo mais velho. No *Manual do agricultor dos gêneros alimentícios* escrito pelo Padre Antonio Caetano Fonseca em 1863, que já foi analisado em capítulos anteriores, o autor determina uma idade distinta dos supracitados. De acordo com Padre Fonseca, até os dez anos os escravos deveriam aprender a doutrina cristã e serviços que fossem compatíveis com a sua idade. Nesse caso, o objetivo do senhor não seria ter lucro com as crianças, apenas moralizá-las. Após os dez anos os escravos já poderiam trabalhar para os seus senhores. Mary Karasch parece ter utilizado os parâmetros de Padre Fonseca em seu trabalho sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, já que delimita as crianças escravas aos dez anos de idade.³⁴⁰

³³⁸ MATTOSO, pp. 76 – 97, *passim*.

³³⁹ GÓES; FLORENTINO, In: DEL PRIORE, Mary, 2010, p. 184.

³⁴⁰ KARASCH, 2000.

Por meio de uma análise semelhante a de Góes e Florentino – os quais relacionaram os valores dos escravos com sua capacidade produtiva – examinou-se o banco de dados elaborado por Ricardo Salles a partir dos Inventários *post-mortem* lavrados na cidade de Vassouras entre os anos de 1821 e 1888.³⁴¹ Ao observar o gráfico 1, percebe-se que o preço dos escravos aumenta de acordo com a idade, tendendo a se estabilizar depois dos treze anos, o que indica que nesse momento o escravo já desempenhava atividades de cunho econômico tal qual um adulto. Para o trabalho, embora a análise não seja apenas da cidade de Vassouras, optei por utilizar essa idade para definir o corte etário da infância escrava.

Gráfico 1 – Média do valor dos escravos por idade – Vassouras, RJ (1821-1888)

Fonte: Banco de dados dos Inventários de Vassouras (RJ) do pesquisador Ricardo Salles.

³⁴¹ O banco de dados que compreende os inventários do ano de 1821 a 1880 encontra-se disponível no link http://www.ceo.uff.br/c.php?c=banco_dados&cod=13. Para a pesquisa, Ricardo Salles nos concedeu uma versão atualizada, que se estende até o ano de 1888.

Tabela 1 – Variação dos valores dos escravos por idade e por década – 1821 a 1888, Vassouras (RJ)

Idade/Décadas	20' – 30'	30' – 40'	40' – 50'	50' – 60'	60' – 70'	70' – 80'
1 a 4 anos	45%	23%	77%	4%	-43%	-56%
5 a 8 anos	63%	18%	112%	- 0,54%	-22%	-69%
9 a 12 anos	57%	24%	130%	6%	-7%	-33%
13 a 16 anos	80%	32%	114%	25%	-1%	-22%
17 a 20 anos	66%	48%	124%	0,40%	19%	-21%

Fonte: Banco de dados dos Inventários de Vassouras (RJ) do pesquisador Ricardo Salles.

Por meio da tabela 1 percebe-se o aumento significativo do preço dos escravos após 1850, o que mostra como a Lei Eusébio de Queiróz, que tornou ilegal o tráfico internacional de escravos, influenciou no valor dos cativos. A faixa etária a qual houve maior valorização foi a de crianças entre 9 e 12 anos, chegando ao aumento de 130%. Isso significa que a lei fez com que senhores de escravos investissem principalmente em cativos que poderiam oferecer um maior período de trabalho. Com essa idade, as crianças já estariam aprendendo alguns ofícios e em pouco tempo já poderiam servir aos seus donos.

Antes da Lei de 1850 houve outras tentativas de acabar com o tráfico transatlântico de escravos, como a Lei de 7 de novembro de 1831, que foi praticamente ignorada pelos governantes e traficantes de cativos. Embora essa lei previsse severas punições para quem continuasse com o comércio, percebe-se que ela foi ineficaz ao ponto de não alterar de forma expressiva o valor dos escravos, como aconteceu em 1850. A Comissão Mista Brasil Grã-Bretanha para suprimir o tráfico tão pouco foi eficaz. Quando os navios negreiros eram capturados, os escravos eram levados a essa Comissão e se tornavam livres. No entanto, após fazerem a longa viagem, não estavam saudáveis para voltar a África, onde poderiam ser escravizados novamente. Entregava-os, então, a senhores influentes, que tinham a obrigação

de educá-los e treiná-los por um período de até quatorze anos; em troca, os africanos deveriam servir à esses senhores sem receber nenhum pagamento.³⁴²

Só após muitos anos sofrendo pressão internacional, principalmente da Grã-Bretanha, que o Brasil decretou a Lei Eusébio de Queiróz. Por mais que pareça contraditório, foi por meio da supressão do tráfico transatlântico que o Brasil conseguiu preservar a escravidão, pois após o decreto da lei, foi possível se livrar das pressões britânicas e manter o mundo do trabalho escravo.³⁴³ Porém, para além do aumento dos preços dos cativos, outras mudanças ocorreram depois de 1850. Antes a grande maioria dos setores livres da população possuía escravos. Com o fim do tráfico, os escravos se concentraram nas mãos das camadas mais abastadas da população livre. A restrição na possibilidade de possuí-los impossibilitou a construção de uma solidariedade escravista mais ampla e a manutenção da escravidão passou a ser de interesse de um grupo social bem mais restrito. Houve também uma mudança nas condições sociais dos escravos, como a ladinização e a criolização. Esses escravos dominavam melhor os códigos sociais vigentes, entretanto a Lei de 1850 também aumentou a rigidez por parte dos senhores no controle dos cativos, que passaram a ter maiores restrições para adquirir a liberdade.³⁴⁴

O fim do tráfico possibilitou ainda um maior equilíbrio entre os sexos e o aumento no número de mulheres poderia permitir manter a escravidão por meio da reprodução natural. No entanto, não foi isso que aconteceu em diversas regiões do Brasil. Embora Ricardo Salles observe um aumento da população escrava em Vassouras devido à reprodução natural – o que pode ser confirmado na tabela 2 e que será discutido adiante –, Robert Conrad destaca a diminuição do número de cativos no Brasil após 1850.³⁴⁵ Antes desse período os senhores

³⁴² KARASCH, 2000, p. 48.

³⁴³ MATTOS, 1987, pp. 226-228.

³⁴⁴ SALLES, 2008, p. 65; KARASCH, *op. cit.*, p. 29.

³⁴⁵ SALLES, *op. cit.*, p. 64; CONRAD, 1977, p. 35

pouco se importavam com a reprodução natural, já que tinham assegurado um fornecimento regular de africanos. Isso foi percebido na análise dos manuais sobre o governo de escravos, nos quais essa preocupação aparece apenas no oitocentos, principalmente na segunda metade do século. Como a mortalidade infantil era alta, era mais lucrativo comprar um cativo do que cuidar de uma criança escrava até que ela pudesse trabalhar.³⁴⁶ Outros fatores contribuíam para a incapacidade dos escravos se reproduzirem naturalmente. Nas palavras de Conrad,

(...) uma proporção baixa de mulheres em relação para os homens, escassez de casamentos e de vida familiar, a desatenção habitual para com a prole dos escravos, o uso frequente de severo castigo físico, trabalho esgotante tanto para mulheres quanto para homens, roupas inadequadas, alimentação e habitação deficientes e pouco higiênicas, juntamente com cuidados médicos pouco eficientes, epidemias e (para os africanos importados recentemente) um novo ambiente pouco saudável.³⁴⁷

Com o fim do tráfico, muitos senhores não conseguiram reverter essa situação e a solução encontrada, pelo menos para as regiões onde a mão de obra escrava era considerada essencial, foi o tráfico interprovincial. O tráfico interno já ocorria no Brasil antes da supressão do comércio internacional. Durante centenas de anos os escravos eram movidos para as regiões onde eram mais necessários e seus preços eram mais altos. Após 1850, o volume desse tráfico aumentou substancialmente entre as regiões do Nordeste, de onde eram retirados, e Sudeste, onde terminavam principalmente nas plantações de café.³⁴⁸

Ricardo Salles afirma que na cidade de Vassouras houve um aumento no volume de escravos depois da Lei Eusébio de Queiróz. A tabela 2, a qual foi feita através dos dados do próprio pesquisador, mostra esse aumento. Porém, a porcentagem de crianças escravas diminuiu na década de 1850, passando de 15,3% para 13,3%. Embora a diferença entre os dois períodos não seja tão significativa, ela é importante para analisar o aumento da população de

³⁴⁶ KARASCH, 2000, p. 166.

³⁴⁷ CONRAD, 1977, p. 35.

³⁴⁸ *Ibid.* pp. 64-74; KARASCH, *op. cit.*, p. 29.

escravos, que possivelmente é mais uma consequência do tráfico interno – ou do tráfico ilegal – do que a reprodução natural dos cativos.

Tabela 2 – Porcentagem de crianças em relação ao número total de escravos

Data	Números de escravos incluindo os sem idade	Escravos de 0 a 12 anos	Porcentagem
1821 – 1830	905	185	20,4%
1831 – 1840	2036	300	14,7%
1841 – 1850	5092	780	15,3%
1851 – 1860	5846	782	13,3%
1861 – 1870	7864	944	12%
1871 – 1880	6940	1479	21,3%
1881 - 1888	1850	143	7,7%

Fonte: Banco de dados dos Inventários de Vassouras (RJ) do pesquisador Ricardo Salles.

Porém, Ricardo Salles defende que em Vassouras o aumento do número de escravos após 1850 é resultado de um crescimento vegetativo. Para comprovar a hipótese, Salles calcula a porcentagem de crianças até 12 anos entre os cativos crioulos, como pode se observar no gráfico 2.

Para tal análise, o pesquisador exclui os escravos de origem africana, calculando o crescimento vegetativo apenas da população cativa crioula que havia em Vassouras. Embora haja uma diminuição da porcentagem dessas crianças no decorrer da segunda metade do século XIX, Salles destaca que, segundo “Stuart Schwartz – apoiando-se em estudos de especialistas em demografia – considera que uma população, mesmo com alta taxa de mortalidade, deveria ter cerca de um terço de seus membros com idade abaixo dos 13 anos para apresentar crescimento natural”.³⁴⁹ E essa taxa se mantém até 1880. Considerando apenas a população escrava crioula, pode-se concordar com Ricardo Salles, uma vez que seus

³⁴⁹ SALLES, 2008, pp. 229-230.

dados mostram que entre esses o crescimento vegetativo era possível. No entanto, se considerarmos toda a população escrava, incluindo os africanos, percebe-se que a porcentagem de crianças nunca chega a 30%, o que significa que mesmo com a reprodução natural entre a população crioula, não seria possível aos senhores de escravos perceber um crescimento vegetativo de seus plantéis em um curto espaço de tempo. Esse fato pode ser comprovado através da tabela 2 ao analisar os anos entre 1861 e 1880. Nesse período, o qual o tráfico interno já não era mais capaz de abastecer Vassouras, mesmo havendo um aumento de mais de 9% do número de crianças, há uma diminuição de 11,74% do número total de escravos. Seriam necessários muitos anos para que esses senhores percebessem o impacto da reprodução natural dos seus cativos.

Gráfico 2 – Evolução da proporção de escravos crioulos com até 12 anos de idade – 1851-80 por Ricardo Salles

Fonte: CDH, inventários *post-mortem*.

Fonte: Gráfico retirado do livro *E o Vale era Escravo*, de Ricardo Salles, p. 230.

Apesar da Lei Eusébio de Queiróz ter provocado mudanças importantes no Brasil, foi apenas na década de 1870 que os senhores de escravos puderam constatar que a escravidão estava fadada ao fim. A Lei do Ventre Livre, que data de 1871, deixou claro a cisão entre os fazendeiros escravistas das províncias do café e os senhores de escravos das outras regiões do país, onde a escravidão já não era mais essencial. Talvez essa tenha sido a principal consequência do tráfico interprovincial.

A lei de 28 de setembro de 1871 determinava que todas as crianças nascidas de mães escravas a partir daquela data seriam livres. Os filhos permaneceriam sob o poder dos senhores de suas mães até que completassem oito anos. Durante esse tempo os senhores eram os responsáveis pelos cuidados e o tratamento dos pequenos. Após esse período o senhor poderia optar por manter a criança sob a sua autoridade, utilizando-se do serviço do menor até que esse completasse 21 anos, ou entregar a criança para o Estado em troca da indenização de 600\$000.³⁵⁰

Essa lei, antes de ser uma conquista dos escravos, foi consequência de uma inquietação dos governantes imperiais, preocupados com o isolamento internacional que a manutenção da escravidão poderia acarretar.³⁵¹ Sem dúvidas, ela marcou o início do fim, mais ou menos previsível, do escravismo no Brasil, embora não tenha representado de imediato uma melhoria na condição de vida dos cativos, nem das crianças “beneficiadas” pela lei.

A grande maioria dos senhores de escravos optou por manter os ingênuos sob seu domínio até que completassem 21 anos. O valor de 600\$000 não parecia ser tão atrativo para os proprietários, que poderiam lucrar muito mais com os serviços dessas crianças. Essas então

³⁵⁰ Lei de 28 de setembro de 1871. Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM2040.htm. Acesso em junho de 2016.

³⁵¹ SALLES, 2008, p.129.

foram obrigadas a trabalhar para seus senhores cada vez mais cedo. Em Vassouras, se até 1870 a criança escrava mais nova a ser arrolada no inventário com algum ofício era o Severino, com nove anos de idade e pedreiro, a partir de 1871 crianças como Severino se tornam comuns. Antes da Lei do Ventre Livre apenas 11 dos 2991 escravos com até 12 anos foram listados com algum ofício, ou seja, 0,37%. Após a lei, além dessa porcentagem subir para 2,22%, houve também a diminuição na idade das crianças que possuíam ocupações. Elas somavam 36 do total de 1622 entre 1871 e 1888, e 13 tinham nove anos ou menos. Há, por exemplo, Jacob, de quatro anos e com o ofício de oleiro, Amélia, de seis anos e servente e Bibiana, também com seis anos e “de roça”. Não se pode afirmar que todas essas crianças realmente exerciam esses trabalhos, já que na lista possui o escravo Rufo, de um ano de idade e sendo arrolado com o ofício “de roça”. Nesse caso específico, possivelmente houve a associação com a mãe, já que essa aparece no inventário com o mesmo ofício. Porém, a ausência de crianças menores de nove anos associadas a algum tipo de trabalho nas décadas anteriores, permite a afirmação de que, a partir da Lei do Ventre Livre, os senhores começaram a utilizar de uma forma mais compulsória o trabalho dessas crianças, muitas delas, ingênuas (Anexo I).

A lei de 1871, juntamente com o decreto de 13 de novembro de 1872, que regulamentava essa lei, procurava ainda limitar aos senhores de escravos a transferência dos ingênuos. Até completarem 12 anos, essas crianças não poderiam ser separadas da mãe ou do pai. A mudança de senhor só ocorria em casos nos quais a mãe era vendida ou se houvesse a transferência de bens. No entanto, após essa idade, os senhores poderiam transferir os ingênuos se houvesse um acordo com a assistência de um curador *ad hoc* e o consentimento do juízo de órfãos. No mais, a lei permitia aos senhores alugar os serviços dessas crianças

legalmente, além de consentir que os ingênuos pudessem sofrer castigos físicos, desde que não fossem excessivos.³⁵²

Cabe a pergunta: quais benefícios que essas crianças que nasceram do ventre escravo tiveram após 1871? Elas continuavam no mundo do trabalho e da escravidão. A Lei do Ventre Livre só encurtou a sua infância. Robert Conrad é pertinente ao afirmar que

apesar do sentido de triunfo, os efeitos imediatos da vitória foram pequenos. A lei era complexa, mas não trouxe qualquer mudança imediata nas vidas da maioria dos escravos e nem mesmo as crianças cuja liberdade fora garantida podiam obter qualquer benefício prático de sua *status* até alcançarem sua maioridade legal. Quando esse dia chegasse, conforme os defensores da lei tinham argumentado, criados e treinados num ambiente de escravidão, os ingênuos seriam autênticos escravos por disposição; mesmo se não pela lei, encontrando-se mal preparados e pouco motivados para muito mais do que uma vida de trabalho e de servidão nas lavouras dos donos de duas mães.³⁵³

Alguns artigos de regulamento da Lei do Ventre Livre poderiam ter mudado a vida dessas crianças, pelo menos daquelas as quais foram entregues para Estado após os oito anos. No regulamento é decretado que as associações ou particulares encarregados dos ingênuos que não estariam sob o poder do senhor de suas mães deveriam se responsabilizar pela sua educação. Provavelmente são esses regulamentos aos quais se referem a Comissão de Libertos de Vassouras em uma carta enviada à Rui Barbosa, em 1889.

Ao grande cidadão Ruy Barbosa.

Comissionados pelos nossos companheiros, libertos de várias fazendas próximas a estação do Paty, município de Vassouras para obtermos do governo Imperial educação e instrução para os nossos filhos, dirigimo-nos à Va. Excia., verdadeiro defensor do povo que d'entre os jornalistas foi o único que assumiu posição definida e digna, em face dos acontecimentos, que vieram enulutar nossos corações de patriotas. A lei de 28 de setembro de 1871 foi burlada e nunca posta em execução quanto a parte que tratava da educação dos ingênuos. Nossos filhos jazem imersos em profundas trevas. É preciso esclarecê-los e guia-los por meio da instrução. A escravidão foi sempre o sustentáculo do trono n'este vasto e querido país agora que a lei de 13 de maio de 1888 aboliu-a, querem os ministros d'A Rainha, fazerem dos libertos, nossos inconscientes companheiros, base para o levantamento do alicerce do

³⁵² Decreto n. 5135, de 13 de novembro de 1872. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5135-13-novembro-1872-551577-publicacaooriginal-68112-pe.html>

³⁵³ CONRAD, 1977, p. 129.

3º reinado. Os libertos de Paty de Alferes, por nós representados protestam contra o meio indecente que o governo quer lançar mão e declaram aproveitando esta ocasião, que não aderem a semelhante conluio e que até agora sugado pelo governo do Império querem educação e instrução que a Lei de 28 de setembro de 1871, lhes concedeu. O governo continua a cobrar o imposto de 5% adicionaes, justo é que esse imposto decretado para o fundo d'emancipação dos escravos reverta para a educação dos filhos dos libertos. É para pedir o auxílio da inspirada Penna de Va. Excia., que tanto influiu para a nossa emancipação, que nos dirigimos a Va. Excia. Compreendemos perfeitamente que a libertação partiu do povo que forçou a coroa e o parlamento a decreta-la e que em Cubatão foi assignada a nossa liberdade e por isso não levantaremos nossas armas contra os nossos irmãos, embora aconselhados pelos aúlicos do paço, outrora nossos maiores algozes. Para fugir do grande perigo em que corremos por falta de instrução, vimos pedi-la para nossos filhos e para que eles não ergam mão assassina, para abater aqueles que querem a República, que é a liberdade, igualdade e fraternidade. Estação do Paty, 19 de abril de 1889. A Comissão de Libertos. Quintiliano Avelar (preto), Ambrósio Teixeira, João Gomes Batista, Francisco de Salles Avellar, José dos Santos Pereira, Ricardo Leopoldino de Almeida, Sergio Barboza dos Santos” (CARTA A RUI BARBOSA, 1889, p.1).³⁵⁴

Essa carta, encontrada pelo pesquisador Alexandre Neto, mostra a indignação dos libertos com a falta de interesse do governo imperial na educação e instrução de seus filhos. Responsabilidade que deveria ser do Estado e não necessariamente de seus antigos senhores. Porém, Alexandre Neto destaca que na fazenda cafeeira da família Correia e Castro havia uma escola para escravos e uma banda de música. Essa escola foi construída antes da Lei do Ventre Livre, já que na época em que o Imperador visitou Vassouras, em 1848, ela já existia. Possivelmente existiam outras escolas destinadas aos escravos dentro de fazendas, porém, para o caso de Vassouras, não se sabe ao certo quantas eram, nem se eram comuns e muito menos se tinham sido construídas após a Lei do Ventre Livre.

As escolas de ingênuos, como são chamadas, possivelmente possuíam currículos bem distintos das escolas para os filhos da elite. Enquanto os últimos tinham aulas de francês e piano e estavam sendo preparados para ocuparem mais tarde as principais faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, as crianças escravas, libertas ou ingênuas provavelmente aprendiam apenas ler, escrever, contar e obedecer ordens; aprendizados que permitiriam

³⁵⁴ NETO, 2015, p.64.

executar tarefas simples e que seriam úteis aos senhores de escravos.³⁵⁵ Mary Karasch afirma que na cidade do Rio de Janeiro alguns escravos também tinham a habilidade de ler e escrever. Segundo a autora, é pouco provável que esses cativos utilizassem o sistema educacional. Entretanto, eram alfabetizados de outras formas. Poderiam acompanhar as crianças à escola e aprender ouvindo as lições, ou procurar tutores particulares que alugavam seus serviços, podiam ainda aprender a ler e escrever ao mesmo tempo em que aprendiam algum ofício ou então serem ensinados devido à vontade de seus senhores, que necessitavam de cativos alfabetizados em seu emprego. Havia também aqueles que já tinham sido alfabetizados na África, já que algumas regiões tinham muito contato com a língua portuguesa.³⁵⁶

Na década de 1880 surgiram algumas escolas destinadas a libertos e ingênuos. Uma delas foi a Escola Noturna e Gratuita do Club dos Libertos, criada em 1883 por João Clapp, na cidade de Niterói. No ano de 1883 a escola tinha 97 alunos matriculados. Entre eles haviam escravos, libertos e livres.³⁵⁷ Outro exemplo é o Club Abolicionista de Pelotas, fundado em 1881 e que proporcionou aulas educacionais diárias aos ingênuos.³⁵⁸

Não conseguimos mensurar, portanto, a quantidade de escravos alfabetizados, nem a porcentagem de ingênuos que tiveram acesso à educação depois de Lei do Ventre Livre. Apesar das escolas criadas por abolicionistas na década de 1880, essas crianças deveriam ser poucas. Nem o Estado e muito menos os senhores estavam interessados na educação de cativos, a não ser em raros casos onde essa instrução poderia ser lucrativa. O objetivo não era formar cidadãos, e sim uma massa de trabalhadores obedientes.

³⁵⁵ NETO, 2015, pp. 23-34.

³⁵⁶ KARASCH, 2000, pp. 295-299.

³⁵⁷ SANTOS, In: REIS FILHO (org.), 2000, p. 65.

³⁵⁸ CONRAD, 1977, pp. 251-251.

Uma das grandes preocupações dos governantes na discussão sobre a aprovação da Lei de Ventre Livre era justamente o status que os ingênuos teriam com a aprovação da lei. O ingênuo era uma pessoa nascida de um ventre livre, enquanto um liberto nascia de um ventre escravo e somente mais tarde ganhava sua liberdade. A Constituição previa limitações no direito político de libertos, limitações essas que não cabiam aos ingênuos. Com a aprovação da lei, esses poderiam gozar de todos os direitos políticos que eram concedidos para as pessoas nascidas de mães livres.³⁵⁹ Embora a lei os garantisse esse status, eles não se desvincularam da escravidão e nem foram preparados para exercer a cidadania. Às crianças escravas – ou ingênuas –, restava o mundo do trabalho ao invés do mundo das letras. No Brasil independente, era essa a função que deveriam exercer.

III.

Desde pequenos os escravos já aprendiam o lugar que deveriam ocupar na sociedade. Eles pertenciam ao mundo do trabalho, que era caracterizado por falta de liberdade, obrigações, obediência e castigos físicos. Quando ainda tinham pouca idade os cativos podiam desfrutar de um convívio mais próximo com seus senhores, o que não significava que necessariamente teriam uma melhor condição de vida. Para Mary Karasch, até o cinco ou seis anos os pequenos escravos podiam viver com os seus senhores, ganhando restos de comidas da mesa, tendo permissão para brincar com os senhorzinhos, como se fossem verdadeiros “animais de estimação”.³⁶⁰ Gilberto Freyre destaca o outro lado dessa relação. Os filhos dos senhores de escravos costumavam ganhar escravos do seu sexo e da sua idade para serem seus brinquedos. Ao crescerem juntos, a criança livre usava seu escravo para

³⁵⁹ CONRAD, 1977, p. 122.

³⁶⁰ KARASCH, 2000, p. 390.

exercer seus caprichos. Desde cedo os escravos já estavam submetidos aos mandos de um senhor e aprendiam o papel de submissão que a vida lhe reservara.³⁶¹

O contato próximo com a família do senhor não significava necessariamente que a criança gerasse algum laço de cumplicidade, amor ou agradecimento com seus donos. Muito menos os donos pareciam tratar melhor os escravos que haviam sido criados ao seu lado quando pequenos. Pelo menos esse é o caso de Albino, escravo de João Luiz Leite, que quando moleque foi criado no “colo de sua senhora”. Em 1856, aos 24 anos, Albino fugiu da fazenda por estar muito fraco e doente e não poder trabalhar. Durante a fuga encontrou seu companheiro Juvenal, que também havia fugido da fazenda e tinha um ferro no pescoço. Os dois planejaram a morte de João Luiz e segundo o próprio Albino, outros escravos já desejavam assassinar o seu senhor, inclusive o capataz Antonio, que prometera a Juvenal dinheiro para que cometesse o crime. Dias depois da fuga, Albino e Juvenal assassinaram João Luiz Leite a facadas. A exigência de trabalhar mesmo doente, o ferro no pescoço e a vontade de outros escravos pela morte de seu senhor é provavelmente uma consequência dos maus tratos que sofriam. João Luiz Leite era proprietário da Fazenda do Saco. Em seu inventário não consta um número elevado de escravos, havia apenas 19. Albino e Juvenal não estavam arrolados no inventário. Foram condenados à forca pela morte do seu senhor.³⁶²

Porém, não eram todas as crianças que cresciam no “colo de sua senhora”. Havia aquelas que desde cedo acompanhavam as mães no cotidiano de trabalho. Enquanto ainda amamentavam, muitas mães escravas carregavam os filhos amarrados em panos nas costas. Ao crescer, podiam continuar acompanhando suas mães na lida ou ficar sob o cuidado de

³⁶¹ FREYRE, 2011, p. 419.

³⁶² Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra (CDH), Processo Crime de Vassouras, Homicídio 61, n.115, 1856; Inventário *post-mortem* de José Luiz Leite, banco de dados do pesquisador Ricardo Salles.

outros escravos. Nesses casos, aprendiam sobre os castigos físicos ao serem castigadas ou vendo de perto as punições que eram infligidas aos escravos mais velhos.

Entre os Processos Crimes, encontra-se a história de Albina, escrava de Marcelino de Avelar e Almeida, Barão de Massambará, que em 1870, quando tinha oito ou nove anos foi testemunha do assassinado do feitor Francisco Soares de Macedo pelo escravo Manoel Maranhão. Ela estava sentada num rancho do pomar velho cuidando dos outros crioulinhos, quando viu Manoel vir correndo e pegar um machado, com o qual feriu o feitor, que na ocasião castigava com um relho a sua mulher, a escrava Martha.³⁶³ O caso de Albina retrata como escravos ainda em pouca idade já possuíam alguma função. Ela era responsável pelo cuidado de outras crianças, provavelmente mais novas que ela. Independente da idade, esses pequenos escravos testemunharam não só o assassinato do feitor, mas esse castigando a relhos uma escrava. Os castigos não eram executados às escondidas, nem dos senhores, nem dos escravos e muito menos das crianças. Os castigos físicos tinham uma dupla função. Punir quem cometesse alguma falta e servir de exemplo para os outros escravos.

A prática parecia se distanciar da norma. Como foi visto, os manuais sobre o governo de escravos, escritos no século XIX, procuravam despertar nos senhores a importância de manter em boas condições os cativos, sejam eles adultos ou crianças. Em relação aos pequenos, o tratamento adequado e os cuidados eram essenciais para manter a escravaria, principalmente após a Lei Eusébio de Queiróz. Segundo as normas, os senhores deveriam retirar o máximo de lucro dos escravos, mas para isso, esses deveriam estar em boas condições de saúde, além de serem obedientes e respeitosos com os seus donos. Esses manuais não defendiam o fim do castigo físico, mas criticavam a severidade sob a justificativa de que isso não estava de acordo com o interesse dos senhores.

³⁶³ CDH, Processos Crime de Vassouras, Homicídio 62, n.068, 1870.

Porém, o castigo físico, em excesso e brutal continuava fazendo parte do cotidiano dos cativos no século XIX. Embora os escravos adultos sofriam mais com esse tipo de punição do que as crianças, isso não significa que elas estavam livres dessa forma de tratamento. Nos anúncios de escravos fugidos do Diário do Rio de Janeiro, encontra-se vários casos em que os fugitivos, inclusive crianças, apresentavam marcas pelo corpo, provavelmente sinais da violência ou da falta de cuidado com a sua saúde. Esse é o caso de Gonçalo, de Moçambique, que em 1821 fugiu da casa de seu senhor quando tinha 12 anos. Além de ter o rosto com marcas de bexigas – como era conhecido a varíola naquele período – ele possuía queimaduras nas palmas da mão.³⁶⁴ Há também Rosa, do Congo, também com 12 anos que quando fugiu em julho de 1821 com um ferro no pescoço. Em meados de 1822, o seu senhor, Antonio de Saldanha Andrade e Vasconcellos, ainda não havia recapturado Rosa, embora tivesse notícias de que ela andava vendendo quitandas pelos arrabaldes da cidade e que andava de sapatos, para esconder os seis dedos que tinha no pé. Ela já não estava mais com o ferro no pescoço, já que essa característica desaparece nos anúncios seguintes. Com certeza era uma escrava de valor para seu senhor, que aumentou a recompensa da escrava de 4\$000 réis para 12\$800.³⁶⁵ Delfina, de 11 anos e Benguela, conseguiu escapar duas vezes. A primeira, em primeiro de fevereiro de 1822, informa que ela havia desaparecido. Suas características, cor retina, picada de bexigas e com a marca C no peito esquerdo. Essa marca no seu peito poderia ser uma marca de nação, já que era comum alguns africanos marcarem seus corpos, mas também poderia ser uma marca feita a ferros pelo seu senhor.³⁶⁶ Após ser recapturada, Delfina foge novamente em 19 de fevereiro do mesmo ano. Dessa vez, não informam que ela desapareceu, e sim que fugiu, e uma nova característica é adicionada

³⁶⁴ Diário do Rio de Janeiro, 1821, ed.0600013.

³⁶⁵ Diário do Rio de Janeiro, 1821, ed.0800013; 1822 eds. 0200012, 0300007.

³⁶⁶ FREYRE, 2011.

ao seu anúncio. Ela estava com a cabeça raspada.³⁶⁷ Temos ainda Ignácio, 10 anos, com queimaduras pelo rosto; Manoel, 10 anos, com a boca rasgada; Joaquim, também 10 anos, com queimaduras não mão e marcas de golpe no rosto; Efigênia, 12 anos, que fugiu com uma argola de ferro em uma perna; uma criança a qual não se cita o nome, apenas que tinha 12 anos, vendia agulhas e alfinetes e quando fugiu tinha uma ferida na nádega esquerda.³⁶⁸ Esses são apenas alguns exemplos de crianças escravas que ao tentarem fugir da escravidão apresentavam as suas marcas pelo corpo.

A preocupação que os senhores deveriam ter com a saúde dos escravos foi um dos temas abordados pelos escritores dos manuais. Porém, no século XIX as condições de higiene eram precárias até mesmo para a elite, principalmente nos grandes centros urbanos, onde a sujeira e a falta de saneamento foram responsáveis por diversas epidemias, como a cólera e a febre amarela. No entanto, entre os escravos também há doenças que são consequências de sua vida precária, marcada por uma alimentação restrita, ambientes insalubres, trabalho excessivo e castigos físicos. As crianças escravas não estavam livres dessas condições. Algumas foram arroladas em inventários apresentando algum “defeito”. Para a maioria consta apenas a informação de que estavam doentes, mas há aqueles que eram aleijados ou apresentavam defeitos nas costas, nos pés ou nas pernas, uma criança não possuía um braço, o outro era imperfeito no todo; tinham aqueles com tuberculose, com asma, belide nos olhos, infecção nas bobas, feridas, cegos, surdos, tortos, raquíticos, ou simplesmente, quebrados. Descreviam-se também aqueles que tinham problemas psicológicos; eram normalmente registradas como idiotas. O Anexo II mostra que das 4613

³⁶⁷ Diário do Rio de Janeiro, 1822, eds. 020006; 020023.

³⁶⁸ Diário do Rio de Janeiro, Escravos Fugidos, diversas edições entre os anos de 1822 e 1853. Após o ano de 1853 a seção “Escravos fugidos” aparece apenas em algumas edições. Porém a fuga de escravos continua sendo relatada em na seção “Assuntos Gerais” ou “Polícia da Corte”, porém apresentam um menor número de ocorrências, já que essas seções tratam apenas de algumas fugas vinculadas à algum crime e não a procura de senhores por algum escravo que havia fugido.

crianças escravas que estavam arroladas nos Inventários *post-mortem* de Vassouras, 127 apresentavam algum problema de saúde, ou seja, 2,75%. Esse número pode ser ainda maior se for considerado a subnotação dos documentos. Com certeza, nem todos descreviam os defeitos de seus escravos sob o risco da desvalorização do valor ou, simplesmente, por não se preocupar com a condição física dos cativos.

Entre os anos de 1851 e 1860 houve o maior número de crianças doentes listadas, chegando a 4%; exatamente no período em que o tráfico de escravos havia se tornado ilegal, momento em que os senhores de escravos deveriam estar preocupados com a saúde de seus cativos, principalmente as crianças. Pode-se supor que o aumento desse número não se deva a um maior descuido da saúde dos escravos, e sim a um maior interesse pela sua condição física. Nas décadas anteriores, devido à garantia da reposição da mão de obra por meio do tráfico, os senhores não se importavam com as doenças que acometiam as senzalas. Por isso, esses dados muitas vezes não eram registrados nos Inventários. Com o fim do tráfico, o número de registros detalhando o estado físico das crianças escravas aumenta em consequência do empenho dos senhores pela manutenção de sua escravaria, que a partir de então não seria facilmente repostas, precisando, portanto, de maiores atenções em relação à saúde.

Nas décadas seguintes a porcentagem dessas crianças diminuiu para 2,5% entre 1861 e 1870, 1,9% entre 1871 e 1880 e 1,4% nos anos finais da escravidão. Esses dados, mais do que uma subnotação como a que ocorreu nas décadas anteriores ao fim do tráfico, possivelmente é o resultado do esforço dos senhores para manter uma escravaria saudável, capaz de gerar mais lucro por um período maior de tempo. Essa preocupação permanece mesmo após a Lei do Ventre Livre, pois embora a Lei garantisse aos filhos das escravas a liberdade, os senhores poderiam utilizar de seus serviços até que os mesmos completassem

21 anos. Até lá, era essencial que esses ingênuos estivessem em perfeitas condições para o trabalho.

As condições de saúde das crianças escravas da cidade do Rio de Janeiro não eram melhores. Como já foi dito, as áreas urbanas eram muito mais insalubres e se considerarmos a Corte, onde dezenas de pessoas chegavam através do porto vindas dos diversos lugares da África, Europa e América Latina trazendo diversas doenças, é válido afirmar que as condições eram bem piores que no campo. Os anúncios de jornais dão algumas pistas sobre a saúde dessas crianças. A bexiga, ou varíola, era algo comum; muitos escravos apresentavam marcas de bexiga em seus rostos e as crianças cativas não escaparam dessa doença. Alguns fugiram estando doentes, como o pequeno Luiz de sete anos, que desapareceu da casa de seu senhor estando “bastante magro por estar ainda convalescendo de uma moléstia que teve”.³⁶⁹ Sarnas e belidas nos olhos também eram doenças corriqueiras que crianças escravas na cidade do Rio de Janeiro tinham.

O destino das crianças escravas era o mundo do trabalho. Mundo esse marcado por um tratamento precário. E mesmo no período em que se tornaram essenciais para a manutenção da escravidão devido à incapacidade de renovar a mão de obra através do tráfico internacional, foram negligenciadas. Elas não eram excluídas apenas do mundo das letras, mas também do mundo das brincadeiras. Desde pequenas trabalhavam, serviam aos seus senhores, presenciavam castigos físicos e até mesmo recebiam tais castigos. Contraíam as mais diversas doenças; consequência da vida que levavam. Não era essa a realidade que

³⁶⁹ Diário do Rio de Janeiro, 1821, ed.1100014.

Antonio queria viver. Aos dez anos de idade fugiu da casa do seu senhor e foi visto em alguns lugares da cidade brincando com outros moleques.³⁷⁰

³⁷⁰ Diário do Rio de Janeiro, 1822, ed.0300003.

CONCLUSÃO

“O chicote não era apenas um método de punição. Era um dispositivo usado conscientemente para lembrar os escravos que eles eram escravos; era uma forma crucial de controle social, sobretudo se lembrarmos que era muito difícil aos escravos fugirem com sucesso.”

George P. Rawick, *The American Slave: A Composite Autobiography*, 1972.³⁷¹

Como se viu na primeira parte desta tese, a escrita de manuais e tratados resultou da preocupação em difundir comportamentos e normatizá-los de acordo com o que a sociedade – ou o grupo a quem era destinado essas obras – considerava ideal. O marco principal para entender as obras que aqui foram analisadas foi o conceito de *civilité* ou civilidade, explicitado por Norbert Elias em seu trabalho sobre o processo civilizador. Esse conceito que, de acordo com o autor, encontrou sua primeira definição na obra de Erasmo de Rotterdam no século XVI, a princípio representou a sociedade de corte e a sua necessidade de se distinguir das outras camadas sociais, principalmente da burguesia.³⁷²

As obras em que o conceito de civilidade defendido por Elias está explícito são aquelas que normatizam sobre bons comportamentos e que são destinadas para a aristocracia. Porém, o ideal de civilidade não escapa aos autores que escrevem outros tipos manuais, uma vez que a própria ideia de civilidade está vinculada à percepção de que é possível mudar a natureza do ser humano. No caso dos primeiros manuais sobre a criação de filhos publicados em Portugal, esse conceito é reesignificado com base nos preceitos da moralidade cristã. A importância em discursar sobre a infância e as formas de se criar os filhos são, por lado, consequências da mudança de percepção em relação às crianças e a tentativa de, por meio

³⁷¹ RAWICK, 1972, p.59 *apud* PATTERSON, 2008, p. 22.

³⁷² ELIAS, 1993; *Id.*, 2011.

delas, difundir o catolicismo, que estava abalado após a Reforma Protestante. Nos manuais sobre o governo de escravos da América portuguesa, que foram uma resposta dos jesuítas às críticas que estavam sofrendo no âmbito do Império português, o conceito de civilidade e a ideia de que a sociedade procurava negar tudo o que era considerado bárbaro serviu como base para criticar a forma como se dava a relação entre escravos e senhores. E assim como os manuais sobre a criação de filhos, encontraram nos preceitos da moralidade cristã o alicerce para a construção de normativas.

Foi apenas no século XVIII que os manuais sobre a criação de filhos publicados em Portugal tiveram os contornos descritos por Norbert Elias, obras destinadas à “boa sociedade” que abrangiam tanto a criação dos filhos como as normas de boas maneiras. A influência do iluminismo é percebida na valorização do agir pela razão e nas preocupações que deixam de ser apenas espirituais para se tornarem terrenas. As mudanças demoraram mais a aparecer nos tratados sobre o governo de escravos. Na primeira metade do século XVIII a única obra publicada ainda se baseava na teoria cristã. Apenas a partir da segunda metade do século voltam-se a publicar obras sobre escravidão. No entanto, foram textos agrônômicos que pouco se preocuparam com a administração de escravos, mas que foram fortemente influenciados pelo iluminismo e consequentemente trataram da necessidade de uma administração das plantations que fosse mais eficaz economicamente.

No século XIX é a formação dos Estados Nacionais que dita as bases para os discursos dos manuais. Se, por um lado, os manuais sobre a infância discutem a formação de filhos da “boa sociedade” e passam a discutir normas sobre o ensino e a educação, os tratados sobre o governo de escravos mostram a preocupação dos proprietários das fazendas agrícolas escravistas em enquadrar a escravidão no modelo liberal do Estado Nacional. E é a partir desse momento que a defesa de castigos direcionados às crianças praticamente desaparece

dos manuais enquanto as punições físicas continuam a serem tratadas como intrínsecas a escravidão.

No decorrer dos séculos analisados, os autores dos manuais sobre a criação de filhos e sobre a infância passaram a cada vez mais a criticar os castigos físicos. Pode-se considerar que apenas no século XVII há a defesa clara de uma punição física aos pequenos. Esses autores, todos eclesiásticos, defenderam por meio da teoria cristã que o castigo aos filhos era aceito, pois Deus também castigava os pecadores. Castigo é para esses autores um ato de amor. No século XVIII ainda se defende os castigos no processo de criação, mas não se vê mais palavras como açoite, como no século anterior. Os autores começam a incentivar as repreensões verbais ou a exposição a situações vexatórias que significariam a desonra e passam a afirmar que as crianças não deveriam ser castigadas como escravos. No século XIX pouco se fala sobre os castigos. Os autores não ocupam mais páginas ou capítulos inteiros para tratar do tema. Nos manuais sobre o governo de escravos, o tema do castigo poucas vezes foi ignorado pelos autores. Nesse caso a normativa era sempre a mesma: o castigo é uma obrigação do senhor, mas esses não devem castigar os escravos de forma cruel e bárbara como muitos fazem. No século XVII a justificativa para penalidades mais brandas se pautava nos ideais cristãos; no século XVIII, período em que menos se falou sobre o assunto, a ideia era que castigos brutais podiam ser contra os interesses econômicos; no oitocentos, além dos interesses econômicos, os autores destacaram a importância da conservação do escravo para a manutenção da escravidão. Ou seja, por mais que os coevos afirmassem que os escravos deveriam ser tratados como filhos, no século XIX a defesa do castigo físico, mesmo que de forma não severa, continuou nesses manuais enquanto no caso das obras sobre as crianças ele passou a ser cada vez mais criticado.

A essas mudanças, Norbert Elias chama de processo civilizador, mas o mesmo afirma que esses processos não são necessariamente no sentido do progresso ou do retrocesso.

Porém, acredita que a análise de longos períodos sugere que as mudanças sigam em uma mesma e única direção. Elias também defende que essas mudanças não são realizadas “racionalmente” por pessoas isoladas ou por grupos. Mas o fato de não terem sido planejadas não significa que ocorrem sem nenhuma ordem. Para compreender esses processos de mudanças, é preciso ter consciência de que o indivíduo e a sociedade estão sempre entrelaçados. E por meio da coexistência com os outros que a individualidade pode ser exercida, pois é a sociedade que estabelece os limites das ações dos indivíduos. Há, portanto, uma relação na qual sociedade e indivíduo se alteram mutuamente. Essa interligação que permitiu que as mudanças, embora não intencionais, não sejam caóticas.³⁷³

As mudanças que ocorrem nos discursos dos manuais aqui analisados podem ser compreendidas por meio do arcabouço teórico de Norbert Elias. Elas ocorrem de forma interligada entre o contexto social e os interesses individuais de cada autor: os jesuítas defendendo a moralidade cristã no século XVII, em um momento o qual a Reforma Protestante se mostra como ameaça e os agricultores da América Portuguesa criticam os inácanos; os iluministas e intelectuais da alta sociedade do século XVIII, com suas ideias sobre distinção social da aristocracia e preocupações financeiras com o Império português; e por fim, no século XIX, o Estado traduzindo obras sobre a educação de crianças e os agricultores escravistas preocupados em manter a escravidão. No entanto, sobre os castigos físicos, apenas nos manuais sobre a infância percebe-se mudanças substanciais, pois em relação a elas, deixam de defender as punições físicas, enquanto que para os escravos sempre houve a defesa de um castigo mais brando.

Na segunda parte desse trabalho, onde o foco era o século XIX na cidade de Vassouras e no município da Corte, a intenção foi mostrar como que na prática essas

³⁷³ ELIAS, 1993.

normativas em relação às crianças escravas e livres se deram. O que se percebeu foi que as mudanças defendidas nos manuais ou demoraram a ser acatadas ou foram simplesmente ignoradas. No caso das crianças, no Imperial Colégio de Pedro II, os regulamentos permitiam que o Reitor aplicasse castigos físicos, embora isso fosse determinado de forma explícita apenas no Regulamento de 1838. Apenas no ano de 1888 não há nenhuma referência a qual podemos associar esse tipo de punição. Para os escravos, nas fazendas cafeeicultoras de Vassouras e no município da Corte, as normativas sobre os castigos físicos que alguns proprietários expuseram por meio dos manuais, pareceu não surtir tanto efeito. Durante todo o século XIX, ainda é encontrado relatos de crianças que possuíam marcas nos corpos, provenientes provavelmente das penalidades que sofriam. Por outro lado, os senhores passaram a ter uma maior preocupação com a saúde dos pequenos, com o objetivo de conservá-los úteis por mais tempo.

Os castigos físicos sempre foram intrínsecos à escravidão. E por mais que os autores dos manuais defendessem que ele era um método disciplinador, no âmbito da escravidão os castigos eram bem mais que isso. Eles eram a representação da relação de poder que havia entre senhores e escravos. A violência era usada para que o escravo nunca esquecesse o seu papel. A preocupação em conservar a vida do escravo para que ele fosse útil por mais tempo nunca impediu que os senhores por meio da violência lembrassem os cativos da sua condição. O castigo destinado às crianças livres nunca foi tão cruel e brutal como aquele destinado aos escravos, embora o paternalismo determinasse que essa também fosse uma relação de poder. A necessidade de marcar um corpo que fugiu, de queimar as mãos ou o rosto, de deixar marcas das pancadas, nunca fez parte da realidade da criança livre. Silvia Hunold Lara, ao analisar a relação entre senhores e escravos nos anos de 1750 a 1808, afirma que o castigo destinado aos cativos tinha sua especificidade. Nas palavras da autora,

Realmente, o castigo físico exemplar não foi uma invenção dos senhores coloniais: ele pertencia a uma prática constante no mundo moderno, seja o metropolitano, seja o colonial. Isto não significa, porém, que o castigo dos escravos tenha sido paralelo, reflexo ou simplesmente repetição do que se passava no nível mais geral. Perpassando pelas conexões mais amplas, o castigo físico, medido, justo, corretivo, educativo, moderado e exemplar dos escravos mantinha sua especificidade: exercício do poder senhorial e reafirmação da dominação, ele estava ligado à reprodução de uma relação de exploração direta do trabalho”.³⁷⁴

Nem a Lei Eusébio de Queiroz muito menos a Lei do Ventre Livre mudaram essa perspectiva destacada por Lara. Mesmo com o fim iminente da escravidão, alegar que o escravismo era violento continua sendo afirmar o óbvio.

Porém, convém destacar que a determinação do que é violento ou não deve ser entendida no contexto social. Se para nós os castigos destinados aos escravos eram violentos, o mesmo não era considerado de tal forma entre a sociedade escravista. Os castigos faziam parte dos métodos disciplinares, era a forma que se usava para manter o escravo inserido na lógica escravista. Da mesma forma pode-se perceber as penalidades físicas defendidas pelos autores dos manuais sobre a criação dos filhos do século XVII. Para eles o uso do açoite e da vara era essencial na criação dos pequenos. Essa forma de correção vai sendo criticada nos séculos seguintes e hoje podemos considerá-la uma prática violenta.³⁷⁵ É a percepção da sociedade que define esses parâmetros. Mas há algo em comum, tanto o castigo como a violência surgem quando se estabelece uma relação de poder. Quando um indivíduo acredita que a agressão física é capaz de corrigir o outro ou quando o agressor que apenas mostrar sua superioridade.

³⁷⁴ LARA, 1988, p. 96.

³⁷⁵ No Brasil, foi apenas a Lei n. 13.010 de 26 de junho de 2014 que estabeleceu o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel e degradante. Essa lei é conhecida como Lei da Palmada ou Lei Menino Bernardo, em homenagem a Bernardo Boldrini assassinado com uma injeção letal pela madrasta e com a anuência do pai biológico.

ANEXOS

Anexo I – Crianças escravas que possuíam ofícios, Vassouras, 1821 - 1888

Ano	Idade	Nome	Ofício	Valor
1828	10	MICHAELA	PRINCIPIO DE COSTURA	280000
1844	12	EVA	PRINCIPIO DE COSTUREIRA E ENGOMADEIRA	550000
1844	12	ROSALIA	PRINCIPIO DE COSTUREIRA E ENGOMADEIRA	550000
1844	12	IGNES	PRINCIPIO DE COSTUREIRA E ENGOMADEIRA	600000
1844	11	CAROLINA	COSTUREIRA	370000
1844	12	EVA	COSTUREIRA	400000
1848	12	CAZEMIRO BAPTISTA	DE ROÇA	550000
1853	12	ADALINO	ROCEIRO	1100000
1855	12	MARCOLINA	PRINCÍPIO DE COSTURA	1300000
1860	9	SEVERINO	PEDREIRO	1800000
1865	10	JUSTO	ROCEIRO	800000
1871	12	JOANNA	COPEIRO	800000
1872	12	BERNARDO	CARREIRO	0
1874	4	JACOB	OLEIRO	400000
1874	8	HELENA	DO SERVIÇO DOMESTICO	800000
1875	12	GULHERME	COPEIRO	1100000
1875	10		DOMÉSTICO	0
1877	12	AMERICA	DOMÉSTICA	1100000
1877	6	AMELIA	SERVENTE	600000
1877	7	PERPETUA	SERVENTE	600000
1877	8	QUINTINO	SERVENTE	700000
1877	10	LINDOLPHO	SERVENTE	600000
1877	11	MARCELINO	DE ROÇA	1000000
1877	9	PEDRO	SAPATEIRO	1000000
1878	12		DE ROÇA	900000
1878	12		DE ROÇA	900000
1878	6	BIBIANA	DE ROÇA	300000
1878	9	FRANCISCA	DE ROÇA	800000
1878	10	MARIA	DE ROÇA	800000
1878	12	ERNESTINA	DE ROÇA	1000000
1878	11	FRANCISCO	DE ROÇA	1000000
1878	12	BRESCELLIANNA	DOMÉSTICA	1000000
1879	10	MARTINHO	PASTOR	800000
1879	12	ESPERIDIANA	DOMÉSTICO	1000000
1879	1	RUFO	DE ROÇA	10000
1879	8	PEDRO	CAMPEIRO	800000
1879	9	ELIZA	DOMÉSTICA	600000
1879	9	CYPRIANA	DE ROÇA	800000
1879	9	PEDRO	COPEIRO	1200000
1879	10	CARLOS	DE ROÇA	1600000
1879	11	MANOEL	DE ROÇA	1400000
1879	12	EUFRAZIA	DOMÉSTICA	400000
1879	12	INNOCENCIO	CAMPEIRO	1200000
1880	11	FABRICIA	DE ROÇA	1000000

1880	11	SILVINA	DE ROÇA	500000
1880	12	SIMEÃO	DE ROÇA	1200000
1886	12	ALFREDO	COPEIRO	1000000

Fonte: Banco de dados dos Inventários de Vassouras (RJ) do pesquisador Ricardo Salles.

Anexo II – Crianças escravas “com defeito”

Anos	Número total de crianças	Número de crianças listadas “com defeito”	Porcentagem	Lista de defeitos
1821 - 1830	185	4	2,2%	Com moléstia costerina Cambéba Sutura no umbigo Infecção de bobas
1831 - 1840	300	10	3,3%	Aleijado Doente dos ouvidos Doente das cadeiras Doente Defeito no beijo Quebrado Defeituoso dos pés
1841 - 1850	780	28	3,6%	Aleijado Com bobas Defeituoso das costas Doente Doente de gota Doente dos ouvidos e dos olhos Faleceu Imperfeito no todo Maluco Muito doente Pernas tortas Sofre de asma Zambo das pernas
1851 - 1860	782	31	4,0%	Aleijado Belide nos olhos Cega de um olho Defeituoso Defeituoso de um pé Defeituoso de uma perna Doente Doente da barriga Escrófula - relativa a tuberculose Faleceu Opilado Quebrado Queixa de dor Raquítico Sem um braço Tem pernas sambas Torto

1861- 1870	944	24	2,5%	Aleijado Cego Defeito em um olho Defeito nas costas Doente Idiota Quebrado Surdo
1871 - 1880	1479	28	1,9%	Aleijado Aleijado do braço Defeito natural Defeituoso Doente Doido Idiota Quebrado
1881 - 1888	143	2	1,4%	Ferida no pé Idiota
Total	4613	127	-	-

Fonte: Banco de dados dos Inventários de Vassouras (RJ) do pesquisador Ricardo Salles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

. *Fontes primárias manuscritas*

Arquivo Nacional:

Ofício de 1846 – código IE4-32

Biblioteca Nacional:

Livro em que se acham lançados os castigos que sofreram os alunos do internato do Imperial Collegio Pedro II – Manuscritos, código 19,4,10.

Centro de Documentação Histórica – Fundação Educacional Severino Sombra (CHD/FESS), em Vassouras (RJ):

Inventários post-mortem – 1º, 2º e 3º Ofícios para os anos 1821 – 1880
Processos Crimes – Composição da série: para os anos 1820 – 1880 (total de 128 documentos)

1º ofício, caixas 226 a 237

2º ofício, caixas 451 a 498

Documentação não indexada, total 7 caixas

. *Fontes primárias impressas*

- *Periódicos:*

Diário do Rio de Janeiro. 1821 – 1878.

O mosaico: jornal d'instrução e recreio. 1839.

O Panorama; seminario de litteratura e instrucção. Séc. XIX.

Revista Archivo Medico Brasileiro. 1844 – 1848.

- *Documentos oficiais*

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Decreto n. 2.006 de 24 de outubro de 1857*.

_____. *Decreto n. 9.894 de 9 de março de 1888*.

_____. *Regulamento n.8 de 31 de janeiro de 1839.*

- Manuais

ALMEIDA, Francisco José de. *Tratado da Educação Física dos meninos, para uso na nação portuguesa*. Lisboa, 1791.

ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin. *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*. (1ª edição, 1834; edição fac-similiar). Waldir Freitas OLIVEIRA (org). Salvador, 2002.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas; com várias notícias curiosas do modo de fazer o açúcar; plantar e beneficiar o tabaco; tirar ouro das minas; e descobrir as de prata; e dos grandes emolumentos que esta Conquista da América Meridional da ao Reino de Portugal com estes e outros gêneros e contratos reais*. 2ª edição. São Paulo: Melhoramentos/INL, 1976.

Autor desconhecido. *Elementos da civilidade, e da decência para a instrução da mocidade de ambos os sexos*: Traduzidos do Francês em vulgar e divididos em três partes. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1801.

BENCI, Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

CALKINS, Norman Allison. *Primeiras lições de coisas: manual de ensino elementar para uso dos pais e professores*. Tradutor: Ruy Barbosa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

CÁSSIO. *A escravidão: questão da atualidade*. Rio de Janeiro: Livraria da Casa Imperial de E.Dupont, 1871.

CIDADE, H. (ed). *Padre Vieira* (sermões). Lisboa, 1940. v.III.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha Azeredo. *Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da costa da África*. Lisboa: Na Nova Officina de João Rodrigues Neves, 1808.

FONSECA, Antonio Caetano. *Manual do agricultor dos gêneros alimentícios*. Rio de Janeiro, 1863.

GUSMÃO, Alexandre. *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* (1ª edição, 1685). In: VENÂNCIO, Renato Pinto; RAMOS, Jania Martins (orgs). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LISBOA, José da Silva. "Carta a Domingos Vandelli descrevendo a Bahia ", 1781. In: MORAES, E. Vilhena. *Perfil de Cayrú*. Arquivo Nacional, Ministério de Justiça e Negócio Interiores, 1958, pp. 97-110.

LISBOA, Balthazar da Silva. *Discurso Historico, Politico, e Economico dos progressos, e estado actual da Filozofia Natural Portugueza, acompanhado de algumas reflexoens sobre o estado do Brasil*. Lisboa: Officina de Antonio Gomes, 1786.

LOPES, Francisco. *Santo Antonio de Lisboa, primeira e segunda parte, de seu nascimento, criação, vida, morte & milagres*. Lisboa, 1610.

MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil*. Ensaio histórico jurídico social. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1886. Fonte Digital eBooks Brasil, 2008.

MARIA, Pedro de Santa. "Tratado da boa criação e polícia cristã em que os pais devem criar os filhos". (1ª edição, 1633). In: SOUSA, Marta Maria Cavadas. *Tratado da boa criação e política cristã em que os pais devem criar seus filhos (1633), de Frei Pedro de Santa Maria* – Estudo Preliminar, notas e estabelecimento do texto. Dissertação de Mestrado em Culturas Ibéricas. Porto, Universidade do Porto, 2008.

MENDES, Luiz Antonio de Oliveira. "Discurso preliminar, histórico, introdutivo com natureza de descrição econômica da comarca, e cidade do Salvador". In: AGUIAR, Pinto de. *Aspectos da economia colonial*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

_____. *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a Costa d'África e o Brazil*. Porto: Publicações Escorpião, 1977.

PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e. *Apontamentos para e educação de um menino nobre*. Lisboa, 1734.

RIBEIRO, José Silvestre. *Da Leitura e da experiência oferecidos à mocidade portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1857. 2 tomos.

ROCHA, Manoel Ribeiro da. *Etiope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*; discurso teológico-jurídico em que se propõe o modo de comerciar, haver e possuir validamente, quanto a um e outro foro, os pretos cativos africanos, e as principais obrigações que correm a quem deles se servir. Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758.

SANCHES, A.N. Ribeiro. "Cartas sobre a educação da Mocidade". Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

SILVA, Francisco da. *Opúsculo da infância e puerícia dos príncipes*. Lisboa, 1644.

TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. (1ª edição, 1839). Rafael Bivar de MARQUESE (org). São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

VASCONCELOS, João Rosado Vilalobos e. *O livro dos meninos. Em que se dão as ideias gerais e definições das coisas que os meninos devem saber*. Lisboa: Typ. Rollandiana, 1824.

VERNEY, Luis. *Verdadeiro Metodo de estudar, para ser util à República, e à Igreja*. Valensa. Na Oficina de Antonio Balle, 1746.

VIEIRA, Padre Antônio. *Sermoens do P. Antonio Vieira da Companhia de IESV Prégador de Sua Magestade*. Quarta Parte. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1685, pp. 491-549.

_____. In: BOSI. Alfredo (org. e introd.). *Essencial Padre Antônio Vieira*. São Paulo: Penguin e Cia das Letras, 2011 (e-book).

_____. *Sermões (Parte I)*. Fonte digital: Ministério da Cultural; Fundação Biblioteca Nacional; Departamento Nacional do Livro. Edição: eBooksBrasil, s/d.

VILHENA, Luis dos Santos. *Recompilação de notícias sotepolitanas e brasílicas*. Contidas em XX Cartas. Bahia: Imprensa Nacional do Estado, 1921.

VILLENEUVE, Joanna Rousseau de. *A aia vigilante, ou reflexões sobre a educação dos meninos, desde a infância até a adolescência*. Lisboa, 1767.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro* (1847). In: WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda (barão de Pati do Alferes). *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Eduardo SILVA (org). Rio de Janeiro – Brasília, 1985.

WERNECK, Luis Peixoto de Lacerda. *Ideias sobre a colonização precedidas de uma sucinta exposição dos princípios geraes que regem a população*. Rio de Janeiro, 1855.

. Bibliografias

- Obras de referência

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulo Português e Latino*, autorizado os exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos e oferecido a El Rey de Portugal D. João V ..., (1712), Rio de Janeiro, UERJ, 2000, (CD-room).

MORAES SILVA, Antônio de. *Diccionario de língua portugueza: epitome da grammatica portugueza*. Ed.2, Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. (edição fac-similar de 1922).

- Livros, artigos e teses

ADORNO, Sérgio (coord). *A criança menorizada: banco de referências bibliográficas*. São Paulo. NEV/USP, 1991.

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI – XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil (1500 – 1889)*. Trad. Antonio Chizzoti; ed. Crítica Maria do Carmo Guedes. 2ª ed.rev. São Paulo: EDUC, 2000 (1ª edição em francês, 1889).
- ANDRADE, Vera Maria Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II – Um lugar de memória*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1999.
- ARAÚJO, Jefferson Santos de. Esboço sobre o surgimento, as características e a implantação do método monitoral/mútuo no Brasil do século XX. In: Cadernos da Pedagogia. São Carlos, Ano 4 v.4 n.7, pp. 86-95, jan-jun. 2010.
- ARAÚJO, Vanessa Freitag de; TOLEDO, Cêzar de Alencar Arnaut. *Sobre a concepção de infância do Padre Alexandre de Gusmão (1629 – 1724)*. Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Letras e Artes, Ponta Grossa, 16 (1) 141-152, jun.2008.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. São Paulo: Companhia Nacional, 1944.
- BADINTER, Elisabeth. *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno*. Trad: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BASTOS, Maria Helena Camara. A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida. (1808 – 1827). In: História da Educação. ASPHE/FaE/UFPel (1): 155-113, abr. 1997.
- BEJA, Antônio. *Breve doutrina e ensinança de príncipes*. Lisboa, 1525.
- BETHELL, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807 – 1869*. Brasília: Senado Federal, 1970.
- BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no Novo Mundo: do Barroco ao Moderno (1492 – 1800)*. Tradução: Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.
- BRAGA, Elza Maria. *Os Programas de Ensino de Língua Inglesa do Colégio Pedro II: Uma Avaliação Intrínseca*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 1982.
- BUONADIO NETO, Vicente. *A filosofia da educação de Luís Antônio Verney: entre o iluminismo e uma nova escolástica*. Dissertação de Mestrado. São Carlos. Universidade Federal de São Carlos, 2013.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. & BRIGNOLI, Hector Perez. *Os métodos da História*. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. O teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTANHA, André Paulo. A introdução do Método Lancaster no Brasil: História e Historiografia. In: IX ANPED Sul. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.
- CASTRO, Hebe Maria de Matos. *As cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- CASTRO, Iná Elias de. “Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar”. In: SOUZA, Maria Adélia A. et. al. (orgs.). *Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec / Annablume, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COLIN, Heywood. *Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- CONRAD, Robert. *Os últimos 30 anos da escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- _____. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. *O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DEL PRIORE, Mary. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1995.
- _____. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. Trad. Maria Lucia Machado; trad. de notas Heloísa Jahn. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- _____. *O pecado e o medo: a culpabilização do ocidente (século 13-18)*. Trad. Álvaro Lorencini. Bauru: EDUSC, 2003. 2 volumes.
- DESCHAMPS, Eustache. *Oeuvres complètes*, VII, balada MCCXL.
- DÓRIA, Escragnolle. *Álvares de Azevedo no CPPII – homenagem ao 62º aniversário de seu falecimento*. Rio de Janeiro, 1914.

_____. *Memoria historica, commemorativa do 1º. centenario do Collegio de Pedro Segundo* (2 de dezembro de 1837 – 2 de dezembro de 1937). Rio de Janeiro: Ministério da Educação. 1997. (1ª edição, 1937).

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Volume 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

_____. *O processo civilizador*. Volume 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FALCON, Francisco. *História das ideias*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). “Domínios da História”: Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. 5ª edição.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FÁVERO, Leonor Lopes. “O ensino no Império: 1837-1867 – Trinta anos do Imperial Collegio de Pedro II”. In: ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo. *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das Ideias Linguísticas*. Campinas: Pontes Editora, 2002.

FERLINI, Vera Lucia. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. *Espelhos, Cartas e Guias*. Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica: 1450 – 1700. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa; Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.

FERREIRA, António Gomes. *Três propostas pedagógicas de finais de Seiscentos: Gusmão, Fénelon e Locke*. Revista Portuguesa de Pedagogia, Coimbra, ano XXII, p. 267-291, 1988.

_____. *Gerar, Criar, Educar – A criança no Portugal do Antigo Regime*. Coimbra: Quarteto, 2000.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda (orgs). *Ensaio sobre a escravidão*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

FOGEL, Robert; ENGERMAN, Stanley. *Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery*. New York: W.W.Norton, 1898.

FONSECA, Marcus Vinícius. *A Educação dos Negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes*. Civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa. São Paulo: Autêntica, 2009. (e-book).
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FRANKE, Pedro Campos. *Ofício dos Sábios: Fisologia e ação na obra de Frei António de Beja*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- FREITAS, César Augusto Martins Miranda de. *Alexandre de Gusmão: Da Literatura Jesuíta de Intervenção Social*. Tese de Doutorado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011.
- FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JUNIOR, Moysés. (Orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2011 (1ª edição, 1933).
- _____. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Editora Global, 2010 (1ª edição, 1963).
- GÉLIS, Jacques. **A individualização da criança**. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. *História da Vida Privada: Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, vol. 3, pp. 310-329.
- GENOVESE, Eugene. *Roll Jordan Roll: The World the Slaves Made*. New York: Vintage, 1976.
- _____. *O mundo dos senhores de escravos*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.
- GÓES, José Roberto Pinto; FLORENTINO, Manolo. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao patíbulo: castigo de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1971.
- GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.
- GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

- GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-Emancipação: família, trabalho, terra e conflito* (Juiz de Fora – MG, 1828-1928). São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.
- GUTMAN, Hebert. *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750 – 1925*. New York: Vintage, 1976.
- HOYLES, Martin. “Childhood in historical perspective”. *Changing Childhood*. Londres: Writers and Readers Publishing Cooperative, 1979.
- KARASCH, Mary. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850). Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia das Letras, 2000 (1ª edição em inglês, 1987).
- KLEIN, Hebert. *O tráfico de escravos no Atlântico*. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC Editora, 2004.
- KOERNER, Andrei. “O Impossível ‘Panóptico Tropical-Escravista’”: Práticas Prisionais, Política e Sociedade no Brasil do Século XIX. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 35, ano 9, julho-setembro de 2001, p. 211 – 224.
- _____. “Punição, Disciplina e Pensamento Penal no Brasil do Século XIX”. In: *Lua Nova*, 68, 2006, p. 205 – 542.
- KOSHIBA, Luiz. *A honra e a cobiça – estudo sobre a origem da colonização*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo; Departamento de História, 1988.
- LANDIM, Sônia Maria Magalhães. *Avaliação do currículo de química do Colégio Pedro II*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 1984.
- LARA, Silvia Hunold. *Campos de violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750 – 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. “Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa”. In: *Nuevas aportaciones a la historia jurídica de Iberoamérica*. Madri: Fundación Histórica Tavera-Digibis-Fundación Hernando de Laramendi, 2000.
- LEBRUN, François. *A vida conjugal no Antigo Regime*. Lisboa: Rolim, 197?.
- LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. Os Cinco Olhos do Diabo: os castigos corporais nas escolas do século XIX. In: *Educação&Realidade*, Porto Alegre, v.37, n.2, pp. 627-646, maio/ago 2012.
- LEMOS, Maximiano. *Ribeiro Sanches: A sua vida e a sua obra*. Porto: Eduardo Tavares Martins, 1911.
- LIMA, Ana Paula dos Santos. “Balthazar da Silva Lisboa”: O Juiz Conservador das Matas de Ilhéus (1797 – 1818). In: *Revista Crítica Histórica*. Ano II, Nº 4, Dezembro/2011.
- MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas (1830 – 1888)*. São Paulo: EDUSP, 2014. (1ª edição, 1978).

- MAGALHÃES, Claudio Márcio Ribeiro. *Luis Antônio Verney: o verdadeiro método de estudar: uma contribuição para o ensino em Portugal e no Brasil*. Tese de Doutorado. Rio Claro. Universidade Estadual Paulista, 2016.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão*. Ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 2010.
- _____. *Feitores do corpo, missionários da mente*. Senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MARQUESE, Rafael de Bivar; TOMICH, Dale. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”. In: Mariana Muaze; Ricardo Salles. (Org.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015, v. 1, pp. 21-56.
- MATTOS, Ilmar Rohlohh de. *O tempo Saquarema – a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec/INL, 1987.
- MATTOSO, Katia M. de Queiros. *Ser escravo no Brasil*. Trad: James Amado. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. “John Locke e o individualismo liberal”. In: WEFFORT, Francisco C. *Os Clássicos da Política*. Volume 1. 13ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2000, pp. 79-110.
- MENDES, Margarida Vieira. *A oratória barroca de Vieira*. Lisboa: Caminho, 1989.
- MESGRAVIS, Laima. “A assistência à criança desamparada e a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo”: a roda dos expostos no século XIX. In: *Revista de História*, v. 52, n. 103, tomo II, 1975, p. 401 – 423.
- MOACYR, Primitivo. *A Instrução e o Império* (Subsídios para a História da Educação no Brasil). 3 volumes. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936-1938.
- _____. *A Instrução e as Províncias* (Subsídios para a História da Educação no Brasil). 3 volumes. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939-1940.
- _____. *A Instrução e a República*. 7 volumes. São Paulo: Imprensa Nacional, 1941-1942.
- _____. *A Instrução Pública no Estado de São Paulo*. Primeira Década Republicana (1890 – 1900). 2 volumes. São Paulo: Companhia Imprensa Nacional, 1942.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O Rei no Espelho: A Monarquia Portuguesa e a Colonização da América: 1640-1720**, São Paulo: Hucitec, 2002.

- MOTT, Maria Lúcia de Barros. “A criança escrava na literatura de viagens”. In: Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, 1979, 31: 57-68.
- MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801 – 1829)*. São Paulo: Annablume, 1999.
- MUAZE, Mariana. *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- _____. *A descoberta da infância. A construção de um habitus civilizado na boa sociedade imperial*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1999.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- NETO, Alexandre Ribeiro. *Fios do novelo: crianças negras, educação e trabalho em Vassouras, 1871 a 1910*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2015
- NEVES, Fátima Maria. *O Método Lancasteriano e o Projeto de Formação Disciplinar do Povo (São Paulo, 1808 – 1889)*. Tese de Doutorado. Assis: UNESP, 2003.
- NÓBREGA, Vandick L. da. *A fala dos mestres*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1965.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- OLIVEIRA, Fábio Falcão. *Alexandre de Gusmão: arte de educar meninos nos bons costumes*. Dissertação de Mestrado. Piracicaba: UNIMEP, 2008.
- OLIVEIRA, Luiz Antonio de. *A contribuição de Primitivo Moacyr na história da escola pública – as ações imperiais e republicanas*. Dissertação de Mestrado. Maringá, UEM, 2009.
- OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. *Educação do corpo na escola brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2006.
- O’MALLEY, John W. *Os primeiros jesuítas*. São Leopoldo/ Bauru: Unisinos/EDUSC, 2004.
- ORLANDI, Orlando. *Teoria e Prática do amor à criança: introdução à pediatria social no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- PARRON Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.
- PATTERSON, Orlando. *Escravidão e Morte Social: Um Estudo Comparativo*. Tradução: Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 (1ª edição: 1982).
- PINKER, Steven. *Tábula rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

- POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2013.
- POLLOCK, Linda A. *Los niños olvidados: Relaciones entre padres e hijos de 1500 a 1900*. Trad: Agustín Bárcena. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- RAPOSO, Inácio. *História de Vassouras*. Niterói: SEEC, 1978 (1ª edição, 1935).
- RAWICK, George P. *The American Slave: A Composite Autobiography*. Westport: Greenwood Publishing Co., 1972, vol.1.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- RIZZINI, Irene. *Olhares sobre a criança no Brasil: século XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1997.
- RIZZINI, Irma (org.). *Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil: cenas da Colônia, Do Império e da República*. Rio de Janeiro: USO Ed. Universitária, 2000.
- ROSENTAL, Paul-André. “Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’”: Fredrik Barth e a ‘microhistória’. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SAMARA, Eni de Mesquita. “A História da Família no Brasil”. *Família e Grupos de Convívio*, São Paulo, v.17, 1988/1989.
- SANTOS, Cláudia Andrade dos. “Projetos sociais abolicionistas”: ruptura ou continuísmo?, In: FILHO, Daniel Aarão Reis (org). *Intelectuais, História e Política. Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000, p. 54-74.
- SAVIANI, Demerval. “História da História da Educação no Brasil”: um balanço prévio e necessário. In: *EccoS – Revista Científica*, São Paulo, v.10, n. especial, 2008, p. 147 – 167.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos – engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 – 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SHORTER, Edward. *A Formação da Família Moderna*. Lisboa: Terramar, 1975.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

- _____. “O problema dos expostos na Capitania de São Paulo”. In: *Anais do Museu Paulista*, tomo XXX, 1980 – 1981, pp. 147-158.
- SKINNER, Quentin; TULLY, James (eds). *Meaning and context* – Quentin Skinner and his critics. Cambridge: Polity Press, 1988.
- SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor* – esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Fapej/7Letras, 2007.
- SOARES, Marcio de Souza. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacazes*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
- SOUZA, Carlos Eduardo Dias. *Ensinando a ser brasileiro: O Colégio Pedro II e a formação dos cidadãos na Corte Imperial (1837 – 1861)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2010.
- SOUZA, Lais Viena de Souza. *Educados nas letras e guardados nos bons costumes. Os pueris na prédica do Padre Alexandre de Gusmão S.J. (Séculos XVII e XVIII)*. Dissertação de Mestrado. Bahia: Universidade Federal da Bahia, 2008.
- _____. *Como “Taboa raza”*: A infância na prédica do Padre Alexandre de Gusmão S. J (1685). Anais do V Encontro Estadual de História ANPUH – Ba, 2010.
- STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba, com referência especial ao município do Vassouras*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- STONE, Lawrence. “The rise of nuclear family in early modern England”. In: ROSENBERG, C. *The family in History*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1975.
- TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; RUCKSTADTER, Flávio Massimi Martins. *A filosofia educacional dos jesuítas nas Castas de Pe. José de Anchieta*. Acta Scientiarum. Maringá, v.25, n.2, pp. 257-265, 2003.
- TOMICH, Dale. *Through the Prism of Slavery: labor, capital, and world economy*. Boulder: Rowman & Littlefield, 2004.
- TOPLIN, Robert Brent. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1972.
- VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira: jesuíta do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *Ideologia e escravidão*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- VENÂNCIO, Renato. *Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro, século XVIII*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 1988.

VECHIA, Ariclê; CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora (orgs). *A escola secundária: modelos e planos* (Brasil, século XIX e XX). São Paulo: Annablume, 2003.

YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil* (Rio de Janeiro, 1822 – 1850). Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2010.

WARDE, Miriam Jorge. “Anotações para uma historiografia da educação brasileira”. In: *Em aberto*, Brasília, ano 3, n.23, set-out 1984, p. 1 – 6.